

SUMÁRIO

Apresentação	
E o nome abstrato existe? Lúcia Helena Peyroton da Rocha	
Exemplos atestados e exemplos construídos na prática do léxico-gramática Éric Laporte.....	
Verbos de processo: causatividade & consecutividade Ana Carolina Sperança Sebastião Expedito Ignácio	
A 3ª pessoa e o conflito das regras José Augusto Carvalho	
Diga-me com quem tu andas... (sobre por que nem toda abordagem do léxico é uma abordagem lexical) Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan	
Concordância verbal e coesão textual Enoch Tótola Vieira Rosa	
Linguagem, linguagens Júlia Almeida	
Um gênero textual em questão: análise de anúncios de instituições filantrópicas Carmelita Minelio da Silva Amorim Marcos Roberto da Costa	
A metáfora e a produção de sentido Luciana Moraes Barcelos Marques (Ufes) Virgínia B. B. Abrahão (Ufes)	

Metonímia: uma visão cognitiva e funcional
Antônio Suárez Abreu

A pragmática e a análise de textos
Maria da Penha Pereira Lins

A teoria do dialogismo de bakhtin e a polifonia de Ducrot:
pontos de contato
Elaine Cristina Medeiros Frossard

A emergência e o controle da contradição em redações
escolares
Letícia Marcondes

Rebento

substantivo abstrato

O ato, a criação, o seu momento
Como uma estrela nova e o seu barato
que só Deus sabe, lá no firmamento

Rebento

Tudo o que nasce é Rebento

Tudo que brota, que vinga, que medra

Rebento raro como flor na terra,
rebento farto como trigo ao vento

Outras vezes rebento simplesmente
no presente do indicativo

Como as correntes de um cão furioso,
ou as mãos de um lavrador ativo

às vezes mesmo perigosamente
como acidente em forno radioativo

Às vezes, só porque fico nervoso, rebento
às vezes, somente porque estou vivo!

Rebento, a reação imediata

a cada sensação de abatimento

Rebento, o coração dizendo: Bata!

a cada bofetão do sofrimento

Rebento, esse trovão dentro da mata

e a imensidão do som nesse momento

REVISTA (CON)TEXTOS LINGÜÍSTICOS Nº 2

APRESENTAÇÃO

A Revista (Con)textos Lingüísticos nº 2 registra e divulga a produção científica do Mestrado em Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal do Espírito Santo.

Em seu segundo número, conta com a participação de lingüistas do corpo docente do Mestrado em Estudos Lingüísticos e, também de lingüistas de outras instituições do Brasil e do exterior.

Os artigos selecionados tratam de assuntos que estão inscritos ora no âmbito da Linha de Pesquisa Estudos Analítico-descritivos da Linguagem, ora no âmbito da Linha de Pesquisa Texto e Discurso.

Assim, a distribuição temática integra desde fenômenos relacionados ao léxico e suas implicações de uso até questões que enfocam a organização textual, fazendo, ainda, um passeio por outras perspectivas teóricas, inscritas na Pragmática, na Análise do Discurso e na Lingüística Funcional.

A Revista reúne treze artigos de autoria dos seguintes pesquisadores: Ana Carolina Sperança, Antônio Suárez Abreu, Carmelita Minelio da Silva Amorim, Elaine Cristina Medeiros Frossard, Enoch Tótola Vieira Rosa, Éric Laporte, José Augusto Carvalho, Júlia Almeida, Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan, Letícia Marcondes, Lúcia Helena Peyroton da Rocha, Luciana Moraes Barcelos Marques Marcos Roberto da Costa, Maria da Penha Pereira Lins, Sebastião Expedito Ignácio, Virgínia B. B. Abrahão.

Consideramos que, dessa forma, a Revista (Con)textos Lingüísticos ratifica o espaço de interlocução entre pesquisadores da Área de Lingüística, instaurando um canal de discussões teórico-metológicas diretamente ligadas aos diversos fenômenos da língua, firmando-se, portanto, como um relevante veículo de divulgação de estudos sobre a linguagem.

Lúcia Helena Peyroton da Rocha
Maria da Penha Pereira Lins

E O NOME ABSTRATO EXISTE?

Lúcia Helena Peyroton da Rocha¹

RESUMO

Este artigo discute a noção de abstratização e concretização que envolve os substantivos. Apresenta definições de substantivos abstratos e concretos adotadas por gramáticos. Leva em consideração a proposição de Martin (1996), que defende o fenômeno de abstratização/concretização dentro de uma abordagem escalar; e a de Rocha (2003), em que se apresentam critérios de concretização de substantivos abstratos.

Palavras-chave: substantivos abstratos; substantivos concretos; critérios de concretização; graus de concretização/abstratização.

RESUMÉ

Cet article aborde la notion d'abstractisation et concrétisation qui tiennent aux substantifs. Il prend en considération la proposition de martin (1996), qui considère le phénomène d'abstractisation/concrétisation dans un abordage en échelle, et de Rocha (2003), qui présente des critères de concrétisation de substantifs abstraits.

Mots-clés: substantifs abstraits; substantifs concrets; critères de concrétisation; degrés de concrétisation/abstractisation

1. PARA INTRODUIZIR

É comum encontrarmos em gramáticas de Língua Portuguesa as seguintes definições: "substantivos são palavras que designam os seres." (CEGALLA, 1978: 78) Os substantivos concretos "designam seres de existência real ou que a

¹ Professora Doutora do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo.

imaginação apresenta como tais: *mulher, pedra, alma, fada, lobisomem, a Justiça* (personificada)" (CEGALLA, 1978: 78). Os substantivos abstratos são aqueles que "designam qualidades, sentimentos, ações e estados dos seres" (CEGALLA, 1978: 79). E, ainda, substantivo "é a palavra com que nomeamos os seres em geral, e as qualidades, ações, ou estados, considerados em si mesmos, independentemente dos seres com que se relacionam" (ROCHA LIMA, 1998: 66). A partir dessa perspectiva conceitual, Rocha Lima (1998: 66) subdivide os substantivos, agrupando-os assim: concretos são os que "designam seres que têm existência independente, ou que o pensamento apresenta como tal. Pouco importa que tais seres sejam reais ou não, materiais ou espirituais." E, os abstratos são aqueles que "designam nomes de *qualidades, ações* ou *estados* - umas e outros imaginados independentemente dos seres de que provêm, ou em que se manifestam" (ROCHA LIMA, 1998: 66).

Martin (1996), em artigo intitulado O Fantasma do Nome Abstrato, assegura que a noção de "nome abstrato" está longe de se impor com evidência. Além disso, a identificação e a distinção dessas subclasses de substantivo parece ainda precisar de critérios mais eficientes do que os comumente discutidos. Para ele, é clara a diferença entre substantivos como **mesa, árvore** ou **gato e liberdade, espírito** ou **conhecimento**. Em um caso, o referente é acessível aos sentidos; no outro, imaterial, ele não o é, afirma Martin. Para o lingüista, a materialidade/imaterialidade é uma questão de grau. Por isso faz-se necessário buscar outros critérios definitórios. Considera um pouco difícil sub-categorizar completamente o conjunto de nomes em nomes concretos e em nomes abstratos. A idéia que se apresenta nesse caso é de abordar a abstração da linguagem não em termos de subcategorização, em que ela é fantasmagórica, mas em termos de procedimentos, de operações se se prefere que se exercem nos dois sentidos (abstratização e concretização) sobre objetos situados sobre uma escala de múltiplos graus.

Na tentativa de contribuir para os estudos dos nomes abstratos, Martin (1996) propõe os seguintes critérios: da materialidade, da polissemia, da complexidade referencial, dos fatos de continuidade.

2. O CRITÉRIO DE MATERIALIDADE

É o critério de acessibilidade aos sentidos que, *a priori*, pode parecer o mais eficaz para subcategorização dos substantivos. Há que se concordar com Martin (1996), para quem este é um critério ontológico, isto é situado ao lado da referência. Os significados dos nomes são todos imateriais e neste sentido abstratos:

é uma banalidade lembrar que não é o significado de **gato** que mia ou que é carnívoro, mas que são propriedades do ser do mundo que a palavra **gato** evoca. A respeito do critério de materialidade, dizer que um nome é concreto, é dizer que o objeto que ele representa é um objeto concreto; O conceito ou o significado vem de uma operação que retém dos indivíduos suas propriedades comuns; nisso igualmente todo nome é abstrato. (MARTIN, 1996: 41).

Certos referentes são evidentemente perceptíveis pela **visão** e pelo **tato** (um cavalo, uma maçã, uma mesa...), outros pela **audição** (um barulho, um som, uma melodia...); outros ao **olfato** (perfumes e cheiros diversos), outros ainda de maneira privilegiada ao **tato** (o ar ou o vento).

Martin (1996) propõe três critérios, a saber: a polissemia, a complexidade referencial e sobretudo os fatos de continuidade, na tentativa de distinguir os nomes abstratos e os concretos.

2.1. A POLISSEMIA

Segundo o sentido ao qual está preso o nome é abstrato ou concreto. Martin (1996) convida-nos a comparar os seguintes exemplos: *soulever un poids / calculer le poids de/ avoir un poids sur la conscience (erguer um peso / calcular o peso de / Ter um peso na consciência)*. Só o primeiro sintagma pode ser considerado concreto: o **peso** aí designa um objeto pesado. Nos dois outros, **peso** é mais abstrato: em um, porque trata-se de uma medida abstratamente representável; no outro, porque o **peso** em causa só tem a realidade psicológica e que a palavra **peso** está empregada metaforicamente.

Uma cor se vê, mas não uma cor política. No que respeita a propriedade, a acidez é uma propriedade concreta: a acidez do limão age fortemente sobre as glândulas salivares, mas não a acidez de propósito, de observações, de censura.

Multiplicar-se-iam facilmente tais exemplos. Mas o obstáculo não parece insuperável: basta convir que não são os nomes que são concretos ou abstratos, mas os nomes tomados em um sentido ou em outro.

2.2. A COMPLEXIDADE REFERENCIAL

Martin (1996) considera mais delicado ainda tratar da complexidade referencial. *Eu sonhei esta noite com uma mulher extraordinariamente bela que eu jamais havia visto.* A razão desse sonho é inteiramente simples: eu quero lhe perguntar se esta mulher é um ser concreto ou um ser abstrato. A questão não é anódina. É aquela dos seres imaginários, os unicórnios, ou centaurus, ou de Papai Noel. Esses não são seguramente objetos fisicamente perceptíveis. E porém hesitam-se em vertê-los em abstrações.

O paradoxo se resolve em termos referenciais: é concreto o objeto que for acessível aos sentidos se o mundo onde a referência se opera for o mundo daquilo que existe. Para Martin (1996), se partirmos da suposição de que Pierre evoque os filhos que ele queria ter e que todavia não os teve, esses filhos serão seres referidos a um mundo contrafactual. Se esse mundo fosse o mundo real, os filhos em causa teriam de ser seres de carne e osso. Os mecanismos referenciais de transmissão rígida de um mundo a um outro ou de uma imagem de universo a uma outra permitem aqui resolver a questão. Mas, ao mesmo tempo, a concretude perde seu caráter de materialidade e escorrega furtivamente para o campo das representações.

2.3. OS FATOS DE CONTINUIDADE

Um outro obstáculo está relacionado aos fatos de continuidade e para Martin (1996), isso será difícil de se

contornar. O enredamento do concreto e do abstrato tem, com efeito, mais de uma face.

Martin (1996) cita, de início, independentemente de qualquer polissemia, substantivos que são ou concretos ou abstratos. **Coisa** é um nome concreto ou abstrato? Depende das circunstâncias: uma **mesa** é uma **coisa**, a **originalidade** ou a **liberdade** também é uma coisa. Um fato é tanto um fato concreto (p. ex. um acidente de trânsito), quanto um fato abstrato (p. ex. *a indivisibilidade dos números primos*, senão por um ou por eles mesmos). Mesma coisa para um **caráter**, uma **propriedade**, uma **qualidade**: esses substantivos são *ou* concretos *ou* abstratos segundo a aplicação que é feita deles.

Outros substantivos, ainda a respeito da materialidade referencial, são ao mesmo tempo concretos e abstratos: concretos por algumas de suas propriedades referenciais, abstratos por causa de outras. É assim para os nomes de objetos simbólicos: uma **palavra** é concreta pelo seu significante, abstrata pelo seu significado, concreta pela sua substância, abstrata pela sua forma.

Uma **bandeira** é um objeto material, mas é também um símbolo; do mesmo modo o **estandarte**, o **emblema** ou a **insígnia**. Aliás, como assegura Martin (1996), são ao mesmo tempo concretos e abstratos os referentes sintomáticos – aqueles que se deixam perceber apenas através dos sintomas. É assim nomes de doenças ou de afecção. Alguns designam realidades simplesmente perceptíveis: um resfriado, um furúnculo, a acne. Outros podem frustrar o diagnóstico dos melhores médicos: um câncer dos ossos ou a aids, por exemplo.

As doenças não são os únicos objetos sintomáticos: o que é o medo? um estado afetivo, certamente, mas que se manifesta pela palidez, tremores, uma certa paralisia ou uma atividade desordenada, batimento do coração. Há no medo algo de psíquico e do físico, e assim a maioria das emoções ou sentimentos. A imaterialidade se mistura com manifestações sensíveis. Na verdade, a maioria dos nomes refere-se (no sentido lingüístico) a realidades compósitas. Médico é um nome concreto ou abstrato? concreto, seguramente, dirão algumas pessoas: um médico, isso se vê. Ele pode te aplicar uma injeção desastrosamente / te triturar onde não precisa /

te produzir uma luxação nas vértebras. Mas acontece também de cruzarmos na rua com pessoas que são médicas e das quais nós não sabemos absolutamente que elas o são. A qualidade de médico não se percebe pela visão, de tal modo que há em médico um lado incontestavelmente abstrato. Para Martin (1996), sem dúvida, é preciso distinguir o caráter concreto do indivíduo designado (nesse sentido médico é concreto; ele o é pela designação) e o caráter mais ou menos concreto ou mais ou menos abstrato das propriedades que fazem com que o indivíduo é o que ele é.

Martin (1996), convida-nos a comparar um **corcunda**, um **médico** e um **filósofo**. São todos indivíduos concretos. Mas enquanto a propriedade do corcunda é uma propriedade perceptível, não acontece o mesmo com as propriedades do filósofo; quanto ao médico, situa-se entre os dois. O **telhado** de minha casa é esse que se encontra em cima da parede: isso supõe uma conceptualização do espaço. Uma esmola é uma coisa concreta? Certamente sim, isso pode ser tocado. Mas isso supõe também uma relação fundada entre pessoas sobre a riqueza de uma e a pobreza da outra, o que não está fora de concepções abstratas.

Além disso, é preciso tirar na sorte "mais ou menos concreto" ou "mais ou menos abstrato". Uma **hora** é alguma coisa de mais abstrata do que um **dia** (perceptível pela alternância da luz e da escuridão); o **mês** é mais abstrato do que o **ano** (sensível pelo retorno das estações do ano): mas todos esses objetos têm relação com o tempo que é em si uma abstração. Ainda é preciso distinguir com Bergson o tempo subjetivo, o tempo vivido, aquele que, mais ou menos vagamente, percebe-se no seu decurso, e o tempo objetivo, aquele da cronologia, que vem de uma visão do espírito mais ou menos comodamente representável.

Para Martin (1996: 43), é preciso render-se à evidência: os nomes abstratos não são nada mais do que fantasmas. Mas, para ele, talvez nós tenhamos escolhido um critério ruim. Ele propõe, portanto, abandonar a ontologia pela gramática. Alguns pensarão que ao se mover dentro da referência, podemos nos perder. Martin, em seu estudo, parte para uma abordagem lingüística, uma vez que "somos lingüistas, não "ontólogos".

3. CRITÉRIOS LINGÜÍSTICOS

3.1. MULTIPLICIDADE DOS CRITÉRIOS

Martin (1996: 44) na tentativa de elucidar questões que envolvem a identificação de nomes abstratos e concretos se vale dos critérios lingüísticos, a saber: derivação, categorematicidade e contável.

3.1.1. A derivação

São **abstratos** os substantivos provenientes de adjetivos (**tristeza**) e de verbos (**meditação**). O traço subcategorizante da abstração não seria outro que o traço da hetero-incidência (no sentido guillaumiano: o adjetivo ou o verbo diz alguma coisa do substantivo, o advérbio diz alguma coisa do adjetivo, do verbo ou dele mesmo). O substantivo derivado abstrai do objeto uma propriedade ou fato que ele designa como tais.

Para Martin (1996: 44),

Essa concepção encontra vários tipos de obstáculos:

a) Todos os substantivos derivados de adjetivos não significam "caráter do que é + adjetivo (como por exemplo: **dureza** "caráter do que é duro"). Assim, a **municipalidade**² não é o "caráter do que é municipal", mas "o corpo municipal, o conjunto de pessoas que administram a comunidade". Mais do que o "caráter do que é úmido", a **umidade** designa o "vapor, [a] água que impregna um objeto ou um lugar" (TLF).³ O obstáculo aqui evocado fica mais evidente ainda, quando se trata dos verbos: os substantivos que são derivados (de verbos) estão longe de designar sempre "o fato de + verbo" ou "a ação de + verbo" (**aprovação** "o fato de aprovar", **aquecimento** "ação de aquecer"...): uma **construção** é "o que é construído"; um **alojamento** "o lugar onde se aloja; uma **engrenagem** é um "sistema de rodas dentadas que se engrenam"; a **herança** "aquilo que se herda;

² Em português, municipalidade pode ser Câmara municipal; vereação (2); o edifício onde funciona a Câmara municipal; município (2); A prefeitura. (HOLLANDA, 1986: 1171)

³ Exemplos traduzidos do francês, discutidos por Martin (1996: 44).

b) Inversamente, muitos substantivos não derivados seriam dificilmente aceitáveis entre os nomes concretos.

3.1.2. A Categorematicidade

Pode-se imaginar substituir ao critério de derivação pelos da categorematicidade e da sincategorematicidade. Os categoremáticos seriam concretos; os sincategoremáticos seriam abstratos. Martin (1996, apud KLEIBER, 1981) assegura que um substantivo é sincategoremático se, como todo substantivo, ele diz o que ele diz dele mesmo e se, ao mesmo tempo, aplica-se a outra coisa além dele mesmo. Isso se dá com os substantivos que designam a propriedade ou estado de qqc⁴, a ação de qqn ou de qqc (eventualmente sobre qqc). A **originalidade** é a propriedade do que é original; a **tristeza** é o estado daquele que está triste; a **coação** é a ação de qqn ou de qqc sobre qqn. Os substantivos sincategoremáticos são o lugar de uma incompletude referencial. Substantivos “predicativos”, e neste sentido, referencialmente dependentes, eles estão à espera de aplicação (a **tristeza** é forçosamente aquela de alguém), mesmo no emprego absoluto (não se deve cultivar a tristeza: isso é suposto verdadeiro para qualquer um). Ao mesmo tempo “auto-incidentes” e “hetero-incidentes” no sentido guillaumiano, os substantivos sincategoremáticos distinguem-se dos simples substantivos relacionais (ser um amigo, é ser um amigo de qqn = alguém; a borda é forçosamente a borda de alguma coisa...) pelo fato que eles portam neles um argumento em si”: a tristeza é uma coisa (um estado – “argumento em si”), independentemente do argumento da predicação (aquele que é triste).

Este “argumento em si” (a “qualidade de”, “o estado de”, o “fato de”, a “ação de”...) é comparado ao argumento de estilo impessoal.

A maioria dos substantivos sincategoremáticos assim definidos são derivados, mas não todos. Classificam-se assim entre os abstratos **orgulho, amor-próprio, caráter, quantidade, qualidade** e outros. O critério de categorematicidade, entretanto, não acolhe entre os abstratos nomes como

⁴ qqc (qualquer coisa) / qqn (alguém).

doutrina, ciência, teoria, ou os substantivos em **-ismo** (**cristianismo, maxismo...** Em que o cristianismo seria o cristianismo de q.q.n ou de q.q.c.?), ou os nomes de ciências (**química, geometria, filosofia...**). Inversamente colocar-se-iam nos abstratos os substantivos de ação que designam ações materiais (**carinho, marcha, passeio, salto ...**).

3.1.3. O Contável

Martin (1996: 45) lança mão do critério: contável, ou se se prefere, do individualizável. Um **gato** designa um indivíduo "gato", e os indivíduos são contáveis. Podem-se certamente evocar **as liberdades**; mas trata-se, nesse caso, de variedades (a **liberdade de expressão**, a **liberdade de pensamento**) e não de ocorrências.

Para Martin, o incômodo deste critério é duplo:

- a) um substantivo como **vinho** (**três vinhos**, são três "tipos de vinhos", três variedades) se acomoda dificilmente numa classificação de abstrato;
- b) inversamente substantivos como **progresso, decisão, reflexão, qualidade, propriedade, característica**, seguramente contáveis são intuitivamente sentidos como de preferência abstratos.

Em suma, o traço "massivo" não implica o traço "abstrato" e o traço "abstrato" não acarreta inevitavelmente o traço "massivo".

Para Martin (1996), a dificuldade classificatória permanece: talvez fosse preciso combinar todos esses critérios. E é isso que ele vai propor: as combinatórias dos critérios.

3.2. Combinatória dos critérios: a proposta de Martin (1996) e a de Rocha (2003)

Martin (1996: 46) propõe a combinatória dos seguintes critérios: a materialidade; a categorematicidade, o contável e o da representação que, para ele, são critérios de concretude. Ele apresenta dois exemplos que deveriam evidenciar a relativa pertinência da representação. Martin (1996) os agrupa assim:

a) substantivos como **paralelogramo, círculo** ou **prisma** que designam seres matemáticos, que vêm de definições abstratas, que são construções do espírito. Eles são, portanto, de uma certa maneira abstratos. Mas essas construções são facilmente representáveis e nisso trata-se de nomes concretos. A mesma análise vale para a **classificação**, para **lógica**, para **organograma** e muitos outros.

b) Inversamente **planta, animal ou homem** (no sentido de "ser humano"), todos designando seres sensorialmente perceptíveis, não evocam seres representáveis. Ele considera impossível de se representar um animal como animal/enquanto tal: Martin entende que se tentar fazê-lo, representará a si mesmo, um gato, um cachorro, um cavalo... ou um dromedário. Mesma coisa para as plantas e mesma para os homens, cuja representação é naturalmente sexuada (os seres híbridos travestis ou não, não representam tipicamente ser humano). Também substantivos como **planta, animal ou homem**, na falta de uma representação possível, são eles mais abstratos do que **árvore, gato ou mulher**.

A combinatória dos quatro critérios defendidos por Martin (1996) conduz a um quadro de várias possibilidades. Na primeira linha todos os critérios (de concretude) são positivos. Em seguida encontram-se as linhas em que um só critério é negativo, depois dois, depois três, enfim a linha em que todos os quatro o são.

	Materia I	Representável	Contável	Categorem ático	
1	+	+	+	+	Mesa, gato árvore, mulher
2	+	+	-	+	Areia, chuva...
3	+	+	+	-	Carinho, marcha, passeio, salto
4	-	+	+	+	Círculo, paralelo gramo, prisma..

					.
5	+	-	+	+	Planta, animal, homem
6	+	-	+	-	Cor, forma...
7	+	-	-	+	Luz...
8	+	+	-	-	Acidez, amargura, sono, fadiga, sede....
9	-	-	+	+	Alma, língua (saussuriana)... doutrina, ciência, teoria,..
10	-	+	+	-	Preço, idade, tamanho, duração
11	+	-	-	-	Profundidade, esfericidade...
12	-	+	-	-	O interior, o exterior, o antes, o depois.. ..
13	-	-	-	+	Geometria, cristianismo

1 4	-	-	+	-	Progres so, decisão, reflexão , aptidão, qualidad e...
1 5	-	-	-	-	Liberda de, tristeza, corage m...

Para Martin (1996), obviamente, o quadro é vulnerável à crítica. Afirma que esses não são os únicos critérios examináveis.

Rocha (2003), por sua vez, propõe os testes do quadro abaixo que são evidenciadores de concretização.

TESTES APLICADOS EM Na > Nc⁵
<p>A. O verbo da frase inteira - observamos qual ou quais características tem o verbo do qual o item concretizado é argumento. O verbo <i>mostrar</i>, por exemplo, em sua primeira acepção, significa "fazer ver, expor à vista, exhibir", seleciona um sujeito <i>agente</i> e exige um complemento <i>concreto</i>. (Cf. <i>Mostrei-lhe a edição em espanhol</i>). Sendo assim, levaremos em conta o verbo em seu uso prototípico literal.</p>
<p>B. O modificador adjetival - investigamos quais adjetivos e quais locuções adjetivas evidenciam a concretização dos Nas. O adjetivo <i>metálico</i>, por exemplo, é um classificador de nome concreto não-animado, significa "de metal" e, ao incidir, neste caso, diretamente sobre o N "estrutura", torna-o concreto, com o sentido de "armação; esqueleto".</p>
<p>C. O suporte material - Para Bartning (1996) quando</p>

⁵ Para ver este trabalho na íntegra, consulte: Rocha (2003) - referência completa no final deste artigo.

um item lexical está ancorado em um suporte material, adquire o traço [+resultativo], tornando-se assim um item concretizado. Esse teste também se aplica ao português, como mostraremos na análise dos substantivos **construção e plantação**.

D. Paráfrase aceitável do tipo [ce que] + Vbase - Defrancq e Willems (1996) entendem que para o deverbais ascender ao estatuto de concretização deve fazer parte da estrutura argumental do verbo do qual é derivado e responder a uma paráfrase aceitável do tipo **[CE QUE] + Vbase** (cf. *produção* "aquilo que se produz"; *construção* "aquilo que se constrói"; *edificação* "aquilo que se edifica"; *observação* "aquilo que se observa").

E. Particularidades sintáticas dos deverbiais concretizados - os Na ao se enquadrarem nas estruturas que estão em **(i) a. e b.**, ou funcionarem como **aposto**, concretizam-se:

(i) a. A(s) + Nc + SPrep + para + SN versus b. A(s) + Na + entre / com + Sn + Sn (exemplo: "as acomodações do hotel para hóspedes estão todas reservadas" - FSP - 13/09/03). Em contra partida, quando o nome *acomodação* se insere na estrutura b, adquire o traço [+abstrato], como podemos ver no excerto extraído do (DUP, 2002, P. 21): "a acomodação entre flamengos e brasileiros". (HB).

(ii) Aposição - O processo de *aposição* se dá quando um núcleo primário ou fundamental de um SN se une a um segundo SN, seu núcleo secundário. No caso dos apostos, há duas construções que apontam independentemente para o mesmo referente. Ex.: "(...) Elvis de Lima Xavier, 25, que descreveu a Igreja dos Índios, uma construção de 1622, perdida no meio do caos de São Miguel Paulista. Zona Leste de São Paulo (...)" (FSP - 20/12/98) (grifos nossos).

F. A combinação com estado de versus um tipo de - este teste revelou que quando a relação do deverbais *acomodação* com seus argumentos aponta para o *estado de*, ele adquire o traço [+ abstrato] e quando aponta para o tipo de, o deverbais adquire o traço [+ concreto].

Dos testes aqui apontados, exemplificaremos apenas os que foram mais produtivos na análise do *corpus*: A) O verbo da frase inteira; B) O modificador adjetival; C) O suporte material. E os substantivos abstratos em seu uso como concreto que serão apresentados aqui são: **alimentação** e **armação**.

ALIMENTAÇÃO *Nf*

[Concreto] 9 conjunto de substâncias de que um indivíduo necessita para alimentar-se: *Era mais ágil do que ele e podia viver com alimentação mais parca* (APA) **10** alimento: *Previsões de uma quebra muito grande indicavam que o preço da alimentação poderia impulsionar a inflação* (FSP); *Hoje de manhã recusou receber qualquer alimentação* (AV). (BORBA, Francisco da Silva et al., 2002).

Para explicar o contexto em que o item *alimentação* adquire o traço [+concreto], aplicaremos os seguintes testes:

- A. O verbo da frase inteira
- B. O modificador adjetival
- C. O suporte material

A. O verbo da frase inteira

(1) usar

"(...) relação em que um indivíduo usa restos da alimentação de outro (ex. hienas que seguem bandos de leões para comer restos das caças por eles deixados)" (*Folha de S. Paulo* – 03/12/98).

O verbo *usar* indica ação-processo, com sujeito agente, com complemento expresso por nome concreto não-animado, significa "destruir consumindo, utilizar até esgotar-se". Tem como complemento o sintagma complexo *restos da alimentação*. A palavra *restos*, na primeira acepção, significa "aquilo que sobra de um todo" (Borba et al., 2002, p. 1376); e, para Houaiss (2001, p. 2442), é também, na primeira acepção, "o que sobra, o que fica de um todo de que se retirou uma ou várias partes".

B. O Modificador adjetival

(1) leve

"Covas faz pequenas caminhadas pelo quarto e, desde sábado, passou a receber uma alimentação leve, com sopas, purês e gelatina. Segundo o infectologista David Uip, a volta da alimentação é sinal de que o intestino do governador funciona bem." (*Folha de S. Paulo* - 21/12/98)

O adjetivo *leve*, qualificador de nome concreto, na quarta acepção do dicionário de Borba et al. (2002, p. 955), significa "de fácil digestão". E, no dicionário de Houaiss (2001, p. 1749), está consignado na décima sexta acepção, e significa "que não pesa no estômago, fácil de digerir (diz-se de alimento)".

C. O suporte material

(1) cozinha

"Mesmo com os salários de novembro atrasados, médicos e funcionários do Pronto-Socorro Balneário São José, do PAS, em Parelheiros (zona sul de São Paulo), foram para a cozinha garantir a alimentação dos pacientes." (FSP - 17/12/98)

No excerto acima, a presença do locativo *cozinha*, suporte material para a realização da "refeição; alimentação dos pacientes" faz com que o item em análise adquira traço [+concreto].

ARMAÇÃO *Nf*

[Concreto] 7 estrutura; arcabouço: *uma armação em forma de A, com um pêndulo amarrado no topo* (SU); *eis a casinha de Pacuera [...] uma armação tosca de caibros e ripas* (R) **8** coisa armada ou erguida: *Pode ver, de onde está, a armação de lona e a fileira de luzes em cordão que desce do mastro principal ao chão* (DE) **9** conjunto dos aros e hastes dos óculos: *uma das velhas tinha um esparadrapo nos óculos para manter a parte da armação que se soltara* (CRE) **10** conjunto de armas: *escolhera só 200 cabras duros. Armação pouca: um trabuco para cada jagunço* (J) **11** aparelhagem permanente

para pesca: *diferentes armações para pesca espalhadas da Bahia até Santa Catarina* (H)

Para explicar o contexto em que o deverbais *armação* adquire o traço [+concreto], aplicaremos os seguintes testes:

A. O verbo da frase inteira

(1) solda e pinta

"Dentro do tradicional, a ótica solda e pinta armações, colore lentes (de cristal ou de acrílico) e restaura óculos antigos." (FSP – 14/02/94)

O verbo *soldar* está em relação de coordenação com o verbo *pintar*, ambos têm como complemento o deverbais *armações*. O verbo *soldar*, ação-processo, indica, na primeira acepção, "ligar com solda" (Borba et al, 2002, p. 1584), e o verbo *pintar*, ação-processo, significa, na terceira acepção, do dicionário de Houaiss (2001, p. 2217), "cobrir de figuras ou de combinações de cores por meio da arte da pintura".

B. O modificador adjetival

(5) douradas e sofisticadas

"A Mondial Trading está trazendo para o Brasil e representando no país os óculos usados pelo grupo "The Police" e pelo cantor Sting. Com armações douradas e sofisticadas, os óculos são uma opção aos produtos nacionais." (25/07/94)

O adjetivo *douradas* e *sofisticadas*, adjuntos adnominais coordenados, apontam para a concretização do item em análise. O adjetivo *douradas*, qualificador de nome concreto não-animado, está consignado no dicionário de Borba et al. (2002, p. 526) e, em sua segunda acepção, significa "da cor do ouro". E o adjetivo *sofisticadas*, qualificador, na terceira acepção, significa "aprimorado; elaborado". (Borba, 2002: 1475).

Conjunção dos testes A, B e C

(1) pendurados, locativo: em armações, modificador “de madeira

“Homens são pendurados em armações de madeira durante guerra entre Japão e China (foto). A descoberta da imagem, de 1937, prova a ocorrência de atrocidades no conflito. Não se sabe se os presos são chineses ou japoneses.” (*Folha de S. Paulo* – 24/08/94).

O verbo *pendurar*, em sua forma participial, *pendurados*, indica ação-processo com sujeito agente, com dois complementos apagáveis, um expresse por nome concreto e outro locativo, significa “fazer ficar pendurado, colocar, fazendo ficar suspenso, deixar pendente, prendendo na parte mais alta” (Borba, 1990, p. 994).

O item *armações* realiza-se como locativo, é o próprio suporte material; caracterizado pelo modificador *de madeira*.

4. PARA (NÃO) CONCLUIR

Todas as questões que envolvem a identificação dos nomes abstratos e concretos, de um lado; e, de outro, o reconhecimento das marcas lingüísticas que validam o traço [+concreto] de nomes abstratos constituem, em lingüística, temas de uma inesgotável riqueza. O que atrai nesse estudo está na multiplicidade de pontos de vista que os nomes abstratos e os nomes concretos permitem-nos vislumbrar.

Concordamos com Martin (1996) para quem noções de abstratização e concretização são uma questão de grau. Além disso, vale dizer a nossa reflexão vai ao encontro dos estudos que levam em conta o uso lingüístico, e portanto considera que o léxico não se define independentemente do contexto lingüístico. Sendo assim, não falamos em palavras abstratas ou palavras concretas, mas em uso abstrato ou uso concreto, visto que os traços {±abstrato/±concreto} são adquiridos pelos itens lexicais, a partir de combinatórias sintáticas que apontam para um resultado semântico.

E é ainda com Martin (1996) que (não) concluímos nosso artigo: "Eu confesso que quanto mais eu reflito sobre isso, mais eu me pergunto se os nomes "abstratos" existem."

Referências

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 18. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

BARTNING, I. "Les nominalisations déverbiales dans les SN complexes en de envisagées sous l'angle des traits processif et résultatif ainsi que de l'opposition abstrait/concret" (Actes du colloque de Dunkerque, 1992, Villeneuve d'Ascq), **Les noms abstraits: histoire et théories**. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 1996, pp. 323-336.

BORBA, F. et *al.*, **Dicionário de usos do português do Brasil**. S. Paulo: Ática, 2002.

BORBA, F. et *al.*, **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. S. Paulo: Unesp, 1990.

_____. **Uma teoria de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.

DEFRANCQ, B. E WILLEMS, D. Do abstrato ao concreto: uma reflexão sobre a polissemia dos nomes deverbiais In: **Actes du colloque de dunkerque**, 1992, Villeneuve d'Aseq (Nord). *Les noms abstraits: histoire et théories* (Paris): Presses Universitaires du septentrion, 1996. (p. 221-230).

GIVÓN, T. Prototypes: between Plato and Wittgeinstein. In: CRAIG, C. (Ed). **Noun classes and categorization**. Nova York: Academic Press, 1986.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. **Análise sintática em três dimensões**: uma proposta pedagógica. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2002.

MARTIN, R. Le fantôme du nom abstrait. In: Actes du colloque de dunkerque, 1992, Villeneuve d'Aseq (Nord). **Les noms abstraits: histoire et théories** (Paris): Presses Universitaires du septentrion, 1996. P. 323-336.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 36. ed. retocada e enriquecida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

EXEMPLOS ATESTADOS E EXEMPLOS CONSTRUÍDOS NA PRÁTICA DO LÉXICO- GRAMÁTICA

Éric LAPORTE
Université Paris-Est
Institut Gaspard-Monge
5, bd Descartes
77454 Marne-la-Vallée CEDEX 2
eric.laporte@univ-mlv.fr

Resumo

A oposição colocada por Croft (1993) entre “método experimental” e “método observacional” renova o velho debate entre lingüística introspectiva e lingüística de corpus, suscitando um paralelo com as ciências experimentais, às quais Croft empresta os termos. O exemplo do léxico-gramática, um método de descrição sintático-semântica cujos fundamentos referem-se explicitamente às ciências experimentais, confirma, se fosse necessário, que a formulação de regras conformes à realidade do uso de uma língua não se resume a uma simples observação de exemplos, e que necessita não só uma observação intensiva de exemplos, como também o uso de precauções metodológicas rigorosas nessa atividade de observação. As tradições aparentemente opostas da lingüística introspectiva e da lingüística de corpus são, portanto, complementares e de natureza a se combinar para favorecer o sucesso de uma tal empresa. Essas reflexões convidam os lingüistas a superar seu receio histórico de combinar os dois tipos de método. Da mesma maneira, no tratamento automático das línguas, a maior parte da comunidade limita-se à abordagem probabilista, renunciando a uma colaboração potencialmente fecunda entre a informática aplicada e a lingüística descritiva.

Palavras-chave: Léxico-gramática, lingüística introspectiva e lingüística de corpus.

Résumé

L'opposition de Croft (1998) entre « méthode expérimentale » et « méthode observationnelle » renouvelle le vieux débat entre linguistique introspective et linguistique de corpus, en suscitant un parallèle avec les sciences expérimentales, auxquelles Croft emprunte ces termes. L'exemple du lexique-grammaire, une méthode de description syntaxico-sémantique dont les fondements se réfèrent explicitement aux sciences expérimentales, confirme, s'il en était besoin, que la formulation de règles conformes à la réalité de l'usage d'une langue ne se résume pas à une simple observation d'exemples, mais également qu'elle nécessite une observation intensive d'exemples, ainsi que des précautions méthodologiques rigoureuses dans cette activité d'observation. Les traditions apparemment opposées de la linguistique introspective et de la linguistique de corpus sont donc complémentaires et de nature à se combiner pour favoriser le succès d'une telle entreprise. Ces réflexions invitent les linguistes à surmonter leur réticence historique à combiner les deux types de méthodes.

De même, en traitement automatique des langues, la majeure partie de la communauté en reste à l'abordage probabiliste, renonçant à faire collaborer l'informatique appliquée avec la linguistique descriptive.

Mots-cles: Lexicon-grammar, linguistique introspective et linguistique de corpus.

Abstract

Croft (1993) contrasts an 'experimental method' with an 'observational method', thus renewing the discussion between introspective linguistics and corpus linguistics, by suggesting a parallel with experimental sciences, which these terms come from. The example of lexicon-grammar, a method of syntactic-semantic description constructed with explicit reference to experimental sciences, confirms that formulating rules in accordance with the real usage of a language is not only a matter of observing examples, but also that it nevertheless requires intensive observation of examples, as well as rigorous methodological precautions in this observation. Thus, the apparently opposed traditions of

introspective linguistics and of corpus linguistics are complementary and should be combined for the success of such an enterprise. These thoughts are an invitation for linguists to overcome their historical resistance to combining both types of methods.

Similarly, in natural language processing, most of the community sticks to the stochastic approach, which amounts to giving up co-operation between computer technology and descriptive linguistics.

Keywords: Lexicon-grammar, introspective linguistics and corpus linguistics.

Tradução do francês: Francisco Antonio P. Léllis

Uma das grandes controvérsias epistemológicas em Lingüística é a oposição entre lingüística introspectiva e lingüística de corpus. Além do interesse teórico dessa questão, estão em jogo importantes conseqüências potenciais no tratamento automático das línguas. Croft (1993, 1998) contribui nesse debate quando propõe uma oposição entre método experimental e método observacional. Nesse artigo⁶ queremos examinar essa diferença metodológica apoiando-nos nos resultados da aplicação em grande escala de um método de descrição de línguas vivas por locutores nativos, o léxico-gramática.

1. MANIPULAÇÃO E OBSERVAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

Opõem-se, frequentemente, duas abordagens metodológicas em Lingüística, todas duas caricaturadas num célebre artigo de Fillmore (1992) que as denominou « lingüística de poltrona » e « lingüística de corpus ». Em um texto onde trata da tipologia das línguas, Croft (1993, 1998) propõe uma oposição entre método experimental e método

⁶ Este artigo foi publicado em francês com o título original "Exemples attestés et exemples construits dans la pratique du lexique-grammaire" nos *Mémoires de la Société de linguistique de Paris*, nouvelle série, vol. 16, 2008, Leuven : Peeters.

observacional, que abarca quase perfeitamente a oposição precedente.

O « método experimental », que talvez fosse mais próprio qualificar de « manipulador », consiste em emitir uma hipótese lingüística, forjar exemplos fazendo variar sistemática e independentemente os parâmetros pertinentes, submeter essas formas a julgamentos introspectivos de aceitabilidade, e deduzir regras. Esse método pode teoricamente ser aplicado na ausência de qualquer corpus de exemplos pré-existente ao estudo.

Já o « método observacional » consiste em observar as formas que constam num corpus pré-existente e, em seguida, formular generalizações. Esse método é para Croft uma « alternativa legítima ao método experimental ».

Tomemos como exemplo um problema análogo ao utilizado por Boons *et al.* (1976) para discutir sobre esses dois métodos. Trata-se da preposição regida pelo nome *perícia* : *de* ou *em* ?

Apliquemos o « método experimental » e formulemos, por exemplo, a hipótese que só uma das duas preposições é empregada, ou que se trata de variantes livres. Os exemplos construídos serão os seguintes :

- (1) *A polícia fez uma perícia nos pneus do carro*
- (2) *A polícia fez uma perícia dos pneus do carro*
- (3) *Entregaram-se perícias em vários computadores*
- (4) *Entregaram-se perícias de vários computadores*

etc., de maneira a variar os valores lexicais dos argumentos do verbo, dos determinantes e de qualquer outro parâmetro julgado pertinente pelo experimentador. Observando que todas essas formas são aceitáveis, validaremos a hipótese de uma regra segundo a qual se trata de variantes livres.

Apliquemos agora o « método observacional »: nos munimos de um corpus e contamos, por exemplo, o número de ocorrências de cada uma das seqüências *perícia em* e *perícia de*. Com um corpus de 1.700.000 palavras extraídas do Lácio-Web⁷ (Aluísio *et al.* 2003), obtivemos uma só ocorrência de *perícia em*. Podemos deduzir uma só coisa: o sub-corpus é pequeno demais para oferecer uma visão fiel. Porém, tomando como corpus a coleção das páginas Web do Brasil escritas em

⁷ <http://www.nilc.icmc.usp.br/lacioweb/>

português, obtemos como resultado 26.000 ocorrências de *perícia em* e 9.600 de *perícia de*. Podemos deduzir que as duas construções são usuais.

Independentemente das questões de fundo, é preciso reconhecer que alguns dos termos utilizados pelos diferentes autores são pouco apropriados. Não aludimos aqui à expressão “lingüística de poltrona”, que é abertamente polêmica e estigmatiza os excessos de lingüistas pouco apressados em verificar se suas teorias estão em acordo com o uso efetivo, mas aludimos aos termos “método experimental” e “método observacional”, ambos contestáveis. Efetivamente, cada um dos dois métodos que acabamos de ilustrar funda-se sobre observações empíricas. Além disso, nos dois casos, ao aplicá-los, respondemos a uma questão previamente formulada, usando uma estratégia que lança mão de uma confrontação com a realidade, o que faz da operação uma experiência. Toda experimentação implica, aliás, uma parte de observação.

Nesse artigo, pretendemos examinar vários aspectos dessa oposição, graças, de um lado, aos argumentos avançados por Croft, e de outro lado, graças à experiência ganha ao aplicar em grande escala um método de descrição sintático-semântica, o léxico-gramática. Limitaremos a discussão ao estudo de uma língua viva por locutores nativos. Nesse quadro, argumentaremos em favor de uma exploração combinada dos dois tipos de método.

2. PARALELO COM AS CIÊNCIAS EXPERIMENTAIS

O paralelo com as ciências experimentais é muitas vezes utilizado nesse debate. Esse paralelo pode, efetivamente, ser bastante esclarecedor. Examinaremos em particular as práticas da pesquisa médica, da Biologia e da Física.

2.1. Experiência e observação em pesquisa médica

Na realidade, Croft (*ibid.*) utiliza a oposição existente entre experimental e observacional na Medicina. Mais uma vez, esses termos são pouco adaptados, mas são tradicionais. Em Medicina, o elemento de distinção entre estudo observacional e estudo experimental é uma diferença de grau no controle dos parâmetros. Nos dois casos, trata-se de avaliar as correlações

entre sintomas e seus fatores eventuais tais como hábitos de vida, configurações genéticas ou tratamentos médicos.

Um estudo experimental é um estudo no qual o experimentador controla todos os parâmetros que podem revelar-se como fatores potenciais dos sintomas estudados. Para cada um desses parâmetros conhecemos seu valor (por exemplo, sabemos sobre cada sujeito se é vegetariano ou se come carne), ou sabemos seguramente que os resultados estatísticos do estudo serão independentes graças à constituição cuidadosa de grupos de sujeitos selecionados para este efeito. Por exemplo, para tornar o estudo independente da inclinação pessoal dos sujeitos em relação ao consumo de carne, constitui-se um grupo de vegetarianos e um grupo de comedores de carne, pedindo-lhes que sigam o regime alimentar que corresponde a cada grupo e não que sigam livremente seu apetite. Assim, a escolha espontânea, mesmo se não está registrada formalmente como parâmetro, não terá nenhuma influência sobre os resultados estatísticos, com a condição que os grupos de indivíduos sejam suficientemente grandes.

Em um estudo de observação, não se exige que o experimentador controle todos os parâmetros. Por exemplo, podemos comparar os sintomas de um grupo de vegetarianos e de um grupo de comedores de carne, sem se preocupar sobre a maneira como determinaram seus regimes alimentares, o que é bem mais fácil de ser realizado. Entretanto, os resultados de tal estudo poderão ser falseados pela confusão entre dois parâmetros *a priori* distintos: o regime alimentar efetivo e o regime que o sujeito teria adotado espontaneamente. Por exemplo, este estudo não permitirá de predizer os sintomas de um sujeito preferencialmente vegetariano, mas para o qual teria sido prescrito de comer carne.

O protocolo experimental é considerado como o mais adequado para permitir uma demonstração estatística de causa a efeito, enquanto que o estudo observacional fornece apenas indicações. Assim, contrariamente à sugestão de Croft no campo da tipologia das línguas, o método observacional em pesquisa médica não é, em geral, uma "alternativa legítima ao método experimental".

2.2. Experiência e observação em Física e em Biologia

As correspondências evocadas por Croft (*ibid.*) entre a Física e o “método experimental”, e entre a Biologia e o “método observacional” parecem-nos ainda menos convincentes do que o paralelo feito com a pesquisa médica. A Física utiliza uma parte de observação: por exemplo, a observação sistemática do espectro dos corpos. Mesmo se essas observações são efetuadas mediante experiências, um de seus objetivos é a observação pura e simples do mundo que nos envolve. Já a Biologia pode recorrer a atividades de tipo observacional: um naturalista observa a presença de espécies de animais ou vegetais encontrados num meio natural; mas isso não exclui a realização de experiências, por exemplo, sobre a influência de fatores internos ou externos sobre o comportamento de um animal.

Nota-se, de fato, nas ciências experimentais em geral, uma combinação de práticas comparáveis ao que Croft chama de método experimental e de método observacional. Esses dois tipos de prática correspondem a objetivos distintos, são consideradas como complementares pelos científicos, e fornecem resultados uma à outra, mutuamente. Por exemplo, é natural que as observações, mesmo realizadas fora de um protocolo experimental estrito e custoso, suscitem hipóteses que são em seguida testadas graças a experiências rigorosas; inversamente, resultados obtidos por algumas experiências, em particular medidas de grandezas, podem ser considerados como observações empíricas. Essas situações são amplamente ilustradas pela história das ciências experimentais.

Pensamos que, na realidade, a mesma situação é válida em Lingüística, e que a disputa entre o lingüista introspectivo e o lingüista de corpus, tais como foram caricaturados por Fillmore (1992), decorre apenas das suas resistências na utilização de abordagens metodológicas que são, porém, compatíveis. É o que tentaremos de demonstrar em seguida.

3. MANIPULAÇÃO E OBSERVAÇÃO NA PRÁTICA DO LÉXICO-GRAMÁTICA

O Léxico-gramática (Gross, 1975, 1981, 1994) designa ao mesmo tempo uma metodologia e uma prática efetiva de descrição manual sintático-semântica. Essa metodologia e essa

prática desenvolveram-se simultaneamente a partir do final dos anos 1960, enriquecendo-se mutuamente. Vamos delimitar o quanto deve aos métodos “experimental” e “observacional”.

3.1. O Léxico-gramática: princípios e resultados

A base teórica sobre a qual se funda o Léxico-gramática é o distribucionalismo de Harris (1964, 1976). Os princípios metodológicos que se desenvolveram em seguida (Gross, 1975, 1981, 1994) podem ser considerados como a adoção de prioridades num programa de descrição sintático-semântica das línguas.

A interação entre o léxico e a sintaxe é assim considerada como uma chave imprescindível. A pesquisa exclusiva de regras de sintaxe geral, independentes do material lexical que utilizam, é denunciada como um impasse. Inversamente, a descrição do vocabulário de uma língua é vista como o estudo das maneiras como cada elemento lexical insere-se nas frases. Em outros termos, a unidade mínima tomada como contexto para a descrição de uma palavra é a frase elementar.

O léxico-gramática coloca igualmente uma exigência de formalização. Os resultados da descrição devem ser suficientemente formais para permitir:

- uma verificação pela confrontação com a realidade do uso,
- uma aplicação ao tratamento automático das línguas.

Essa obrigação de formalização manifesta-se pela adoção de um modelo discretizado da sintaxe. Assim, a aceitabilidade é modalizada por uma noção binária: para as necessidades da descrição, uma frase é considerada como aceitável ou não. Da mesma maneira, a ambigüidade lexical é representada pela separação de uma palavra em um número inteiro de entradas lexicais, que são distintas umas das outras da mesma forma que duas entradas de palavras morfologicamente diferentes. As propriedades sintático-semânticas são identificadas por fórmulas que representam estruturas de frases, fórmulas simples como $N_0 V N_1 W = N_1 V W$ (ver secção 3.2), que formam uma lista, sistematicamente confrontadas com todas as entradas. Enfim, somente são estudadas as propriedades para as quais se encontra um procedimento que permita determinar de maneira

suficientemente confiável se uma entrada a possui ou não: as propriedades são pois modalizadas como binárias e não como um *continuum*.

Os resultados obtidos pela aplicação desses princípios metodológicos por algumas dezenas de linguistas durante algumas dezenas de anos fazem do léxico-gramática uma empresa sem precedentes. Limitando-se ao francês, foram estabelecidas em torno de 13.000 entradas verbais, 10.000 entradas nominais, 12.000 entradas de frases fixas, 11.000 entradas adverbiais. Desse total de 75.000 entradas, 98% foram cruzadas e confrontadas com centenas de propriedades sintático-semânticas. Mais da metade dessas entradas está à disposição gratuitamente no endereço <http://infolingu.univ-mlv.fr> e constituem uma base de informações sintático-semânticas para o tratamento das línguas sem equivalente no mundo pelo seu volume, pela riqueza dos fenômenos lingüísticos que abarca e pelo seu grau de formalização. Dado os princípios acima colocados, os resultados da descrição têm naturalmente a forma de tabelas de dupla entrada, que cruzam as entradas lexicais com as propriedades sintático-semânticas (figura 1). Algumas milhares de outras entradas foram publicadas somente sobre suporte impresso, mas seguem o mesmo modelo. Enfim, descrições mais ou menos substanciais, seguindo sempre o mesmo modelo, existem sobre uma dezena de outras línguas, sendo as mais representadas o italiano, o português, o grego moderno e o coreano.

N0=:Nhum N0=:N-hum		Neg.obrigat.	V	DET- obrigat. DET opcional	CI	CI=:Nplural CI=:Npc	Modificador	com N	Apassivação	ação	ação-processo	estativo	
+	-	-	<saber>	o	caminho das pedras	-	-	-	+	+	-	+	-
+	-	-	<saber>	a	lição	-	-	-	-	-	-	+	+
+	-	-	<sacar>		orelhas	+	+	-	-	-	-	+	-
+	-	-	<sacudir>	as	cadeiras	+	+	-	-	+	-	-	-
+	-	-	<sacudir>	o	esqueleto	-	+	-	-	+	-	-	-
+	-	-	<sacudir>		poeira	-	-	-	-	+	-	+	-
+	-	-	<safar>	a	onça	-	-	-	-	+	-	-	-
+	+	-	<saldar>	as	contas	+	-	-	-	+	-	-	-
+	-	-	<salgar>	o	galo	-	+	-	-	+	-	-	-

Figura 1. Extrato de uma tabela de expressões verbais fixas (Vale, 2001)

3.2. Precauções metodológicas para a reprodutibilidade

Para explorar a interação entre o léxico e a sintaxe, é preciso, naturalmente, combinar sistematicamente as entradas lexicais com todas as estruturas de frases observadas, e também analisar as seqüências assim geradas: são aceitáveis? Quais são suas particularidades distribucionais e semânticas?

A qualidade dos resultados depende, pois, da capacidade dos lingüistas em analisar os exemplos construídos. A experiência mostra que a maneira mais eficaz de efetuar essa exploração e essa análise é recorrer massivamente à introspecção. Entretanto, se é então confrontado há três riscos de erros.

O primeiro risco é o de que o lingüista tenha uma capacidade insuficiente para analisar as seqüências e, principalmente, de julgar da sua aceitabilidade. No léxico-gramática excluímos que um lingüista aplique o método a um outro idioma senão sua própria língua materna, mesmo com a ajuda de um informante. Mas, mesmo assim, a capacidade de

juízo da aceitabilidade é um talento do qual não somos todos igualmente dotados, como acontece aliás, de uma certa forma, em quase todos os campos da atividade humana.

O segundo risco é a diferença que existe entre a língua descrita e o idioleto do descritor. Tivemos um exemplo concreto desse risco quando o avaliador de um artigo de nossa autoria reparou, durante o processo editorial, que a expressão adverbial francesa *au petit bonheur la chance* era citada sob a forma de *au petit bonheur de la chance*, a única forma que conhecia nosso idioleto pessoal.

O terceiro risco é a existência de um preconceito inconsciente do lingüista, influenciado pelo desejo que seja averiguada uma de suas hipóteses. Temos, por exemplo, uma tendência natural a regularizar um fenômeno. Durante o estudo da relação de nominalização estabelecida entre as duas frases seguintes:

Zé aterrissa = *Zé efetua uma aterrissagem*

podemos assim ser tentados de superestimar a aceitabilidade da seqüência (5):

Zé embreia = (5) ? *Zé efetua uma embreagem*

Todos esses problemas são bem conhecidos dos lingüistas que praticam uma atividade descritiva regular. Esses problemas apareceram desde o início da construção do léxico-gramática, no fim da década de 1960. Têm equivalentes em todas as ciências experimentais: trata-se de dificuldades práticas susceptíveis de serem um obstáculo à reprodutibilidade de uma experiência ou da medida de uma grandeza. Uma experiência, uma medida, só tem um interesse científico se são reprodutíveis, quer dizer, se um experimentador que as praticar de novo obtiver os mesmos resultados.

Essa exigência de reprodutibilidade é tão fundamental em matéria de descrição lingüística quanto nas (outras) ciências experimentais. Os três riscos expostos acima são três causas sistemáticas de não-reprodutibilidade das observações ou das experiências necessárias à construção de um léxico-gramática. Tornam irrealista a exigência de uma reprodutibilidade absoluta, mas se os analisamos, chegamos à conclusão de que são superáveis na medida em que existe

uma comunidade lingüística que fala a língua estudada. Com efeito, se tal comunidade existe, não vemos porque não produziria locutores com talentos variados, inclusive o de julgar aceitabilidades. O problema dos idioletos pode, da mesma maneira, ser resolvido pela confrontação dos julgamentos emitidos por diferentes locutores. Enfim, os preconceitos que podem falsear nossos julgamentos podem igualmente ser detectados e combatidos graças a um controle entre pares, se feito de forma correta.

Um dos méritos do léxico-gramática é o de ter-se dotado desde o início de um arsenal de precauções metodológicas contra os riscos próprios a atividade de construção de exemplos (Gross, 1984), e de tê-los feito evoluir na medida das necessidades e do aparecimento de novos meios técnicos.

a) Uma das precauções consiste em organizar sessões coletivas regulares durante as quais os lingüistas controlam mutuamente seus julgamentos e suas análises. Assim, o léxico-gramática dos verbos distribucionais⁸ do francês (Gross, 1975, Boons *et al.*, 1976, Guillet e Leclère, 1992) foi construído durante reuniões nas quais participavam pelo menos cinco lingüistas: Jean-Paul Boons, Jean Dubois, Maurice Gross, Alain Guillet e Christian Leclère, de 1969 a 1984. Atualmente, o projeto Bélgica-França-Quebec-Suíça (BFQS) sobre as diferenças entre expressões verbais fixas em quatro variantes do francês (Labelle, 1990, Lamiroy *et al.*, 2003) realiza-se durante reuniões com 4 a 6 lingüistas. O principal inconveniente dessa prática é o seu custo.

b) A segunda precaução metodológica consiste em se interrogar sistematicamente sobre os critérios de verificação das propriedades sintático-semânticas estudadas, avaliando a reprodutibilidade da aplicação desses critérios. Por exemplo, um dos critérios adotados para determinar se um verbo

⁸ Os verbos distribucionais são aqueles que podem ser analisados como predicados. São reconhecidos pelo fato de que a distribuição dos argumentos depende do verbo (exemplo: *Zé bateu uma frase no teclado*). Esse conceito se opõe aos de verbo suporte (*Zé bateu uma foto da Ana*) e de expressão verbal fixa (*Zé bateu um fio para a Ana*), nas quais a distribuição dos argumentos depende do nome predicativo ou de toda a parte fixa da expressão.

distribucional transitivo direto admite a transformação chamada média, anotada $N_0 V N_1 W = N_1 V W$:

(6) *Zé dobrou o seu salário* = (7) *O seu salário dobrou*

consiste em aplicar formalmente a transformação e em julgar a aceitabilidade do resultado:

Zé olhou o cardápio *O
cardápio olhou

Trata-se de um critério formal. A experiência mostra que os critérios formais são, em geral, de uma reprodutibilidade claramente superior à maior parte dos outros tipos de critério aplicáveis. A fim de beneficiar desse efeito, sempre que possível, a definição das propriedades sintático-semânticas representadas no léxico-gramática se apóia em critérios formais, detalhados nos livros, artigos e teses publicados com as tabelas.

Entretanto, os critérios formais não são suficientes para caracterizar as propriedades e devem às vezes ser acompanhados de critérios semânticos. Privilegiamos nesse caso aqueles que se utilizam de uma avaliação semântica diferencial, claramente mais confiável que a avaliação semântica absoluta (Gross, 1975). A avaliação semântica diferencial consiste em comparar duas diferenças semânticas. Por exemplo, a diferença entre (6) e (7):

(6) *Zé dobrou o seu salário* = (7) *O seu salário dobrou*

pode ser comparada com a entre (8) e (9):

(8) *Zé pesa a sacola* = (9) *A sacola pesa*

O leitor perceberá provavelmente, como nós, que a diferença entre (6) e (7), que parece ter uma relação com a causalidade do processo, não se reencontra de maneira alguma entre (8) e (9). Esta observação é muito mais reprodutível do que a que consistiria, por exemplo, em caracterizar em que (6) e (7) diferem semanticamente, ou, quanto mais, em caracterizar o sentido de (6). Além disso, a noção de avaliação semântica diferencial está no centro da noção Harrissiana de transformação: a relação $N_0 V N_1 W = N_1 V W$ será considerada como uma transformação somente se a diferença semântica entre (6) e (7) se reencontrar num número suficiente de pares reproduzindo as duas mesmas estruturas com outro material lexical.

O léxico-gramática utiliza critérios semânticos absolutos em casos excepcionais, onde fornecem resultados julgados suficientemente reproduzíveis. Assim, certas propriedades sintático-semânticas dos verbos distribucionais formalizadas no léxico-gramática pressupõem que uma frase exprima um deslocamento de uma entidade, denotada por um dos argumentos, em relação a um lugar, denotado por outro. Por exemplo, a propriedade $N_0 V N_1 Loc N_2$ pode ser verificada só se houver um deslocamento da entidade denotada por N_1 em relação ao lugar denotado por N_2 :

(10) *Zé enfia o envelope na gaveta*

Para tornar suficientemente reproduzível a aplicação desse critério, em particular no caso de um deslocamento mais ou menos abstrato, ou de frases nas quais a interpretação envolve outro processo paralelo ao deslocamento, foi necessário enquadrá-lo elaborando o seguinte processo (Guillet e Leclère, 1992): forjam-se duas frases locativas, sendo uma a negação da outra, por exemplo:

(11) *O envelope não está na gaveta*

(12) *O envelope está na gaveta*

e verifica-se que a interpretação de (10) supõe que a de (11) é verificada antes do processo, e a de (12) depois.

Este é o preço pago para podermos considerar as propriedades sintático-semânticas como definidas com suficiente precisão para que faça sentido confrontá-las ao léxico inteiro.

As tabelas de léxico-gramática realizadas nas décadas de 1970 e 1980 o foram graças às precauções metodológicas que acabamos de expor aqui. Como o leitor reparou, não se utilizam em nenhum momento de um corpus, limitando-se assim a uma lingüística exclusivamente introspectiva e manipuladora.

Com efeito, nessa época, as coleções de textos disponíveis em formato eletrônico eram pequenas demais para poder melhorar o processo. Os concordanceadores disponíveis não eram suficientemente elaborados para permitir a produção de concordâncias lematizadas a partir de um texto não anotado (aliás, ainda é o caso dos concordanceadores utilizados pela maioria dos lingüistas). Enfim, não existia praticamente nenhum corpus de textos anotados nem lematizados.

c) No começo da década de 1990 essa situação mudou, o que permitiu aos construtores do léxico-gramática de recorrer cada

vez mais facilmente a uma terceira precaução metodológica: a utilização de exemplos atestados nos corpus. Com efeito, por um lado, com a criação do sistema Intex (Silberstein, 1993), foi possível pesquisar nas grandes coleções de textos estruturas lingüísticas especificadas pelo seu conteúdo lexical e morfossintático (lemas, categorias gramaticais, traços flexionais) e produzir as concordâncias correspondentes⁹, muito mais úteis que aquelas produzidas por concordanceadores sem léxico. Por outro lado, com a criação do Web, e em seguida do motor de pesquisa Google (1999) e do sistema Webcorp (Renouf, 2003), imensas coleções de textos tornaram-se acessíveis. Assim, o projeto BFQS recorre frequentemente a formas atestadas no Web (figura 2). Esse controle suplementar pela observação de *corpus*, substitui-se parcialmente ao controle mútuo evocado mais acima em a), com a vantagem de que coloca em ação mais locutores. Entretanto, não pode substituir pura e simplesmente o conjunto de precauções metodológicas que expusemos. As razões dessa impossibilidade são bem conhecidas e foram apresentadas muitas vezes no debate sobre os méritos respectivos da lingüística introspectiva e da lingüística de corpus. Contentemo-nos de lembrá-los brevemente:

- A observação de corpus não fornece análises das diferenças de sentidos ou das diferenças entre as variantes de uma língua.
- Não fornece, por si só, a formalização dos fatos observados.
- Não atesta as inaceitabilidades: por exemplo, a ausência da expressão *perícia de* num corpus de 1.700.000 palavras não prova em nada que essa expressão seja inusitada.

Expressão	B	F	Q	S	Paráfrase	Exemplo
Amuser à des riens (s')	+	+	+	+	Se distraire avec des futilités	Il est comme un petit enfant, il s'amuse à des riens.

⁹ O sistema Unitex (Paumier, 2006), livremente disponível (<http://univ-mlv.fr/~unitex>), propõe a mesma funcionalidade. O sistema Glossanet (Fairon e Singler, 2006) faz a mesma coisa explorando páginas web renovadas cotidianamente, também de graça.

Amuser à un rien (s')	+	!	-	+	Se distraire avec des futilités	
Amuser bien (s')	+	-	-	-	Se plaire quelque part	Est-ce que tu t'amuses bien dans ton nouvel appartement ?
Amuser la galerie	+	+	+	+	Distraire l'assistance	"Lorsqu'il était petit, il amusait la galerie avec ses mimiques, ses blagues : un acteur était né." (www)
Amuser le tapis	-	+	-	+	Distraire l'assistance	"Raffarin veut-il amuser le tapis ? Après tout, pourquoi pas, mais la situation dramatique de la France mérite mieux." (www)
Amuser le temps	-	-	+	-	Faire passer le temps	Pierre n'a rien fait de la journée. De plus en plus, j'ai l'impression qu'il amuse le temps.

Figura 2. Um extrato do dicionário BFQS

Por todas essas razões, e embora o trabalho descritivo do léxico-gramática tenha recorrido de maneira crescente a um controle pela observação de corpus durante as décadas de 1990 e 2000, isso não levou de maneira alguma a abandonar as precauções elaboradas no período anterior; essa nova precaução apenas juntou-se às precedentes, fazendo do léxico-gramática um método que pertence ao mesmo tempo à lingüística introspectiva e à lingüística de corpus, um pouco como preconizava Fillmore (1992). Os projetos americanos FrameNet (Baker *et al.*, 2003) e VerbNet (Kipper-Schuler *et al.*, 2006) testemunham de uma relativa convergência em direção dos objetivos do léxico-gramática.

Examinemos, por exemplo, os procedimentos utilizados no projeto BFQS para detectar as expressões verbais fixas cujo emprego não é uniforme nas quatro variantes do francês. Os representantes de cada variante estabelecem, primeiro quatro listas separadas. Em seguida, comparam-nas. Ora, para descobrir, por exemplo, que uma expressão da lista B (para Bélgica) é inusitada na variante F (para França), é preciso um contato entre um representante da variante B e um representante da variante F. Com efeito, se uma expressão da lista B está ausente da lista F, o autor dessa última pode simplesmente não tê-la reparado. Ademais, se uma expressão está presente ao mesmo tempo nas lista B e F, isso não significa necessariamente que seja comum às duas variantes: é preciso, nesse caso, confrontar as interpretações; se são diferentes, trata-se, de um ponto de vista lexicológico, de duas expressões distintas, cada uma sendo usual em uma variante e inusitada na outra.

Como vemos, este procedimento precisa de análises de natureza introspectiva. Está longe de se limitar à comparação informática das duas bases de dados, e ainda menos de dois corpus.

d) As tabelas de léxico-gramática estando, no essencial, publicadas, é possível a todos e a cada um julgar se as diferentes precauções tomadas desempenharam seu papel, verificando se os resultados obtidos estão de acordo com os julgamentos de aceitabilidade que podem emitir os locutores do francês. Tal exame mostra que uma certa proporção das marcas indicando se as entradas possuem ou não as propriedades são errôneas. Entretanto, as duas principais causas aparentes desses erros são:

- por um lado, a existência de colunas correspondendo a propriedades mal definidas, introduzidas a título experimental pelos lingüistas à espera da opinião de seus pares, mas que seria melhor não considerar como soluções satisfatórias dos problemas descritivos aos quais correspondem; por exemplo, as propriedades dos verbos distribucionais que se referem aos nomes das partes do corpo (*Npc*);

- por outro lado, a presença de erros de informática durante a transferência de dados de um sistema para outro¹⁰.

Assim, as informações lingüísticas formalizadas nas tabelas do léxico-gramática em seu estado atual possuem um interesse científico e técnico de primeira ordem, mesmo não sendo totalmente isentas de erros. Mas o método de construção dessas tabelas apresenta um interesse mais importante ainda do ponto de vista lingüístico; além disso, permite corrigir os erros e construir as tabelas que faltam para outras partes do léxico ou então para outras línguas.

3.3. Verificação da pertinência das hipóteses

Na seção precedente evocamos essencialmente técnicas de análise de exemplos construídos. Ocupemo-nos agora da arte de construir exemplos. Para poder retirar conclusões válidas da análise de exemplos, é preciso construí-los de maneira rigorosa e organizada. Consideremos, por exemplo, o problema da relação entre três construções do verbo *abundar*:

(13) *As obras para cello abundam no período romântico*

(14) *O período romântico abunda de obras para cello*

(15) *O período romântico abunda em obras para cello*

A identidade do material lexical e a semelhança semântica fazem pensar a uma transformação que intervertiria o sujeito e o complemento. Coloquemos, pois, à prova a hipótese de uma transformação N_0 *abundar* Loc $N_1 = N_1$ *abundar* (de + em) N_0 (cf. Boons *et al.*, 1976; Salkoff, 1983). Nessa notação informal não aparecem os determinantes e os modificadores do substantivo, mas o determinante de N_0 não concorda nos exemplos (13) e (14). Em outras transformações intervertindo os argumentos sintáticos de um verbo distribucional (ditas de cruzamento), os determinantes podem ser conservados:

Zé salpica um pouco de açúcar no bolo

Zé salpica o bolo com um pouco de açúcar

Zé vai salpicar esse açúcar todo no bolo

Zé vai salpicar o bolo com esse açúcar todo

¹⁰ Durante os vinte primeiros anos de existência do léxico-gramática, os instrumentos informáticos de manipulação de bases de dados contendo textos eram deficientes, e as normas de representação do texto eram caóticas.

Testemos pois a hipótese (generalizante, portanto simplificadora) de uma conservação do determinante na transformação hipotética que nos ocupa agora. Uma experimentação adaptada à verificação dessa hipótese consiste em fazer variar o determinante de N_0 nos exemplos (13) e (14) antes de analisar as seqüências assim forjadas:

(13) *As obras para cello abundam no período romântico*

= (16) * *O período romântico abunda (das + nas) obras para cello*

(17) **Obras para cello abundam no período romântico*

= (14)-(15) *O período romântico abunda (de + em) obras para cello*

A construção dos exemplos não é trivial: envolve a utilização de contrações (*em as = nas*) e necessita lembrar que o determinante zero pode ser equivalente a um determinante indefinido. As diferentes interdições marcadas nos exemplos (16) e (17), acima citados, invalidam a hipótese que os suscitou e sugerem que a realidade do uso é mais complexa. Todavia, levando em conta outros determinantes, ao contrário, sugere-se que a hipótese seria válida para certos tipos de determinante, por exemplo, *este tipo de* e *algum tipo de*:

(18) *(Este + Algum) tipo de obra abunda no período romântico*

= (19) *O período romântico abunda (de + em) (este + algum) tipo de obra*

Isso sugere ao experimentador que passe em revista as diferentes categorias de determinantes e que realize experiências independentes em função dessa tipologia.

Mesmo sem levar mais longe esse estudo de caso, podemos observar que os exemplos que permitiram encontrar respostas parciais a nossas sucessivas questões têm a particularidade de fazer variar cada parâmetro independentemente. Entre (14) e (15) a preposição é que varia. Entre (13) e (14) variamos dois parâmetros ao mesmo tempo: a posição dos argumentos e o determinante de N_0 . Essa falta de rigor é corrigida pela construção dos exemplos (16) a (17) e depois (18) e (19), destinados a separar os dois parâmetros em questão.

Em outros termos, como em toda ciência experimental, imaginam-se experiências destinadas a colocar em evidência, separadamente, os efeitos ligados aos diferentes parâmetros que podem revelar-se como sendo os fatores dos fenômenos observados. Pode-se, assim, validar as diferentes hipóteses subjacentes a essas experiências, ou então imaginar outras hipóteses.

4. AS CRÍTICAS DE CROFT

Em seu artigo, Croft (*ibid.*) preconiza implicitamente o emprego do “método observacional” como uma “alternativa legítima ao método experimental”, formulando duas críticas sobre esse último. Examinemos essas críticas graças à experiência ganha ao aplicar o léxico-gramática. É preciso, entretanto, lembrar que Croft se refere à tipologia das línguas, um domínio que não pode ser identificado com o da descrição sintático-semântica.

4.1. Objetividade e subjetividade

A primeira crítica de Croft contra a lingüística introspectiva é clássica: como a experiência introspectiva baseia-se no julgamento de aceitabilidade pelo próprio experimentador, esse último é o objeto de sua própria experiência, existindo pois um risco de viés, ou deformação da observação, que já evocamos na seção 3.2. Como diz Croft, “um psicólogo rejeitaria imediatamente tais condições”. A lingüística de corpus não corre esse risco, pois o observador é independente dos autores do corpus.

Assinalemos, para começar, que em outras ciências experimentais o risco ligado ao fato de que o experimentador é, em parte, objeto de sua própria experiência, é considerado em certas condições como um risco controlado que não prejudica em nada a validade dos resultados obtidos. Assim, quando um naturalista observa o cheiro de um cogumelo (um dos elementos essenciais para a determinação das espécies, na prática), não se exige que o faça sem saber de onde vem o cheiro, ou sem saber onde estava quando encontrou o cogumelo. Tais condições seriam rejeitadas imediatamente por um biólogo, pois são tão inúteis quanto impraticáveis. Os biólogos possuem, aliás, o bom senso de não procurar a ajuda

de um psicólogo para determinar as espécies de cogumelos. Em ciências experimentais, a noção de reprodutibilidade é considerada como mais pertinente que a noção de objetividade.

Retornando à lingüística, enviamos o leitor à seção 3.2 desse artigo para lembrar que os autores do léxico-gramática, cientes do risco de viés, lançaram mão de um conjunto de precauções que os obrigaram a um grande rigor e que se baseiam em noções de ordem não psicológicas, mas sim lingüísticas.

Croft não alude a esses procedimentos, apesar de que foram aplicados a dados de uma larga cobertura lexical e gramatical, e que a maioria dos resultados obtidos pelo léxico-gramática terem sido publicados. Talvez este silêncio explique-se pelo fato de que Croft julgue a lingüística introspectiva só através de sua tendência mais conhecida, a gramática gerativa.

É verdade que a crítica sobre a falta de objetividade é suficientemente justa em relação a esse movimento, grande produtor de estruturas abstratas (mas é muito difícil, na prática, verificar a conformidade dessas estruturas com os fatos observados); em outros termos, produtor de hipóteses infalsificáveis, no sentido de Popper (1959). A gramática gerativa não tem a fama de aplicar métodos particularmente elaborados em matéria de observação. A noção de observação é, aliás, considerada como relativamente trivial nas tradições "culturais" da gramática gerativa. Assim, a "adequação observacional" ocupa o nível o mais baixo na hierarquia dos três níveis de adequação de uma representação gramatical: adequação observacional, descritiva e explicativa. Isso é particularmente significativo, dado o papel decisivo assumido pela noção de prestígio nesse movimento. Talvez essa posição coletiva possa ser entendida como uma reação à posição metodológica de Harris, que, pelo contrário, visa resolutamente a "superfície" (diretamente observável) das línguas.

Entretanto, não cabe avaliar a lingüística introspectiva através de representantes que são descuidados com a observação dos fatos, sejam eles os mais conceituados.

Já a lingüística de corpus tem, às vezes, uma exigência de objetividade tão excessiva quanto é menosprezada pela

gramática gerativa. O desenvolvimento espetacular da lingüística de corpus apresenta, aliás, também, certos aspectos de uma revolução, em relação a uma posição metodológica anterior, vista como a "lingüística de poltrona", especialmente no Reino Unido, onde a lingüística de corpus tem quase sufocado as outras abordagens da lingüística.

Mas não nos percamos em direção da sociologia dos movimentos científicos. Retornemos a argumentos científicos.

4.2. Elaboração de hipóteses

A segunda crítica de Croft aplica-se ainda menos ao domínio que nos interessa. Na aplicação do "método experimental", reclama ele, "nenhuma generalização pré-formulada é testada, como sempre deve ser feita pelo experimentador que conduz uma experiência". Eis aqui uma razão bem pouco convincente para justificar a renúncia aos métodos da lingüística introspectiva.

Primeiramente, a formulação de hipóteses prévias às experiências está no centro da prática efetiva da lingüística introspectiva (cf. seção 3.3). Os lingüistas empregam-no, aliás, para se proteger contra a complexidade dos fatos que, segundo Croft, impedem de aplicá-lo. É verdade que a tipologia das línguas, sobre a qual falava Croft, acrescenta um nível de complexidade suplementar.

Em segundo lugar, a observação dos fatos, mesmo independentemente da formulação de uma hipótese, pode ser uma atividade científica legítima. As ciências experimentais fornecem numerosos exemplos, desde a pesquisa médica (os estudos observacionais, justamente) até a Física (a observação e o recenseamento sistemáticos dos corpos celestes ou das propriedades dos elementos) ou a Biologia (a observação das espécies que habitam os biótopos).

Em terceiro lugar, o "método observacional" preconizado por Croft não comporta, em geral, a formulação de hipóteses.

Rejeitar a lingüística introspectiva pelo motivo que não formula hipóteses, portanto, seria equivalente a se privar de um instrumento invocando o fato que seria necessário servir-se dele.

5. A REGRA E O EXEMPLO

Como vimos, o artigo de Croft (*ibid.*) empresta os termos e as noções do “método experimental” e do “método observacional” à pesquisa médica, onde se considera consensualmente, ao contrário do que Croft preconiza implicitamente, que o primeiro método fornece mais informações que o segundo. Aprofundemos o paralelo com a pesquisa médica um pouco mais longe do que simplesmente o empréstimo de termos. O defeito de um estudo “observacional” é o de fornecer apenas uma coleção de casos, enquanto que um estudo “experimental” é concebido para que a coleção de casos tenha as propriedades estatísticas necessárias para que possamos deduzir a existência de relações de causa a efeito, ou seja, de regras. Temos, portanto, dois tipos de estudo: uns menos custosos, os outros capazes de colocar regras em evidência. Ora, essa complementariedade se encontra também entre a lingüística de corpus e a lingüística introspectiva.

Para demonstrá-lo, lembremo-nos em primeiro lugar de algumas noções de bom senso sobre os conceitos de regra e de exemplo. Em Matemática, uma regra tem mais valor que os exemplos, se é mais geral. Assim, comparemos a regra: “nenhum número inteiro par superior a 2 é um número primeiro”, com dois exemplos: “6 e 14 não são números primeiros”. É bem mais natural se considerar a regra como mais interessante, pois dela podemos deduzir os dois exemplos. Essa preferência tem seus limites. De fato, se a regra é falsa, não tem nenhum valor. Da mesma maneira, se os exemplos enumeram a totalidade das possibilidades cobertas pela regra, o seu interesse não é mais tão óbvio.

Examinaremos, nos parágrafos abaixo, como essas noções contribuem para o debate sobre a lingüística introspectiva e a lingüística de corpus, e em seguida, sobre as principais abordagens do tratamento automático das línguas.

5.1. Em Lingüística

Em princípio, a lingüística introspectiva é manipuladora e tem a capacidade de descobrir e formalizar regras, cuja acumulação pode formar uma gramática. Enviamos o leitor à seção 3 para encontrar os exemplos. Pelo contrário, a

lingüística de corpus pura limita-se a encontrar exemplos tirados de um corpus e, portanto, produz resultados de um escopo menos geral, a não ser que se arrisque uma generalização mais ou menos temerária. Em outros termos, não resolve o problema da formalização. Essa é a razão principal que nos conduz a defender a persistência de abordagens lingüísticas que não dependam apenas e exclusivamente da lingüística de corpus. Entretanto, essa reflexão tem seus limites.

Em primeiro lugar, as regras produzidas pela lingüística introspectiva podem ser falsas, principalmente se a confrontação com a realidade lingüística for insuficiente ou pouco rigorosa: é a "lingüística de poltrona".

Em segundo lugar, mesmo se nenhum corpus pode cobrir todas as possibilidades de uma língua, o web (apesar de seus defeitos, pois encontramos nele muitos erros) visto como uma coleção de textos de uma dada língua, se aproxima de uma certa maneira desse ideal pelo seu volume e sua diversidade (pelo menos para línguas como o francês e o inglês).

Justamente, essas duas reservas é que motivaram a elaboração do *savoir-faire* metodológico acumulado ao longo do desenvolvimento do léxico-gramática, paralelo ao da lingüística de corpus. Por um lado, precauções metodológicas apropriadas permitiram encontrar soluções à falta de rigor nas observações que suscitou a revolução dos corpus; por outro lado, a fonte de informações crescente que constituem as coleções de textos foi cada vez mais utilizada.

Os resultados obtidos pela aplicação desse conjunto de métodos surpreenderam mais de um lingüista. Trata-se realmente de regras, mas as diferenças entre entradas lexicais e entre construções compõem um caos de irregularidades muito mais importante do que podíamos prever. O modelo do léxico-gramática permite evidentemente de representar o fato de que dois elementos lexicais possuem exatamente as mesmas propriedades sintático-semânticas, mas, quando isso acontece, o exame de outras propriedades leva, quase sempre, a encontrar diferenças entre as duas entradas. Ora, nenhuma teoria lingüística tinha previsto até então uma tal diversidade, que é contrária à intuição mais ou menos unânime de lingüistas e locutores. Um vasto empreendimento de

coleção de observações era, portanto, tão necessário em Lingüística quanto em Física e em Biologia, e continua sendo.

Ademais, esse resultado espantoso conduz a relativizar a noção de regra. Parece, de fato, que temos uma clara tendência intuitiva a exagerar a generalidade de regras em matéria de sintaxe e de semântica, já que somos tão numerosos a ser surpreendidos ao ver que têm tantas exceções. Isso demonstra mais uma vez a necessidade de considerarmos dados observáveis susceptíveis de contrabalançar essa tendência, colocando em evidência os contra-exemplos às regras que nos parecem prevalecer.

Desse ponto de vista, uma das tradições "culturais" da gramática gerativa constitui uma desvantagem: a idealização da noção de regra e a valorização extrema da generalidade das regras. O perigo dessa tendência é o de perder de vista que uma regra geral, que não se acha em conformidade com a realidade, é uma generalização apressada, sem valor científico.

5.2. No tratamento automático das línguas

Se bem que o domínio do tratamento automático das línguas não se tenha estruturado sobre o modelo da Lingüística, nele encontramos também uma oposição entre duas abordagens metodológicas que correspondem de uma certa maneira à oposição entre lingüística introspectiva e lingüística de corpus.

Na abordagem dita simbólica, utiliza-se um modelo formal no qual se representa (por símbolos) as noções lingüísticas ou cognitivas pertinentes, suas relações, e as regras a serem aplicadas durante os tratamentos. O modelo e as regras de manipulação são construídos manualmente. Por exemplo, para a tradução automática, essas regras podem descrever as correspondências de língua a língua ou as construções sintáticas em uma das línguas. A lingüística introspectiva, na medida em que produz resultados formais, alimenta a abordagem simbólica.

Na abordagem chamada probabilista, que é majoritária, parte-se de um corpus que serve de fonte de exemplos do tratamento a ser efetuado e produz-se automaticamente, por análise estatística, dados numéricos com a ajuda dos quais programas simulam um comportamento o mais próximo possível do ilustrado pelo corpus. Por exemplo, para a

tradução automática, busca-se um corpus de textos numa língua e sua tradução na outra, e fornece a um programa de aprendizagem automática. A produção de regras é automatizada sob a forma de um tratamento estatístico do corpus de aprendizagem. Trata-se, pois, de uma "industrialização" daquilo que é artesanal na abordagem simbólica.

A abordagem híbrida, que consiste a combinar as duas precedentes, é pouco desenvolvida, e consiste geralmente em introduzir algumas gotas simbólicas num mar probabilista.

Os argumentos que asseguraram a popularidade da abordagem probabilista junto aos engenheiros estão ligados à automaticidade do processo, que não só traz uma garantia de objetividade como também limita o custo de realização dos produtos. Esses dois argumentos lembram uma parte do debate entre lingüística introspectiva e lingüística de corpus.

O argumento da objetividade corresponde a uma das críticas classicamente feitas pelos lingüistas de corpus (cf. seção 4.1). Aqui, ainda, os adeptos da abordagem probabilista falam de objetividade mas jamais de reprodutibilidade; nunca avaliam a eficácia das precauções metodológicas que certos adeptos da lingüística introspectiva ou da abordagem simbólica tomam para ter certeza que seus resultados descrevem bem uma língua e não um experimentador. Talvez ignorem essas precauções; mas a ignorância não justifica uma escolha científica.

O argumento do custo evoca a oposição entre os estudos observacionais e os estudos experimentais em pesquisa médica: essas últimas necessitam maior rigor e são susceptíveis de fornecer resultados mais precisos, mas o preço a pagar por essa diferença de qualidade é que têm um custo maior. Da mesma maneira, elaborar manualmente modelos formais da sintaxe, da semântica e do léxico é mais custoso do que mandar realizar modelos numéricos por programas de análise estatísticas. Entretanto, não se pode abordar a questão do custo sem abordar a da qualidade: a relação custo/qualidade é um critério de avaliação mais pertinente do que o do custo. Ora, os produtos da abordagem probabilista fornecem apenas resultados rudimentares, que são suficientes para aplicações comercialmente rentáveis, mais elementares, como os motores de pesquisa. Com efeito, a abordagem

probabilista é tecnicamente incompatível com a manipulação de estruturas complexas, quer dizer, possuindo numerosos parâmetros, cada um dos quais pode ter numerosos valores. Esse é bem o caso dos objetos de base da sintaxe: entradas lexicais, construções sintáticas, contextos. O argumento do custo está, pois, longe de ser decisivo.

Citamos um terceiro e último argumento, freqüentemente citado nas publicações especializadas na abordagem probabilista: o estudo descritivo da língua é qualificado como sendo “longo e aborrecente”, razão invocada para excluir a abordagem simbólica. (Essa expressão foi tantas vezes repetida que quase faz parte do jargão da área.) Eis aí outro argumento bem pouco convincente. Se um autor que invoca esse argumento se dedicou à pesquisa em informática, podemos crer sem dificuldade que tem pouco gosto pela descrição lingüística. Mas em quê isso é um obstáculo à sua utilização de dados lingüísticos construídos por outros pesquisadores, que, pelo contrário, apreciam essa atividade? Se o autor em questão não gosta de cozinhar, vai ele praticar o jejum? Da mesma forma, se a realização de um sistema de qualidade o necessita, porque não utilizar os resultados obtidos por outra disciplina? Supondo que nosso autor seja de boa fé, falta-lhe muita imaginação. O fato que revistas e colóquios dentre os mais prestigiados publiquem centenas de artigos nos quais os autores reproduzem este argumento parece-nos vergonhoso para seus comitês de seleção.

Se os méritos científicos e técnicos da abordagem probabilista são assim tão discutíveis, como explicar a sua popularidade? Talvez seja porque permite a seus adeptos economizar o esforço de uma colaboração entre duas disciplinas, a informática aplicada e a lingüística descritiva. Se essa explicação é válida, o fundo do problema pode ser o mesmo da disputa entre lingüística introspectiva e lingüística de corpus: um receio de colaborar entre duas abordagens metodológicas que, porém, são compatíveis.

6. CONCLUSÃO

A oposição de Croft (1993, 1998) entre “método experimental” e “método observacional” renova o velho debate entre lingüística introspectiva e lingüística de corpus,

suscitando um paralelo com as ciências experimentais às quais Croft empresta os termos. O exemplo do léxico-gramática, um método de descrição sintático-semântica cujos fundamentos referem-se explicitamente às ciências experimentais, é particularmente esclarecedor nesse debate e nesse paralelo. Lembremos o essencial dos ensinamentos aos quais temos proposto chegar.

- A formulação de regras conformes à realidade do uso de uma língua é uma técnica que não se resume a uma mera observação de exemplos.

- Necessita não só uma observação intensiva de exemplos, como também precauções metodológicas rigorosas nessa atividade de observação.

- As tradições aparentemente opostas da lingüística introspectiva e da lingüística de corpus são, pois, complementares e de natureza a se combinar para favorecer o sucesso de tal empresa, sendo contra-produtivo excluir um ou outro.

- A metodologia do léxico-gramática fornece um exemplo concreto e produtivo de resultados.

Essas reflexões convidam os lingüistas a superar seu receio de combinar os dois tipos de método.

Referências

- Aluísio, Sandra M., Gisele M. Pinheiro, Marcelo Finger, Maria das Graças V. Nunes, Stella E.O. Tagnin. 2003. The Lácio-Web Project: overview and issues in Brazilian Portuguese corpora creation. *Proceedings of Corpus Linguistics*, Lancaster, UK, pp. 14-21.
- Baker, Collin F., Charles J. Fillmore, Beau Cronin. 2003. The Structure of the Framenet Database, *International Journal of Lexicography* 16.3, pp. 281-296.
- Boons, Jean-Paul, Alain Guillet, Christian Leclère. 1976. *La structure des phrases simples en français. 1. Constructions intransitives*, Genève : Droz.
- Croft, William. 1993. "Functional-typological theory in its historical and intellectual context", *Sprachtypologie und Universalienforschung* 46, pp. 15-26.

- Croft, William. 1998, La théorie de la typologie fonctionnelle dans son contexte historique et intellectuel, *Verbum* 1998/3, pp. 289-307.
- Fairon, Cédric, John V. Singler. 2006. "I'm like, 'Hey, it works!': Using GlossaNet to find attestations of the quotative (be) like in English- language newspapers", in A. Renouf and A. Kehoe (eds). *The Changing Face of Corpus Linguistics*. Language and Computers 55. Rodopi, Amsterdam/New York, pp. 325-336.
- Fillmore, Charles. 1992. "'Corpus linguistics' vs. 'Computer-aided armchair linguistics'". *Directions in Corpus Linguistics*, Mouton de Gruyter, pp. 35-60. (Proceedings from a 1992 Nobel Symposium on Corpus Linguistics, Stockholm.)
- Gross, Maurice. 1975. *Méthodes en syntaxe*, Paris : Hermann.
- Gross, Maurice. 1981. « Les bases empiriques de la notion de prédicat sémantique », *Langages* 53, pp. 7-52, Paris : Larousse.
- Gross, Maurice. 1984. "A linguistic environment for comparative Romance syntax". In *Papers from the XIIth Linguistic Symposium on Romance Languages*, P. Baldi (ed.), pp. 373-446, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Gross, Maurice. 1994. "Constructing Lexicon-grammars". *Computational Approaches to the Lexicon*, Atkins and Zampolli (eds.), Oxford University Press, pp. 213-263.
- Guillet, Alain, Christian Leclère. 1992. *La structure des phrases simples en français. 2. Constructions transitives locatives*, Genève : Droz.
- Harris, Zellig. 1964. "The Elementary Transformations", *Transformations and Discourse Analysis Papers* 54, in Harris, Zellig S. 1970, *Papers in Structural and Transformational Linguistics*, Dordrecht: Reidel, pp. 482-532.
- Harris, Zellig. 1976. *Notes du cours de syntaxe*, Paris : Seuil.
- Kipper-Schuler, Karin, Anna Korhonen, Neville Ryant, Martha Palmer. 2006. Extending VerbNet with Novel Verb Classes. *Proceedings of the International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC)*, Genoa.
- Labelle, Jacques. 1990. "Norms and variants en French", *Linguisticae Investigationes* 13:2, pp. 281-306, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Lamiroy, Béatrice, Christian Leclère, Jean René Klein, Jacques Labelle. 2003. "Expressions verbales figées et variation en français: le projet BFQS", *Cahiers de lexicologie* 83-2, pp. 153-172.
- Paumier, Sébastien. 2006. *Unitex Manual*. <http://univ-mlv.fr/~unitex>.

- Popper, Karl. 1959. *The Logic of Scientific Discovery*, Basic Books, New York.
- Renouf, Antoinette. 2003. 'WebCorp: providing a renewable data source for corpus linguists', in S. Granger & S. Petch-Tyson (eds.), *Extending the scope of corpus-based research: new applications, new challenges*. Amsterdam: Rodopi.
- Salkoff, Morris. 1983. Bees are swarming in the garden: a systematic synchronic study of productivity. *Language* 59, pp. 288-346.
- Vale, Oto A. 2001. *Expressões Cristalizadas do Português do Brasil: uma proposta de tipologia*, Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

VERBOS DE PROCESSO: CAUSATIVIDADE & CONSECUTIVIDADE

Sebastião Expedito Ignácio¹

Ana Carolina Sperança²

¹Departamento de Lingüística – Universidade Estadual Paulista (UNESP - Araraquara) – Rua Tenente Joaquim Nunes Cabral, 2673 – CEP 14801-440 – Araraquara, SP. Telefone: (16) 3336-1300 – e-mail: expedito@techs.com.br

²Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa – Universidade Estadual Paulista (UNESP – Araraquara) – Rua Primo Torquato, 122, Ap. 32. Bl 1. CEP: 14806-108 – Araraquara, SP. Telefone: (16) 3324-5030 – e-mail: carolinasperanca@yahoo.com.br

Área em que se enquadra o trabalho: Lingüística aplicada.

Abstract

In this paper, we discuss the relation causativity & consecutivity, studying the mechanisms that form process clause structures and the possibilities (and conditionings) of occurrence of corresponding active-process sentences, concerning the different process verbs' properties. This work is based on verb centrality principle and on the argument theory according to the valency grammar and case grammar.

Keywords: process verbs; causativity; consecutivity; themathic roles.

Resumo

Pretende-se, neste trabalho, discutir a relação de causatividade & consecutividade, estudando-se os mecanismos de realização das estruturas oracionais processivas e as possibilidades (e condicionamentos) de ocorrência de frases ativo-processivas correspondentes, tendo em vista as propriedades dos diversos tipos de verbos de processo. O

trabalho fundamenta-se no princípio da centralidade do verbo e na teoria da argumentação segundo a gramática de valência e a gramática de casos.

Palavras-chave: verbos de processo; causatividade; consecutividade; papéis temáticos.

1. PRELIMINARES

Considerando-se que o *verbo de processo* assim se caracteriza por selecionar um argumento afetado na posição de sujeito, infere-se que essa classe de verbos pressupõe, em princípio, um elemento causativo, responsável pelo afetamento do primeiro argumento (Ignácio, 1994). Essa causa, que pode vir explícita ou implícita, demonstra-se ora lingüisticamente, ora logicamente. Dessa forma, na falta de outra nomenclatura, chamaremos os verbos de processo de **verbos consecutivos** e os dividiremos em dois grandes grupos:

- os que pressupõem um verbo causativo correspondente (cair < derrubar; morrer < matar, etc.: *O copo caiu./Ele derrubou o copo.*)

- os que não possuem um correspondente causativo determinado (crescer; balançar(-se); entristecer(-se), correr; escorrer, etc.: *O suor corria/escorria pelo seu corpo; etc.*).

Entende-se por **processo** a relação de **afetamento** (mudança de estado físico ou psicológico) sofrida por um ser em consequência do fato expresso pelo verbo numa estrutura oracional. Dessa forma, entende-se por *verbo de processo* aquele que seleciona um sujeito **afetado**, física ou psicologicamente:

(i) *O vaso **quebrou***¹¹.

¹¹ Os exemplos citados são estruturas representativas das constantes do *corpus* (Centro Lexicográfico da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Araraquara), simplificadas, mas que conservam a mesma configuração sintática.

(ii) *Janaína **entristeceu**.*

O sujeito desse tipo de verbo se caracteriza como **Paciente** e se subcategoriza como **Experimentador**, no caso dos seres animados que “experimentam” uma sensação, como é o caso do exemplo (ii), *Janaína **entristeceu***. Conforme lembra Chafe (1979), o verbo de processo indica um **acontecer** em relação ao nome que o acompanha na construção da frase, seja esse nome o que preenche a função de sujeito, como nos exemplos acima, seja o que funciona como objeto nas estruturas oracionais em que há, ao mesmo tempo, **ação** e **processo**:

(iii) *João **quebrou o vaso**.*

(iv) *Este fato **entristeceu Janaína**.*

Nos dizeres de Borba (1996, p.58), “Os verbos de processo expressam um evento ou sucessão de eventos que afetam um sujeito **paciente** ou **experimentador**. Por isso traduzem sempre um **acontecer** ou um **experimentar**, isto é, algo que se passa com o sujeito ou que ele experimenta”.

Tendo-se em vista, pois, que o nome associado ao verbo de processo, sendo **afetado**, “sofre” ou “experimenta” um efeito ou consequência do fato expresso pelo verbo, é lícito afirmar que esse verbo se possa considerar como **consecutivo**, isto é, expressa o resultado de uma causa que pode vir explícita ou implícita, ora se realizando lingüisticamente, ora se pressupondo logicamente. No primeiro caso, o elemento causativo pode vir expresso como complemento:

(v) *A árvore caiu **com o vento**.*

(vi) *A porta do carro abriu **com o impacto da colisão**.*

Essas estruturas processivas correspondem sempre a uma estrutura ativo-processiva, onde o complemento causativo é alçado a sujeito, ora se conservando a mesma raiz verbal, ora se realizando com um verbo causativo correspondente ao verbo consecutivo, como será demonstrado adiante.

2. PAPÉIS TEMÁTICOS (CASOS SEMÂNTICOS) QUE COMPÕEM AS ESTRUTURAS EM QUE HÁ PROCESSO

Nas estruturas meramente de processo, o sujeito, na proposta de Chafe (1979), é **Paciente**. Na verdade, o termo "Paciente" constitui aí um caso genérico, aplicado tanto a seres animados como não-animados. Propomos aqui a subcategorização desse termo, considerando como **Experimentador** ou **Experienciador** (Exp), segundo a classificação de Fillmore (1971 e 1977), o caso de seres animados que experimentam um *afetamento* nas estruturas com verbos psicológicos (Cançado, 1997), reservando o termo **Paciente** (Pac) aos seres não-animados. Ex.:

- (1) **Paulo** magoou-se. (Exp)
- (2) **Joana** entristeceu(-se). (Exp)
- (3) **O muro** caiu. (Pac)
- (4) **A porta** abriu. (Pac)

Ainda nestas estruturas, podem-se explicitar, na posição de complemento, os papéis temáticos **Instrumental** (Instr) e **Causativo** (Ca), responsáveis pela causatividade. Ex.:

- (5) *Paulo magoou-se com as palavras ásperas da esposa.* (Instr)
- (6) *Joana entristeceu-se com a notícia.* (Ca)
- (7) *O muro caiu com o vento.* (Ca)
- (8) *A porta abriu com a chave.* (Instr)

Nas estruturas de ação-processo, esses mesmos papéis temáticos acrescentados do **Agentivo** (Ag) se revezam na posição de sujeito, aparecendo na posição de complemento o **Paciente** e o **Experimentador**. Ex.:

- (9) **A esposa de Paulo** o magoou **com sua atitude.** (Ag; Exp; Instr)
- (10) **A atitude da esposa** magoou **Paulo.** (Instr; Exp)

(11) **A notícia** entristeceu **Joana**. (Ca; Exp)

(12) **O vento** derrubou **o muro**. (Ca; Pac)

(13) **A chave** abriu **a porta**. (Instr; Pac)

3. ELEMENTOS CAUSATIVOS RELACIONADOS À CONSECUTIVIDADE DOS VERBOS DE PROCESSO

Constitui uma evidência dizer que não pode haver efeito sem causa. Assim, é forçoso reconhecer que todo verbo de processo pressupõe um elemento ou um fato responsável pelo evento expresso por ele. Como já dito, esse elemento ou esse fato podem vir expressos ou ser recuperados lingüisticamente, ou poderão estar implícitos logicamente. No primeiro caso, a causatividade poderá estar expressa no complemento, ou pode ser recuperada numa estrutura pressuposta, de ação-processo, na forma de um sujeito **Agente**, **Causativo** ou **Instrumental**. Ex.:

(14) *A porta abriu.*

pressupõe:

(15) *João (Ag) / O vento (Ca) / Uma chave falsa (Instr) abriu a porta.*

No segundo caso, a causatividade se pressupõe logicamente, mas não se tem um elemento ou uma estrutura lingüística correspondente recuperável. Ex.:

(16) *Os rios **correm** para o mar.*

(17) *Joãozinho **cresceu** de repente.*

(18) *O suor **escorria** pelo seu rosto.*

Evidentemente há uma causa responsável pelo movimento das águas dos rios, pelo crescimento de Joãozinho e pelo fato de o suor escorrer pelo rosto. Todavia, essa causa não é recuperável lingüisticamente, a não ser através de uma paráfrase imaginativa. Nesta etapa do trabalho, entretanto,

não tratamos destes casos. Analisamos apenas os verbos que pressupõem como causativo um elemento lingüístico facilmente recuperável ou que enseja uma paráfrase real.

Os elementos lingüísticos que representam a causatividade nas estruturas processivas se associam, basicamente, a três casos ou funções semânticas: **Agentivo**, **Causativo** e **Instrumental**. Como já exemplificado, essas funções ocupam a posição de sujeito em estruturas ativo-processivas reconstituídas a partir de estruturas processivas. E nestas são o **Causativo** e o **Instrumental** que ocorrem mais freqüentemente como elementos que explicitam a causatividade. Em raríssimos casos o **Agentivo** pode ocupar a posição de complemento, e nesses casos não se caracteriza propriamente como **causa**, mas como **origem**. Ex.:

(19) *Marta apanhou **do marido**.*

Nesse exemplo, a paráfrase possível não recupera, na posição de sujeito, a causatividade no sentido que a estamos considerando, mas sim o desencadeador ou a origem da ação:

(20) ***O marido** bateu em Marta.*

Neste caso, a tentativa de se detectar uma causa fica no plano das especulações, a menos que o contexto a explicita, e aí a análise deixa de se restringir aos limites da oração e se estende ao âmbito do discurso.

4. PROPRIEDADE DOS PAPÉIS TEMÁTICOS (CASOS SEMÂNTICOS) RESPONSÁVEIS PELA CAUSATIVIDADE NAS ESTRUTURAS PROCESSIVAS

Como visto, **Agentivo**, **Causativo** e **Instrumental** se revezam nas representações das causas que dão origem ao afetamento do nome (sujeito, nas estruturas meramente de processo, e complemento, nas estruturas de ação-processo). Disso se infere que esses papéis temáticos têm propriedades comuns, todavia apresentam certos traços característicos que os distinguem e que, conseqüentemente, implicam em algumas limitações e condicionamentos na realização das estruturas oracionais, bem como nas derivações ou transformações permitidas ou pressupostas. Em princípio, o

traço **causatividade** se faz presente em todos eles, uma vez que são igualmente os responsáveis, diretos ou indiretos, pelo desencadeamento da ação ou do evento que resulta no afetamento do nome. O traço **animacidade** é obrigatório para o **Agentivo** e facultativo para o **Causativo** e o **Instrumental**. Isto se pode demonstrar na dimensão pragmática. Sejam os exemplos:

(21) **Paulo** magoou a esposa com sua atitude. [Ag +animado]

(22) **A atitude de Paulo** magoou a esposa. [Instr - animado]

(23) Paulo utilizou-se **de um amigo** para magoar a esposa. [Instr +animado]

(24) O carro tombou devido a **um buraco** na pista. [Ca - animado]

(25) O carro tombou devido a **um animal** atravessando a pista. [Ca +animado]

Os traços **voluntariedade** e **manipulação** são definitivamente distintivos: enquanto o **Agentivo** é voluntário e manipulador, o **Instrumental** é não-voluntário e manipulado, e o **Causativo** é não-voluntário, não-manipulado. Dessa forma, o **Instrumental** sempre pressupõe um **Agentivo** que o manipula, sendo, neste caso, o primeiro a causa imediata e o segundo a causa mediata.

Nas estruturas exclusivamente de processo, em que o sujeito é afetado (**Paciente, Experimentador**), apenas o **Causativo** e o **Instrumental** se realizam, na posição de complementos, como responsáveis pela causatividade do afetamento do sujeito e pela consecutividade que se estabelece entre o verbo e o sujeito. O **Agentivo**, como visto, não se realiza como complemento causativo, no entanto sempre se pressupõe como causa mediata quando há um **Instrumental**, uma vez que este não se realiza sem que haja um manipulador. Ex.:

(26) A árvore caiu com **o vento**. (Ca)

(27) *O pugilista foi a nocaute com apenas **um golpe**.*
(Instr)

Em (26) “o vento” se caracteriza como **Causativo** por não ser manipulado. Em (27) “um golpe” se caracteriza como **Instrumental** por pressupor um **Agente** (alguém desferiu o golpe). Note-se que, neste caso, o **Agentivo** poderia se explicitar na forma de adjunto adnominal, como a causa mediata, isto é, o manipulador do **Instrumental**, e aí esse **Agentivo** não se caracterizaria propriamente como papel temático, que seria o conjunto nome+adjunto adnominal, portanto **Instrumental**:

(28) *O pugilista foi a nocaute com apenas um golpe **do adversário**.*

Aqui se poderiam pressupor duas estruturas parafrásticas de ação-processo:

(29) ***Apenas um golpe do adversário** nocauteou o pugilista.*

(30) ***O adversário** nocauteou o pugilista **com apenas um golpe**.*

Em (28), o papel temático **Instrumental** é representado pelo conjunto “um golpe do adversário” que se realiza na posição de sujeito; em (30), o **Agentivo**, realizando-se como sujeito, desmembra-se do **Instrumental** que passa a posição de complemento.

Note-se que em (28) a forma “foi a nocaute”, formada por um verbo suporte mais um nome abstrato, correspondendo virtualmente a um uma raiz verbal cognata do nome, funciona como um verbo de processo. Já em (29) e (30), a forma “nocauteou” lexicaliza tanto a ação (causa) como o processo (conseqüência). Esse fato, como se verá adiante, tem conseqüências nas transformações de estruturas processivas em estruturas ativo-processivas.

Desde já pode-se dizer que, sendo tanto o **Causativo** como o **Instrumental** portadores do traço **causatividade**,

fica evidente o traço **consecutividade** nos verbos de processo. E ainda que não se possa recuperar formalmente aqueles papéis temáticos, o fato de ser o sujeito **afetado** implica aí uma relação de causa e efeito.

5. ALGUNS CONDICIONAMENTOS PARA AS TRANSFORMAÇÕES DE ESTRUTURAS PROCESSIVAS EM ESTRUTURAS ATIVO-PROCESSIVAS

As estruturas ativo-processivas podem realizar-se com a mesma raiz verbal da estrutura processiva ou com um verbo de outra raiz, porém caracteristicamente causador do evento expresso pelo verbo de processo. Isso ocorre nas seguintes condições:

a) se o verbo lexicaliza apenas o processo, a estrutura ativo-processiva correspondente se realiza com um verbo causativo, de raiz diversa, correspondente à ação que resulta no evento expresso:

(31) *A árvore **caiu** com o vento.*

(32) *A garota **morreu** com uma bala perdida.*

Correspondem a:

(33) *O vento **derrubou** a árvore.*

(34) *Uma bala perdida **matou** a garota.*

Observações:

I. Uma vez que esses verbos lexicalizam apenas o processo, não podem, evidentemente, participar de uma estrutura de ação-processo, por isso se tornam agramaticais estruturas como:

(35) **O vento **caiu** a árvore.*

(36) **Uma bala perdida **morreu** a garota.*

II. Há certos verbos que, embora lexicalizem apenas o processo, não possuem um causativo correspondente. Neste caso, emprega-se o modalizador FAZER seguido do infinitivo do verbo de processo:

(37) *A criança **dormiu** com a canção de ninar.*

(38) *A canção de ninar **fez** a criança **dormir**.*

Pela mesma razão apresentada em I, será agramatical:

(39) **A canção de ninar **dormiu** a criança.*

III. Os verbos que lexicalizam exclusivamente o processo são consecutivos por excelência.

b) se o verbo pode lexicalizar tanto a ação quanto o processo, a estrutura ativo-processiva se realiza com o mesmo verbo:

(40) *A criança **acordou** com o barulho.*

(41) *O barulho **acordou** a criança.*

(42) *O gelo **derreteu** com o calor.*

(43) *O calor **derreteu** o gelo.*

Neste caso, o verbo adquire na estrutura ativo-processiva um caráter misto de causatividade e consecutividade, ou seja, ao mesmo tempo em que indica um FAZER por parte do sujeito, indica um ACONTECER em relação ao complemento.

6. CONCLUSÃO

O fato de os verbos de processo selecionarem um sujeito afetado implica que estabelecem uma relação de consecutividade. Tem-se, portanto, que os verbos de processo pressupõem sempre uma causa responsável pela consequência por eles desencadeada. Essa causa se explicita pelos papéis temáticos **Causativo** e **Instrumental**, na posição de

complemento nas estruturas meramente processivas, e por **Agentivo, Causativo e Instrumental**, nas estruturas ativo-processivas.

Uma estrutura meramente processiva [sujeito afetado + verbo de processo ± complemento] pressupõe sempre uma estrutura ativo-processiva correspondente, cujo verbo poderá ser de raiz diversa do verbo de processo da estrutura primitiva, indicando apenas a causatividade, ou será o mesmo verbo da estrutura primitiva, indicando, ao mesmo tempo, a causatividade e a consecutividade.

Referências Bibliográficas

BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

CANÇADO, M. *Verbos psicológicos do português brasileiro e a análise inacusativa de Belletti & Rizzi: indícios para uma proposta semântica*. D.E.L.T.A., São Paulo, v. 13, n. 1, 1997.

CHAFE, W. *Significado e estrutura lingüística*. Trad. de M. H. M. Neves et al. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979 [1970].

FILLMORE, C. *Some problems for case grammar*. In: O´BRIEN, R.J. (ed.) Monograph series on language and linguistic, n. 24. Washington: Georgetown Univ. Press, 1971.

_____. *The case for case reopened*. In: COLE, (ed). *Et alii – Syntax and semantics: grammatical relations*, 8. New York: Academic Press, 1977.

IGNÁCIO, S. E. O processo da derivação frasal nas frases dinâmicas do português escrito contemporâneo do Brasil. *ALFA Revista de Lingüística*, 1994, p. 33-45.

A 3ª PESSOA E O CONFLITO DE REGRAS

José Augusto Carvalho

Resumo

Este trabalho procura analisar a mistura de paradigmas pronominais de 2ª e 3ª pessoas, atribuindo-a ao conflito de regras, por um lado, como deriva da língua, e a intenções estéticas, por outro lado, como recurso do ficcionista para retratar estados de alma de seus personagens. Após exame de alguns exemplos em escritores brasileiros e portugueses conhecidos, há a conclusão de que o conflito de regras ainda está longe de ser resolvido.

Palavras-chave: paradigma, pronomes pessoais, pronomes de tratamento, sistema, norma, estilo, regras, teoria das ondas.

Abstract

This research analyses the mixing of pronominal paradigms for the 2nd and 3rd persons, and attributes the process to rule conflict, on the one hand, and to aesthetic intentions, on the other, as a means for fiction writers to portray the soul of their characters. After examining the rule conflict in prominent Brazilian and Portuguese writers, the conclusion is that the conflict rule is far from being resolved.

Key words: paradigm, personal pronouns, treatment pronouns, system, norm, style, rules, wave theory.

1. ELE E ELA COMO PRONOMES DE TRATAMENTO

O uso do pronome de tratamento formado de possessivo mais substantivo abstrato, como *Vossa Alteza* ou *Vossa Majestade*, permite ao falante aumentar ainda mais a distância que o separa do ouvinte: o falante não mais se dirige ao alocutado, mas à qualidade que dele emana, expressa pelo substantivo abstrato. É o que explica o emprego de *ela*, na carta de Pero Vaz de Caminha:

"E neesta maneira Senhor dou aquy avossa alteza doque neesta vosa terra vy esse aalguũ pouco alomguy, ela me perdoe, cao desejo que tijnha de vos tudo dizer mo fez asy poer pelo meudo." (A Carta de Pero Vaz de Caminha — edição de J. F. de Almeida Prado, p. 85.)

A referência à qualidade do alocutado designada pelo substantivo abstrato, na expressão com o possessivo, acarretou, em italiano, o uso atualmente generalizado do pronome feminino *lei* (= ela) como forma de tratamento respeitoso. Em alemão, o mesmo fenômeno ocorreu, mas o pronome de tratamento que originou a utilização do feminino *Sie* tinha o substantivo abstrato em sua forma plural: *Gnaden*, ligada ao tratamento *Ihr* (= vós), plural majestático. O sentido do termo *Gnade* (= clemência, graça) — de acordo com o dicionário etimológico de Drosdowski & Grebe — foi fixado, em grande parte, pela idéia cristã de graça divina, embora já existisse o termo entre os germanos pré-cristãos, com o sentido de "livramento da pena", "misericórdia para com o vencido, o condenado ou o súdito". A fórmula "pela graça de Deus", usada para os príncipes da Igreja, começou a aparecer como acréscimo aos títulos dos senhores feudais na época carolíngia. Era uma tradução do latim tardio *Clementia Vestra*. *Gnade* corresponde ao fr. *merci* (trouver merci) ou *grâce* (título de honra dado aos duques de Inglaterra: *Sa grâce le duc de...*). O *Sie* de tratamento, no moderno alemão, era usado inicialmente como 3ª pessoa plural, ao lado do título, a partir do séc. XVI, para pessoas gradas (Ex.: *Euer Gnaden haben... = Vossas Clemências têm... → Sie haben... = elas têm...*). Desde o séc. XVII, o *Sie* é empregado sem o uso do título. No séc. XVIII, tornou-se a fórmula de tratamento entre os nobres e entre os cidadãos de categoria elevada, ao lado de *Ihr* (= vós), que se tinha tornado de uso corrente anteriormente, e, desde então, está sendo escrito com maiúscula. A confusão entre as formas *sie* (singular) e *Sie* (plural) ocorreu no moderno alto-alemão.¹² A expressão *Ihre Gnaden*, que Fourquet dá como ponto de partida para a

¹² Cf. DROSDOWSKI, Günther & GREBE, Paul. *Der Große Duden – etymologie – Herkunftwörterbuch der deutschen Sprache*, s.v. Gnade e Sie. Ver também WANDRUSZKA, M. *Nuestros idiomas: comparables e incomparables*, p. 385-6.

substituição pelo *Sie* de respeito,¹³ já é de formação posterior a *Eure* (por *Euer*) *Gnaden*. *Eure* é possessivo que pertence ao paradigma de *Ihr* (= vós), e *ihre* é possessivo que pertence ao paradigma de *sie* (= ela). Em Goethe, ainda se pode ler a fórmula arcaica *Ihro Gnaden*, do paradigma de *Sie*:

Olear para o Bispo: "Was spricht man vom Türkenzug, Ihro Bishöffliche Gnaden?"¹⁴

O pronome *e/e*, como forma de tratamento que já era usual no séc. XVI,¹⁵ ainda existe nos dias de hoje, em português, segundo Maria José de Moura Santos e Leite de Vasconcelos.¹⁶ Essa forma de tratamento tem sua origem na referência a *o senhor*, da mesma forma que *ela* tem sua origem na referência à qualidade do alocutado, expressa pelo substantivo abstrato da fórmula de tratamento composta com o possessivo.

Said Ali, analisando o emprego de *ele-ela* como formas de tratamento em uma comédia de Jorge Ferreira de Vasconcelos (*Eufrosina*), observou que, no ato II, cena 5, os dois personagens se tratam um ao outro por *senhor primo*, *senhora prima*, *senhor* e *senhora*, naturalmente apenas como forma vocativa. Como sujeito dos verbos, o pronome pessoal é *vós*, mas, vez por outra, *ele* e *ela* são usados como forma de tratamento, em lugar de *vós* ("Se me *elle* quer fazer essa mercê" – "como *ella* mandar" --). Trata-se, portanto, da referência a *o senhor primo*, ou *o senhor*, e a *senhora prima*, ou *a senhora*. Entre ama e criada, *vós* era o tratamento mútuo, mas a criada podia enaltecer a senhora, falando-lhe por *ela* (= a senhora). No ato III, Eufrosina fala a Sílvia utilizando as formas oblíquas de 3ª pessoa: "Bofee, com vossa licença Silvia de Sousa, nam lhe digo por lhe querer mal".¹⁷ Psicologicamente, a utilização do pronome *e/e*, como forma de

¹³ FOURQUET, J. *Grammaire de l'allemand*, p. 64.

¹⁴ GOETHE. *Götz von Berlichingen*, erster Akt, p. 25.

¹⁵ Cf. BASTO, Cláudio. Fórmulas de tratamento em português, p. 195; SAID ALI, M. *Investigações filológicas*, p. 101; e Meios de expressão e alterações semânticas, p. 220 e ss.; e NUNES, J.J. Digressões lexicológicas, p. 74 e ss.

¹⁶ SANTOS, Maria José de Moura. Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes, p. 21. Leite de Vasconcelos, lembrado pela autora, registrou o uso em mirandês (*Estudos de filologia mirandesa*, Lisboa, vol. I, p. 440).

¹⁷ SAID ALI, M. *Investigações filológicas*, p. 101 e ss.

tratamento, se explicaria como uma forma de evitar discretamente a individualização, aumentando a distância que separa o locutor do alocutado. É o que se deduz também deste exemplo dado na gramática de J. Fourquet (é o trecho de uma carta de Frederico, o Grande, da Prússia, para o pai, no séc. XVIII):

“Ich sakrifiziere meinem allergnädigsten Vater alles und kann Er aus diesem gewiß schließen, daß Er mir nicht befehlen könne, worin ich Ihm nicht gehorsam würde.” (Eu sacrifico tudo ao meu clementíssimo pai e Ele pode com certeza concluir que Ele nada poderá me ordenar que eu não lhe obedeça.)¹⁸

Observe-se a utilização de Er (= ele), como pronome de tratamento, referindo-se anaforicamente a *meinem allergnädigsten Vater*.

No judeo-espanhol, dialeto falado ao Norte de África, são desconhecidos os pronomes *usted* e *Vuestra Merced*. A forma de tratamento reverencial é *él-eya* (e também *vos*, sobretudo no Marrocos).¹⁹

2. A SUPREMACIA DA 3ª PESSOA

Os pronomes formados do possessivo *vossa* eram originalmente de 2ª pessoa, como indica sua própria estrutura mórfica. Mas pronomes de tipo *o senhor, o senhor doutor, o menino, o cavalheiro, o amigo*, etc. eram originalmente de 3ª pessoa. Na prática, contudo, os pronomes formados por *vossa* e os do tipo *o senhor, o amigo*, etc se comportam, atualmente, como pronomes gramaticalmente de 3ª pessoa, ainda que semanticamente de 2.ª

Essa espécie de dualismo provoca construções curiosas, como o cruzamento sintático, em alemão, nos exemplos citados por Fourquet e Wandruszka.²⁰ O primeiro aponta a seguinte construção como mais respeitosa que o simples *Sie*, e de emprego banal:

1. Haben Herr Hauptmann eine Karte?

Essa frase tem origem em duas outras:

¹⁸ FOURQUET, J. O.c. p. 64.

¹⁹ Ver CARVALHO, José Augusto. Gramática superior da língua portuguesa, p. 269 e LAPESA, Rafael. *Historia de la lengua castellana*, p. 318.

²⁰ FOURQUET, J. O.c. p. 64; WANDRUSZKA, M. O. c., p. 387.

2. Haben Sie, Herr Hauptmann, eine Karte?

3. Hat (der) Herr Hauptmann eine Karte?

Wandruska apresenta exemplo semelhante:

1'. Was wollen der Herr?

Frase que resulta das expressões seguintes:

2'. Was wollen Sie, mein Herr?

3'. Was will der Herr?

As frases de números 2 e 3 são mais conformes com a gramática normativa do alemão: as de número 3 indicam um distanciamento maior entre o falante e o interlocutor, com sujeito e flexão verbal de 3ª pessoa do singular, e são estruturalmente semelhantes às construções francesas do tipo "Madame, veut-elle dîner?", citadas por Charles Bally e Giselle Machline de Oliveira e Silva.²¹ Por causa da mobilidade social, das oportunidades de instrução e emprego, da vitória da semântica da solidariedade sobre o edifício do poder, que diminuiu as diferenças entre a aristocracia e o proletariado, nas grandes cidades, essas construções francesas tendem a desaparecer, substituídas pela forma usual do verbo na 2ª pessoa. Mas em português essas construções são vivas e não têm conotação de servilidade. Não nos referimos a *o senhor*, apenas, mas a expressões como *o cavalheiro*, *o amigo*, etc., e a formas mais respeitosas, como *o senhor engenheiro*, *o senhor doutor*, *o senhor professor doutor*, mais em voga em Portugal que no Brasil.

Nos quatro exemplos abaixo, apenas o contexto poderá dizer se as expressões em negrito são semanticamente de 2ª pessoa (reverência) ou de 3ª pessoa (referência):

1. Estes meninos são uns monstros! Vá lá a gente confiar! Pareciam iguais a todos os outros. Ia jurar que eram bonzinhos. Tinham tanto respeito **ao senhor doutor**. (Urbano Tavares Rodrigues. *Casa de correção*, p. 40.)

²¹ BALLY, Charles. *Le langage et la vie*, p. 48; SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. *Aspectos sociolinguísticos dos pronomes de tratamento em português e francês*, p., 41-2. Ver também SAID ALI, M. *Investigações filológicas*, p. 97-8. Apesar da inversão complexa, que impõe o uso do pronome *il* ou *elle*, redundantemente, o exemplo também ilustra o uso do tratamento *elle*, com referência a *Madame*. Giselle Machline de Oliveira e Silva, *O.c.*p. 42, dá um exemplo em que *il* e *Monsieur* são co-referenciais em frase afirmativa: "Monsieur croit qu'il est déjà grand."

2. **O doutor** já tem um cão, temos de arranjar uma galinha para o Carolino... (Vergílio Ferreira. *Aparição*. p. 55.)

3. **Papai** já foi ministro? (Machado de Assis. *Quincas Borba*, p. 240, cap. 175.)

4. O que é que há? **A senhora** saiu, onde foi? (Nélson Rodrigues. *A mulher sem pecado*, vol. I, p. 23.)

No primeiro exemplo e no quarto, os pronomes são de referência, dizem respeito a uma 3ª pessoa. No segundo e no terceiro exemplos, são pronomes de reverência, isto é, são dirigidos, no diálogo, à 2ª pessoa. Vejamos o contexto maior, em que esses exemplos se inserem:

1. Estes meninos são uns monstros! Vá lá a gente confiar! Pareciam iguais a todos os outros. Ia jurar que eram bonzinhos. Tinham tanto respeito ao senhor doutor. E agora que ele, coitado, faleceu, é o que se vê... Incrível! São mesmo uns monstros. Nem a morte respeitam.

2. Eu próprio lhe trouxera [ao cão] esse dia um bocado de pão, que o desgraçado apanhou com infinito fastio: tinha o seu regime de ossos, não apreciava decerto o pão. Foi quando à minha beira travou uma furgonete e descobri ao volante o Alfredo Cerqueira.

— Então, doutor, a alimentar os animaizinhos... O doutor já tem um cão, temos de arranjar uma galinha para o Carolino...

3. Nuno, que já andava no colégio, onde ouvira falar da mudança de gabinete, disse ao pai que queria ser ministro. Teófilo ficou sério.

— Meu filho, disse ele, escolhe outra coisa, menos ministro.

— Diz que é bonito, papai; diz que anda de carro com soldado atrás.

— Pois eu te dou um carro.

— Papai já foi ministro?

4. Olegário: — O que é que há? A senhora saiu, onde foi?

Umberto: — Saiu. Depois do almoço. Mais ou menos umas duas horas. Voltou às cinco horas.

Pelo menos dois casos interessantes ilustram melhor ainda essa supremacia da 3ª pessoa: o uso de *sua*, em lugar de *vossa*, quando se interpela o alocutado, com o pronome de

tratamento, e o emprego de *tu3*, isto é, do pronome *tu* com flexão verbal de 3ª pessoa.

3. SUA + SUBSTANTIVO ABSTRATO

A utilização de *sua* + *substantivo abstrato* é normal como referência respeitosa à 3ª pessoa, mas também pode ser estendida à 2ª pessoa, isto é, ao próprio alocutado. Assim, em lugar de: "Vossa Excelência vai sair?" é possível dizer: "Sua Excelência vai sair?"

Celso Cunha não só admite esta última construção como perfeitamente lícita, mas também assinala que seu emprego é mais freqüente antes de um aposto: "Sua Excelência, o Senhor Ministro, está de acordo?"²²

Essa flutuação entre *sua* e *vossa* é explicada por Eduardo Carlos Pereira como proveniente da confusão entre os aspectos lógico e gramatical do uso do pronome, que é de 3ª pessoa, quanto à sintaxe, mas de 2ª, quanto à semântica.²³

É bem possível que o uso de *sua* em lugar de *vossa* se tenha prendido também à utilização de *ela* como forma de tratamento. Em alemão, conforme vimos, a expressão *Eure Gnaden* (Vossas Clemências) passou a *Ihre Gnaden* (Suas Clemências), depois que *Sie* (o senhor) começou a ser usado como sujeito em lugar de *Ihr* (vós). *Sua Alteza*, em lugar de *Vossa Alteza*, no tratamento direto, já aparece em documentos do séc. XVI.²⁴ Também do séc. XVI é a carta de Pero Vaz de Caminha.

4. OS VÁRIOS PRONOMES TU

Machado de Assis, embora misture com alguma freqüência *tu* com *você*, em suas melhores obras, algumas vezes como recurso para indicar alterações no sentimento do falante pra com o ouvinte, nunca chegou a utilizar *tu3* nem *tu* e *você* num mesmo período. Mas, na análise da peças de Néelson Rodrigues, pudemos constatar não apenas a mistura de

²² CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*, p. 210.

²³ PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática histórica*, p. 461-2, § 651.

²⁴ Ver. LUZ, Marilina dos Santos. *Fórmulas de tratamento no português arcaico*, p. 54-5.

tratamentos *tu/você*, mas também a existência de três tipos de *tu*, num mesmo período:

Tu1: pronome *tu* ausente, mas flexão verbal de 2ª pessoa (sem sujeito expreso);

Tu2: pronome *tu* expreso na frase, com flexão verbal de 2ª pessoa;

Tu3: pronome *tu* expreso na frase, com flexão verbal de 3ª pessoa.

Aparentemente, não há nenhuma distinção social entre essas formas, em termos de relação diádica falante/ouvinte, a não ser como uma forma mais íntima que *tu3* conota, em relação a *tu1*, *tu2* e *você*. Estas três últimas formas são absolutamente indiferentes. Vejamos alguns exemplos:

1. Você tem medo. Medo de mim. Olha! Agora que eu sei que nunca, que não conheceste nenhuma mulher, eu desejaria, juro, que tu tivesse morrido. (Olegário para o cunhado. *A mulher sem pecado*, vol. I, p. 67.)

2. Você disse isso, explicou que eram de cor? (...) Escuta, vem comigo. Mas ao menos não fala, para que ela não perceba a tua presença. Não quero que ela saiba que estás perto, que és uma testemunha de nossas palavras. Sim? (Virgínia para o marido. *Anjo Negro*, vol. I, p. 453.)

3. Escuta aqui: tu tem moral pra dizer que não vai, sua cachorra? Vai e bolei uma idéia: você pede dinheiro pra o enterro de tua mãe. É o pretexto.. (Leleco para a mulher. *Boca de Ouro*, vol. III, p. 274.)

Mário Marroquim também anota o uso de *vós* com flexão verbal de 3ª pessoa:

“Quando *vós* entrou na Igreja,
O padre abriu os Missá...

.....

Quando *vós* chega zangado
Ella pergunta o que é.”²⁵

5. CONCEITO DE SISTEMA

Nos exemplos anteriores, observamos a mistura dos paradigmas de 2ª e de 3ª pessoas. Pretendemos apresentar uma teoria – a teoria do equilíbrio do sistema –, com a qual

²⁵ MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste*, p. 112.

procuraremos explicar a razão dessa mistura, e estender nossas considerações a problemas mais específicos do emprego dos pronomes pessoais em português, notadamente o do Brasil. Antes de apresentarmos a teoria do equilíbrio do sistema, convém conceituar o que entendemos por sistema.

Empregamos sistema aqui no mesmo sentido que lhe atribui Coseriu, no seu trabalho intitulado "Sistema, norma y habla", que resumiremos em suas linhas gerais:²⁶

O conceito de sistema já existia em Saussure, que distingue a língua de três maneiras diferentes: acervo lingüístico, instituição social e sistema funcional.²⁷ Em Saussure também se encontram as premissas para a estruturação do conceito de norma, quando, por exemplo, indica que uma idéia de língua pode dar-se de maneira bastante fiel por meio de uma gramática e de um dicionário. Assim, em Saussure, a língua é não só uma instituição social ligada a outras instituições sociais, contendo elementos não-funcionais (norma), mas também um sistema abstrato de oposições funcionais (sistema).

A fala não são invenções nem atos arbitrários, porque se estrutura sobre modelos precedentes que ela contém e supera. Num primeiro grau de formalização, essas estruturas são normais e tradicionais na comunidade e constituem a *norma*. Num plano mais alto de abstração, depreende-se da norma uma série de elementos essenciais e indispensáveis de oposições funcionais que constituem o *sistema*. A norma e o sistema não são conceitos arbitrários aplicados à fala, nem são aspectos da fala, nem são realidades autônomas, mas formas que se manifestam no falar. A norma é a repetição de modelos anteriores. O sistema só contém da norma o que é forma indispensável, oposição funcional, isto é: ao se passar da norma ao sistema elimina-se tudo o que é "variante facultativa" ou "variante combinatória", conservando-se apenas o que é funcionalmente pertinente. A norma é variável

²⁶ COSERIU, Eugenio. Sistema, norma y habla. In: ---. *Teoría del lenguaje y lingüística general*, p. 11-113.

²⁷ Herculano de Carvalho retoma o termo "esquema", de Hjelmslev, com o mesmo sentido de "sistema", de Coseriu e Saussure, justificando-se com o argumento de que a norma também é sistema. Mas a norma não é um sistema funcional. (Cf. CARVALHO, J. Herculano de. *Teoria da linguagem*. p. 273, tomo I, nota de rodapé.)

segundo os limites e a índole da comunidade considerada. Se se consideram os atos lingüísticos de um só indivíduo, há, entre os limites do falar e os da norma social, um campo intermediário correspondente à norma individual, isto é, os elementos constantes na fala do indivíduo, eliminado-se o *feito de fala*, o que é puramente ocasional e momentâneo, ou seja, o que é originalidade expressiva absoluta, elemento totalmente inédito.²⁸ O que se emprega no falar são formas que só no sistema encontram sua condição e seu molde ideal. A criação analógica é o resultado do desconhecimento da norma por parte do falante, que se guia pelo sistema. Não aprendemos uma língua; o que aprendemos é a criação dentro da língua. Sistema e norma são conceitos estruturais, sincrônicos. Língua é continuidade; sistema e norma são estaticidade, correspondem a um estado de língua. Isso, em linhas gerais, o que disse Coseriu.

Para economia da descrição, chamamos sistema não apenas ao conjunto maior de todas as redes funcionais, mas também a uma parte desse conjunto. Ao falarmos em sistema pronominal, estaremos referindo-nos a um subsistema, a um subconjunto do sistema maior. Mas, como o que interessa na conceituação de sistema é a funcionalidade das relações internas, torna-se irrelevante a distinção entre sistema e subsistema, no âmbito deste trabalho.

6. CONCEITO DE EQUILÍBRIO DO SISTEMA

De acordo com Derek Bickerton,²⁹ quando um elemento se introduz no sistema e é por ele aceito, ocorre uma mudança gradativa na rede de relações funcionais ligada diretamente a esse elemento, com o propósito de incorporá-lo definitivamente ao sistema. Em outras palavras, a introdução de um novo elemento provoca um desequilíbrio, e o sistema se reorganiza gradativamente. Esse processo de reorganização em face do elemento novo é o que constitui o que chamamos aqui de equilíbrio do sistema. O termo, à primeira vista, pode parecer ambíguo, já que designa um processo e, ao mesmo

²⁸ Feito de fala é o que se elimina quando se passa do ato lingüístico concreto para a norma individual.

²⁹ BICKERTON, Derek. The nature of a creole continuum, p. 640-669.

tempo, o resultado desse processo. Mas, como o sistema pronominal do português está em relativo dinamismo, no sentido de que ainda está em processo gradativo de reorganização, a expressão equilíbrio do sistema pronominal significa aqui o processo, e não resultado do processo.³⁰ O restabelecimento do equilíbrio do sistema não se faz de um dia para o outro. Em termos sociolingüísticos, quando uma nova regra Y começa a se implantar, ela coexiste com a regra anterior X durante muito tempo, até que a regra mais antiga desapareça. Essa coexistência é conhecida como *conflito de regras*. Derek Bickerton assim apresentou o problema, numa terminologia muito própria, que vamos condensar e simplificar em poucas linhas, com alguma adaptação necessária:³¹ a mudança de regras assemelha-se a uma pedrinha jogada na superfície da água, em que ondas concêntricas se espalham a partir do ponto em que a pedra afundou. Se considerarmos lecto, na terminologia de Bickerton, o conjunto possível de regras para uma dada variedade de língua natural, o conflito de regras pode ser entendido como uma situação em que o lecto A contém a regra X; o lecto C contém a regra Y; e existe um lecto B em que X e Y se alternam. Em outras palavras, o conflito de regras é uma situação em que a "onda de mudança" atinge o falante antes que a "onda" antecessora passe por ele. Isso explicaria não só a coexistência dos pronomes *tu* e *você* no mesmo falante, no mesmo personagem, no mesmo texto e no mesmo contexto, mas também a tendência dos falantes de anular a ambigüidade trazida pela utilização do pronome *você* com as formas complementares da 3ª pessoa, como tentaremos mostrar a seguir.

7. O CONFLITO DE REGRAS: A MISTURA DE TRATAMENTOS

³⁰ Na língua, enquanto um *continuum* evolutivo, segundo Coseriu, nada é fixo, obviamente, mas o sistema, enquanto resultado de um processo, enquanto corte realizado num dado estágio de língua, é, naturalmente, algo fixo. Cf. artigo de Coseriu, acima citado.

³¹ Um resumo da linha geral do pensamento de Bickerton está nas páginas 178-80 do livro *Introdução à sociolingüística*, de Marcellesi & Garden.

A introdução e a aceitação generalizada das fórmulas de tratamento indireto ocasionaram um desequilíbrio no subsistema pronominal do português. Os pronomes *tu* e *vós*, únicos recursos primitivos do falante para dirigir-se ao interlocutor, com exceção de umas poucas expressões de deferência herdadas do latim, tiveram de ceder seus espaços e paradigmas às novas formas, num lento processo de readaptação.

Originalmente usadas apenas com *vós* e com *tu*, no português, as fórmulas de tratamento logo começaram a impor-se como sujeito e como complemento verbal, e, aqui, o sistema em reorganização oferecia três opções básicas ao falante: 1. uso da fórmula de tratamento com o paradigma pronominal correspondente ao da 2ª pessoa; 2. uso de fórmula de tratamento com o paradigma pronominal correspondente ao da 3ª pessoa; 3. uso da mesma fórmula de tratamento em todas as funções sintáticas, com auxílio de preposição, se necessário.

Vejamos alguns exemplos ilustrativos dessas opções:

a) Pois, senhor, aprestes o tões, ca aqui estaa em esta trascamara fechado, e ora te podes delle vimgar aa tua vontade. (Rainha para o rei Ramiro – “Dom Ramiro ou a Lenda de Gaia”, séc. XIII ou XIV)³²

b) Senhor, nam posso fazer menos, que vos perdestes dous amigos, os mylhores que nunca tyvestes no mundo, eu e Naçeram, voso cunhado, que vede-lo aquy, na nao em hũa cama. (Um episódio de “Josep ab Aramatia” – séc. XIII ou XIV)³³

c) Pedem Senhor a Vossa Senhoria poerdes em Vossa terra... (séc. XV)³⁴

d)...assi como Vossa Senhoria o simplesmente soltou ora há seis annos nas primeiras Cortes que em Lisboa fizestes... (séc. XV)³⁵

Observa-se, nos exemplos a) e b), o uso de *senhor* apenas no vocativo, com flexão verbal de 2ª pessoa. No exemplo c), *Vossa Senhoria* é objeto indireto de *pedem*, mas o

³² Cf. NUNES, José Joaquim. *Crestomatia arcaica*, p. 25.

³³ Id. Ib. p. 110.

³⁴ LUZ, Marilina dos Santos. *Op. cit.* p. 51.

³⁵ Id. Ib. loc. cit.

sujeito de *poerdes* é ainda *vós*. No exemplo d), *Vossa Senhoria* é sujeito de *soltou*, mas o sujeito de *fizestes* é *vós*. São estes dois últimos exemplos que apresentam a fórmula de tratamento em vias de pronominalização, e as três opções acima apontadas: em c), há a escolha das opções 1 e 3; em d), há a escolha das opções 1 e 2.

No processo de pronominalização e conseqüente aceitação da fórmula de tratamento, há uma "luta" entre a 2ª e a 3ª pessoa, isto é, há um conflito de regras, ocasionado, obviamente, pela convergência de normas.

Ocorre, no entanto, que esse conflito de regras não é uno e simples. Ele apresenta duas fases perfeitamente distintas no tempo. A primeira é a que corresponde ao processo de pronominalização; a vitória da 3ª pessoa do singular sobre a 2ª do plural é um fator bastante considerável na lenta e já quase consumida supressão do *vós* do sistema pronominal do português. A segunda fase, que nos interessa mais de perto, é decorrente da supressão do *vós*, e diz respeito ao paradigma de *tu*, usado com os pronomes já incorporados ao sistema.

No processo de pronominalização, a fórmula de tratamento acabou vitoriosa sobre o uso de *vós*, persistindo, no entanto, as opções 2 e 3 que, por serem opções entre formas de 3ª pessoa, não chegam a constituir propriamente um conflito de regras, mas um problema de ordem estilística: a repetição (ou não) da fórmula de tratamento num mesmo período: "Vossa Excelência quer que eu traga o jornal de Vossa Excelência para Vossa Excelência?" OU: "Vossa Excelência quer que eu lhe traga o seu jornal?"

Mas nos pronomes de tratamento menos formais que *Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria*, como *ocê* ou *o senhor*, a 2ª pessoa continua em conflito com a 3ª: "Você quer que eu te (lhe) traga o seu (teu) jornal?" Esta é a segunda fase do conflito de regras, de que falamos acima. E é dela que trataremos a seguir.

8. A MISTURA DE TRATAMENTOS COMO RECURSO DE ESTILO

Nem toda mistura de tratamento corresponde a exemplos de conflito de regras. Há casos especiais em que o

tratamento muda de *tu* para *você* ou de *você* para *o senhor*, e vice-versa, a fim de assinalar uma mudança de atitude ou de sentimento do falante em relação ao interlocutor. O próprio contexto em que se processa a mudança de tratamento revela a intencionalidade do autor.

Essa mistura estilística de tratamento é observável em função da quebra de normas lingüísticas de conduta social. Segundo Goffman,³⁶ cada regra de conduta implica, do ponto de vista do falante, uma obrigação (*obligation*), que estabelece, moralmente, a maneira como ele deva dirigir-se ao interlocutor, e uma expectativa (*expectation*), que é uma pressuposição do modo como o interlocutor deva comportar-se em relação a ele.

Em *Perdoa-me por me traíres*, de Néelson Rodrigues, há o seguinte diálogo entre uma enfermeira e um médico, durante uma operação de aborto:

Enfermeira (ressentida): — Você hoje está com os seus azeites!

Médico: — Dobre a língua! Já lhe disse que não quero intimidades durante o serviço. Aqui me chame de doutor, percebeu? E vê se não me dá peso!" (Vol. II, p. 405)

Em *Toda nudez será castigada*, há o seguinte diálogo entre pai (Herculano) e filho (Serginho):

Serginho (cortando): — O senhor me responde uma pergunta?

Herculano (num apelo): — Me chama de você! (p. 76)

Em ambos os exemplos, houve um desacerto entre a obrigação e a expectativa. A intimidade que a enfermeira possivelmente tinha com o médico fora do consultório levou-a a tratá-lo com a familiaridade do pronome *você*, e foi chamada à ordem pelo interlocutor, que exigiu dela um tratamento cerimonioso. No segundo caso, o pai, possivelmente habituado a ser chamado de *você* pelo filho estranhou o tratamento cerimonioso, denotativo de um sentimento destituído de afetividade.

³⁶ Cf. GOFFMAN, Erving. The nature of deference and demeanor, p. 473-74.

A comunicação pode ser entendida, assim, como um ato sujeito a uma regra de conduta da qual a infração representa por si mesma uma forma de expressão.

Paul Friedrich procurou mostrar, em seu estudo sobre os pronomes *vy* e *ty*, em russo, não apenas que o uso da fala é determinado por princípios culturais, mas também que há sinais extralingüísticos com as mesmas dimensões dos pronomes pessoais de 2ª pessoa, como, por exemplo, os olhos da moça seduzida que "dizem *ty* enquanto suas palavras dizem *vy*", na *Ressurreição*, de Tolstoi.³⁷ Para Friedrich, as mudanças estilísticas de tratamento dizem muito mais a respeito do emprego social dos pronomes que a própria obediência ortodoxa às regras de conduta sociolingüística, porque a reação do indivíduo ante a infração dessas regras dá a medida exata do valor social que elas possam ter.

Em Machado de Assis, no conto "Vingança", embora o comendador trate a amante por *tu*, passa a tratá-la por *a senhora*, ao vê-la nos braços de outro homem:

— Bem; estou satisfeito; vi o que queria ver. Fique-se com o senhor Lopes, que realmente é digno da senhora! (*Relíquias da casa velha*, p. 135)

Em Arthur Azevedo, no conto "A filha do patrão", o comendador trata a filha Adosinda por *você*, ao proibi-la de namorar um poeta:

— Pois olhe: proíbo-lhe, percebe? Pro-i-bo-lhe que de hoje em diante dê trela a esse peralvilho! Se me constar que ele anda a rondar-me a casa, ou que se corresponde com você, mando desancar-lhe os ossos pelo Bemvindo (...) e a você, minha sirigaita... a você... não lhe diga nada!...(*Contos fora da moda*, p. 81)

No entanto, páginas à frente, o comendador passa a tratar a filha por *tu*, quando procura convencê-la a casar-se com o empregado:

(...) conheces o Manoel, o meu primeiro caixeiro do armazém? (...) Não descobriu a pólvora, não faz versos, não é janota, mas tem tino para o negócio, uma perspicácia que o levará longe, hás de ver! (*Ib.*, p. 84)

³⁷ FRIEDRICH, Paul. Social context and semantic feature: the Russian pronominal usage, p. 270.

Quando há um desacordo entre a obrigação e a expectativa, a mistura de tratamento passa a ser encarada como conflito de regras. Machado de Assis, por exemplo, faz o personagem dirigir-se à esposa usando ora *você* ora *tu*, num mesmo ato de fala, sem conotação de mudança de sentimentos:

— Você sabe apertos do negócio, algumas faltas... é preciso tapar um buraco daqui, outro dali... o diabo! É por isso que... Mas riamos, meu bem; não vale nada. Sabes que confio em ti. (Palha para Sofia; *Quincas Borba*, p. 77, cap. 50)

Em outra passagem, é a mulher que trata o marido ora por *você*, ora por *tu*:

—Você louva os outros porque sabe que ninguém é capaz de o desbancar. Anda, meu vaidoso, já te conheço. (Sofia para o marido; *Quincas Borba*, p. 110, cap. 71)

Na carta que Quincas Borba escreve a Rubião, o tratamento inicial é *você*, mas o final é *tu*:

"Você há de ter estranhado o meu silêncio. Não lhe tenho escrito por certos motivos particulares, etc. Voltarei breve; mas quero comunicar-lhe desde já um negócio reservado, reservadíssimo. (...) Adeus, ignaro. Não contes a ninguém o que te acabo de confiar, se não queres perder as orelhas. (...)." (*Quincas Borba*, p. 25, cap. 10)

Mas o que caracteriza melhor o conflito de regras é o uso de *você* com o paradigma de *tu*, e vice-versa, como nos seguintes exemplos de Néelson Rodrigues:

a) "(...) Se o Herculano vier, você, aos pouquinhos, pode fazer a tua independência." (*Toda nudez será castigada*, p. 30)

b) "Herculano, você me interessou de cara. Te confesso." (Geni para Herculano, *ib.* p. 31)

c) Patrício! Se você não fosse meu irmão, eu te partia a cara!" (Herculano para Patrício, *ib.* p. 33)

Na peça *Anjo Negro*, para finalizarmos os exemplos, Elias mistura *tu* e *você*:

d) Virgínia, onde estás, Virgínia? Eu também não te enterraria. Ficaria contigo, junto do teu corpo, fiel, o desejo tranqüilo, sem fazer barulho, nenhum barulho... (...) Mas onde estás? Você está se escondendo de mim? (*com rancor*) Não quer? Prefere esse negro? (Vol. I, p. 408)

9. PALAVRAS FINAIS

Nas áreas em que opera o conflito de regras no sistema pronominal, o imperativo de 2ª pessoa tende a suplantar os outros imperativos, até mesmo com pronomes de tratamento cerimonioso, porque o imperativo de 2ª pessoa do singular não tem flexão, o que corrobora a tendência à supressão da redundância flexional na língua oral ou na linguagem descontraída.

O uso do pronome *ele* como objeto direto é conseqüência do conflito de regras, gerado pela acomodação do sistema às novas formas pronominais nele introduzidas: o pronome *ele* encontrou apoio estrutural nos pronomes de tratamento indireto (como *você*) que não mudam de forma nos casos oblíquos. O caráter gramatical de 3ª pessoa dos pronomes de tratamento teria favorecido esse apoio à construção do *ele-acusativo*

O conflito de regras tende a resolver-se segundo as seguintes tendências, no português do Brasil: a) *te* é a forma oblíqua preferida para o pronome *você*, mas *você* e *te* não coocorrem na mesma oração, o que indica estar ainda longe a solução do conflito de regras; b) *teu* é a forma do possessivo para o tratamento *você*; c) *te* e *teu* não se usam com tratamentos mais respeitosos; d) o paradigma de 3ª pessoa é utilizado com os pronomes de tratamento de maior respeito ou cerimônia; e) *lhe* é mais usado do que *a ele*, apesar da crença generalizada de que *lhe* se reservaria para a 2ª pessoa, e *a ele* para a 3ª.

Um estudo mais detalhado do conflito de regras também explicará a confusão que se estabelece entre os demonstrativos *este* e *esse*.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. São Paulo: Clube do Livro, 1944.

----- . *Relíquias da Casa Velha*. Rio de Janeiro: Jackson, 1944.

AZEVEDO, Arthur. *Contos fora de moda*. 5.ed. Rio de Janeiro: Prado, 1955.

BALLY, Charles. *Le langage et la vie*. 3.ed. aug. Génève: Librairie Droz, 1965.

- BASTO, Cláudio. Formas de tratamento em português. *Revista Lusitana*, v. 29, nº 1-4, p. 183-202, 1931.
- BICKERTON, Derek. The nature of a creole continuum. *Language*. Baltimore, 49 (3): 650-669, sep. 1973.
- CAMINHA, Pero Vaz de. Ver PRADO, J. F. de Almeida.
- CARVALHO, J. Herculano de. *Teoria da linguagem*. Coimbra: Atlântida, 1970, tomo I.
- CARVALHO, José Augusto. *Gramática superior da língua portuguesa*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.
- COSERIU, E. Sistema, norma y habla. In: ---. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. 2.ed. Madrid: Gredos, 1969, p. 11-113.
- CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1970.
- DROSDOWSKI, Günther & GREBE, Paul. *Der Große Duden – etymologie – Herkunftwörterbuch der deutschen Sprache*. Mannheim: Bibliographisches Institut, 1963.
- FERREIRA, Virgílio. *Aparição*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971.
- FOURQUET, J. *Grammaire de l'allemand*. Paris: Hachette, 1952.
- FRIEDRICH, Paul. Social context and semantic feature: the Russian pronominal usage. In: GUMPERZ, John J. & HYMES, Dell, eds. *Directions in sociolinguistics; the ethnography of communication*. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc, 1972, p. 270-300.
- GOETHE, Johan Wolfgang. *Götz von Berlichingen*. 2.ed., München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1970.
- GOFFMAN, Erving. The nature of deference and demeanor. *American Anthropologist*, 58: 473-502, 1956.
- LAPESA, Rafael. *Historia de la lengua española*. 2.ed. cor. Y aum. Madrid: Escelicer, [s.l.], 1950?
- LUZ, Marilina dos Santos. *Fórmulas de tratamento no português arcaico*. Coimbra: Casa do Castelo, 1958.
- MARCELLESI, Jean-Baptiste & GARDIN, Bernard. *Introdução à sociolingüística – A lingüística social* (Trad. de Maria de Lourdes Saraiva) Lisboa: Editorial Aster, 1975.
- MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste*. São Paulo: Nacional, 1934.
- NUNES, José Joaquim. Tratamento. In: ---. *Digressões lexicológicas*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1928, p. 64-78.

- . *Crestomatia arcaica*. 5.ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1959.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática histórica*. 2.ed. São Paulo: Seção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1919.
- PRADO, J. F. de Almeida, ed. *Carta de Pero Vaz de Caminha*. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1977 (Col. Nossos Clássicos).
- RODRIGUES, Nélson. *Teatro quase completo* (contendo: A mulher sem pecado; Vestido de noiva; Álbum de família; Anjo negro). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965, vol. I.
- . *Teatro quase completo* (contendo: Dorotéia; Valsa número 6; A falecida; Senhora dos Afogados; Perdoa-me por me traíres). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965, vol. II.
- . *Teatro quase completo* (contendo: Viúva, porém honesta: Os 7 gatinhos; Boca de Ouro). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966, vol. III.
- . *Toda nudez será castigada*. Rio de Janeiro: Record, [s/d.]
- RODRIGUES, Urbano Tavares. *Casa de correção*. Lisboa: Bertrand, 1968.
- SAID ALI, M. De eu e tu a majestade – tratamentos de familiaridade e reverência. In: ---. *Investigações filológicas*. Rio de Janeiro: Grifo/MEC, 1975, p. 90-106.
- . *Meios de expressão e alterações semânticas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.
- SANTOS, Maria José de Moura. *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes. Separata da Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII (tomo II), XIII e XIV. Coimbra, 1967, 455 páginas.
- SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. *Aspectos sociolingüísticos dos pronomes de tratamento em português e francês*. Rio de Janeiro: Fac. de Letras UFRJ, 1974 (Diss. de Mestrado, inédita.)
- WANDRUSZKA, Mario. *Nuestros idiomas: comparables y incomparables*. Versión española de Elena Bombin. Madrid: Gredos, 1976.

DIGA-ME COM QUEM TU ANDAS... (SOBRE POR QUE NEM TODA ABORDAGEM DO LÉXICO É UMA ABORDAGEM LEXICAL)

Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan³⁸

ABSTRACT

This article discusses the approaches to lexis in the field of English language teaching from a historical perspective and examines the theoretical principles underlying the Lexical Approach (LEWIS, 1993). By drawing on written text by undergraduate students from the UFES, It also discusses the possible pedagogical implications of a lexical view of language

KEY WORDS: The Lexical Approach, Corpus Linguistics, lexis, vocabulary

Em um dos textos que mais instigou debates na área de ensino de línguas (doravante EL) nos anos 90, Michael Lewis afirma que “uma língua consiste no léxico gramaticalizado e não na gramática lexicalizada” (1993, p.89). De fato, antes mesmo de Lewis propor a Abordagem Lexical em 1993, o EL já vinha testemunhando várias tentativas investigativas orientadas para uma revisão da natureza e função do léxico, as quais já apontavam para a urgência de novas concepções e práticas pedagógicas. Ao rejeitar a noção de língua como processo de lexicalização da gramática, Lewis (op.cit.) rejeita o *status* secundário ao qual o vocabulário foi historicamente relegado, tanto do ponto de vista da produção teórica, quanto (e conseqüentemente) em relação à abordagem de ensino.

Tradicionalmente, a prioridade sempre foi dada ao ensino da gramática e fonologia da língua estrangeira, de forma que a proficiência lingüística de um aprendiz era sempre julgada com base em sua capacidade de analisar estruturas sintáticas e de conjugar verbos, como no caso do método Gramática-Tradução no século 19 e início do século 20, por exemplo. Em diversos momentos da história do EL, o léxico

³⁸ Professora do curso de Letras/Inglês, UFES.

assumiu novas posições no cenário dos estudos lingüísticos. Por exemplo, no final do século 19, o Movimento de Reforma (The Reform Movement), apesar de sua ênfase na fonética, desafiando a pedagogia do método Gramática-Tradução, que recorria a vocabulário obsoleto e descontextualizado sob a forma de listas bilíngües, foi pioneiro ao propor o tratamento do léxico através da relação do mesmo com a realidade do aluno (ZIMMERMAN, 1997, p.2). Este primeiro passo já revelava um interesse incipiente na linguagem em uso e no papel central que o aprendiz deve desempenhar no processo de aprendizagem.

Mais tarde, o Método Direto, apesar de criticado por sua desvinculação da teoria lingüística, por ser "trivial demais" e, por desconsiderar o papel crucial da língua-mãe no processo de aquisição da LE, também contribuiu positivamente para uma visão mais acurada do léxico na medida em que valorizava tanto o uso de itens lexicais relevantes para o contexto do aprendiz, quanto a inserção de tais itens em expressões da linguagem em seu uso autêntico (para uma descrição detalhada de uma aula dada através do Método Direto, cf. HOWATT & WIDDOWSON, 2004, p.219).

Contudo, foi com o advento do Método de Leitura (Reading Method) nos Estados Unidos, e do Ensino Situacional (Situational Language Teaching) no Reino Unido, ambos nas décadas de 20 e 30 que, pela primeira vez, o léxico passou a ser visto como um dos elementos centrais na aprendizagem de uma segunda língua. Apesar de terem uma orientação gramatical significativa, a preocupação com a inserção do vocabulário num contexto sócio-cultural contribuiu para que se passasse a dar prioridade à "elaboração de uma base científica e racional para a seleção de conteúdo lexical nos cursos de língua" (ZIMMERMAN, 1997, p. 4, tradução nossa).

A difundida Abordagem Comunicativa, por sua vez, beneficiando-se da revolução que o pensamento de Chomsky (1957) causou e, posteriormente, da noção de competência comunicativa elaborada por Del Hymes (1972), representou também um avanço importante para o tratamento de léxico ao estabelecer que o conhecimento da sintaxe e do vocabulário de uma LE interagem com a habilidade do aprendiz de utilizá-los de forma sócio-lingüística e pragmaticamente apropriada, ou seja, comunicar-se numa LE, é muito mais do que manipular

estruturas, como equivocadamente sugeria o Método Audiolingual de cunho behaviorista. A relação dos princípios comunicativos com o léxico, no entanto, é essencialmente incidental do ponto de vista metodológico. Digo isso porque na Abordagem Comunicativa não é o léxico que tem papel central, mas o desempenho de funções comunicativas e uma visão da linguagem como discurso. Todavia, a importância dos princípios dessa abordagem para a história do léxico reside justamente no fato de que, ao experimentar a interação genuína na LE, o aprendiz e o professor, se deparam com um fato há muito já explicitado por Widdowson (1978, apud ZIMMERMAN, 1997, p. 5), negligenciado por muitos, mas que continua a martelar nas nossas cabeças toda vez que nos deparamos com situações de uso real da LE: o de que usuários proficientes de uma língua conseguem entender melhor frases gramaticalmente problemáticas que sejam lexicalmente coerentes, do que frases gramaticalmente impecáveis que sejam problemáticas do ponto de vista lexical. Isto não desqualifica o ensino da gramática, mas contribui para conferir ao vocabulário o lugar de proeminência que de fato ocupa na linguagem.

Tão recente quanto a Abordagem Comunicativa, a Abordagem Natural (The Natural Approach), que tem no modelo de Krashen (1983) sua base teórica, apesar de também não dar enfoque especial ao léxico, lança alguns fundamentos que acabaram se tornando essenciais para a formulação posterior de princípios sobre a necessidade de uma visão lexical da linguagem. Segundo o autor, a aquisição depende exclusivamente da exposição ao *input* que o aprendiz experimenta. De acordo com essa visão, tal *input* precisa ser compreensível, mas, ao mesmo tempo, conter estruturas que estejam ligeiramente acima do nível atual do aprendiz, ou seja, o mesmo precisa ser capaz de compreender elementos-chave contidos na mensagem. Por mais vaga que seja a definição de *input* oferecida por Krashen, como Lightbown & Spada (1983) afirmam, faz sentido retomar a noção de léxico gramaticalizado mencionada no início deste artigo, uma vez que, ao ser exposto à LE, seja de forma oral ou escrita, o aprendiz precisa apreender sentidos que, na verdade, lhe são transmitidos através de itens lexicais e não gramaticais.

Apesar de todas as implicações que, como descrevemos acima, uma abordagem ou outra teve para o tratamento do léxico no ensino de LE, é inegável que o mesmo sempre esteve na periferia do interesse, tanto dos pesquisadores, quanto dos responsáveis pela produção de material pedagógico até recentemente. Num artigo que relata experimentos feitos na área lexical, Bogaards (2001, p. 321) denuncia a ausência de teorias que dêem conta de explicar, de forma abrangente, o desenvolvimento da língua estrangeira em termos de vocabulário. Adicione-se à inexistência de teorias conclusivas na área, a falta de padronização e clareza no uso de termos simples como *word*, *word families* e *lexical units* (do inglês, palavra, famílias de palavras e unidades lexicais, respectivamente).

Foi apenas nas últimas décadas do século XX, através de pesquisas na área de lexicografia e do aprimoramento da Lingüística de *Corpus* decorrente do desenvolvimento tecnológico, que a atenção da comunidade acadêmica começou a se voltar mais seriamente para a questão do vocabulário no ensino de LE. Projetos como o COBUILD (Collins-Birmingham University Language Database) e o BNC (British National *Corpus*) se dedicaram a armazenar textos autênticos (orais e escritos) em bancos de dados através de mídia eletrônica, tornando-os disponíveis para o estudo. Como observou Sinclair, um dos pioneiros na pesquisa de *corpora* moderna (1985, p. 251, apud ZIMMERMAN, 1998, p. 8), a partir da construção de *corpora* como esses, padrões lingüísticos ignorados durante séculos de estudo estavam agora à disposição para uma descrição mais acurada da língua inglesa, ou seja, acessíveis estavam agora as regularidades do uso que tendiam a permanecer obscuras, dada a dificuldade de compilação, até então feita manualmente. Tornou-se possível o exame de *como* os falantes realmente usam a língua, a despeito dos ditames das abordagens prescritivas ou de descrições lingüísticas limitadas.. McCarthy (2004, pp. 1,2, tradução nossa), nos parágrafos introdutórios de uma publicação da Universidade de Cambridge sobre o uso de *corpora* na elaboração de materiais didáticos, elenca as perguntas mais freqüentes feitas por pesquisadores que utilizam tais bancos de dados:

- Quais são as palavras e expressões mais comuns em inglês?

- Quais as diferenças entre o inglês falado e o escrito?
- Quais tempos verbais as pessoas usam com mais frequência?
- Que preposições sucedem certos verbos?
- Que palavras são usadas em situações mais formais e informais?
- Com que frequência as pessoas usam expressões idiomáticas e por quê?
- Quantas palavras um aprendiz precisa saber para participar de conversas comuns do dia-a-dia?
- Quantas palavras os falantes nativos geralmente usam na conversação?

Além de atestarem o interesse emergente no léxico, as perguntas acima refletem três áreas de grande relevância tanto para a pesquisa, quanto para o ensino de língua estrangeira, a saber: a quantidade, a frequência e a co-ocorrência de itens lexicais numa língua. Contradizendo o antigo axioma de que a aquisição de vocabulário é uma questão de aprender novas palavras (aumentar a quantidade), as pesquisas informadas por *corpora* evidenciam que, na verdade, o tamanho do léxico mental de um aprendiz depende muito mais de sua capacidade de combinar, relacionar itens lexicais já conhecidos, uns com os outros, seja através de expressões idiomáticas, de expressões fixas ou de *colocações* (estas últimas, também chamadas de combinações lexicais). Em outras palavras, como afirma Bogaards (op.cit. p.322, tradução nossa), "ainda que, por razões metodológicas, seja necessário ensinar palavras totalmente novas (...) a aquisição de vocabulário também implica descobrir novos sentidos para palavras já conhecidas e novas combinações dessas palavras".

Por exemplo, a expressão 'chuva forte' em português é uma combinação natural, ao passo que 'chuva pesada', ainda que possível, num *corpus* da nossa língua, certamente seria bem menos freqüente. O estudante estrangeiro do português que conheça as palavras 'chuva', 'pesada' e 'forte', precisa desenvolver a capacidade de combiná-las de forma natural, o que implicará o aumento de seu léxico mental, apesar de serem palavras previamente conhecidas por ele. Acrescentese a este tipo de fenômeno lexical a existência de expressões *pré-fabricadas*, ou seja, itens lexicais do tamanho de uma frase que ocorrem com grande frequência numa língua. Por

exemplo, em inglês há expressões do tipo 'I think so' (Acho que sim), 'Can you tell me the way to...?' (Onde fica?) e 'It's up to you' (Você decide), as quais ocorrem com grande frequência e que, portanto, podem ser colocadas à disposição do aprendiz assim como são, sem que seja necessário segmentá-las e analisá-las sintaticamente antes de encorajar seu uso.

O argumento é, se certas palavras, como nos mostram *corpora* diversos da língua inglesa, tendem a ocorrer sempre juntas, se há tantas expressões como as exemplificadas acima, é provável que ao adquirirmos a linguagem as armazenemos e processemos em grupo (LEWIS, 1993), ou, como dizem os pesquisadores orientados pela lingüística de *corpus*, em *chunks*. Destarte, se armazenamos itens lexicais em *chunks*, por que dividi-los em partes isoladas ao ensiná-los para depois esperar que o aprendiz junte tudo novamente? Desde o início dos anos 90, da publicação do *Lexical Approach* (LEWIS, 1993) e do subsequente *Implementing the Lexical Approach: Putting Theory into Practice*.(LEWIS, 1997) o EL tem experimentado um avanço com a proliferação de pesquisas na área do léxico muitas das quais têm aprofundado nosso entendimento coletivo sobre aspectos específicos do ensino de vocabulário e de questões inerentes aos aprendizes brasileiros. Da mesma forma, o impacto da pesquisa de *corpus* e dos princípios propostos por Lewis (op.cit.) foi sensível na produção de materiais didáticos para o ensino do inglês, muitos dos quais já incluem tratamento sistemático de vocabulário, estímulo à autonomia do aprendiz em relação ao registro de itens lexicais de forma regular, bem como atenção às combinações lexicais e expressões idiomáticas. No entanto, a área ainda carece de muita atenção, principalmente no que diz respeito à formação de professores e à implementação de procedimentos metodológicos que reflitam os princípios teóricos que vêm sendo discutidos nos últimos anos.

A questão lexical sempre chamou minha atenção como professora de língua inglesa, principalmente ao constatar que a partir do nível intermediário, os alunos, apesar de elaborarem suas construções com qualidade sintática razoável, tendem a manifestar dificuldades no vocabulário, principalmente em relação às combinações lexicais. Exemplifico abaixo a produção escrita dos meus alunos do primeiro período da Universidade

Federal do Espírito Santo (2007/2). Os itens com asterisco são os menos prováveis, com base em *corpora* da língua inglesa, ou seja, apesar de serem possíveis, não refletem o discurso natural.

- *The minicourse was about the use of the target language in class. If the teacher should use only the target language or if he should also use the *mother language* [mother tongue]

- *For the *growth of input it is necessary that the teacher supports them [the students] not giving them ready [made] answers.* [input enhancement]

Em ambos os exemplos, os alunos tiveram dificuldade em construir unidades lexicais compostas por substantivo + substantivo. No primeiro caso, um substantivo composto na língua inglesa (*compound noun*) e no segundo, uma combinação lexical (colocação)

- *I *thought this minicourse very interesting.* [found]

- *The second research was *made by Rodrigo, analyzing his own students.* [research...done/carried out]

- Another interesting thing was the comparison that they *use with different languages. [comparison...make]

- *I always *thought writing very difficult.* [found]

- *Now, I think I'm able to write a good essay, even if I *write lots of mistakes.* [make mistakes]

- *It is necessary to use technology that students use currently because it *helps motivation.* [improves, increases, strengthens]

Todos os casos acima envolvem colocações de verbos e substantivos (*verb+noun collocations*). De forma interessante, contrariando o argumento costumeiro no ensino da morfossintaxe da língua inglesa, a dificuldade do aprendiz não está necessariamente no emprego do tempo e aspecto verbais ou na ordem dos sintagmas, mas no uso do verbo correto, ou seja, o cerne da questão tende a ser lexical e não sintático.

- *To be *perfectly honest, I didn't understand all of what he said.* [very, really, etc.]

- *The lecture by George Yule and Maryann Overstreet was very*

wonderful. [really, absolutely, etc.]

Problemas com as combinações advérbio + adjetivo são recorrentes em inglês. No primeiro caso, apesar da possibilidade de se usar o advérbio *perfectly*, a freqüência de tal combinação é tão baixa, que soa pouco natural. O segundo exemplo é um caso clássico de utilização indevida de um advérbio que denota intensidade com um adjetivo-limite (*limit adjective*), que, diferente de adjetivos do tipo *big, beautiful e nice*, não implica gradação e, portanto, só pode ser precedido por advérbios do tipo *really, absolutely, etc.* Note-se que a existência de uma regra no caso de combinações lexicais desse tipo é rara, uma vez que na grande maioria dos casos, as co-ocorrências são simplesmente arbitrárias.

- *It's important that students learn *for their own. [on]*

- *I was very surprised *with the lectures. [by, at]*

As expressões preposicionais representam um problema constante nas combinações utilizadas pelos aprendizes brasileiros. O primeiro exemplo reflete talvez a interferência do português que contém a expressão 'por si mesmos', levando o aluno a utilizar a preposição *for* como equivalente de 'por'. Entretanto, em inglês só é possível dizer *on their own*, ou, *for themselves*. O adjetivo seguido da preposição *with* também sugere o erro de transferência da língua-mãe para a língua-alvo.

Curiosamente, ao perguntar aos alunos o significado isolado de todas as palavras constantes dos exemplos e das formas esperadas (entre colchetes), *todos* foram capazes de responder de forma correta, apesar de terem falhado ao realizar as combinações que precisavam para expressar os sentidos desejados. Isto aponta para a necessidade de revisarmos nossa idéia do que seja *saber* uma palavra. Saber uma palavra não implica somente habilidade ortográfica, fonológica, morfológica (formação, flexão), sintática, ser capaz de situá-la de acordo com o registro (formal ou informal), conseguir reconhecê-la ao vê-la/ouvi-la num texto (recepção) ou recapitulá-la ao falar/escrever (produção). Significa também, e talvez principalmente, a habilidade de combiná-la apropriadamente com outras a fim de produzir um discurso

que soe com naturalidade. Lewis, (1997, p. 97) diz que a verdadeira definição de uma palavra consiste na combinação entre seu sentido referencial e seu campo de colocação, ou seja, entre o significante ao qual esta palavra remete e as possíveis parcerias que a mesma pode estabelecer com outros vocábulos.

Haverá quem argumente que a 'naturalidade' de que falamos acima seja uma parâmetro não-confiável, haja vista os *corpora* de referência para as pesquisas lexicográficas que dão subsídio para o EL hoje em dia serem americanos e britânicos, ou seja, ao dizer que esta ou aquela construção não é natural, estaríamos erroneamente favorecendo a noção de um falante nativo virtual nacional, num contexto de inglês transnacional. Nesse sentido, repito a advertência de Rajagopalan (2005) para que se revise a noção de 'falante nativo' do inglês, mas aproveite para, ao mesmo tempo, sublinhar a necessidade de se construir *corpora* desse novo inglês que, pertencendo a toda comunidade global, não é de ninguém. É possível que quando isso acontecer, tenhamos de repensar, entre outras coisas, a questão do léxico. Existem, no entanto, diversos projetos no mundo inteiro que se dedicam à compilação eletrônica de *corpora* da produção lingüística de aprendizes do inglês.³⁹ Tais dados talvez possam no futuro fornecer traços característicos desse inglês global a fim de que se estabeleçam parâmetros nos quais construtos como o de 'naturalidade' possam se basear.

No que tange ao EL, especificamente, as implicações de uma visão lexical de língua são muitas e vêm sendo anunciadas com muito mais vigor do que implementadas na prática. É importante ressaltar a preocupação de Lewis (1997, p. 13) em relação à interpretação que, como professores, damos à Abordagem Lexical por ele elaborada. Ao invés de uma grande mudança metodológica, ela consiste, na verdade, numa mudança na forma que nós professores apreendemos a

³⁹ Destaquem-se, nesse sentido, o *International Corpus of Learner English* e o *Louvain International Database of Spoken English Interlanguage* (Universidade Católica de Louvain, na Bélgica), projetos pioneiros na área, que desde 1995 vêm construindo, através de um consórcio entre diversas universidades em todo o mundo, *corpora* de inglês escrito e falado, que hoje conta com milhões de itens advindos de aprendizes de 14 nacionalidades diferentes.

linguagem, se a vemos como um conjunto de estruturas ou como discurso. Segundo o autor, "a Abordagem Lexical situa a comunicação de sentidos no coração da linguagem e da aprendizagem, o que nos leva a dar ênfase ao condutor principal de sentidos, o léxico" (LEWIS, 1997, p.15, tradução nossa). Em ambas as publicações sobre o assunto (1993 e 1997), Lewis discute amplamente como uma visão lexical de língua se traduz em termos pedagógicos, apontando os princípios fundamentais que norteiam tal abordagem e oferecendo diversos exemplos de técnicas e atividades de orientação lexical.

Assim, trocando em miúdos, já me valendo de um *chunk* interessante, uma abordagem lexical significa mais atenção a combinações lexicais do que a itens isolados; a atividades que possibilitem o cotejo entre língua-mãe e língua-alvo; ao inglês a que o aluno é exposto fora da sala de aula; um foco no inglês provável e não no possível, bem como em atividades aparentemente efêmeras, como escrever palavras novas no quadro e/ou no caderno evitando 'ilhá-las', isto é, buscando sempre saber "com quem elas andam". Como diz o autor, (1993, p.118), se quisermos esquecer de alguma coisa, basta colocá-la numa lista. Sendo assim, no EL, listas de palavras dão lugar a anotações de expressões, colocações e combinações mais prováveis, as quais tendem a ser armazenadas e posteriormente acessadas pela memória com mais facilidade. Por exemplo, ao invés de escrever a palavra *breakfast* no quadro, é mais útil oferecer também o verbo que combina com esse substantivo, *have breakfast*, pois, a ocorrência dessa combinação é muito mais freqüente, de acordo com dados de *corpora* diversos da língua inglesa do que a ocorrência da palavra *breakfast* sem o verbo. No quadro abaixo, contraste posturas diferentes em relação ao tratamento do vocabulário na aula de LE, as quais refletem princípios distintos, tanto em relação à concepção que se venha a ter de língua e do léxico como elemento central, quanto de aprendizagem. Note-se que os procedimentos/técnicas não são sempre mutuamente excludentes e que é apenas no dia-a-dia da sala de aula que o professor terá condições de julgar a necessidade de uma abordagem ou outra. Muitas vezes, como o próprio Lewis sugere (1997, p.214), a integração de uma abordagem com a

outra é desejada. Contudo, de forma geral, os exemplos constantes da segunda coluna refletem um tratamento mais sistemático do léxico e, assim, mais coerente com a Abordagem Lexical.

Abordagens quaisquer do léxico	Uma abordagem lexical no EL
<i>Qual é o passado desse verbo / Como fazemos o plural dessa palavra?</i>	<i>Como podemos usar esta palavra numa oração?</i>
<i>Qual é o significado dessa palavra?</i>	<i>Quais são as palavras que acompanham essa que você não conhece?</i>
<i>O que significa essa expressão idiomática?</i>	<i>O que significa essa expressão idiomática? Há algum equivalente em português?</i>
<i>Anotem esse verbo no caderno.</i>	<i>Anotem essas expressões / combinações no caderno.</i>
<i>Complete as lacunas com o tempo verbal correto.</i>	<i>Complete as lacunas com a palavra que dá sentido à expressão.</i>
<i>Vocês ainda não aprenderam o passado, então falem sobre o próximo fim de semana.</i>	<i>O que fizeram no fim de semana?</i>
<i>Há alguma palavra no texto que vocês não conhecem?</i>	<i>As palavras que vocês não conhecem vêm acompanhadas de outras. Conseguem inferir o significado? Como as traduziriam?</i>
<i>Este tipo de construção é possível.</i>	<i>Este tipo de construção é possível, mas use a que é mais provável.</i>
<i>Estudem 'Reported Speech' porque vai cair na prova.</i>	<i>Vocês leram os jornais hoje?</i>
<i>Desculpe, mas este vocabulário só aparecerá na próxima unidade.</i>	<i>Quais palavras vocês aprenderam ultimamente que consideram relevantes?</i>
<i>Vou escrever o significado das palavras novas no quadro.</i>	<i>Consultem seus dicionários quando precisarem checar o significado de alguma palavra</i>

	<i>ou expressão.</i>
<i>Vamos revisar os tempos verbais.</i>	<i>Vamos revisar o vocabulário do caderno de vocês.</i>
<i>Anotem todas essas palavras no caderno.</i>	<i>Selecione e anote no caderno as expressões que considerarem mais relevantes para vocês.</i>

O trabalho de Sinclair (1985), de Lewis (1993) e de alguns outros pesquisadores que propuseram uma revisão do papel do léxico como componente central do sistema lingüístico, representaram um redirecionamento teórico importante para o EL. Entretanto, o fato de hoje, por conta da lingüística de *corpus*, sabermos um pouco mais a respeito do funcionamento da língua em relação ao léxico, não significa necessariamente que tenhamos direções claras sobre *como ensinar*, o que assinala tanto a necessidade de contribuições de natureza empírica para a área, quanto do diálogo constante entre o ensino e a pesquisa.

Agradeço aos meus alunos do primeiro período de Letras/Inglês (2007/2) pela gentileza de fornecerem os exemplos para as análises feitas neste artigo.

Referências

BOGAARDS, Paul. Lexical Units and the Learning of Foreign Language Vocabulary. In: *Studies in Second Language Acquisition* 23, pp. 321-43, 2001.

CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures (Second Edition)*. Mouton de Gruyter, 1957

HOWATT, A. P. R. *A History of English Language Teaching*. Oxford, Reino Unido: OUP. 2004.

HYMES, Del. H. On Communicative Competence, In: J. B. Pride & J. Holmes (org): *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin. 1972.

KRASHEN, Stephen D. & TERRELL, T. D. *The Natural Approach: Language Acquisition in the Classroom*. Hayward: The Alemany Press, 1983.

LEWIS, Michael. *Implementing the Lexical Approach: Putting Theory into Practice*. Inglaterra, Reino Unido: Language Teaching Publications, 1997.

LIGHTBOWN, Patsy & SPADA, Nina. *How Languages are Learned*. Oxford University Press, 1983.

_____. *The Lexical Approach*. Inglaterra, Reino Unido: Language Teaching Publications, 1993.

MCCARTHY, Michael. *Touchstone From Corpus to Course Book*. Cambridge, Reino Unido: CUP. 2004.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Postcolonial world and postmodern identity: some implications for language teaching. **DELTA**, São Paulo, v. 21, n. spe, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Nov 2007.

ZIMMERMAN, Cheryl Boyd. Historical trends in second language vocabulary instruction. In: COADY, J. & HUCKING, T. (org) *Second Language Vocabulary Acquisition*, pp.5-19. Cambridge University Press, 1997.

Concordância verbal e coesão textual

Enoch Tótola Vieira Rosa
Mestrando em Estudos Lingüísticos - UFES

Resumo

Este artigo examina o fenômeno da concordância verbal e prioriza aspectos relativos à *anáfora associativa*, cuja ocorrência pode afetar o comportamento morfossintático das formas verbais, de modo que estas se concretizem, no singular ou no plural, independentes da categoria de número em que se inscreve o núcleo do sujeito.

Inicialmente, são feitas algumas considerações a respeito de coesão textual. Em seguida, sob uma perspectiva funcionalista, analisa-se um texto de aluno de ensino fundamental, bem como sentenças produzidas por falantes, a fim de se observar como, no português contemporâneo, as marcas morfológicas de plural têm se apagado, à revelia do número do núcleo do sujeito.

Palavras-chave: concordância verbal, coesão, anáfora, discurso.

Resumé

Cet article examine le phénomène de l'accord du verbe, surtout dans les aspects relatifs à l'anaphore associative, dont l'occurrence peut affecter le comportement morphosyntaxique des formes verbales, en considérant que celles-ci se concrétisent au singulier et au pluriel indépendantes de la catégorie du numéro dans laquelle s'inscrit le noyau du sujet. On commence par quelques considérations à propos de la cohésion textuelle. Ensuite, dans une perspective fonctionnelle, on analyse un texte d'un élève de l'enseignement fondamental et des phrases produites par des parleurs pour qu'on puisse observer comment, dans le portugais contemporain, les marques morphologiques du pluriel se sont effacées, indépendamment du numéro du noyau du sujet.

Mots-clés: accord du verbe, cohésion, anaphore, discours.

O fenômeno da concordância verbal e a construção do texto

Numa perspectiva geral, a coesão é tratada como um fenômeno que se instaura entre segmentos do texto, em movimentos de *retrospecção* e *prospecção*. Esse entrelaçamento ocorre, segundo Halliday e Hasan (1976), “quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso ao outro” (p. 4).

Todo texto, então, organiza-se por meio de elementos que se reportam, semanticamente, a algo já dito, *anáfora*, e a algo a ser enunciado, *catáfora*. Essas relações estabelecidas no interior do próprio discurso, ou seja, no co-texto, a grosso modo definem coesão textual. Para melhor compreensão do que se expõe, veja-se o fragmento abaixo, extraído de Veríssimo (2006):

(1) O **defunto** dominava a casa com a **sua** presença enorme. (...) e os homens que cercavam o **morto** ali na sala ainda não se haviam habituado ao **seu** silêncio espesso.

Nota-se facilmente a relação *anafórica* que se estabelece entre os itens lexicais “**defunto**” e “**morto**”, da mesma forma que, em “**sua** presença” e “**seu** silêncio”, os itens gramaticais destacados apontam, retrospectivamente, para “**defunto**”. Isso mostra que tanto itens *lexicais* quanto *gramaticais* concorrem para instaurar a coesão textual.

Naturalmente, além desses recursos, há outros que se prestam ao mesmo fim. Entre eles, a *concordância verbal*, que contribui para que as formas verbais existentes no texto acima *retomem* os sintagmas nominais que funcionam como *sujeitos*, permitindo-se que entre estes e os verbos também se instaurem não só relações *sintáticas* como também *semânticas*.

Para confirmação do que acaba de afirmar-se, suponha-se que dois jornais, A e B, estampem os seguintes textos:

Jornal A: (2) Lula com seus ministros **defendeu** o reajuste do salário mínimo.

Jornal B: (3) Lula com seus ministros **defenderam** o reajuste do salário mínimo.

Em (2), por exemplo, pode-se compreender que a defesa do reajuste do mínimo foi tomada com mais propriedade e até em particular pelo presidente Lula, ao passo que em (3) houve um envolvimento de todos os membros constitutivos do sujeito, de modo que a importância do presidente, no jornal B, equipara-se à dos ministros. É o recurso sintático da concordância que determina essa análise, o que comprova que tal mecanismo coesivo, em muitas situações, pode inscrever-se em contextos pragmáticos distintos.

Além dos exemplos acima mencionados, vale a pena analisar a situação abaixo, um texto cujo foco de atenção é o ator Jackson Antunes. A matéria, extraída da Revista de TV, suplemento dominical de *A Gazeta*, 07/01/2007, objetivava discutir sobre a vida dos seringueiros durante o final do século XIX e início do século XX, um dos principais temas da minissérie *Amazônia – de Galvez a Chico Mendes*, exibida pela Rede Globo. No centro da página onde se estampava uma foto do ator, havia um pequeno texto em que se lia:

(4) Jackson Antunes, intérprete de Bastião, foi um dos atores que **pernoitou** na floresta, e **aprendeu** a cortar seringa.

Como o objetivo era ressaltar Antunes entre os demais atores, utilizou-se o *singular*, conforme se verifica nas formas verbais destacadas, embora o contexto favorecesse também a utilização de **pernoitaram** e **aprenderam**, em virtude do item lexical *atores*. Veja-se como a concordância se dá em função do contexto pragmático-discursivo em que se inscreve a matéria: pretendia-se pôr em relevo *o ator*.

Logo, no caso em questão, a concordância no *plural* não conferiria o mesmo efeito semântico ao discurso, fato que corrobora o que até então vem se dizendo: este recurso sintático, em muitos casos, ocorre motivado pela intenção discursiva, e constitui-se também um procedimento

argumentativo. Desse modo, pode-se dizer que a concordância é um recurso coesivo que colabora para instaurar a própria coerência textual.

O objetivo deste estudo não é explicar o fenômeno da coesão *latu sensu*. Interessa-nos analisar a concordância verbal como um mecanismo que, no português contemporâneo, tem se estabelecido de forma *assimétrica*, contrariando sobretudo o princípio básico segundo o qual o verbo deve concordar em número com seu respectivo sujeito, conforme apregoam estudos de caráter meramente estruturalista, pois é sob essa perspectiva que Câmara Jr (1997, p. 116) diz que

Dá-se em gramática o nome de concordância à circunstância (...) de um verbo variar em número e pessoa de acordo com o seu sujeito (concordância verbal). Este princípio geral é sistemático, e não apresenta em si motivo para hesitação ou dificuldade.

Obviamente, o autor, nesta passagem, utiliza o conceito de *gramática* sob a égide da prescrição, que normalmente concebe a *língua* como fenômeno ideal, asséptico, como se os instrumentos lingüísticos fossem utilizados discretamente, desconsiderando-se, portanto, as variações lingüísticas, os contextos discursivos, a interação entre falantes, etc.

Aqui, julgamos pertinente apresentar esse ponto de vista para que se confrontem nossas análises, de tal forma que se possa compreender melhor a perspectiva funcional da linguagem, que também concebe a língua como sistema, mas um sistema cujos usuários sejam capazes de modificá-lo, subvertê-lo, pois, quando um falante produz um enunciado, como por exemplo "*O povo **vaiaram** o presidente*", normalmente o faz guiado pelo caráter *coletivo* do item lexical **povo**, e não por sua **marca morfológica zero** de número – **singular**. Ou seja, estabelece-se nesses casos o que Berrendonner & Reichler-Béguelin (*apud* Koch, 2002, p. 113) chamam de *concordância associativa*.

Na verdade, a atividade discursiva coage o próprio sistema lingüístico, chegando a reorganizá-lo. E, portanto, as regras de combinação dos sintagmas sujeitam-se a adaptações que muitas vezes só encontram justificativas na semântica e

na pragmática, o que confirma que esta, sobretudo, e a sintaxe não constituem domínios disjuntos (Koch, 2002, p. 119); ao contrário, ambas, sintaxe e pragmática, estão imbricadas na elaboração do discurso.

Nos exemplos anteriores, (2) e (3), foram apresentadas “formas” diferentes que, sob uma perspectiva funcional, também veiculam sentidos distintos. Além dos aspectos estruturais, numa perspectiva funcionalista levam-se em conta aspectos ligados aos propósitos dos usuários na construção das sentenças lingüísticas. Aliás, dentro dessa perspectiva, já se disse que os usuários são subversivos do sistema da língua e, portanto, transformam-na, dinamizam sua estrutura.

Desse modo, as cláusulas (2) e (3) anteriores não podem ser tomadas como sinônimas numa interação lingüística, pois no confronto entre ambas subjaz um “julgamento” do falante a respeito do presidente Lula.

Essas considerações nos permitem reiterar que a sintaxe, especificamente no que concerne ao fenômeno da concordância, não deve ser analisada sem que se considerem os aspectos *semânticos* e *pragmáticos*, pois, conforme já se assinalou anteriormente, um estudo funcional não se esgota apenas na esfera sistêmica da linguagem, mas nas propriedades relativas às finalidades dos usuários no processo de interação lingüística.

Se a concordância verbal também pode ser considerada, entre tantos mecanismos de coesão, um dos principais fenômenos responsáveis pelo estabelecimento da construção de sentido do texto, é porque a partir do comportamento morfossintático dos verbos tem-se controle dos **argumentos** – sujeitos ou objetos - utilizados na organização do discurso.

Em linhas gerais, segundo apregoa a tradição gramatical, é o sujeito que controla o verbo, no português, o que indicia que a relação entre ambos é um mecanismo sintático importante, mas que nem sempre ocorre “regularmente”, já que a cognição, por ser pré-verbal, pode determinar que o sistema da língua seja subvertido, de modo que este se restaure progressivamente. E sempre.

A concordância verbal “harmônica” regula um comportamento lingüístico próprio de dialeto de prestígio, uma vez que, em outros dialetos, muitas vezes estigmatizados, o

sujeito não tem determinado essa "simetria." Poder-se-ia inclusive afirmar que, *a priori*, as flexões verbais têm se reduzido no português atual, de tal forma que nessa língua a categoria verbal tem apresentado, basicamente, poucas flexões, o que faz que se manifeste, muitas vezes, apenas o **singular**, como por exemplo: "...eu **falo** com ela..."; "...tu **fala** com ela..."; "...ele/você **fala** com ela..."; "...nós **fala** com ela..."; "...eles/vocês **fala** com ela...", etc.

Também tem sido comum a ocorrência de casos específicos em que as formas verbais não se subordinam à marca morfológica de número do sujeito, mas parecem, *anaforicamente*, associar-se a outro elemento da cadeia sintagmática, ou até mesmo a um elemento que não se encontra materializado na sentença. Verifique-se como se contrariam as marcas de número do sujeito e as de número dos seus respectivos verbos, em situações como "O pessoal **chegaram**", "O povo **vaiaram** o presidente", "A gente **chegamos** tarde", por exemplo.

Há, inclusive, uma relação *siléptica* que se processa nesses ambientes, pois esses casos sinalizam que, cognitivamente, o usuário infere que o verbo deve ficar no plural, uma vez que os itens lexicais utilizados no núcleo do sujeito têm esse traço semântico. Estabelece-se, aqui, uma relação de ingrediência entre a *forma* desses vocábulos e o *conteúdo* coletivo que estes expressam.

O distanciamento entre o sujeito e seu respectivo verbo pode, também, suscitar ocorrências em que o usuário, na tentativa de "recuperar" o argumento externo desse verbo, não subordina este ao sujeito, mas o faz da seguinte forma:

(5) Minha família parece não se afinar com minhas escolhas. Sempre me **criticaram** por eu ter optado pelo magistério.

A forma verbal **criticaram**, que não caracteriza indeterminação de seu sujeito, neste contexto, aponta implicitamente para **família**, que acaba por suscitar uma relação anafórica associativa com o *verbo* do segundo período. Provavelmente, a distância entre **família** e **criticaram** também determina que tal incongruência quanto à concordância se estabeleça. O uso da forma verbal pluralizada é uma tentativa de recuperar e garantir que "os membros da

família”, e portanto “mais de um”, são responsáveis pela ação verbal.

Logo, cumpre reiterar que nem sempre as relações de concordância têm se dado no interior das cláusulas em que se inserem o sujeito e o verbo, fato que Berrendonner & Reichler-Béguelin (*apud* Koch, 2002, p. 117) relacionam às noções de *macrossintaxe*, ou seja, aquelas em que a marca de gênero e a de número, e esta é a que nos interessa, não se efetuam dentro da própria oração, mas distanciadas em cláusulas diferentes. Essas relações normalmente se vinculam à *inferência* ou *pressuposição* processadas pelo falante no contexto pragmático.

Considere-se o fragmento abaixo, produzido por um aluno de 8ª série:

(6) “... e novamente as pessoas voltaram a se desespera com a ventania que ocorreu a semana passada no dia 25 de setembro, o que mais se preocupava era as crianças das escola que **chorava** a cada vez que os telhados **saia** do seu lugar. sem falar das arvores caindo por causa da chuva e dos vento, graças a Deus já se **passaram** uma semana e está tudo bem, só que as escolas e os comercio irão permanecer feichado até tudo se resolver. Em quanto isto todos da cidade **vai** esperar pela resolução da cidade”

As quatro formas verbais destacadas no fragmento acima mostram que um usuário da língua pode flutuar em vários subsistemas lingüísticos. Até porque há outras formas verbais no texto que se mantêm em sintonia com a marca de número exibida pelo sujeito, como por exemplo “**voltaram**” e “**irão permanecer.**”

A forma verbal **passaram** é a que, por excelência, caracteriza contextos em que o aspecto semântico-cognitivo suscita variações de uso da concordância. Ou seja, no caso em questão, o que se dá é a concordância associativa de que falamos anteriormente. Esse fato é mais um aliado na comprovação de que a congruência de número entre sujeito e verbo obedece muitas vezes a uma gramática da cognição e não a uma gramática da forma (Marcuschi, 2005, p. 76).

A ocorrência do singular nas formas **chorava** e **vai** insinua que o usuário em questão, em sintagmas complexos, infere o elemento mais próximo do verbo como sujeito deste,

de tal forma que a flexão verbal não é determinada pelo núcleo do sujeito, mas por elementos periféricos da cadeia sintagmática.

Cognitivamente, portanto, pode-se aventar que é dada uma importância semântico-discursiva maior a **escola** e não a **crianças**; a **cidade** e não a **todos** (os moradores). Aqui, vale a pena reiterar as palavras de Scherre (2005, p. 134), para quem “a concordância verbal em português não é regida pelo núcleo do sujeito, mas por traços, que podem aparecer também em outras funções sintáticas.”

É óbvio que as variações de concordância colhidas no texto acima caracterizam dialetos de pouco prestígio social, sobretudo em registros aparentemente mais formais, embora haja tantos casos em que a concordância zero de número das formas verbais ocorra em discursos de indivíduos com baixa ou alta escolaridade, independentemente de faixa etária e até mesmo de contexto socio-interativo.

Para ilustrar o parágrafo anterior, observe-se, por exemplo, o *corpus* abaixo, colhido por nós, cuidadosamente, em situações orais. Embora a abrangência discursiva fique restrita, quando se lança mão de sentenças, julga-se pertinente a utilização das cláusulas seguintes como material de análise, pois “qualquer proposta funcionalista pode ser invocada para verificar o tratamento da frase enquanto ato de interação, enquanto peça de comunicação real” (Neves, 1997, p. 17):

(7) “**Começou** a vim também as prestação da Caixa tudo junto.” (doméstica, 25 anos, ensino médio completo)

(8) “Quando cheguei no portão, **escureceu** as vista.” (aposentado, 77 anos, ensino fundamental incompleto)

(9) “**Tá** muito **inflamado** os pés dela?” (diretor escolar, 50 anos, pós-graduado)

(10) “**Passou** três dias e a mãe achava que ele tinha ido pra casa de amigos.” (doutora em Letras)

(11) “**Começou** as aulas em fevereiro e a gente só foi chamada em abril.” (professora, 40 anos, curso superior completo)

(12) “Dizem que as tragédias não vêm sozinhas. Na nossa casa, **desabou** todas no mesmo dia.” (Marta, personagem de Lília Cabral em Páginas da Vida, em 15/08/2006)

(13) "Professor, não dá dever hoje não. Pergunta como **foi** nossas férias." (aluna de 1º ano de ensino médio, 14 anos)

Dado o objetivo deste estudo, não se entrará no mérito das questões que motivam a posposição do sujeito. Todavia, cumpre-nos assinalar que os enunciados acima apresentam formas verbais cujo comportamento sintático favorece a ordem *indireta*, ou seja, aquela em que o sujeito se desloca para a direita do verbo, posição que normalmente é ocupada pelos complementos verbais – objetos. Esse fato, inclusive, é uma das causas que nos conduzem a sentenças em que não se manifesta a concordância verbal, já que a função-objeto não afeta a flexão do verbo.

Além disso, essa aparente desarmonia entre a marca de número do sujeito e a marca de número do verbo encontra abrigo no seguinte argumento: as cláusulas expostas acima apresentam sujeitos *prototipicamente* opacos, ou seja, os itens lexicais básicos (ver vocábulos grifados no *corpus*) que, paradigmaticamente, "ocupam" essa função sintática não contemplam os traços básicos que definem, para a maioria dos falantes, a categoria gramatical de *sujeito*, a saber:

- a) **sintaticamente**, não controlam a concordância;
- b) **semanticamente**, não são agentes;
- c) **pragmaticamente**, não figuram como tópicos de sentenças.

É importante assinalar que as variações de concordância verificadas no texto produzido pelo aluno de ensino fundamental são mais estigmatizadas que as variações de concordância apresentadas acima, no *corpus* oral. A concordância zero em cláusulas em que o sujeito precede o verbo parece ser mais notada, sobretudo em registros escritos. O mesmo não ocorre com o sujeito posposto, dada a pouca naturalidade com que o falante percebe essa função em situações menos prototípicas, conforme se constata em fragmento abaixo, extraído de suplemento dominical de *A Gazeta (Leve a vida)*, em 07/01/2007:

(14) "(...) ficar grandes intervalos sem se alimentar, ou pular refeições, pode ter um efeito contrário no ponteiro da balança.

Quando isso acontece, o organismo entende que há uma ameaça às reservas de energia (...). O metabolismo diminui, e para compensar a possível perda de energia, nosso corpo passa a depositar gordura (...). O mesmo ocorre quando se **perde** muitos quilos de uma só vez.

Essa oscilação entre o singular e o plural no fenômeno da concordância verbal (na verdade, na concordância *latu sensu*) não é o que parece, a princípio, um fato relacionado apenas a dialetos estigmatizados socialmente. A incongruência de número entre sujeito e verbo indicia a convivência de vários subsistemas lingüísticos. Isso corrobora que a prática lingüística reorienta o sistema.

Fato interessante – e julgamos pertinente incluir neste estudo – deu-se na obra *Clarissa*, de Erico Verissimo. Consultadas várias edições deste livro (1969, 1981, 1995, 2005), verificamos que, nas mais antigas, algumas incongruências quanto ao fenômeno que estamos analisando se mostraram:

(15) “Agora a música do piano está mais nítida. Não há mais dúvida: é Amaro que está tocando. Clarissa presta atenção. O murmúrio das conversas a **impedem** de ouvir com nitidez.”

(16) “Lá fora se **acendeu** todos os combustores da cidade.”

(17) “A sombra das árvores e das casas se **alongam** sobre o chão.”

Nas edições de 1969, 1981 e 1995, os verbos destacados nos fragmentos acima se mantiveram como já apresentados. Em edição recente, 2005, inclusive por uma outra editora, verificaram-se as seguintes modificações, que vamos exibir para efeito de comparação:

(18) “(...) O murmúrio das conversas a **impede** de ouvir com nitidez.”

(19) “Lá fora se **acenderam** todos os combustores da cidade.”

(20) “A sombra das árvores e das casas se **alonga** sobre o chão.”

As “correções” efetuadas pela edição de 2005 indiciam que, muitas vezes, essas incongruências de número não se dão apenas no discurso de usuários menos “desavisados”. Por

outro lado, se analisarmos detidamente os contextos em que ocorre o fenômeno que por ora é estudado, ver-se-á que há razões de ordem cognitivo-pragmática subjacentes.

Em (15), por exemplo, o item lexical **conversas** parece ter governado a flexão do verbo, insinuando que a concordância verbal pode ser determinada também por outras *funções* que não o sujeito.

Em (16), cujo contexto lingüístico é semelhante ao do suplemento *Leve a vida*, de *A Gazeta*, além de se encontrar um sujeito menos prototípico (**-agente, -tópico, pós-verbal**, por exemplo), tem-se um caso em que, majoritariamente, os falantes têm preferido o singular e não o plural.

Em (17), o plural é perfeitamente justificável, uma vez que, no momento enunciativo, aspectos de ordem cognitiva – e então *pré-verbais* (aqui não nos referimos à posição que o sujeito ocupa em relação ao verbo) – podem ter determinado o plural. Ou seja, o núcleo **sombra** se desdobra tanto para **árvores** quanto para **casas**, de modo que *não há um* elemento apenas: são “duas sombras”, a das árvores e a das casas. Além disso, o sintagma-sujeito neste caso tem organização similar à encontrada em (15).

Considerações finais:

Este estudo não pretendeu esgotar nenhuma discussão sobre o fenômeno da concordância relacionada à coesão textual. Ao contrário, buscamos apenas um reflexão breve a respeito de um tema que vem nos inquietando há bastante tempo.

Muitas vezes agimos categórica e dogmaticamente diante de determinadas situações lingüísticas e, em lugar de nos abirmos para o leque de opções que a língua nos oferece, nós nos limitamos, e com isso rechaçamos a variação como condição da própria linguagem.

Quanto à concordância de número do verbo em relação ao sujeito, acreditamos ser possível postular o seguinte:

- 1) a flexão verbal tem se materializado à revelia do sujeito;
- 2) mesmo com sujeitos prototípicos, a flexão verbal não tem sido estimulada;

- 3) os morfemas de plural não estão inscritos somente na gramática formal, mas na gramática cognitiva;
- 4) a concordância não pode ser examinada somente à luz da sintaxe;
- 5) a concordância é também motivada por fatores discursivo-pragmáticos;
- 6) a concordância pode resultar tanto de uma relação anafórica *explícita* quanto de uma relação anafórica *implícita*.

Referências:

- CÂMARA JR, J. M. **Manual de expressão oral e escrita**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HALLIDAY, M. A. & HASAN, R. **Cohesion in English**. Londres: Longman, 1976.
- KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V. et alli. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.
- NEVES, M. H. M. **A gramática de usos é uma gramática funcional**. Revista *Alfa*. São Paulo, v. 41, 1997.
- SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, 2005.
- VERISSIMO, E. **Clarissa**. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **Um lugar ao sol**. 36 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Linguagem, linguagens

Júlia Almeida⁴⁰

RESUMO

Com o objetivo de expor pontos de vista que foram relevantes para o entendimento dos usos da linguagem, iremos inseri-la entre os diferentes sistemas de comunicação de modo a discutir seu papel na vida social, bem como revisar sua função constitutiva da experiência mental humana, procurando apontar a complementariedade dessas abordagens.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem; comunicação; vida social; pensamento.

ABSTRACT

With the aim of exposing two points of view about language, we review theories on different species of communication systems and discuss ideas about the constitutive role of language in human mental life, trying to point out the complementarities of both views of language.

KEY WORDS: Language; communication; social life; thought.

Na busca de respostas para a instigante pergunta *o que é homem?* já se formulou uma resposta que diz respeito diretamente a nós, estudiosos da linguagem: mais do que um *Homo sapiens* ou homem racional, o homem seria um *Homo loquens*, isto é, um homem falante, pois teria na linguagem verbal a sua principal característica. Segundo essa concepção, devemos ao dom da fala a nossa humanidade e é ela que nos distinguiria mais particularmente das outras espécies animais⁴¹.

⁴⁰ Professora Adjunto I do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo. - Ufes

⁴¹ Ver *Homo Loquens – O homem como animal falante* (FRY, 1978).

Sem querer aprofundar em debate tão amplo, gostaria apenas de chamar a atenção do leitor para este fato que nos é dado tão naturalmente e sobre o qual pouco refletimos: a linguagem humana, um tema que há muito tem desafiado a compreensão humana e para o qual não há (felizmente) um entendimento único. Mesmo o conhecimento científico, por mais objetivo e neutro que procure ser, não produziu uma resposta única e definitiva, mas diferentes abordagens da linguagem, que procuraram dar conta da complexidade dos fenômenos lingüísticos e dos vários aspectos aí implicados. Veremos a seguir dois modos de compreender a linguagem: como instrumento da comunicação/socialização humanas e como atividade constitutiva do próprio pensar. É importante lembrar que uma compreensão mais diversa e ampla da linguagem é o caminho chave para acessar outros conhecimentos, sejam literários, semiológicos, antropológicos, pedagógicos etc.

1.1 Linguagem instrumento

Não conhecemos com precisão, e talvez não conheçamos nunca, os detalhes da história das transformações estruturais dos hominídeos. Infelizmente, a vida social e lingüística não deixa fósseis e não é possível reconstruí-la. O que podemos dizer é que as mudanças nos primeiros hominídeos, que tornaram possível o aparecimento da linguagem, têm a ver com sua história de animais sociais, de relações interpessoais afetivas e estreitas, associadas à coleta e à partilha de alimentos (MATURANA, H. R.; VARELA, F.J,1995, p. 240).

Para entendermos o papel essencial da linguagem como veículo da comunicação humana, é interessante dar à palavra aos *antropólogos*⁴² e aprender com eles que a comunicação é uma propriedade fundamental da vida. Os seres vivos em geral, e não apenas os seres humanos, têm na troca de mensagens a chave para a manutenção do contato entre os membros de um grupo. Assim, as formigas são capazes de assinalar às suas congêneres, isto é, a outros membros da

⁴² A antropologia é uma área que estuda os grupos humanos e sua diversidade cultural. Os ensinamentos propostos neste tópico foram extraídos de *Antropologia e Comunicação: princípios radicais* (RODRIGUES, 1989).

mesma espécie, o local exato onde encontraram alimentos por meio de uma substância química, cujo odor pode ser seguido pelas outras como se fosse um rastro; patos emitem piados avisando aos demais quando há inimigos; plantas trocam pólenes entre si, sob ação do vento. Os exemplos são os mais diversos e numerosos e muitos são os fenômenos de captação e processamento de informação que garantem o contato dinâmico entre os membros de uma espécie. Uma experiência realizada de "bagunçar" o sistema de comunicação das formigas, simplesmente destruiu o formigueiro. Há, na própria natureza, uma relação estreita entre relações sociais e comunicação.

Mas se a comunicação é comum a todos os seres vivos, o que seria específico da comunicação humana? Uma diferença importante apontada pelos estudos antropológicos e biológicos estaria no modo como as mensagens são trocadas no caso dos animais em geral e no universo humano: os primeiros se comunicariam por meio de *sinais* (sistemas de odores, de colorações, de secreções, de sons, entre outros) que residem em cada organismo particular da espécie e são geneticamente programados. São, portanto, condutas comunicativas inatas (nascem com cada membro ou indivíduo da espécie) e dependem exclusivamente da programação genética da espécie. Cada indivíduo estaria isoladamente apto a emitir ou receber os sinais de sua espécie, mesmo que não tenha convivência social com os demais membros. Pesquisas comprovaram isso isolando desde o nascimento membros de uma espécie e verificando que esses seres são capazes de atingir comportamentos e habilidades idênticas a de seus *congêneres* criados em liberdade.

Constatamos diferenças importantes entre a comunicação animal por sinais e a comunicação humana, quando percebemos que o ser humano se utiliza de *signos* convenencionados pela sociedade para sua comunicação: a mão-fechada-com-o-polegar-levantado tem, em nossa sociedade, o significado de que está tudo bem; também a cor branca é um signo compartilhado culturalmente que indica a paz, assim como

[...] a cruz, o piscar-de-um-olho, a balança, as palavras... são *socialmente programados*, dependem de convenções

estabelecidas entre os indivíduos que constituem o grupo. Ser humano algum está apto a participar da rede de comunicação formada por seus semelhantes pelo simples fato de ter nascido: ser-lhe-á necessário conviver com o grupo, introduzindo nele, embebendo-se dele (RODRIGUES, 1989, p. 30).

Saberíamos que a balança é o símbolo da justiça ou que o branco é o símbolo da paz se não tivéssemos contato com outros membros de nossa cultura que assim os convencionou? Basta lembrar que sociedades codificam diferentemente o significado das cores, de modo que o branco, que significa paz na nossa cultura, pode significar outra coisa para pessoas inseridas em outras sociedades.

Lembramos que a acepção de cultura que acionamos aqui é a antropológica, em que cultura significa simplesmente o somatório de valores, comportamentos e crenças transmitidos coletivamente que caracterizam uma sociedade. Cada sociedade teria, assim, a sua própria cultura e não está implicado aí nenhum julgamento de valor quanto à qualidade estética ou intelectual das suas artes, da sua literatura, das suas instituições. A cultura seria todo o mundo inventado pelo homem, transformável no tempo e no espaço, pois diferentes sociedades produzem culturas diferentes (cultura brasileira, cultura *nagô* etc.). A diversidade cultural é característica do ser humano, assim como o é a diversidade lingüística.

Resumindo: à diferença dos códigos de sinais que os demais animais podem usar para a comunicação, os seres humanos têm uma margem maior de independência das programações orgânicas, podendo convencionar socialmente os signos para sua comunicação, que devem ser necessariamente adquiridos por cada ser humano através da convivência com seus semelhantes.

É nesse terreno da comunicação e da cultura humana – por meio de signos – que se insere a linguagem verbal: as palavras são signos convencionados. As diferentes línguas naturais dão prova de que os signos lingüísticos são convencionados socialmente, pois diferentes sociedades criaram e criam diferentes línguas (só no mundo atual o número de línguas existentes ultrapassa o número de três mil línguas). E embora se saiba que o conhecimento lingüístico

depende também de uma programação genética ou biológica, não há dúvidas de que o conhecimento da própria língua seja culturalmente transmitido e apreendido em virtude de sermos membros de uma determinada sociedade e de interagirmos com ela.

1.1.1 Linguagem animal?

Se podemos dizer que há comunicação animal através de sistemas de sinais, não podemos dizer que há linguagem animal no mesmo sentido que falamos de linguagem humana, ou seja, como um sistema de signos convencionais.

Pesquisas feitas em sociedades de abelhas (BENVENISTE, 1991) mostraram que, apesar de estas terem uma complexa organização social e de apresentarem um detalhado sistema de mensagens através de danças pelo qual uma abelha indica ao grupo fontes de alimento, seu sistema de comunicação contrasta com o humano

- pela fixidez dos conteúdos das mensagens (a única mensagem é a fonte de alimento, enquanto nosso sistema transmitiria conteúdos ilimitados);
- pela transmissão unidirecional da informação (não há diálogo ou resposta);
- pela impossibilidade de se decompor seus elementos em unidades menores sem significação, como as unidades mínimas da língua, os fonemas (/p/, /b/), que em si nada significam;
- pela referência exclusiva ao que foi visto por experiência (as abelhas que receberam a mensagem pela dança não podem repassá-la adiante).

Experimentos com outros animais foram feitos para comparar a comunicação humana e animal. Um casal nos EUA conhecido como os Gardner “ensinou” um macaco, Washoe, a utilização de cerca de duzentos signos de um idioma gestual utilizado pelos surdo-mudos, com os quais podia inclusive “formar frases” (alguns gestos equivaliam às funções de verbos, adjetivos e substantivos da linguagem falada). Poderíamos a partir daí concluir que os macacos teriam uma linguagem convencional? Ou que simplesmente podem se adaptar a esse

tipo de linguagem quando são forçados a isso? Poderia Washoe fazer o mesmo com seus congêneres, natural e espontaneamente?

A resposta à pergunta *existe linguagem animal?* continua sendo negativa, mesmo quando nos aproximamos de animais que parecem depender de uma certa convivência com os congêneres para o desenvolvimento pleno das habilidades comunicacionais, como ocorre com alguns pássaros que para cantar corretamente devem ouvir o canto de aves adultas. Nada que nos autorize ainda a falar em linguagem propriamente. No entanto, podemos dizer que a tendência a afirmar uma distância radical entre a capacidade comunicativa dos homens e dos outros animais tem sido abrandada. Podemos pensar, por exemplo, que entre o *signal* e o *signo* não há um vazio, uma oposição absoluta, mas gradações, combinações. O homem estaria apenas no ponto extremo de uma linha que ensaiou na natureza inúmeras formas de comunicação até chegar à linguagem humana, sistema complexo que corresponde a uma vida social igualmente complexa.

Por isso, ao nos referirmos à “linguagem” das abelhas ou de outros animais, é coerente manter a palavra entre aspas, como cuidado necessário que se deve ter à medida que se vai alcançando uma compreensão mais aprofundada da linguagem humana.

1.2 Linguagem constitutiva

Este papel de instrumento de comunicação, que consideramos ao longo de todo o tópico anterior, não foi o único atribuído à linguagem e só passou a ser considerado de fato a partir do início do século XX, com a valorização apontada por Ferdinand de Saussure da função da linguagem como ferramenta da vida social. Essa concepção comunicativa da linguagem foi, na realidade, uma ruptura em relação às investigações anteriores que compreendiam a linguagem quase que exclusivamente em relação ao pensamento e sua representação. É o que veremos agora.

Desde a antiguidade os homens viram no estudo da linguagem e das línguas um modo de apreender as operações do pensamento, considerado como principal atividade do

espírito humano. Aristóteles, ao investigar o raciocínio e a forma de atribuição de propriedades aos objetos (por meio de categorias do pensamento, tais como *substância*, *ação* etc.), acabou por constituir as bases para a classificação das categorias lingüísticas – substância/substantivo, ação/verbo etc.

Chama-se concepção *especulativa* da linguagem aquela que afirma ser a linguagem uma imagem, uma imitação do pensamento. Essa concepção teve grande impulso no *século XVII*, com os gramáticos de Port-Royal, e posteriormente no *século XVIII* com seus seguidores, que afirmaram que a função essencial da linguagem e das línguas seria a representação do pensamento. Para eles, o que todas as línguas teriam em comum é permitir aos homens “significar”, dar a conhecer seus pensamentos. Na organização da frase estaria o poder da linguagem de representar o pensamento lógico, e as categorias de palavras corresponderiam aos momentos fundamentais do pensamento lógico: o juízo consiste em atribuir uma propriedade (predicado) a uma coisa; as línguas comportam palavras para designar as coisas (substantivos), as propriedades (adjetivos) e o próprio ato de atribuição (verbos). Ainda no *século XIX*, entre os *comparatistas*, predominou esta visão de que o espírito humano podia representar-se fielmente nas línguas, mesmo que as línguas com o tempo tivessem se corrompido e já não apresentassem tão perfeitamente sua finalidade.

O século XX trouxe uma renovação nas reflexões sobre a relação entre pensamento e linguagem. Que exista entre eles uma solidariedade, não há dúvidas. Mas que tipo de relação é essa? Seria correto afirmar que a linguagem simplesmente espelha o pensamento, entendido como um conteúdo que lhe é distinto e prévio?

Vejamos o que disse Saussure, no início do século XX: “tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada estaria necessariamente delimitado. Não existem idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (1972, p. 130). Inclusive um pouco antes de Saussure já se nutria a idéia de que a linguagem não seria, assim, um mero receptáculo passivo do pensamento, mas ela é também agente no processo de dar forma ao conteúdo do pensamento: Como predisse o lingüista W. Humboldt, ainda no final do

século XIX, a linguagem “não é somente esse veículo externo, destinado a manter o intercâmbio social, mas um fator indispensável ao desenvolvimento do poder intelectual do homem e para que tenha acesso a uma visão do mundo” (HUMBOLDT *apud* FRANCHI, 1992, p. 28).

Esta será a tônica da relação entre linguagem e pensamento que muitos lingüistas do século XX irão afirmar: mais do que uma função representativa, a linguagem tomaria parte da própria elaboração do conhecimento de si e do mundo, participando do processo ativo em que organizamos e informamos nossas experiências, nossa nossa visão de mundo e nossa cultura.

Considerações Finais

Fizemos uma visita a dois modelos de entendimento da linguagem: primeiro, a situamos em relação a seu uso social, como instrumento de comunicação. Nesse sentido, a linguagem se aproxima de uma ação verbal determinante na troca humana. Para melhor entendermos o papel da linguagem no complexo mundo da comunicação humana, procuramos diferenciar a comunicação humana de outras formas de comunicação e vimos na distinção entre sinal/signo um modo de compreendermos a passagem da comunicação animal ao universo simbólico humano, socialmente convencionado, em que ganha sentido a diversidade cultural e lingüística. Linguagem e cultura são, assim, matérias bem próximas na configuração de nossa humanidade. A seguir, percorremos os marcos do entendimento que atribui função à linguagem a partir de sua relação com o pensamento: da função representativa – que muitos estudiosos lhe reservaram ao longo dos séculos – até os estudos do início do século XX que entenderam a linguagem como agente na elaboração do pensamento e da consciência, dando-lhe forma e emprestando-lhe sua estrutura. Nesse sentido, linguagem e pensamento se configurariam como trabalho incessante que daria forma ao conteúdo variável de nossas experiências.

Estas duas tendências convivem nos estudos lingüísticos que enfatizam ora a ação comunicativa ora a ação constitutiva da linguagem ora sua interface. Pesquisadores recentes exploram exatamente essa interrelação: é ao mesmo tempo

que o aparecimento da linguagem cumpre papel na cooperação e sociabilidade humanas e que gera o fenômeno inédito do mental e da autoconsciência como a experiência mais íntima do ser humano (MATURANA; VARELA, 1995). Como compreendeu *Robinson Crusoé*, ao manter um calendário e ler a Bíblia todas as noites, e também o personagem do filme *Naúfrago*⁴³, que possuía um boneco com quem conversava, é a rede de interações lingüísticas que faz de nós o que nós somos.

Sugestão de atividade complementar

Ver e discutir o filme *A Guerra do Fogo*⁴⁴, levando em conta todo o conteúdo aqui apresentado e especialmente a seguinte afirmação: “não conhecemos com precisão, e talvez não conheçamos nunca, os detalhes da história das transformações estruturais dos hominídeos. Infelizmente, a vida social e lingüística não deixa fósseis e não é possível reconstruí-la. O que podemos dizer é que as mudanças nos primeiros hominídeos, que tornaram possível o aparecimento da linguagem, têm a ver com sua história de animais sociais, de relações interpessoais afetivas e estreitas, associadas à coleta e à partilha de alimentos” (MATURANA, H. R.; VARELA, F.J,1995, p. 240).

Referências Bibliográficas

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1991.

FRANCHI, Carlos. Linguagem – Atividade Constitutiva. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 22, p. 9-39, 1992.

⁴³ Personagem do livro de mesmo nome de Daniel Defoe que narra as aventuras de um náufrago numa ilha deserta. Essa idéia foi revisitada no filme *Náufrago* (*Cast Away*, de Robert Zemeckis, 2000).

⁴⁴ *A Guerra do Fogo*. Quest for Fire, 1981, França e Canadá. Direção: Jean-Jacques Annaud. Com: Everett McGill, Rae Dawn Chong, Ron Perlman.

FRY, Dennis. *Homo Loquens* – O homem como animal falante. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LYONS, John. *Lingua(gem) e Lingüística – uma introdução*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

MATURANA, H. R.; VARELA, F.J. *A Árvore do Conhecimento – As bases biológicas do entendimento humano*. Campinas: Psy, 1995.

RODRIGUES, José Carlos. *Antropologia e Comunicação: princípios radicais*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1972.

UM GÊNERO TEXTUAL EM QUESTÃO: ANÁLISE DE ANÚNCIOS DE INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

CARMELITA MINELIO DA SILVA AMORIM*
MARCOS ROBERTO DA COSTA**

RESUMO

O estudo da linguagem, em suas mais variadas formas e usos, sempre desperta o interesse daqueles que pretendem explicar os fenômenos a ela relacionados. Estudar um texto, por exemplo, que une a linguagem verbal e a não-verbal, observando possibilidades de análise, constitui um grande desafio. Não é uma tarefa simples, pois o texto precisa ser analisado como um todo, considerando-se as possíveis interpretações. O objetivo principal é analisar textos de anúncios institucionais, considerando: 1) os contextos da cultura e da situação, a partir da proposta de Halliday (1994); 2) o contrato de comunicação proposto por Charaudeau (1996); 3) os gêneros textuais, especificamente, o gênero anúncio institucional, pois a identificação e a interpretação de um gênero textual constituem importantes pontos a serem destacados em uma análise.

Palavras-chave: Lingüística Funcional; Contrato de Comunicação; Gêneros Textuais.

ABSTRACT

Language study, in its widely varied forms and uses, has always aroused the interest of those who intend to explain the phenomena related to it. Examining a text, for example, that links non-verbal and verbal language, observing the possibilities of analysis, represents a significant challenge. It is not an easy task since the text needs to be analyzed as a whole, taking into consideration possible interpretations. The

* Mestre em Letras pela Universidade Federal Fluminense.

** Mestre em Letras pela Universidade Federal Fluminense.

main purpose of this article is to analyze charity ads, taking into account the following: 1) the contexts of culture and situation from Halliday's perspective; 2) the contract of communication advocated by Charaudeau (1996); 3) genres, especially charity ads since the identification and the interpretation of a genre stands out as import elements to be highlighted within an analysis.

Keywords: *Functional Linguistics; Contract of Communication; Genre.*

1. TEORIZANDO

Todo estudo científico-acadêmico deve pressupor uma ou mais teorias capazes de nortear as análises de dados ou de um *corpus*. Neste trabalho, optamos por considerar importantes teorias que dão suporte às análises de um *corpus* selecionado dentre os gêneros textuais existentes. Por considerarmos o texto em sua totalidade e constituído por meio de estratégias discursivas, acreditamos que o sentido é construído na interação. Assim, a compreensão e a interpretação do texto dependem não apenas do conhecimento das palavras, mas requerem uma leitura que ultrapassa a simples leitura de frases e chega à leitura do gênero textual.

Nesse contexto, apresentamos os pressupostos teóricos básicos que nortearão as análises dos anúncios de instituições filantrópicas selecionados. É importante destacar que as teorias apresentadas não se esgotam no que está apresentado. Selecionamos os pontos que mais se aproximam dos objetivos propostos.

1.1 O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO DE CHARAUDEAU

Charaudeau (1996, p. 22) fundamenta sua discussão sobre a linguagem, fazendo algumas observações. A primeira, diz respeito à existência de um "contrato de comunicação". Como todo contrato, este estabelece certos princípios e regras que devem ser aceitos pelos participantes da enunciação, a fim de que seja possível a troca verbal. Uma das condições básicas desse contrato é que os parceiros do intercâmbio se

reconheçam um ao outro como interlocutantes (considerando que não existe um EU sem um TU). É preciso também que haja um mínimo de saberes compartilhados no jogo comunicativo.

A segunda observação diz respeito aos “mal-entendidos”. Embora reconhecendo os seus papéis de interlocutores, os parceiros podem constatar que suas intenções comunicativas nem sempre se refletem no propósito do outro. A explicação está no fato de que, no ato de enunciação, a interpretação feita pelo outro se dá a partir da reconstrução do sentido e esta se subordina à situação de produção do enunciado, ao conhecimento de mundo, bem como aos elementos lingüísticos utilizados. Tudo isso pode fazer com que o sentido circule com dificuldade na cena de comunicação e que sua reconstrução não coincida com as representações de quem enuncia, visto que este não tem controle absoluto sobre os efeitos que seu discurso produz.

Uma terceira observação refere-se à aproximação relacional. Na falta de um reconhecimento recíproco dos parceiros, o reconhecimento é reconstruído socialmente. Desse modo, os membros de uma comunidade dotam-se de índices relacionais, construindo “máscaras sociais” (códigos de polidez) que justificam o papel social dos interlocutores, pois constituem prevenções contra as possíveis tensões que os intercâmbios languageiros poderiam provocar.

A última observação refere-se ao fato de que nenhum sujeito pode falar sem referência explícita ou implícita a um domínio de saber pré-existente. Para evitar ser desqualificado, o sujeito falante deve empenhar-se para que seu interlocutante atribua pertinência a seu propósito, ligando-o a certo domínio do saber.

Todas essas observações conduzem ao problema do reconhecimento do sujeito como ser comunicante. Charaudeau (1996, p. 25) afirma que para ser reconhecido como sujeito falante, é preciso que haja uma relação de cooperação. No ato da comunicação, o sujeito falante não existe sem o outro. Assim, ele precisa ser reconhecido pelo outro como digno de ser escutado, como tendo direito à palavra.

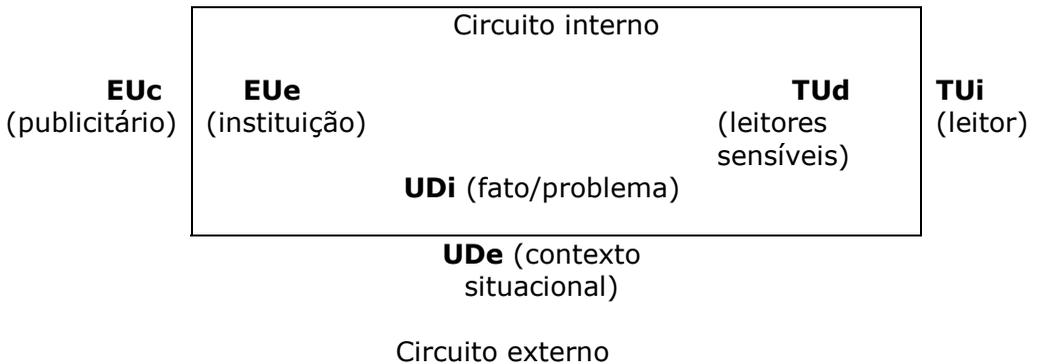
O direito à palavra pressupõe três condições que o fundamentam: 1) reconhecimento do Saber, em que o falante deve mostrar que o seu propósito está ligado a certo domínio do saber; 2) reconhecimento do Poder, que dá legitimidade ao discurso do falante; 3) reconhecimento do Saber Fazer, em que o falante é julgado competente em sua ação de sujeito que comunica, ou seja, a sua credibilidade é testada.

Charaudeau (1996, p. 18) afirma, ainda, que o ato de linguagem “se realiza num duplo espaço de significância, o externo e o interno a sua verbalização” e que isso determina dois tipos de sujeitos de linguagem. No espaço externo, lugar das condições de produção e de interpretação da linguagem, encontram-se os parceiros, interlocutores, os sujeitos de ação, seres sociais que possuem intenções – *sujeito comunicante* e *sujeito interpretante*. No espaço interno, estão os protagonistas, os intra-locutores, os sujeitos de fala, responsáveis pela enunciação – *sujeito enunciador* e *sujeito destinatário*. Entre esses dois tipos de sujeitos, embora haja uma relação de condição, não há uma relação de transparência absoluta. Assim, todo ato de linguagem é resultado de duas atividades, a de produção e a de interpretação.

Nesse cenário, é construído o contrato de comunicação que organiza o material lingüístico em seus variados modos de organização discursiva, seja enunciativo, narrativo, descritivo e argumentativo. O *sujeito comunicante* constrói, assim, um projeto de fala com certo número de objetivos que engendram o mesmo número de objetivos comunicativos. Entre estes destacam-se: o factitivo (o fazer agir); o informativo (o fazer saber); o persuasivo (o fazer crer); o sedutor (o fazer prazer). O projeto de fala resulta de um movimento de vai-e-vem constante entre os espaços externo e interno da cena comunicativa. A competência do sujeito é julgada por sua capacidade de ligar esses dois espaços e seus componentes. O reconhecimento dessa competência dá credibilidade ao sujeito que pode ser reconhecido como tendo direito à palavra.

No quadro a seguir, pode-se observar a distribuição dos componentes do processo enunciativo e as relações que se estabelecem entre eles, conforme formulação geral de Charaudeau (1996).

Ato de linguagem



Quadro 1 – Processo enunciativo dos atos de linguagem de Charaudeau (1995)⁴⁵

Não há relação de simetria entre os parceiros da comunicação. Essa assimetria caracteriza a relação dialética entre o processo de produção e de interpretação do ato de linguagem. Segundo a codificação de Charaudeau (1996), um *sujeito comunicante* (EUC), a fim de assumir o direito à palavra, engendra um *sujeito enunciador* (EUE) e um *sujeito destinatário* (TUD). A adequação do projeto de fala supõe que tanto o *sujeito enunciador* (EUE) quanto o *sujeito destinatário* (TUD) constituam um desdobramento do próprio *sujeito comunicante* (EUC). Diferente do *sujeito destinatário* (TUD), mas podendo se assimilar ou não a ele, o *sujeito interpretante* (TUI) elabora uma imagem do *sujeito comunicante* (EUC) em função do *sujeito enunciador* (EUE) instaurado. Essa imagem, no entanto, não se identifica com aquela construída pelo *sujeito comunicante* (EUC).

Assim, no que diz respeito à interpretação, uma outra imagem do EUE é construída pelo TUI, como hipótese do EUC. Desse modo, a relação de intencionalidade do EUC é

⁴⁵ Charaudeau (1996) faz uso das siglas em francês. As alterações nas letras que compõem essas siglas são de nossa inteira responsabilidade.

supostamente transparente com o TUD (construção ideal) e opaca com o TUI (processo de interpretação).

É preciso lembrar que o EUE e o TUD são instâncias enunciativas de um universo discursivo interno (UDI), determinado por condições lingüísticas que os tornam seres de linguagem. Por outro lado, o EUC e o TUI são instâncias inseridas num universo discursivo externo (UDE), determinado por relações psicossociais que os tornam seres históricos.

O EUC é o publicitário responsável pela elaboração do texto, tanto verbal quanto não-verbal. Ele enuncia o que a instituição pensa. O EUE é a imagem que instituição tem de si mesma, imagem esta ratificada no anúncio. Seu nome aparece em destaque e é realçado pela logomarca. O TUD é o leitor que vai sensibilizar-se ou todos os leitores virtuais que terão acesso ao anúncio, é uma imagem idealizada. O TUI é o leitor real do anúncio.

Nas palavras de Mari, Silva e Mendes (1996, p. 52), a proposta de Charaudeau, em sua Teoria Semiolingüística, apresenta um grande avanço nos estudos lingüísticos. Sua intervenção teórica busca explicar fenômenos da linguagem que extrapolam o domínio do enunciado, possibilitando justificar não somente os papéis que os sujeitos assumem nas instâncias enunciativas, mas também o jogo enunciativo estruturado a partir deles, nas circunstâncias efetivas de práticas discursivas.

1.2 O CONTEXTO DA CULTURA E O CONTEXTO DA SITUAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DE HALLIDAY

À luz da Gramática Funcional, Halliday (1994) afirma que a linguagem é utilizada de formas diferentes de acordo com o contexto. Como consequência, há uma relação muito próxima entre a escolha da linguagem e o contexto em que essa escolha ocorre. Geralmente, o contexto é visto por meio de duas perspectivas, o contexto da cultura e o contexto da situação.

O contexto da cultura é realizado pelo propósito social que o texto possui, ou seja, a linguagem é utilizada para

atingir um determinado propósito. O contexto da situação refere-se a aspectos mais específicos do texto e é realizado através do *field* (temática, assunto) sobre o que está sendo dito ou escrito, do *tenor* (sujeitos, interlocutores) envolvido no evento comunicativo e do *mode* (modo, meio, canal de comunicação), ou seja, a natureza da interação entre os interlocutores e a modalidade da linguagem usada – escrita ou falada, formal ou informal, por exemplo.

Os textos tornam-se significativos quando há interação com o público para o qual ele foi escrito. À luz dessa perspectiva funcionalista, as pessoas desenvolvem tipos comuns de textos ou gêneros a fim de atingirem determinados objetivos, e o texto é o lugar onde esse propósito é alcançado por meio da interação entre os interlocutores.

Segundo Halliday e Hasan (1976, p. 13, tradução nossa)⁴⁶, “a palavra texto é usada em lingüística para se referir a qualquer passagem, falada ou escrita, de qualquer extensão, que forma um todo uniforme”. Esse conceito sugere que existem elementos envolvidos, características específicas que diferem um texto de uma seqüência desconexa de frases. Assim, pode-se dizer que um texto, na realidade, é uma unidade semântica independente de sua extensão, não é composto por frases, mas se apresenta como tal por meio de frases.

É importante ressaltar o conceito de coesão, visto que este tem um caráter semântico, ou seja, refere-se às relações de significados que existem em um texto e que o define como tal. Nos termos de Halliday e Hasan (1976, p. 4, tradução nossa)⁴⁷, “a coesão ocorre quando a interpretação de um dado elemento dentro do discurso depende de um outro”.

A coesão pode ser de natureza gramatical ou lexical. Porém, essa questão não deve ser encarada como uma

⁴⁶ “The word text is used in linguistics to refer to any passage, spoken or written, of whatever length, that does form a unified whole”.

⁴⁷ “Cohesion occurs where the interpretation of some element in the discourse is dependent on the of another”.

dicotomia, pois a coesão não se resume a fatores simplesmente formais, mas considera as questões ligadas ao significado, ou seja, a relação semântica entre um elemento no texto e outro elemento que é crucial para a interpretação do evento comunicativo. O conceito de coesão representa as relações semânticas essenciais para que uma passagem possa ser considerada um texto.

A coesão é um elemento fundamental na análise dos anúncios selecionados, pois pode fornecer subsídios para a compreensão das escolhas gramaticais ou lexicais feitas pelo *sujeito comunicante* para atingir o objetivo comunicativo junto ao *sujeito interpretante*.

1.3 OS GÊNEROS TEXTUAIS

Bronckart (1999, p. 103) afirma que “a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, inserção prática nas atividades comunicativas humanas”. Marcuschi (2000, p. 4) acrescenta que os gêneros operam, em determinados contextos, como formas de legitimação discursiva, já que se situam entre desenvolvimentos históricos e práticas sócio-discursivas que se refletem na língua. Desse modo, é possível afirmar que cada gênero apresenta uma determinada estabilidade e define o que é dizível em determinado contexto situacional.

Gêneros textuais são textos orais e escritos materializados em situações comunicativas recorrentes, encontrados na vida diária com “[...] padrões sócio-comunicativos característicos definidos por sua composição, objetivos e estilo concretamente realizados por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas [...]” e constituem uma listagem aberta (MARCUSCHI, 2003, p. 4).

Marcuschi (2005, p. 95) afirma, ainda, que a manifestação verbal ocorre sempre por meio de textos realizados em algum gênero e que a escolha de um ou outro gênero não é aleatória, mas subordina-se a interesses específicos. O autor ressalta que não há uma dicotomia entre gênero e tipo, e sim uma relação de complementaridade.

Todos os textos realizam um gênero e todos os gêneros realizam seqüências tipológicas diversificadas (ibid., p. 100).

Maingueneau (2002, p. 63) considera que os gêneros discursivos – assim ele denomina os gêneros textuais – têm grande utilidade por serem um fator de economia cognitiva (o conhecimento dos gêneros e de sua estrutura facilita a identificação de um dado enunciado) e por assegurarem a comunicação (o conhecimento partilhado com outros membros da comunidade sobre os gêneros evita mal-entendidos, angústia, pois o interlocutor sabe o que esperar de determinado discurso).

Charaudeau (1996, p. 16), ao fazer referência aos gêneros textuais, afirma que a “[...] noção de contrato permite descrever, não as condições de realização do contrato (já que o contrato se impõe sempre como estando lá por suas próprias condições), mas as diferentes estratégias que podem desenvolver-se a partir dele [...]”. O autor afirma ainda que não se pode dizer nada sobre os objetos discursivos sem uma ligação com os gêneros textuais.

O gênero anúncio institucional, foco deste trabalho, caracteriza-se por apresentar uma estrutura composta pelo texto verbal e o não-verbal. Pode ser veiculado tanto na modalidade oral quanto escrita. Os anúncios selecionados para análise apresentam-se na modalidade escrita e são veiculados na Internet. Esses anúncios emergem em uma situação definida e podem ser identificados por suas propriedades específicas, como a linguagem. Sua finalidade social é promover a participação das pessoas nas atividades realizadas pelas instituições. As linguagens verbal e não-verbal articulam-se harmoniosamente.

Nesses anúncios, a imagem é um fator de grande relevância na interpretação. A imagem tem uma linguagem própria. Ela também se constitui em texto, em discurso, pois tem uma dimensão discursiva. Sua interpretação, assim como na interpretação verbal, pressupõe a relação com o cultural, o histórico, com a formação social dos sujeitos. A imagem faz uma mediação entre o espectador e a realidade, representando coisas reais. Observa-se nos anúncios que as logomarcas são

formadas por figuras em forma circular. Essas imagens circulares remetem a outras imagens como o planeta, o ventre, o abraço e que se relacionam ao cuidado, ao afeto (NEIVA JR., 1986).

Os anúncios são experimentados sensorialmente pelos sujeitos. Seu controle situa-se fora das escolhas individuais. Não se pode evitar, rigorosamente, a vontade diante de um "enunciado", um "episódio" ou "acontecimento" contido no seu interior.

Atualmente, a mídia descobriu que o que se pode dizer por meio de imagens não deve ser dito por meio de palavras. Lévy (2000, p. 208), um estudioso na área de comunicação com meios tecnológicos, ao falar sobre Ciberespaço, assegura que o pensamento é um "[...] produtor de imagens, de signos, de seres mentais sem o qual nenhuma opção nem qualquer liberdade seriam possíveis [...]". Ao falar sobre a "ideografia dinâmica", afirma que existe um profundo abismo entre o banho cultural midiático e o domínio do saber e do pensamento e que isso indica uma nova ordem na escrita.

2 ANÁLISE

Considerando o pouco espaço disponível, a análise será limitada a apenas um anúncio de uma das instituições filantrópicas observadas, que têm por objetivo angariar fundos para a manutenção do trabalho que realizam com crianças, adolescentes e adultos carentes. O anúncio é veiculado na rede mundial de computadores (Internet).

Além dos pressupostos teóricos apresentados, na análise serão consideradas também as características das linguagens verbal e não-verbal, com discussão sobre as escolhas lexicais, tempos verbais, bem como a leitura das imagens.

A linguagem publicitária tem como função mudar a atitude do receptor. Desse modo, o vocabulário é selecionado levando-se em conta os usos que o público-alvo faz da linguagem. Essa seleção está associada à semântica da palavra que deixa de ser meramente informativa, e "[...] é escolhida

em função de sua força persuasiva, clara ou dissimulada [...]” (CARVALHO, 1996, p. 18).

A linguagem, em função de sua objetividade, tem o poder de controlar emocionalmente, por meio da palavra. O vocabulário não apenas reflete ou reproduz novas concepções históricas ou científicas, mas pode também defini-las. As palavras, portanto, não são a expressão das coisas, mas a consciência que se tem delas. E essa consciência é social (CARVALHO, 1996, p. 17).

ANÚNCIO DA UNICEF



Para todas as crianças
Saúde, Educação, Igualdade, Protecção

unicef
PORTUGAL

▶ A UNICEF ▶ DIREITOS DA CRIANÇA ▶ EMERGÊNCIAS ▶ PARCERIAS ▶ CENTRO IMPRENSA ▶ CARTÕES E PRODUTOS ▶ AJUDAR A UNICEF

AJUDAR A UNICEF

Um donativo pode fazer a diferença...

Para milhões de crianças em todo o mundo a ajuda da UNICEF tem uma importância vital: vacinação, cuidado de saúde, educação, nutrição, protecção contra abusos, violência e guerra podem representar a vida e o futuro de uma criança. Para realizar isto tudo, a UNICEF depende exclusivamente de contribuições voluntárias.

Saiba como cada **Donativo** pode ser precioso para as crianças.

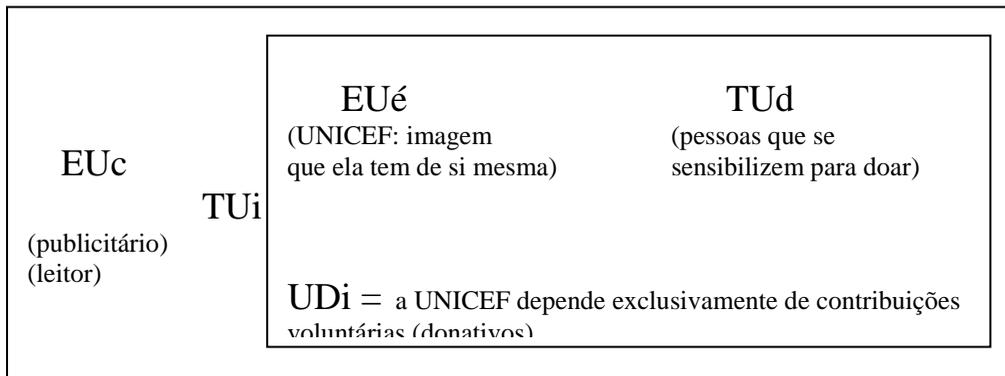
As crianças do mundo e a UNICEF agradecem a sua generosidade.

Donativos
Sócios
Doações e Legados
Benefícios Fiscais

Pesquisar no Site

<http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=101116&m=7>

O Quadro 3 apresenta a configuração do processo enunciativo e as relações que se estabelecem entre os parceiros, interlocutores, os sujeitos da ação e os protagonistas, os intra-locutores, os sujeitos da fala responsáveis pela enunciação no Anúncio da UNICEF.



sua relevância e contribua voluntariamente. O objetivo não consiste apenas em informar, mas também em modificar o comportamento do leitor.

ONTEXTO DA CULTURA	PROPÓSITO SOCIAL	PERSUADIR PESSOAS A CONTRIBUÍREM PARA O PROGRAMA INFANTIL DA UNICEF.
	GÊNERO	Anúncio de instituição filantrópica.

Quadro 4 – Análise estrutural do Contexto da Cultura do Anúncio da UNICEF

O leitor, ao navegar no site da UNICEF, tem a possibilidade de selecionar o que considera interessante, podendo ter uma visão geral da entidade. Ao clicar na opção “AJUDAR A UNICEF”, o anúncio aparece, ocupando toda a página. A imagem e o texto formam um todo harmonioso. A foto da menina, possivelmente africana, reforça a idéia contida nos trechos “Para milhões de crianças em todo o mundo” e “As crianças do mundo”. A silhueta de um indivíduo segurando uma criança no alto é muito significativa e, embora muitos não percebam, essa logomarca também influencia na decisão do leitor. Essa imagem representa uma atitude de atenção, de cuidado e proteção com a criança.

Os anúncios de instituições filantrópicas são considerados um gênero textual, pois são organizados mantendo determinados padrões em sua estrutura. Dessa forma, o *sujeito comunicante* organiza o texto do anúncio

descrevendo situações desfavoráveis na tentativa de sensibilizar o *sujeito interpretante* quanto ao problema apresentado. Para tanto, dois movimentos podem ser salientados: 1) a apresentação de problemas enfrentados por crianças em todo o mundo tais como "abusos", "violência", "guerra"; 2) o *sujeito comunicante* oferece uma alternativa positiva ao problema através da utilização de substantivos e adjetivos de conotação positiva como, por exemplo, "cuidados", "saúde", "educação", "vida", "futuro". Em outras palavras, o *sujeito comunicante* ressalta a relevância da contribuição por parte do *sujeito interpretante*, como em "Para realizar isto tudo, a UNICEF depende exclusivamente de contribuições voluntárias".

Considerando o contexto da situação, a temática desse anúncio é a UNICEF, um órgão das Nações Unidas que presta ajuda a crianças em todo o mundo. O texto é construído de maneira a despertar o interesse do leitor e persuadi-lo a contribuir. O uso de períodos compostos é recorrente e o vocabulário, embora formal, deixa transparecer certa simplicidade. A escolha de substantivos como "vacinação", "educação", "nutrição", entre outros, conferem certa "objetividade" ao texto. Dentre as escolhas lexicais feitas pelo *sujeito comunicante*, "UNICEF" e "crianças" são os substantivos mais usados no texto, seguidos de um segundo grupo de palavras mais frequentes que são "donativo", "ajuda" e "contribuições" que reforçam o caráter filantrópico do anúncio e sua natureza persuasiva.

Quanto aos interlocutores, é estabelecida no texto do anúncio a relação entre a UNICEF e o público em geral. Essa relação se dá por meio de determinadas características observadas ao longo do anúncio. A natureza formal dessa relação é estabelecida claramente com o uso da norma culta. Outra característica é a natureza persuasiva do anúncio, pois a ajuda a crianças em todo o mundo é explicitamente apresentada através da importância que o *sujeito interpretante* tem para a solução dos problemas apresentados. Esse fato fica evidente em trechos como, "Um donativo pode fazer a diferença", "a UNICEF depende exclusivamente de contribuições voluntárias", "Saiba como cada Donativo pode ser precioso para as crianças".

Nessa inter-relação dos sujeitos, é julgado o bom fundamento da palavra e a legitimidade de quem a profere. A UNICEF é legítima em seu poder de dizer, na medida em que esse poder é reconhecido socioinstitucionalmente. No entanto, seu direito à palavra depende de um contrato de fala, ligado a uma situação particular de comunicação. Assim, a UNICEF tem sua credibilidade assegurada, na medida em que possui competência enquanto sujeito com um projeto de fala.

No modo de comunicação, para organizar o anúncio de uma forma significativa e coerente, o *sujeito comunicante* faz uso de diversos artifícios. Em primeiro lugar, a linguagem é usada como reflexão, ou seja, o *sujeito interpretante* é levado a refletir sobre os problemas enfrentados por crianças em todo o mundo e como ele pode prestar ajuda para solucionar esses problemas. O texto é monológico e não espontâneo embora o *sujeito comunicante* tente usar de determinados artifícios para diminuir a distância com o *sujeito interpretante*, como o uso da segunda pessoa do singular “sua ajuda e generosidade” e do imperativo “Saiba como um Donativo”.

A maioria dos verbos aparece no tempo presente. Cunha e Cintra (2011: 448) afirmam que o tempo presente serve para indicar ações e estados permanentes, ou assim considerados, como seja uma verdade científica, um dogma, um artigo de lei, etc. Também pode expressar uma ação habitual ou uma faculdade do sujeito, ainda que não estejam sendo exercidas no momento em que se fala. O uso dos verbos no presente produz ainda uma noção de proximidade, de presentificação, de urgência. O imperativo, embora ocorra apenas uma vez em “Saiba como cada Donativo pode ser precioso para as crianças”, sugere um convite que, conseqüentemente, leva a uma possível ação.

O Quadro 5 apresenta de forma estrutural o Contexto da Situação desse Anúncio.

CONTEXTO DA SITUAÇÃO	TEMÁTICA	UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) um órgão das Nações Unidas que presta ajuda às crianças em todo o mundo.
	INTERLOCUTORES	UNICEF (uma organização filantrópica) : público em geral. Linguagem formal e cuidada; Uso de adjetivos e substantivos: "donativo", "vital", "saúde", "nutrição", "guerra", "violência"; Linguagem de natureza persuasiva: UNICEF depende exclusivamente de contribuições voluntárias", "Saiba como cada doativo pode ser precioso para as crianças", "Um doativo pode fazer a diferença"; Poder desigual entre emissor e receptor Pouco envolvimento afetivo.
	MODO DE COMUNICAÇÃO	Escrito (Anúncio digital); Linguagem usada para reflexão; Natureza monológica; Não espontâneo; Uso da norma culta: "Para realizar isto tudo, a UNICEF depende exclusivamente de contribuições voluntárias"; Uso do Presente Indicativo: "a ajuda da UNICEF tem", "a UNICEF depende", "As crianças de todo mundo e a UNICEF agradecem".

Quadro 5 – Análise estrutural do Contexto da Situação do Anúncio da UNICEF

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

MUITOS ESTUDOS TÊM SIDO FEITOS NO QUE SE REFERE ÀS TEORIAS APRESENTADAS E ISSO É POSSÍVEL PORQUE A LINGUAGEM REVELA-SE SEMPRE CARREGADA DE POSSÍVEIS SIGNIFICADOS, O QUE TORNA SEU ESTUDO UM DESAFIO CONTÍNUO.

COM BASE EM TEORIAS APARENTEMENTE DIVERSAS, ACREDITAMOS QUE ESTE TRABALHO PODE DAR UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS E ANÁLISES DOS GÊNEROS TEXTUAIS, CONSIDERANDO QUE PRESSUPOSTOS TEÓRICOS COMO OS QUE SÃO APRESENTADOS POR CHARAUDEAU, HALLIDAY CONSTITUEM IMPORTANTES FERRAMENTAS NA ANÁLISE DE DIVERSOS GÊNEROS TEXTUAIS. ESTE TRABALHO MOSTRA A POSSIBILIDADE DE TRABALHAR E ESTUDAR A LÍNGUA SOB PRISMAS DIFERENTES SEM, CONTUDO, FRAGMENTAR TODO O TEXTO. AO CONTRÁRIO, O TEXTO PODE SER ANALISADO A PARTIR DE TEORIAS QUE CONVERGEM PARA UM RESULTADO POSITIVO QUE É A COMPREENSÃO DO TEXTO EM UMA DIMENSÃO MAIS ABRANGENTE, ALÉM DAS PALAVRAS.

POR APRESENTAREM UMA GRANDE VARIEDADE DE FORMAS PARA DIFERENTES CONTEXTOS COMUNICATIVOS, OS TEXTOS PRECISAM SER ESTUDADOS E COMPREENDIDOS EM SEUS DIFERENTES GÊNEROS. O CONHECIMENTO E A COMPREENSÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS GÊNEROS TEXTUAIS POSSIBILITAM O DOMÍNIO DE RECURSOS, TAIS COMO, O EMPREGO DO VOCABULÁRIO E DE SINAIS DE PONTUAÇÃO, SELEÇÃO LEXICAL APROPRIADA, ETC.

EMBORA AS ANÁLISES TENHAM ABARCADO DIFERENTES TEORIAS E CONSIDERADO O TEXTO EM SUA TOTALIDADE, AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE DOS ANÚNCIOS SELECIONADOS NÃO ESTÃO ESGOTADAS. POR SUA RIQUEZA DE DETALHES E CONTEXTO DIVERSO DE CIRCULAÇÃO, TENDO DIFERENTES LEITORES POTENCIAIS, ESSES ANÚNCIOS POSSIBILITAM AINDA ANÁLISES DIVERSAS.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Ana Rachel M. E Péricles C. São Paulo: EDUC, 1999.

CARVALHO, N. de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 1996.

CHARAUDEAU, P. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, A. D. (Org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996. 2 v. (Série Investigações Lingüísticas)

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London/New York: Longman, 1976.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 2005 (mimeo).

MARI, H.; SILVA, G. D.; MENDES, P. H. A. Processo enunciativo: análise de alguns atos de linguagem. In: CARNEIRO, A. D. (Org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996. 2 v. (Série Investigações Lingüísticas)

NEIVA JR., E. *A imagem*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios)

UNICEF. Disponível no site:
<<http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101116&m=7>>.
Acesso em: 04 dez. 2005.

A METÁFORA E A PRODUÇÃO DE SENTIDO

Luciana Moraes Barcelos Marques (Ufes)

Virgínia B. B. Abrahão (Ufes)

Resumo

Procura-se, neste artigo, estabelecer os limites de uma abordagem que considere a metáfora como processo de produção de sentido. Para tanto, após abordar a noção de processos de produção de sentido nos textos, retoma-se o percurso que P. Ricouer (2000) sobre a metáfora, a fim de apresentar desde abordagens centradas na palavra até aquelas que consideram o discurso. No entanto, ao generalizar a metáfora como fenômeno semântico, dentro de uma abordagem mais insólita, Ricouer vai além de uma análise da metáfora como processo para considerá-la dentro da articulação de campos de referência que constituem realidades, através da linguagem.

Palavras chaves: Produção de sentido, Metáfora, Discurso, Referência.

Abstract

One searches, in this article, to establish the limits of a boarding that considers the metaphor as process of sens production. For in such a way, after to approach the notion of processes of sens production in the texts, retakes the passage that P. Ricouer (2000) about the metaphor, in order to present since boardings centered in the word until that they consider the speech. However, when generalizing the metaphor as semantic phenomenon, inside of a more uncommon boarding, Ricouer goes beyond an analysis of the metaphor as process to inside consider it of the joint reference that constitutes realities, through the language.

Keywords: Production of sens, Metaphor, Speech, Reference.

A quantidade de leitura, por si só, não desenvolve no leitor habilidades para lidar com as artimanhas da significação. Faz-se necessário treinar no leitor essa habilidade. Segundo Gnerre (1991: 19), *"entender não é reconhecer um sentido invariável, mas "construir" o sentido de uma forma no contexto no qual ela aparece."*

O mesmo autor acrescenta que:

Nas sociedades complexas como as nossas é necessário um aparato de conhecimentos sócio - políticos relativamente amplo para poder ter um acesso qualquer à compreensão e, principalmente, à produção das mensagens de nível sócio-político (GNERRE, 1991: 21).

Diante dessas constatações é de se supor que para se formar leitores atentos aos jogos da significação se faz necessário formar cidadãos conscientes, atentos ao movimento histórico da sociedade. No entanto, o que se percebe é que a linguagem se entrelaça à história formando redes complexas de significação. Neste sentido, a linguagem se instaura como suporte histórico dentro de processos de significação dificilmente delimitáveis aprioristicamente. Na verdade, o relato lingüístico precede o fato histórico.

Jean-Pierre Faye, estudando as linguagens totalitárias, alega que o que tornou possível a prática militar do nazismo foi uma rede de significações que dizia ser o nazismo um nacionalismo (natio = nação). Isso em uma Alemanha que saía de uma guerra e estava em processo de reconstrução.

A linguagem enquanto "jogo de vários parceiros", enquanto complexidade, é manuseada com habilidade consciente por poucos. Mesmo os que reconhecem o momento histórico-social a partir do qual o texto foi produzido, raramente estão despertos para o funcionamento da linguagem.

Em duas campanhas políticas de 1994, nas eleições para presidente da república, chamam a atenção as estratégias de marketing utilizadas pelos dois candidatos:

O candidato Lula (Luís Inácio Lula da Silva) utiliza-se do slogan: **Lula Brasil**, propondo um efeito nacionalista voltado para os acontecimentos daquela época, pois o país acabara de ter a sua seleção de futebol campeã na "Copa do Mundo", dentro de um processo de esfuziante nacionalismo, produzido pela imprensa nacional.

O slogan conseguiu o efeito imediato de tocar a emoção do brasileiro sem que este vinculasse, conscientemente, o slogan com a Copa, pois nada no slogan dizia da Copa. O que o slogan aproveitava era o efeito nacionalista produzido pela copa, jogava com os sentimentos da época.

O simples **Lula Brasil** já propunha um processo relacional pouco consciente mas de efeito imediato: a simpatia.

Já o candidato Fernando Henrique Cardoso propôs o slogan: **O Brasil na mão certa**, jogando com a polissemia da palavra *mão*. Num só tempo os seguintes sentidos são articulados a partir da palavra *mão*, sem se explicitar claramente: a que protege, guarda; direção competente (de um sociólogo e não de um operário, como é o caso do outro candidato); mão direita (ou seja, uma opção que não é de esquerda); mão sem traumas ou defeitos (o outro candidato não possui um dedo).

Enfim, essa polissemia produziu o efeito de sentido de protecionismo que participa do imaginário social da maioria do povo brasileiro, de mentalidade colonialista, reconhecendo no Estado o guardião, o Pai, a *Mão* que o protege e conduz os seus rumos sem que ele possa, queira ou deva interferir.

Mas também esse efeito de sentido não passa pelo consciente das pessoas ou o seu jogo é explicitado. A linguagem, neste sentido, não se estrutura como um instrumento pronto. Ela se reconstrói constantemente nas inter-relações que vai alicerçando.

MARI (1991) apresenta a noção de processos de produção de sentido nos textos como sendo operações que os sujeitos realizam ao nível do sistema lingüístico para provocar determinados efeitos de sentido. Ou seja, determinados jogos com a linguagem que encontram significados no nível da história.

É sobre esses processos de produção do sentido que este trabalho pretende se deter a fim de buscar, a partir deles,

um modo de perceber a metáfora. Isso significa colocar os estudos da linguagem dentro da complexidade apresentada pela história, assumindo as contradições internalizadas nos discursos.

Esses processos de produção do sentido são espaços que estabelecem relações paradigmáticas (em ausência), a partir de relações seqüenciais (sintagmáticas). Portanto, para discutir a metáfora como processo de produção de sentido será necessário, inicialmente, compreender o conceito de sujeito, já que, conforme acima definido, é ele quem propõe esses sentidos, no nível do sistema.

A noção de sujeito como suporte do indeterminismo na linguagem

O que as teorias deterministas em linguagem colocam de mais determinista é o fato de o sistema se impor totalmente ao indivíduo, não havendo como burlá-lo. O sistema lingüístico se apresenta como lei. Está acima dos desejos do falante. A linguagem se apresenta como instrumento de comunicação. Dentro dessa perspectiva, o sentido advém da organização funcional da frase + arranjo estrutural de unidades lexicais. Estas já estariam definidas fora de qualquer contexto. O que resulta dessa soma é um produto final previsível. O significado do dicionário é priorizado em detrimento ao sentido que as expressões ganham em uso.

Para fugir ao determinismo, as ciências humanas têm recorrido à noção de sujeito. Mari (1991) trabalha a noção de sujeito como prerrogativa de linguagem. Sem ele a linguagem inexistente. Ele, o sujeito, materializa o desejo em linguagem.

A categoria sujeito implica uma dimensão do humano na análise do material lingüístico, seja pela consciência, seja pelo desejo. A consciência é a "clareza relativa" das intervenções ou das interconexões que o sujeito processa através dos discursos. Ele sabe, até certo ponto, como intervir, que discurso propor. No entanto, os *efeitos de sentido (camadas de sentido produzidas a partir de uma manipulação do código e, nas suas conseqüências, são camadas de sentido que propiciam "sangrias" no discurso hegemônico* (MARI, 1991:19) produzidos por seus discursos, não podem ser previstos.

Nunca se sabe o que o outro vai captar ou perceber. Os efeitos de sentido dependerão das circunstâncias em torno das quais o sujeito rearranja o código ao propor o seu discurso. Além da consciência, o sujeito joga com o seu desejo, ao trabalhar o material lingüístico. Mas não há como perceber se ao seu desejo corresponderam os efeitos de sentido produzidos.

Tradicionalmente costuma-se dizer que o sujeito é aquele que rompe com as determinações históricas através da consciência de classe. Ou seja, sujeito é aquele que se diferencia da massa produzindo um discurso particular, que foge ao hegemônico e que, portanto, conscientemente se diferencia.

Contudo, sabemos hoje que as formações ideológicas (*conjunto de forças políticas que se confrontam (ou se anulam) numa dada conjuntura*) (ROBIN, 1973: 22) são variadas e que elas se fundamentam nas formações discursivas (*conjunto de princípios, de valores que regulam os discursos cabíveis, numa dada posição de classe e em função de algum objeto específico*) (id. Ib). Portanto, a questão ganha em complexidade pois as formações discursivas acabam por cair nas malhas das contradições apresentadas pela história.

É difícil dizer que determinado discurso seja verdadeiro e o outro massificado. As verdades são relativas e a realidade é paradoxal. Portanto, o sujeito, em linguagem, emerge dentro dos paradoxos presentificados nas formações discursivas. Não interessa para a Semântica classificar os tipos de sujeito que se estabelecem em linguagem. Interessa perceber o arranjo proposto ao código lingüístico e a maneira pela qual a significação se processa.

MARI (1991:8) apresenta o sujeito como o interesse primeiro para aqueles que pretendem lidar com a significação: "*O sujeito, nos termos aqui entendidos, torna-se o centro de todo o processo de produção do sentido: é ele que decide sobre os arranjos do código, seleciona o canal, alimenta redundâncias, filtra ruídos.*"

A importância dessa categoria está no fato de ela assumir a questão da produção de sentido em linguagem de um modo não fixado, não previsível. Não se trata somente de um *emissor* ou de um *falante*. Não se trata de uma pessoa que

pretende transmitir determinados fatos ou sentimentos da maneira mais clara possível querendo saturar o nível de redundâncias, para que o ouvinte tenha a compreensão global da mensagem.

A categoria sujeito, nos termos colocados por MARI (1991), quer dizer de um processo de interação em linguagem, pouco preciso, onde o sujeito produtor dos discursos diz, muitas vezes, para não ser entendido, ou elabora discursos para simplesmente ser ouvido ou até para ocupar um lugar de destaque, ou para ser respeitado. Neste sentido, ele joga com os subentendidos, com os "não-ditos". O discurso mais interessante não é, desta maneira, o mais informativo ou mais fiel ou verdadeiro. Não há como medir essas categorias pois elas não se encontram nos discursos e sim nos interesses do leitor. O que é informativo para um leitor pode não o ser para outro. A única necessidade é que se atenda às exigências do discurso o que implica no reconhecimento de papéis sociais.

Sabemos que a linguagem não apresenta uma relação referencial unívoca e imediata. As "coisas" e os "acontecimentos" se relacionam às palavras em planos e níveis diversos e difusos.

Enfim, a categoria sujeito é um espaço que diz da complexidade da linguagem. Sem essa noção ou privilegiaríamos a análise lingüística ao nível do sistema, ou optaríamos por questões ao nível da história, analisando os discursos a partir do momento histórico-social em que aparecem. Ou, ainda, analisaríamos os dois níveis juntos, como o fez a proposta da Análise do Discurso, levantando o contexto social, o léxico, as estruturas sintáticas priorizadas. No entanto, nesse nível de análise as preocupações estão centradas nas questões sociais e culturais que o arranjo do material lingüístico propõe, privilegiando-se os efeitos de sentido. Não é enfocado o confronto que o sujeito estabelece com o sistema lingüístico e sim o confronto do sujeito com a história.

O enfoque que recai sobre a história percebe que não montamos palavras exclusivamente para verbalizar. Optar por determinadas estruturas significa optar por um lugar no mundo. Representa assumir posturas em linguagem. Desta forma, as partes constitutivas da linguagem se estruturam no sistema lingüístico de modo virtual, não prontas ou fixadas.

Somos nós quem alicerçamos determinadas estruturas dentro das possibilidades, em função dos nossos desejos, dos nossos propósitos histórico-sociais, para nos colocar, marcar nosso espaço, nosso ponto de vista.

Propõe-se, assim, lidar com a categoria sujeito como um dispositivo de uma análise mais centrada sobre o material lingüístico tentando-se detectar os dispositivos de engendramento de sentidos. Desta forma, o sujeito se delinea como tensão entre o usuário e o sistema lingüístico. Tanto o sistema como a história se impõem deterministicamente ao sujeito e ele os burla, na medida do possível.

MARI (1991) acredita, dessa maneira, que o sentido não se assegura só no nível do sistema lingüístico, já que uma mesma frase pode ser entendida de diversas maneiras, nem somente no nível do momento histórico. Afirmar que determinado discurso significa X, devido ao lugar e ao momento em que foi articulado é negar, segundo Mari, o humano dentro dos discursos, responsável por movimentar as formações discursivas em função do seu desejo ou da sua consciência, ainda que peremptória. Assim, a significação proposta nunca é da ordem do previsível, do contextualmente determinado.

É com base nessas constatações que MARI (1991) propõe que o sentido de qualquer discurso se articula sob o tripé: sujeito-sistema-história, sendo que nenhum dos elementos se sobrepõe ao outro.

Apesar de a relação do sujeito com o sistema lingüístico depender de certo nível de determinação, pois deve transitar dentro da relação lexical/sintática, este burla o sistema de modo inusitado.

No ditado popular:

Nem tudo que reluz é ouro.

Somente as palavras sublinhadas podem sofrer redecodificações já que a sintaxe é convencionalizada bem como os elementos coesivos. No entanto, o ditado se abre para as utilizações as mais diversas propondo efeitos de sentidos inesperados.

Também as formação discursivas regulam os discursos determinando o que pode e deve ser dito, propondo uma

determinação histórica sobre o material lingüístico. Contudo, o sujeito burla essa determinação a partir das próprias contradições propostas pela história. Assim, em um momento em que a formação discursiva que regulava os discursos da igreja católica era a de um Jesus Cristo protetor dos homens, a Teologia da Libertação, dentro da igreja da América Latina vem propondo a figura do filho de Deus como revolucionária, inconformada, consciente das opressões de seu tempo.

Inúmeros exemplos poderiam ser dados pois a todo momento os discursos se diferenciam propondo novos enfoques sobre o real.

A linguagem se instaura, então, num sistema lingüístico em condições históricas determinadas. Ela não consegue prescindir de nenhum dos elementos para se constituir. Por muito tempo acreditou-se que a linguagem seria tão somente o sistema lingüístico, contudo, apesar de o sistema ser imprescindível, ela não se instaura somente aí.

Desta forma, segundo MARI (1991) o sujeito se constitui em três momentos:

Linguagem como condição: o sujeito depende do sistema para se constituir em discurso. Assim, ele reproduz sim, o sistema (aprende uma língua), como também se confronta com ele. Reproduzir e confrontar-se com o sistema é de domínio de qualquer falante. E a determinação do sistema é necessária, pois é por meio dela que o sujeito encontra suporte para se alicerçar.

Condição para linguagem: apesar de ser, de alguma forma, determinado pelas condições históricas bem como pelo sistema, existe um espaço onde o sujeito é ativo, autônomo. Desta forma, a linguagem não se apresenta como reprodução: um sujeito falando de um objeto. Ela se apresenta como reflexo: um sujeito elabora em linguagem o seu mundo visível e, também, o mundo possível.

"O sentido passa a construir uma realidade que nem sempre se presta a uma verificação factual" (MARI, 1991:23).

Condição na linguagem: o sujeito emerge segundo as condições históricas que articulam formações discursivas. Ele tem que "aceitar", se "adequar", até certo ponto, a essas formações, porque elas determinam o que pode e o que dever ser dito, mas o limite entre os dois pólos é opaco.

É importante observar que as tensões geradas entre o possível e o permitido ou obrigatório não depende de processos individualizados. Depende de situações, de ocasiões, do histórico dos acontecimentos.

Existem lugares de sentido fossilizados, dentro da linguagem. O sujeito usa deles com a força histórica que possuem e os burla. Ou seja, é a contradição histórica que permite conotações e usos variados dos discursos fossilizados. *"O sentido decorre, então, de percursos do signo em uma dada situação discursiva"* (MARI, 1991: 49).

Enfim, MARI (1991) acredita que só uma categoria como sujeito pode lidar com a linguagem quando se considera questões referentes ao sentido, pois: *"...o mesmo discurso que revela, esconde, o mesmo que aglutina desagrega, o mesmo que esclarece aliena... Assim é a linguagem humana e diferente não pode ser o sujeito que nela se engendra"* (MARI, 1991: 29).

A NOÇÃO DE PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO SENTIDO

MARI (1991) trabalha a questão da significação não somente a partir da categoria sujeito mas do tripé: sujeito-sistema-história, como acima dito. O autor aponta para a necessidade de se explicitar os processos de produção de sentido nos textos como forma de se adentrar os processos de significação de um modo mais centrado sobre o material lingüístico.

Para se buscar os fundamentos da significação pode-se recorrer a dados da ordem do lingüístico, do lógico, do filosófico, do psicológico, do antropológico, do sociológico, enfim, pode-se recorrer a uma diversidade de campos de estudo. Na verdade, promover significados em linguagem é significar as relações, os homens, sua história e seus desejos.

A questão da significação em uma língua natural suscita um vasto quadro conceitual com grande flutuação terminológica, pois o objeto de estudo é por demais fluido apesar de ser de grande interesse para as mais diversas áreas, principalmente na modernidade, quando a civilização da escrita se instaura dentro da "aldeia global".

Enfim, a Semiologia é uma área abrangente e de interesse geral, e se utiliza do instrumental da Lingüística para suas análises. Porém, os estudos nessa área têm caminhado muito pouco, até mesmo pela abrangência necessária ao enfoque a eles dado.

As análises puramente lingüísticas sobre a significação se pautaram no estruturalismo e na lógica formal. Começaram na palavra e terminaram na frase.

Devido aos grandes avanços alcançados pela sintaxe, ou seja, já existiam formulações sintáticas das estruturas frasais e a lógica formal já possuía estratégias para lidar com as noções de tempo, de quantificação, etc., os estudiosos pensaram que a questão de significação poderia ser abarcada com o mesmo instrumental, de modo eficiente, dentro do cálculo estrutural.

Mas para MARI o sentido não se esgota em uma matriz de traços conceituais/cognitivos (significado). Na verdade, essa matriz é acrescida de uma intenção. O sentido é, desta forma, conjuntural. Tanto é assim que os modelos lógicos não conseguiam descrever todas as dimensões do sentido. Afinal, quais seriam os modalizadores necessários na descrição semântica? É difícil estabelecê-los já que o sentido caminha por lugares inusitados, sempre. Ele depende das situações para se fazer. Para esse autor não existe um sentido único, nunca, em nenhuma frase, embora exista um sentido consensual, muitas das vezes. É só lembrar, por exemplo, o sentido das palavras cana, lixo, dos nomes de animais como veado, leão, galinha, o sentido da palavra democracia, enfim, qualquer palavra ou expressão dependerá do uso para efetivar sua significação.

Dentro dessa mesma perspectiva, VERÓN (1980) defende que não devemos observar nos discursos quem fala ou com que intenção elabora, mas **como diz e sobre que bases o faz.**

Ao se analisar, nos textos, os processos de produção de sentido, analisa-se, primeiramente, a relação sujeito-sistema, ou seja, a manipulação que o sujeito realiza sobre o código. A relação sujeito-história aparecerá como coadjuvante da análise já que o suporte da análise deve ser o *como* se fala e sobre que bases esse *como* se estrutura.

Deve ficar claro, ainda, que ao relevar os procedimentos de manipulação do código, ou processos de produção do

sentido, MARI (1991) não está se referindo a qualquer construção frasal ou construção de palavras. Ele aponta para os procedimentos que provocam estrangulamentos do código e que permitem uma bifurcação de leituras derivadas que conduzem a dimensões referenciais distintas. As Metáforas são um bom exemplo, bem como as ambigüidades e as conotações.

Por que não buscar somente as estratégias argumentativas? Por que buscar as estratégias que propõem estrangulamentos no código, que permitem bifurcações de leituras, que conduzem a dimensões referenciais distintas?

Para MARI (1991), são nesses momentos de elaboração do código que melhor se evidencia a "emergência do sujeito" na língua, embora não se constituam momentos exclusivos dessa emergência.

Outro caminho possível seria o de observar a emergência do sujeito em confronto com a história ou com a ideologia. Esse segundo caminho aponta para um sujeito que se confronta principalmente com as formações ideológicas. Ainda que esse confronto seja perpassado pelo sistema, ele se configura muito mais no nível do jogo argumentativo que aponta para as condições do discurso. Só a partir da observância dessas condições pode-se trabalhar sobre o **como** se diz, pelo menos quando se trata de textos socialmente recorrentes como os editoriais, os discursos políticos, as reportagens. Neles o jogo com o sistema não é colocado explicitamente.

Segundo VERÓN (1980), acima citado, o **como se diz**, ou mesmo as **bases do discurso**, podem ser percebidos tanto no primeiro como no segundo nível de análise. E isso é importante pois nos parece fundamental explicitar as estratégias do dizer enquanto *jogo de vários parceiros*, em qualquer nível de leitura.

A seguir, apresentamos a abordagem de Paul Ricoeur, para mostrar como se passa de uma perspectiva puramente instrumental da linguagem para uma perspectiva discursiva, no trato com um fator de produção de sentido muito produtivo na linguagem, que é a Metáfora.

A Metáfora em P. Ricoeur

Por Paul Ricoeur ser um ícone nos estudos sobre a metáfora, esta secção volta-se a sua obra *A metáfora viva* (2000). Num primeiro momento, discorremos de forma sucinta o trato das metáforas nos níveis da palavra, da frase e do discurso apresentados pelo autor, e suas implicações sobre os conceitos de linguagem e referência e em seguida finalizamos buscando estabelecer suas diferenças em relação a Saussure.

O livro *A metáfora viva* apresenta estudos oriundos de um seminário que ocorreu na Universidade de Toronto em 1971 e que teve progressão durante cursos ministrados posteriormente em outras universidades. Cada um dos oito estudos que compõem a obra, conforme é prefaciado pelo autor,

[...] desenvolve um ponto de vista determinado e constitui um todo. Ao mesmo tempo, cada um é o segmento de um único itinerário que tem início com a retórica clássica, passa pela semiótica e pela semântica, para alcançar finalmente a hermenêutica. A passagem de uma disciplina a outra segue a das entidades lingüísticas correspondentes: a palavra, a frase e, por fim, o discurso. (RICOEUR, 2000: 09)

Ricoeur (2000) parte de Aristóteles para estudar a metáfora sob o nível da palavra, uma vez que é considerado o precursor na discussão sobre as metáforas. Aristóteles, na *Poética*, define metáfora como "a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por via de analogia" (ARISTÓTELES, 1959: 312). Essa noção de metáfora como transposição de significados, ainda hoje, é utilizada em gramáticas e por alguns teóricos da linguagem.

Ricoeur (2000) afirma que a visão aristotélica remete a três conceitos principais inerentes à metáfora: o desvio, o empréstimo e a substituição. Sabendo-se que estes só são possíveis a partir da diferenciação do sentido próprio – primeiro – do sentido estranho – figurado. Desta forma, a metáfora seria um desvio do uso habitual da palavra; um

empréstimo de sentido; uma substituição de uma palavra (ausente) por outra (metafórica).

Sob essa ótica desviante, mesmo a noção de comparação é problemática, uma vez que *"aos olhos de Aristóteles, a ausência do termo de comparação na metáfora não implica que a metáfora seja uma comparação abreviada, como se dirá a partir de Quintiliano, mas, ao contrário, que a comparação é uma metáfora desenvolvida"* (RICOEUR, 2000: 46).

A metáfora aristotélica, então, é entendida a partir dos padrões da palavra, pelos quais se estabelecem principalmente as relações de semelhança. Utilizar uma metáfora, então, implica em empregar um termo em lugar de outro, seja como desvio, como um empréstimo semântico ou como uma substituição. Desta forma, quando se entende a metáfora como figura de linguagem, vemos que, no âmbito da figura, a metáfora assemelha-se a uma imagem. Quanto a esta aproximação conceitual, Aristóteles afirma:

A imagem é igualmente uma metáfora; entre uma e outra a diferença é pequena. [...] Podemos empregar tôdas estas expressões quer como imagens, quer como metáforas. Tôdas as que saborearmos como metáforas servirão também manifestamente como imagens e as imagens, por sua vez, serão metáforas a que não falta senão uma palavra. (ARISTÓTELES, 1959: 201)

Dando continuidade aos estudos da metáfora no nível da palavra, Ricoeur acrescenta um estudo assentado em Pierre Fontanier, que se fundamenta sobre a Teoria dos Tropos que também privilegia a metáfora enquanto palavra; como desvio em relação à significação primeira.

O modelo tropológico implica uma série de postulados acerca das restrições e extensões do tropo – figura de desvio – (e, conseqüentemente, da metáfora), ressaltando-se que a metáfora seria um sentido impróprio que é utilizado sem necessidade – isto é, mesmo havendo a palavra “adequada” a ser empregada, opta-se pela metáfora – não lhe acrescentando nenhum dado novo, com pura função decorativa, sendo um ornamento à linguagem.

O problema da metáfora como tropo é sua redução ao nível (único) da palavra, no entanto, a abordagem dos tropos

como figuras possibilita uma abertura na significação, pois "a figura pode ser indiferentemente referida à palavra, à frase ou aos traços do discurso que exprimem o movimento do sentimento e da paixão" (RICOEUR, 2000: 89). Cabendo ressaltar que esta concepção é apenas ideológica, uma abertura para inserções futuras, pois efetivamente, mesmo a metáfora tratada como figura, ainda não ultrapassa os limites da palavra.

A metáfora encontra-se, então, tanto em Aristóteles como em Fontanier, no nível do desvio, uma transgressão de sentido que ultrapassa a denominação substantiva (podendo ser adjetiva, verbal, discursiva, etc.). Retoma-se, então, a noção de transgressão de sentido, mas esta precisa ser analisada à luz do uso, para definir se o desvio é comum (catacrese) ou inovador (metáfora). Portanto, "é necessário, então, ir da palavra ao discurso, pois apenas as condições próprias ao discurso podem distinguir o tropo-figura do tropo-catacrese e, no tropo-figura, o curso livre do curso forçado" (RICOEUR, 2000: 105).

Conforme exposto, ao analisar as metáforas no nível da palavra como desvio, se está concebendo a linguagem de forma taxionômica e classificatória simplesmente, ou seja, conclui-se que a relação de referência se dá de forma linear e codificada, que as variantes de uso (como as metáforas) encontram-se no âmbito do desvio e não abrangem a produção de sentidos.

No entanto, Ricoeur afirma que o tratamento metafórico no nível da palavra, embora criticado, mostra-se necessário à semiologia da significação, mesmo que se apresente apenas como um fragmento do todo discursivo, pois,

[...] a definição real de metáfora em termos de enunciado não pode eliminar a definição nominal em termos de palavra ou de nome, na medida em que a palavra continua a ser a portadora do efeito de sentido metafórico; é da palavra que se diz tomar um sentido metafórico; eis por que a definição de Aristóteles não é abolida por uma teoria que não se refere mais ao lugar da metáfora no discurso, mas ao próprio processo metafórico. (RICOEUR, 2000: 108)

A manutenção da teoria aristotélica se dá, principalmente, por ela representar uma parte do todo, ou

seja, o estudo da palavra colabora para os demais estudos, a diferença é que não se pode reter-se apenas nele, mas prosseguir nos demais níveis.

Transpondo o nível da palavra Ricoeur retoma Benveniste (1995) para quem os níveis do sentido são diferenciados, tendo como unidade do discurso a frase, que é a unidade semântica; em detrimento da palavra, que é a unidade semiótica.

A separação entre as ordens semiótica e semântica evidencia alguns traços distintivos concernentes ao discurso, cabendo ressaltar a dicotomia entre a função identificante (nominal) e a função predicativa (verbal), isto é, a metáfora é um fenômeno de predicação, e não apenas de denominação. Diferenciar o semiótico do semântico implica uma nova organização do paradigmático e do sintagmático.

Essa diferenciação entre os traços semânticos e semióticos nos níveis sintagmático e paradigmático, respectivamente, viabiliza o tratamento da metáfora nessas duas categorias (embora desde Jakobson – 1966 – ela seja tratada apenas no aspecto paradigmático); de forma que no nível da palavra (semiótico) a metáfora pode ser discutida nas relações de substituição; e no nível do discurso (semântico) a construção de sentido da metáfora depende das relações de sentido criadas entre as palavras do enunciado, que cria o todo significativo do discurso.

A partir do entrelaçamento dos aspectos sintagmático e paradigmático, compreende-se que as palavras não possuem um sentido próprio, imutável e irrefutável; antes, que seu sentido é construído *pelo* e *no* discurso, partindo de “sombras” de significado convencionadas pela sociedade. Essa dimensão confirma que

*(...) a linguagem, como bem o viu Shelley, é "vitalmente metafórica"; se "bem metaforizar" é ter domínio das semelhanças, então não poderíamos sem ela apreender nenhuma relação inédita entre as coisas. Longe de ser um desvio em relação à operação comum da linguagem, a metáfora é "o princípio onipresente em toda a sua ação livre"; não constitui um poder adicional, **mas a forma constitutiva da linguagem.** (RICOEUR, 2000: 128, grifos nossos)*

Entender a metáfora na frase, como “forma constitutiva da linguagem”, implica em redirecionar a linguagem do aspecto classificatório para o da significação, “*com a frase, a linguagem sai de si mesma, e a referência indica a transcendência da linguagem a si mesma*” (RICOEUR, 200: 120). Essa transcendência se dá na mudança de sistema, o signo aponta para as relações inter-sígnicas, a frase as ultrapassa. Ricoeur retoma I. A. Richards para analisar a complexidade enunciativa da metáfora:

*I. A. Richards propôs denominar “conteúdo” (tenor) a idéia subjacente, e “veículo” (vehicle) a idéia sob cujo signo a primeira é apreendida. Mas importa notar que a metáfora não é o “veículo”: **ela é o todo constituído pelas duas metades** (RICOEUR, 2000: 129-130, grifos nossos).*

A metáfora definida como o todo do enunciado aponta para a construção da significação, ou seja, “conteúdo” e “veículo” são neutros por si mesmos, o todo que eles formam é que constitui a metáfora, ocasionando num apontar para fora, da metáfora como predicação. Ou seja, por esta visão, a construção metafórica não se baseia na figura (palavra única) que traz o sentido novo, mas na construção predicativa. Num comparativo entre a análise baseada na denominação e a análise predicativa, vejamos o exemplo abaixo:

“A Amazônia é o pulmão do mundo.”

Na análise da metáfora a partir da palavra, teríamos de analisar os sentidos possíveis do termo *pulmão* por ele mesmo, enquanto uma substituição a um outro termo ou de outra expressão, como por exemplo: *sustento de oxigênio*. Já numa análise predicativa teríamos que levar em conta outros fatores propulsores do sentido nesta frase, como a relação entre *Amazônia* e *pulmão*, ou seja, quais sentidos poderiam ser aflorados a *Amazônia* pelo termo *pulmão*? Além disso, poderíamos pensar a contribuição que o verbo no futuro: “*é*”, oferece ao sentido da frase, já que estabelece uma verdade incontestável, bem como a generalização proposta pelo termo “*mundo*”. Por fim, teríamos que levar em conta a relação sujeito-história ao analisar o momento atual da *Amazônia* e a importância dessa afirmativa, em termos do momento

histórico-social. Teríamos assim procedido à análise dos processos de produção de sentido na frase, tendo por base uma análise predicativa porque parte da relação do sujeito *Amazônia* com o predicativo a ele atribuído: *pulmão do mundo*.

Desta forma, considerando a metáfora no nível da semântica da frase, ela configura-se como produto de uma tensão entre os termos de uma enunciação metafórica. Ela existe como uma interpretação, pois numa enunciação metafórica a contradição significativa entre os termos desconstrói a significação literal e possibilita às palavras um sentido novo (interpretativo), fruto dessa tensão.

Dando continuidade ao prospecto histórico de Ricoeur, acrescenta-se a semelhança como um fator de significação enunciativa, em que essa semelhança torna-se uma condição primeira do acontecimento da metáfora. Como transcrito a seguir, o autor apresenta um breve apanhado histórico da importância da semelhança ao longo das teorias até então propostas:

*Na tropologia da teoria clássica, o lugar assinalado à metáfora entre as figuras de significação é especificamente definido pelo papel que a relação de semelhança desempenha na transferência da idéia primitiva à nova idéia. Esse pacto com a semelhança não constitui um traço isolado, pois no modelo subjacente à teoria da retórica clássica ele é solidário com o primado da denominação e dos outros traços que procedem desse primado. É, com efeito, primeiramente entre as idéias das quais as palavras são os nomes que a semelhança opera. Em segundo lugar, no modelo, o tema da semelhança é fortemente solidário com os de empréstimo; de desvio, de substituição, de paráfrase exaustiva. Com efeito, a semelhança é, antes de tudo, o motivo do empréstimo, em seguida é a face positiva do processo do qual o desvio é a face negativa. Ela é ainda a ligação interna da esfera da substituição e, enfim, é o guia da paráfrase que, restituindo o sentido próprio, anula o tropo. Na medida em que o postulado da substituição pode ser representativo da cadeia inteira de postulados, **a semelhança é o fundamento da substituição posta em ação na transposição metafórica dos nomes e, mais***

geralmente, das palavras. (RICOEUR, 2000: 267-268, grifos nossos)

Com essas afirmações, Ricoeur põe a semelhança em posição de destaque para as teorias da metáfora, como sendo primordial em toda acepção que se possa fazer da construção metafórica.

Essa primazia da semelhança se fortalece no discurso da alteridade, ou seja, a semelhança metafórica mantém o diferente, forma-se a partir dele, mas também estabelece relações entre os distantes. O que aparentemente não possui equivalência alguma, a semelhança metafórica os aproxima e recria as categorizações de grupos. Para Ricoeur,

*[...] a metáfora mostra o trabalho da semelhança porque, no enunciado metafórico, a contradição literal mantém a diferença, o "mesmo" e o "diferente" não são simplesmente misturados, mas permanecem opostos. Por esse traço específico, o enigma é retido no próprio coração da metáfora. **Na metáfora, o "mesmo" opera apesar do "diferente".*** (RICOEUR, 2000: 301, grifos nossos)

Quando o autor estabelece que "na metáfora, o 'mesmo' opera *apesar* do 'diferente'", ele destaca o caráter gerador do semelhante metafórico, ou seja, a semelhança gera um novo sentido, fazendo novas ligações de significação. Com isso, por mais intensas que sejam as diferenças entre os sentidos aproximados pela metáfora, ainda assim ela criará uma conexão de semelhança e, por meio dela, será fonte de novos sentidos.

Quanto às noções de semelhança, Ricoeur propõe uma comparação entre a proposição teórica de Roman Jakobson e a sua, diferenciando, no entanto, os níveis da palavra e do discurso, respectivamente, ou seja, Jakobson destacava a substituição de um termo por outro, enquanto Ricoeur propõe a substituição de uma significação por outra, conforme a citação abaixo.

Como Roman Jakobson, com efeito, mas em sentido diferente dele, formamos um conceito de "processo metafórico" pelo qual o tropo da retórica desempenha um papel revelador. Mas,

à diferença de Roman Jakobson, o que na metáfora pode ser generalizado não é a sua essência substitutiva, mas sua essência predicativa. Jakobson generalizava um fenômeno semiótico, a substituição de um termo por outro; **nós generalizamos um fenômeno semântico, a assimilação de uma a outra de duas áreas de significação por meio de uma atribuição insólita.** (RICOEUR, 2000: 304, grifos nossos)

Observemos que a diferenciação é significativa entre as duas proposições, cabendo destaque à proposta de Ricoeur, uma vez que ela ultrapassa o nível da palavra e do enunciado, chegando-se ao terceiro nível de estudo do autor: o do discurso. Como pudemos constatar, o semelhante acompanha a metáfora em todos os níveis (da palavra, da frase e do discurso), sendo o ponto de partida para o fenômeno discursivo, da significação semântico-hermenêutica.

Neste ponto, parece-nos que enfim o autor apresenta seu posicionamento teórico (após as explanações sobre os outros níveis de análise da metáfora), conforme ele descreve no prefácio:

A metáfora apresenta-se, então, como uma estratégia de discurso que, ao preservar e desenvolver a potência criadora da linguagem, preserva e desenvolve o poder heurístico desdobrado pela ficção. [...] Assim, a obra é conduzida a seu tema mais importante: a saber que a metáfora é o processo retórico pelo qual o discurso libera o poder que algumas ficções têm de redescrever a realidade. Ligando dessa maneira ficção e redescrição, restituímos sua plenitude de sentido à descoberta de Aristóteles, na Poética, de que a poésis da linguagem procede da conexão entre mythos e mimesis. (RICOEUR, 2000: 13-14).

De fato, pelo viés da ficção e da redescrição da realidade, é possível desestabilizar o conceito solidificado de mundo, e a partir do todo de uma obra de ficção restabelecer novos limites, mais extensos, para a construção de sentido. É relevante considerar que, no nível do discurso apresentado por Ricoeur, o texto passa ter uma nova representação, a saber, para o autor

*O texto é uma entidade complexa de discurso cujos caracteres não se reduzem aos da unidade de discurso ou frase. Por texto não entendo somente nem principalmente a escritura, embora a escritura ponha por si mesma problemas originais que interessam diretamente ao destino da referência; mas entendo, prioritariamente, a **produção do discurso como obra**. (RICOEUR, 2000: 336, grifos nossos)*

Entender o texto “como obra” implica redimensionar o objeto de estudo, ou seja, partiu-se da palavra, passou-se pelos enunciados e, agora, a dimensão é do todo da obra, que passa a ter a significação principal e a firmar-se como uma nova realidade. A partir desse todo, o autor acrescenta que não é um todo apenas estrutural, mas sim a criação de uma nova realidade, que ele denomina: *o mundo da obra*.

Conseqüentemente, a compreensão do mundo da obra abre espaço para analisar as metáforas em rede (ou por modelo, ou por arquétipos), ou seja, a metáfora pode realizar-se na obra por meio de uma palavra, de uma frase, subjacente a um poema ou, ainda, pode tipificar uma comunidade lingüística, cujas falas caracterizam-se como um todo. Enfim, passa a ter uma função referencial: *“pode-se esperar que a função referencial da metáfora seja levada por uma rede metafórica em vez de por um enunciado metafórico isolado”* (RICOEUR, 2000: 372).

Quando se trata a metáfora pelo viés referencial, retorna-se à noção de verdade, cabendo ressaltar que, embora Ricoeur discorra filosoficamente sobre o assunto, não é foco desta pesquisa tal análise, cabendo-nos apenas as implicações desse contexto filosófico para o lingüístico-conceitual.

No estudo proposto por Ricoeur, questionam-se então as noções de realidade, mundo e verdade; as quais ele considera mutáveis e de domínios distintos. Cabe salientar o acréscimo de uma “verdade metafórica”, pela qual o autor argumenta que

[...] não outro modo de fazer justiça à noção de verdade metafórica senão incluindo o aguilhão crítico do “não é” (literalmente) na veemência ontológica do “é” (metaforicamente). [...] da mesma maneira que a distância lógica é preservada na proximidade metafórica, e da mesma

maneira que a interpretação literal impossível não é simplesmente abolida pela interpretação metafórica, mas lhe cede resistindo, da mesma maneira a afirmação ontológica obedece ao princípio de tensão e à lei da "visão estereoscópica" (RICOEUR, 2000: 388-389).

Por visão estereoscópica entende-se uma visão dupla, em que se aplicam tanto a visão dita literal, quanto a metafórica, que co-existem na tensão do ser e não ser. Desta forma, a verdade metafórica aponta para uma realidade própria, a realidade cuja significação emerge no enunciado. Ricoeur afirma que

Se de fato a significação, sob sua própria forma elementar, está em busca de si mesma na dupla direção do sentido e da referência, a enunciação metafórica apenas leva à sua plenitude esse dinamismo semântico. [...] a enunciação metafórica opera simultaneamente sobre dois campos de referência. Essa dualidade explica a articulação, no símbolo, de dois níveis de significação. A significação primeira é relativa a um campo de referência conhecido: o domínio das entidades às quais podem ser atribuídos os próprios predicados considerados em sua significação estabelecida. A segunda, à qual se trata de fazer surgir, é relativa a um campo de referência para o qual não há significação direta, e para o qual, por conseqüência, não se pode proceder a uma descrição identificante por meio de predicados apropriados (RICOEUR, 2000: 458).

Considerar um campo de referência de significação indireta reporta à referência duplicada "[...], significa que a tensão característica da enunciação metafórica é suportada, em última instância, pela cópula é. Ser-como significa ser e não ser. Isto era e não era" (RICOEUR, 2000: 470). Em outras palavras, o ser-como metafórico remete ao não ser literal e ao ser metafórico, não numa negação do literal simplesmente, mas num movimento de presença/ausência. Por esta tensão do ser e não ser insurge uma nova noção de realidade, uma realidade referencial, ou seja, uma realidade que se faz em linguagem.

Portanto, apesar de Ricoeur passar pela metáfora como produção de sentido, vai além dela, ao assumir que ela, a metáfora, inaugura realidades, através da generalização do

fenômeno semântico. Nessa perspectiva o sujeito não é só um produtor de sentidos, mas o lugar mesmo da linguagem. Ele não depende do sistema, ele instaura o sistema, a cada ato lingüístico. Analisar a metáfora, sob essa perspectiva é então, analisar o próprio sujeito que constitui sua realidade em linguagem. Sob essa perspectiva que o autor adota, ao final da sua abordagem, a metáfora não pode ser considerada como um processo, mas nela a linguagem, o sujeito e a história se recriam constantemente.

Contudo, como Ricoeur faz um percurso dos estudos da metáfora, que vai desde a palavra ao discurso, ele pôde nos apresentar claramente, os equívocos que aqueles que abordam a metáfora continuam cometendo, porque, apesar de ele demonstrar a dependência de um nível de abordagem a outro, mostra, com muita propriedade, que o nível do discurso, apesar de se somar ao nível da palavra, ou do tropo ou da predicação, dá um passo muito distinto, observando a linguagem sob outra perspectiva que não se confunde com aquelas iniciais. Aliás, ele demonstra essa diferença de trato a cada nível, sendo que nenhum deles descarta o que lhe antecede. Assim, ao assumir a noção de *semelhança* dentro da *diferença*, como a base da metáfora, o autor demonstra que, no que diz respeito à metáfora, a produção de sentido não dá conta totalmente do processo, mas é fenômeno indispensável a ser considerado, isso porque, através da metáfora, o leitor é transportado para outros planos de realidade e de verdade, imprescindíveis de serem considerados no trato com as mesmas. A análise das metáforas não se bastaria, portanto, em uma análise do material lingüístico em confronto com fatores da ordem da história, apesar de ser um passo importantíssimo na análise das mesmas.

Referências Bibliográficas:

ARISTÓTELES, *Arte retórica e Arte Poética*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.

BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*.- Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MARI, Hugo. *Os lugares do sentido*. UFMG: NAPq, Faculdade de Letras, 1991. (Cadernos de Pesquisa)

RIKOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ROBIN, Régine. *História e Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

VERÓN, Eliseo. *A produção do sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980.

METONÍMIA: UMA VISÃO COGNITIVA E FUNCIONAL

Antônio Suárez Abreu - UNESP - USP

Resumo

Este artigo tem por objetivo descrever a metonímia como um fenômeno basicamente cognitivo, dentro de um modelo gestáltico. Procura também descrever suas situações de uso na denominação e nas construções discursivas, envolvendo processos de anáfora e atos indiretos de fala. Discute também seus aspectos estilísticos e retóricos, levando em conta a manipulação, em processos semióticos mais gerais.

Palavras-chave: Metonímia; Lingüística Cognitiva; Lingüística Funcional; Gestalt; Retórica, Estilo.

Abstract

This paper has the aim of describing metonymy as a basically cognitive phenomenon through a gestaltic model. It further intends to describe situations of use in denominations and discursive constructions involving anaphoric processes and indirect speech acts. It also discusses its stylistic and rhetorical aspects accounting for manipulation within more general semiotic processes.

Keywords: Metonymy; Cognitive Linguistics; Functional Linguistics; Gestalt; Rhetoric; Style.

A metonímia é classificada, por tradição, como uma figura de linguagem, mais especificamente como uma figura de palavra, ao lado da metáfora. A preocupação daqueles que a estudaram dentro da tradição estilística ou retórica consiste, quase sempre, em tentar distingui-la da sinédoque, fornecendo uma exemplificação ambígua, muitas vezes. A metonímia se parece, então, com o Proteu dos gregos, aquele deus posto por Zeus como guardador dos rebanhos do mar que mudava constantemente de forma, a menos que fosse imobilizado em pleno sono. Minha preocupação não é imobilizar a metonímia. Ao contrário, é deixá-la mover-se em diferentes textos e em

diferentes situações para poder melhor estudá-la, dizer-lhe as funções.

Vou entender como metonímia, neste artigo, tanto o continente pelo conteúdo, o autor pela obra, o lugar pela instituição etc., quanto a parte pelo todo, que é o espaço tradicionalmente destinado à sinédoque. Pretendo demonstrar que tudo isso está ligado a um mesmo processo cognitivo. Pretendo depois, falar um pouco a respeito dos usos dessa figura.

Princípio dizendo que concordo com Gibbs Jr.⁴⁸, quando diz que a metonímia é uma parte fundamental do nosso sistema de conceptualização. Comentando exemplos como: *Washington has started negotiation with Moscow.*

The White House isn't saying anything.

Wall Street is in a panic.

diz ele que:

*These examples are not arbitrary single expressions but reflect the general cognitive principle of metonymy, where people use one well-understood aspect of something to stand for the thing as a whole or for some other aspect of it. All of the expressions above relate to the general principle by which a place may stand for an institution located at that place.*⁴⁹

Metonímia e denominação

Uma primeira pergunta a ser feita sobre o assunto poderia ser: qual o motivo que nos leva, às vezes, a denominar alguma coisa por uma de suas partes ou por algum aspecto ligado a ela? Uma resposta plausível é que costumamos ver algumas partes de um todo como mais representativas desse todo. Quando vemos um boi, achamos que sua parte mais representativa é a cabeça, onde estão os chifres. Por esse motivo é que falamos em *cabeças de gado*, em *vender ou comprar cabeças de gado*. Em outras palavras, podemos dizer que a parte mais prototípica de um boi é a sua cabeça.

⁴⁸ Raymond GIBBS JR, *The Poetics of Mind*, p. 319.

⁴⁹ Raymond GIBBS JR, *The Poetics of Mind*, p. 320.

Vemos, portanto, que a teoria dos protótipos se aplica perfeitamente ao entendimento da metonímia.

A escolha, entretanto, de qual parte é a mais prototípica de um todo, depende também da maneira como estamos visualizando esse todo, dentro de cada situação concreta. Se precisamos da ajuda de alguém para transportar um móvel pesado, podemos dizer-lhe que estamos precisando da sua *mão* para ajudar a carregá-lo. Mas, se precisamos do seu auxílio para resolver um problema de matemática, diremos que estamos precisando de sua *cabeça* para resolvê-lo. Dizer que precisamos da cabeça de alguém para movimentar uma mesa ou de sua mão para resolver um problema matemático, salvo contextos muito específicos, é navegar na contramão dos processos cognitivos.

É preciso levar em conta, também, o fato de que os processos cognitivos estão estreitamente ligados a fatores históricos e culturais. A palavra *fuzil*, por exemplo, que é a denominação da principal arma de guerra utilizada pelos soldados de infantaria em todo o mundo, tem origem metonímica ligada à ciência e tecnologia do século XVII. Segundo o dicionário Houaiss⁵⁰, essa palavra tinha, primitivamente, no século XIV, apenas o significado de uma peça de metal que era atritada contra uma pedra chamada *pederneira*, para produzir fogo em forma de centelha, com o objetivo de acender fogueiras, lâmpadas de óleo, velas etc. Ocorre que, nos primeiros modelos dessa arma militar, a pólvora e a bala eram carregadas diretamente no cano e o tiro era conseguido pelo acionamento de um gatilho que fazia a tal peça metálica, o *fuzil*, atritar contra uma *pederneira* que produzia a centelha junto a um orifício na culatra, inflamando a pólvora e dando, assim, origem ao disparo da arma. Por metonímia, a arma como um todo passa também a ser denominada de *fuzil*.

Da mesma forma, é muito comum a denominação metonímica de acontecimentos históricos. Por que uma revolução acontecida em Pernambuco, em 1848, foi denominada *praieira*? Porque a sede do jornal liberal *O Diário Novo*, que

⁵⁰ Antônio HOUAISS, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, p. 1410.

propagava as idéias que originaram a revolta ficava na Rua da Praia, no Recife. Temos aí uma metonímia que se configura pela utilização do nome de um local pelo evento acontecido nele. Pelo mesmo processo, provém uma infinidade de denominações como: *batalha de Waterloo* (nome de uma região ao sul de Bruxelas), *escândalo de Watergate* (edifício onde ficava a sede do partido democrata americano, em Washington), *decisão de Downing Street* (residência do primeiro ministro britânico) etc. etc.

Um outro processo de denominação metonímica acontece quando utilizamos o nome de um cientista para denominar uma doença por ele descoberta como *Síndrome de Down*, denominação dada em homenagem a Langdon Down, cientista que pela primeira vez, em 1866, descreveu esse tipo de anomalia genética em crianças.

Funções Discursivas da Metonímia

O uso da metonímia em situações discursivas pode ser mais facilmente compreendido dentro de uma abordagem gestáltica. Originalmente, o conceito de *gestalt* foi desenvolvido por um grupo de psicólogos alemães que estudava os mecanismos da percepção. Segundo eles, dentro de um ambiente repleto de pessoas, não percebemos apenas rostos, cores, movimento. Percebemos o local como um todo, como uma unidade e, a cada momento, selecionamos elementos presentes nesse todo, que sobressaem, enquanto os outros ficam em segundo plano. Essa seleção, segundo Perls⁵¹ é fruto de muitos fatores que podem ser englobados pelo termo *interesse*. Utilizando um exemplo do próprio autor, imaginemos o recinto de uma festa. Os convidados já chegaram e ela está em pleno andamento. Chega um novo convidado que adora bebidas alcoólicas. Para ele, as pessoas presentes, os sofás, mesas, os quadros da parede ficam em segundo plano. O centro de sua atenção será o local onde estão sendo servidas as bebidas. Esse será seu primeiro plano, sua figura. O resto é fundo. No momento em que ele se serve do primeiro drinque, fechará a sua *gestalt*. A

⁵¹ Fritz PERLS, *A Abordagem Gestáltica e Testemunha Ocular da Terapia*, p. 18.

seguir, entra outro convidado que ficou de se encontrar com a namorada na festa. Os sofás, as mesas, os quadros, o bar ficam em segundo plano. Ele está procurando o rosto da namorada. No momento em que a vê e se encontra com ela, fecha a sua *gestalt*. Entra mais um convidado. Esse foi apenas "dar uma espiada" na festa. Percorre os grupos, olha o ambiente, ouve a música, mas ainda não manifestou interesse específico por nada. Depois de muito caminhar, acenar para algumas pessoas, sorrir, tomar um drinque, talvez, sente-se cansado. Divisa, ao fundo da sala, um sofá vazio. Dirige-se, então, para lá e senta-se. Fechou aí a sua *gestalt*. O sofá para ele é figura, a festa, fundo. Durante o transcorrer da festa, os convidados alternam primeiros e segundos planos. Eles são intercambiáveis. O rapaz que encontrou sua namorada pode encontrar, logo a seguir, um amigo e puxar uma conversa com ele no bar, enquanto a namorada também conversa com uma amiga. Para esse rapaz, nesse momento, o amigo é figura, o resto, incluindo a namorada, é fundo. Para a garota, nesse momento, a amiga é figura e o resto, incluindo também o namorado, é fundo. Uma *gestalt* é, pois, um modo de configurar partes individuais num todo, destacando, a cada momento, uma delas como figura. A escolha é feita segundo o interesse de um sujeito.

Aplicando esse conceito à metonímia, podemos dizer que se trata de um processo cognitivo que destaca, em um todo, uma parte como figura. No Brasil, por exemplo, costumamos falar de um *restaurante para cem pessoas*, ou de *cem lugares*, privilegiando como figura ora os clientes, ora as cadeiras onde eles se irão sentar. Na Espanha, o costume é dizer um *restaurante de cien cubiertos*, privilegiando como figura os talheres (*cubiertos*) instrumentos que serão utilizados pelos clientes.

Metonímia como recurso estilístico

A função mais estudada da metonímia é a estilística. Na construção de um texto, em um certo momento, o enunciador quer destacar uma parte do referente como figura, fechando

nele a sua *gestalt*. Vejamos o seguinte poema de Chico Buarque de Hollanda e Ruy Guerra ⁵²:

Soneto de Calabar

*Meu coração tem um sereno jeito,
E as minhas mãos o golpe duro e presto,
De tal maneira que depois de feito,
Desencontrado, eu mesmo me contesto.*

*Se trago as mãos distantes de meu peito,
É que há distância entre intenção e gesto,
E se meu coração nas mãos estreito,
Me assombra a súbita impressão de incesto.*

*Quando me encontro no calor da luta,
Me ostenta a aguda empunhadura à proa,
Mas o meu peito me desabotoa.*

*E se a sentença se revela bruta,
Mais que depressa a mão cega executa,
Pois que senão o coração perdoa.*

Nesse poema, os autores descrevem o conflito interno da personagem Calabar — entre seu sentimento e aquilo que deve fazer — a partir de metonímias. É claro que se trata de uma só pessoa, Calabar, mas, no momento em que se quer dar destaque ao sentimento, *coração* e *peito* assumem a posição de figura e o corpo, como um todo, assume a condição de fundo. No momento em que se quer dar destaque às ações racionais, *mãos*, *empunhadura* assumem a posição de figura, mantendo o corpo em posição de fundo. Os dois últimos versos da segunda estrofe mostram o momento dramático do conflito entre razão e sensibilidade, num momento em que coração e mãos se fundem, em uma única figura:

*E se meu coração nas mãos estreito,
Me assombra a súbita impressão de incesto.*

⁵² Chico Buarque de HOLLANDA & Ruy GUERRA, Calabar: *O elogio da Traição*. (página da Web)

Temos aí, a função estilística da metonímia, procurando passar ao ouvinte / leitor a experiência do conflito interior da personagem.

Metonímia, anáfora e construção da referência

Anáfora é um processo pelo qual retomamos, num texto, um termo já citado anteriormente. Em uma seqüência como:

César conquistou a Gália. Depois disso, *ele* entrou em guerra contra Pompeu.

o pronome *ele*, na segunda frase, retoma o termo *César*. No lugar do pronome podemos utilizar outras estratégias, como o uso de hiperônimos⁵³, como em:

César conquistou a Gália. Depois disso, *o general romano* entrou em guerra contra Pompeu.

Nesses dois casos, dizemos que temos uma anáfora direta, uma vez que o termo da oração subseqüente retoma o termo da frase anterior como um todo. Observemos, entretanto, o texto a seguir:

Ontem fui a *um casamento*. *O bolo* estava excelente.

Não é muito difícil perceber que o termo *bolo* está em relação anafórica com o termo *casamento*, da oração anterior. Não se trata mais, contudo, de uma anáfora direta, mas indireta, uma vez que o termo anterior não está sendo retomado como um todo, mas apenas parte dele está sendo retomado, indiretamente. Esse processo anafórico indireto é possível graças ao processo cognitivo da metonímia. Os falantes de português sabem que *bolo de casamento*, *noivos*, *igreja*, *buquê* etc. fazem parte do "frame" de uma festa de casamento e, por isso, podem utilizar qualquer um deles, em uma segunda frase, na confiança de que seu interlocutor saberá

⁵³ Hiperônimo é um sinônimo mais genérico de uma palavra. O hiperônimo de *garfo*, por exemplo, é *talher*, o de *mesa* é *móvel*.

entendê-lo como parte (metonímia) do todo representado pelo termo da oração anterior. Ninguém terá dificuldade, portanto, para interpretar frases como:

Ontem fui a *um casamento*. No final, uma garota ruivinha ficou com o *buquê*.

Ontem fui a *um casamento*. A *igreja* estava com uma decoração branca, toda em arcos.

Um bonito exemplo de Guimarães Rosa é a frase a seguir:

Passarinho que se debruça — o vôo já está pronto.⁵⁴

Não é difícil entender o vôo como parte (metonímia) do “frame” de *passarinho*.

Um outro aspecto da metonímia ligada à anáfora é a possibilidade de, com ela, ir construindo / reconstruindo um referente. Vejamos o seguinte texto:

A meio curso o acelerador empurra o ponteiro do conta-giros a 6 000 rpm. O sopro das duas turbinas preenche a cabine. Equipamento de aferição acionado, a Audi RS4 Avant parte para uma das seis tomadas da prova de aceleração 0 a 100 km/h na pista de Limeira, numa tarde morna de segunda-feira. Os primeiros 20 metros são vencidos em 0,65 segundos ainda em primeira marcha. A segunda é jogada rapidamente quase no ponto de corte da rotação, a 7 000 giros, e mantém o motor cheio. A perua rasga o asfalto como um míssil para atingir, 89,8 metros adiante, os 100 km/h. Terceira e quarta marchas são engrenadas sucessivamente, produzindo um ruído seco, metálico. A passagem do vulto azulado pelos 820 metros, a 200 km/h, é espetacular: sugere um jato em trabalho de decolagem. Fim da reta, os freios são acionados para a tomada da curva. O RS4 mantém-se firme, sob controle, enquanto vai desacelerando até estabilizar nos 80 km/h nos últimos 100 metros de reta.⁵⁵

⁵⁴ João Guimarães ROSA, *Grande Sertão: Veredas*, p. 6.

⁵⁵ QUATRO RODAS, jun. 2002, p. 50

Trata-se do teste de um automóvel feito pela revisa Quatro Rodas. A construção do texto já tem seu início utilizando um processo metonímico. Seu autor privilegia o ponto de vista do motorista, dentro do carro, em que o ato de pressionar o acelerador e o conseqüente movimento do ponteiro do conta-giros constituem a figura e o carro, o fundo. A primeira remissão anafórica retoma a Audi RS4 Avant como *perua*, um hiperônimo e, a seguir a reconstrói, comparativamente, como *um míssil*. A terceira remissão faz uso da metonímia: *A passagem do **vulto azulado** pelos 820 metros, a 200 km/h, é espetacular*. A figura agora é a impressão visual da rapidíssima passagem do automóvel (que era azul). A visão passa a ser a do observador externo. O fundo é a pista de testes, a paisagem dentro da qual o veículo se movimenta. A construção da referência prossegue ainda por comparação, quase uma metáfora, atribuindo ao veículo testado a aparência de *um jato em trabalho de decolagem*.

Um outro exemplo do uso da metonímia no processo de construção da referência pode ser visto no trecho a seguir em que o escritor José Cândido de Carvalho, em sua conhecida obra "O Coronel e o Lobisomem", narra a briga entre o Coronel Ponciano de Azeredo Furtado e o lobisomem:

*Dos olhos do lobisomem pingava labareda, em risco de contaminar de fogo o verdal adjacente. Tanta chispa largava o penitente que um caçador de paca, estando em distância de bom respeito, cuidou que o mato estivesse ardendo. Já nessa altura eu tinha pegado a segurança de uma figueira e lá de cima, no galho mais firme, aguardava a deliberação do lobisomem. Garrucha engatilhada, só pedia que o assombrado desse franquia de tiro. Sabidão, cheio de voltas e negaças, deu ele de executar macaquice que nunca cuidei que um lobisomem pudesse fazer. Aquele par de brasas espiava aqui e lá na esperança de que eu pensasse ser uma súcia deles e não uma pessoa sozinha.*⁵⁶

⁵⁶ José Cândido de CARVALHO, *O Coronel e o Lobisomem*, p. 179.

Na última frase desse trecho, a expressão *par de brasas* retoma a referência do lobisomem, reconstruindo-a. Trata-se de uma metáfora de origem metonímica. O lobisomem é retomado por seus olhos, parte do lobisomem que se transforma em figura. Na seqüência desse mesmo texto, o autor reconstrói ainda a referência do lobisomem pela metonímia, em duas situações:

a) *De novo o cachorrão, livre do embaraço, correu atrás de minha poeira. Por desgracia, um sujo de nuvem emporcalhou o luar em sua nascença. Foi quando senti nas partes subalternas **aquele focinho nojento.***⁵⁷

b) *Afrouxei o torniquete e **aquela goela peluda** sem tardança deixou o aro dos meus dedos. Cabeça derreada, olhar já sem brasa de lamparina, mergulhou o penitente na noite dos pastos.*⁵⁸

No primeiro exemplo, a figura passa ser o focinho do lobisomem. No segundo, sua goela peluda.

Metonímia como recurso retórico

Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca⁵⁹, o que diferencia uma figura estilística de uma retórica é justamente sua função. Entende-se como retórica a figura que se explica pelas necessidades da argumentação. Utilizam eles, como exemplo, a célebre expressão *mão invisível*, criada por Adam Smith em seu livro *A Riqueza das Nações*, com o objetivo de convencer os leitores de que, na busca de seus próprios interesses, os indivíduos são conduzidos, por uma mão invisível, a promover um fim que não fazia parte de sua intenção, ou seja, o benefício da sociedade como um todo. Um empresário cujo objetivo é ganhar dinheiro (interesse próprio) acaba dando empregos, colocando no mercado produtos necessários à

⁵⁷ José Cândido de CARVALHO, O Coronel e o Lobisomem, p. 181.

⁵⁸ José Cândido de CARVALHO, O Coronel e o Lobisomem, p. 182.

⁵⁹ Chaïm PERELMAN & Lucie OLBRECHTS-TYTECA, *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*, pp. 190-193.

população (benefícios para a sociedade), preservando assim a harmonia entre o interesse individual e o coletivo. Utilizada dessa maneira, com finalidade de convencer e persuadir, qualquer figura ganhará o status de retórica.

Um dos autores em que se podem encontrar exemplos interessantes de figuras retóricas é Nietzsche. Um desses exemplos é a metonímia do olhar, que pretendo descrever a seguir. Como sabemos, o pensador alemão defendia o princípio de que o cristianismo era uma espécie de "platonismo para o povo", religião que refletia o pensamento de escravos, de vencidos que aprendiam a suportar as privações do mundo terrestre, provisório, com a promessa do mundo verdadeiro e autêntico, para além dessa vida. *Forjaram o mito da salvação da alma, porque não possuíam seus próprios corpos; criaram a ficção do pecado, porque não podiam participar das alegrias terrestres e da plena satisfação dos instintos da vida.*⁶⁰

Propõe Nietzsche, "munido de um tocha cuja luz não treme, levar uma claridade intensa aos subterrâneos do ideal", recuperando a vida, transmutando todos os valores do cristianismo. Para isso, contrapõe muitas vezes o ponto de vista do escravo ao ponto de vista dos poderosos. De seu livro *Para além de Bem e Mal*, ponho em destaque os seguintes trechos:

1. O **olhar** [o grifo é meu] do escravo é desfavorável às virtudes do poderoso: ele tem *skepsis*⁶¹ e desconfiança, tem refinamento de desconfiança contra todo o "bom" que é honrado ali — gostaria de persuadir-se de que, ali, a própria felicidade não é genuína. Inversamente, são postas em relevo e banhadas de luz as propriedades que servem para facilitar a existência dos que sofrem: aqui fica em lugar de honra a compaixão, a complacente mão pronta para ajudar, o coração caloroso, a paciência, a diligência, a humildade, a amabilidade — : pois estas são aqui as propriedades mais úteis e quase os

⁶⁰ Friedrich NIETZSCHE, *Obras Incompletas*, p. 11.

⁶¹ Essa palavra significa, em grego: percepção pela visão, observação, vigilância. Cf. Bally A. *Dictionnaire Grec français*, pág. 1 758.

únicos meios para tolerar a pressão da existência. A moral de escravos é essencialmente moral utilitária.⁶²

2. Enquanto toda moral nobre brota de um triunfante dizer-sim a si próprio, a moral de escravos diz não, logo de início, a um "fora", a um "outro" a um "não-mesmo": e esse "não" é seu ato criador. Essa inversão do **olhar** [o grifo é meu] que põe valores — essa direção necessária para fora, em vez de voltar-se para si próprio — pertence justamente, ao ressentimento: a moral de escravos precisa sempre, para surgir, de um mundo oposto e exterior.⁶³

3. Os "bem nascidos" sentiam-se, justamente, como os "felizes"; não precisavam construir sua felicidade artificialmente, por um **olhar** [o grifo é meu] a seus inimigos, e, em certas circunstâncias, persuadir-se dela, menti-la a si (como costumam fazer todos os homens do ressentimento).⁶⁴

Longe de ser apenas um "leitmotif" inconseqüente, a metonímia do olhar tem a função de criar aquilo que em retórica se chama de *presença*. Dizem Perelman & Olbrechts-Tyteca⁶⁵ que a *presença atua de um modo direto sobre a nossa sensibilidade. É um dado psicológico que, como mostra Piaget, exerce uma opção já no nível da percepção. E mais além: Destarte, uma das preocupações do orador será tornar presente, apenas pela magia de seu verbo, o que está efetivamente ausente e que ele considera importante para a sua argumentação.*⁶⁶ Um escravo não pode mover-se livremente, em torno de seu senhor, agir segundo sua vontade. Suas ações devem ser sempre fruto daquilo que lhe é ordenado. Até mesmo mover a cabeça em uma direção inesperada pode tornar-se suspeito e ser motivo de advertência. O único que lhe sobra é direcionar o olhar, de

⁶² Friedrich NIETZSCHE, *Obras Incompletas*, p. 335.

⁶³ Friedrich NIETZSCHE, *Obras Incompletas*, p. 343.

⁶⁴ Friedrich NIETZSCHE, *Obras Incompletas*, p. 344.

⁶⁵ Chaïm PERELMAN & Lucie OLBRECHTS-TYTECA, *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*, p. 132.

⁶⁶ Chaïm PERELMAN & Lucie OLBRECHTS-TYTECA, *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*, p. 133.

forma oblíqua, fortuita, àquilo que pode constituir-se um interesse próprio. É justamente esse olhar que Nietzsche transforma em figura, metonimicamente, para dar presença ao argumento do ressentimento do escravo, das suas convicções morais, segundo ele, equivocadas.

Definições tautológicas

Um outro curioso recurso retórico fundamentado na metonímia, segundo Gibbs Jr.⁶⁷ é aquele utilizado nas definições tautologias com *mãe é mãe, artistas são artistas, crianças são crianças* etc. Se examinarmos uma dessas definições à luz da teoria de Grice⁶⁸ — *Mãe é mãe*, por exemplo —, veremos que ela contraria, aparentemente, a primeira máxima de quantidade que diz: *faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido.*⁶⁹ Aparentemente, porque o ouvinte dessa frase, acreditando que seu interlocutor pretende ser cooperativo e não tautológico, imediatamente a interpreta a partir daquilo que Grice chama de *implicatura conversacional* que, nesse caso, é construída a partir da metonímia. Digamos que a frase *Mãe é mãe*. seja dita num contexto em que uma mãe, apesar de seu filho não merecer um determinado benefício, concede-o, assim mesmo, com prodigalidade. O ouvinte é levado a interpretar o sentido da segunda ocorrência da palavra *mãe* como parte apenas de tudo aquilo que se convencionou ser os atributos de uma mãe: o amor incondicional pelos filhos. Os outros atributos como: responsabilidade pelo lar, pela nutrição dos filhos, pelo trabalho doméstico etc. etc. ficam em segundo plano, funcionando como fundo. O amor incondicional, metonimicamente, sobressai como figura. A tautologia é, portanto, apenas aparente.

Num outro contexto, em que alguém diz: *crianças são crianças*, diante de um garoto que acaba de derrubar um copo de refrigerante no tapete da sala, o sentido da segunda ocorrência de *crianças* é entendido como o de ser

⁶⁷ Raymond GIBBS JR, *The Poetics of Mind*.

⁶⁸ H. P. GRICE, *Lógica e Conversação*.

⁶⁹ H. P. GRICE, *Lógica e Conversação*, p. 87.

inconseqüente, que sobressai com figura, ficando todas as outras propriedades do termo *criança*, (inocência, ingenuidade, dependência etc.) como fundo.

Metonímia e atos indiretos da fala

Uma outra função da metonímia, segundo Gibbs Jr. é a de atuar nos chamados atos indiretos de fala. Tais atos são utilizados em situações em que um falante quer preservar sua face, diante de uma situação em que faz um pedido, por exemplo. Se ele pede de modo direto, dizendo algo como: — *Por favor, feche a janela.*, arrisca-se a ouvir uma resposta negativa também direta, mas, se pede a mesma coisa de modo indireto, dizendo algo como — *Você teria condições de fechar a janela?*, mesmo que seu interlocutor não a feche, sua resposta geralmente não é negar diretamente o pedido, mas as condições de realizá-lo e o faz por meio de uma resposta como — *Infelizmente, não tenho condições de fechá-la.* Ora, para que o interlocutor feche a janela, há um conjunto de condições necessárias: a) a janela deve estar aberta; b) o falante deve desejar vê-la fechada; c) o interlocutor deve concordar em que a janela deve ser fechada; d) ele deve ter condições físicas de acesso à janela; e) deve haver, entre ele e a pessoa que lhe pede, uma relação de hierarquia ou de amizade que licencie o pedido. No ato indireto de fala, o falante seleciona apenas uma parte dessas condições. No caso do exemplo em tela, a condição d). Poderia, entretanto, utilizar outras partes, como a), dizendo: — A janela está aberta. ou b) — Gostaria que a janela fosse fechada. e assim por diante. Trata-se, pois de aplicar o princípio cognitivo da metonímia, utilizando uma das condições como figura, ficando as outras como fundo, ou como diz Gibbs Jr. ⁷⁰: *In this way, speaking and understanding indirect speech acts involves a kind of metonymic reasoning, where people infer wholes (a series of actions) from a part.*

⁷⁰ Raymond GIBBS JR, *The Poetics of Mind*, p. 352.

Metonímia e amálgama cognitivo

A noção de amálgama cognitivo foi desenvolvida por Breton ⁷¹ para designar o artifício por meio do qual uma determinada característica que não pertence originalmente a um ser é a ele agregada, por um processo de manipulação. Segundo ele:

O uso do amálgama cognitivo é antigo. Ele faz parte dos recursos da língua em que nada nos proíbe sintaticamente de unir artificialmente alguns termos e sugerir uma associação entre eles. A publicidade utiliza, ao menos a partir dos anos 20, esse procedimento.

Um dos exemplos clássicos é o amálgama xenófobo que, nos dias de hoje, é lugar comum na propaganda da extrema direita europeia. Basta dizer, por exemplo, em um jornal, que duas jovens francesas foram estupradas e mortas por um árabe, para que a característica de assassinos e estupradores seja imediatamente associada, por metonímia, aos árabes, em geral.

Um outro exemplo clássico estudado por Breton é a propaganda dos cigarros Marlboro. Filmes e fotos divulgados pela mídia mostram um "cowboy" másculo fumando um cigarro Marlboro e isso leva os consumidores à preferência por essa marca. O amálgama cognitivo é, por assim dizer, a receita mágica de qualquer peça publicitária. Procura-se associar um produto a imagens que representem valores para o consumidor em potencial. Valores como saúde, beleza, juventude, riqueza, status, erotismo, dinamismo, requinte etc. Esses valores, associados metonimicamente a um produto como um todo, são interpretados pelos consumidores como valores do próprio produto. A propaganda de um batom, por exemplo, associa-se, invariavelmente a um rosto jovem e bonito. A de um cartão de crédito, à imagem de um jovem executivo com olhar de felicidade acompanhado de uma bela mulher. O batom é visto, metonimicamente, como parte do todo "mulher jovem, bonita e desejável"; o cartão de crédito, como parte do todo homem jovem, bem sucedido

⁷¹ Philippe BRETON, *A Manipulação da Palavra*, pp. 95-96

financeiramente e amorosamente. A consumidora, ainda que não possua a plástica e a beleza da garota utilizada na propaganda, usa o batom, como se fosse o ponteiro de um mouse, procurando arrastar em sua direção a imagem do modelo, para vesti-la em seu imaginário. Na propaganda, o batom é figura, a mulher bonita é fundo. Quando utiliza o batom, ele, figura, transforma magicamente sua usuária no fundo a que está agregado originalmente na propaganda, ou seja, numa mulher bonita.

Uma das marcas de sucesso mais conhecidas no mundo inteiro é a Coca-cola. O marketing dessa bebida, cuja cor mais parece a de um xarope medicinal (na sua origem era quase isso) consegue vender milhões de unidades a partir de amálgamas cognitivos metonímicos vinculados a valores como juventude, descontração, saúde e bom humor. Talvez poucos saibam que o grande salto para o sucesso dessa bebida aconteceu por uma feliz conjuntura, durante a Segunda Guerra Mundial. O general Eisenhower, comandante em chefe das tropas aliadas na Europa, conseguiu para a Coca-cola exclusividade de fornecimento da bebida para os soldados americanos no teatro de guerra. Além de a bebida trazer a eles o "gosto" da terra natal, havia um outro importante aspecto metonímico agregado: o desenho da garrafa imortalizada por Andy Warhol, reproduzindo a silhueta de um esbelto corpo feminino. Não é difícil imaginar o efeito que isso exercia num soldado longe da pátria e de companhias femininas. Até hoje, essa marca de refrigerante, mesmo acondicionada em latas ou em embalagens plásticas, reproduz, no desenho das embalagens, a figura dessa silhueta. Clarice Lispector, em seu romance, *A Hora da Estrela*, utiliza a coca-cola, para vincular ao narrador a imagem da contemporaneidade:

O registro que em breve vai ter que começar é escrito sob o patrocínio do refrigerante mais popular do mundo e que nem por isso me paga nada, refrigerante esse espalhado por todos os países. [...] Apesar de ter gosto do cheiro de esmalte de unhas, de sabão Aristolino e plástico mastigado. Tudo isso não impede que todos o amem com servilidade e subserviência. Também porque — e vou dizer agora uma coisa difícil que só

*eu entendo — porque essa bebida que tem coca é hoje. Ela e um meio da pessoa atualizar-se e pisar na hora presente.*⁷²

Conclusão

O ensaio que acabo de fazer sobre a metonímia transcende em muito, como podemos ver, o campo das figuras estilísticas de linguagem. Achei que seria interessante procurar entendê-la como um processo cognitivo mais abrangente, ultrapassando as fronteiras da própria linguagem, dentro de uma semiótica mais geral. Nesse sentido, sua compreensão acabará sendo útil para entender situações tão diversas como as que nos levam a amar um poema, ser persuadidos por um argumento ou simplesmente comprar uma roupa ou optar por uma marca de refrigerante.

REFERÊNCIAS

BALLY, A.. **Dictionnaire grec français.** Paris: Hachette.1950.

BRETON, Philippe. 1999. **A manipulação da palavra.** São Paulo: Loyola, 1999.

CARVALHO, José Cândido de. **O coronel e o lobisomem.** 8. ed. São Paulo: José Olympio. [s. d.]

GIBBS JR. Raymond. **The poetics of mind.** Cambridge: Cambridge University Press. 1995.

GRICE, H. P. **Lógica e Conversação.** Trad. João Wanderley Geraldi. In: DASCAL, Marcelo. (org.) **Problemas, críticas, perspectivas da lingüística.** Campinas, Unicamp. 1982.

HOLLANDA, Chico Buarque & GUERRA, Ruy. **Calabar:** o elogio da traição. Rio: Civilização Brasileira, 2002.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela.** Rio de Janeiro: Rocco. 1999.

⁷² Clarice LISPECTOR, *A Hora da Estrela*, p. 23.

NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas seleção de textos de Gérard Lebrun.** Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação:** a nova retórica. Tradução por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes. 1996.

PERLS, Fritz. **A Abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia.** Tradução por José Sanz. 2. ed. Rio: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A. 1988.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão:** veredas. 30. ed. Rio: Nova Fronteira. 1986.

A PRAGMÁTICA E A ANÁLISE DE TEXTOS

Maria da Penha Pereira Lins

RESUMO

Este artigo diz respeito a aplicabilidade das noções básicas da Pragmática em análise de diferentes gêneros textuais. Uma breve apresentação das principais teorias que formam o conjunto de princípios que regem a Pragmática é mostrada e, a seguir, são sugeridas possibilidades de análises, a partir de diferentes projetos de pesquisa. Assim, observa-se que índices lingüísticos e não lingüísticos presentes em diferentes discursos podem ser vistos em diferentes abordagens, seja centrando-se na relevância da comunicação, seja em referência à violação ou respeito às máximas, seja pela observação do uso de diferentes atos de fala, seja, ainda, pela indiretividade na fala.

Palavras-chave: Pragmática; Contexto; Comunicação; Análise de textos

ABSTRACT

This paper discusses the applicability of the principles of Pragmatics in the analysis of particular genres. It offers a brief presentation of the main theories on which Pragmatics is grounded and, then, proposes possible analysis strategies by drawing on a number of research projects. The study argues that linguistic and paralinguistic features of an array of discourses can be approached in various ways, be it by focusing on the relevance of communication, on whether conversation maxims are respected or violated, on the observation of different speech acts, or by analyzing indirectness in speech.

Key-words: Pragmatics; Context; Communication; Text Analysis

I – PRAGMÁTICA

A definição de Pragmática restringe-se; neste artigo, ao sentido que é dado ao termo no âmbito da filosofia e da lingüística anglo-americanas. De modo geral, pode-se afirmar que a Pragmática é, em suma, o estudo do uso lingüístico. Neste sentido, é interessante citar Levinson (2007: 7)⁷³, que lança mão da afirmação de Searle, Kiefer e Bierwisch (1980) para explicar que “*pragmática é uma daquelas palavras que dão a impressão de que se está falando de algo inteiramente específico e técnico, quando, na verdade, muitas vezes, ela não tem nenhum significado claro*”; Assim, ao tentar elaborar essa definição, faz-se necessário passear por um conjunto de definições já emitidas por diferentes estudiosos.

Fazendo reflexões sobre modos de definir Pragmática, Levinson (2007) faz várias considerações; entre elas, a de que seria o estudo da linguagem a partir de uma perspectiva funcional, isto é, que tenta explicar as facetas da estrutura lingüística por referência a pressões de causa não-lingüísticas. No entanto, explica o autor, essa definição deixaria de distinguir a pragmática lingüística de outras disciplinas interessadas em abordagens funcionais da linguagem, como, por exemplo, a sociolingüística e a psicolingüística. Ainda, para refletir sobre a posição de que a pragmática deve preocupar-se unicamente com os princípios do uso da linguagem, e não com descrição de estrutura lingüística, o autor remete-se a Katz e Fodor (1963), os quais consideram a pragmática uma teoria de seleção de contextos, para fazer um paralelo entre gramática e pragmática: a gramática, em sentido amplo, se ocuparia da atribuição de significado às formas lingüísticas independentemente do contexto, ao passo que a pragmática se ocuparia da interpretação dessas formas, levando em conta o que é acrescentado pelo contexto. Essa comparação, entretanto, pode ser problemática, na medida em que os aspectos da estrutura lingüística, às vezes, incluem características do contexto.

⁷³ A obra Pragmática, de Stephen Levinson, 2007, é uma tradução publicada no Brasil. Originalmente o texto do autor foi publicado em 1983, pela Universidade de Cambridge.

Desse modo, explicita Levinson, o termo pragmática abrange tanto aspectos da estrutura lingüística dependentes do contexto como princípios do uso e da compreensão lingüística que não têm nenhuma ou muito pouca relação com a estrutura lingüística.

Partindo desse raciocínio, Levinson faz tentativas de definições, mostrando as implicações que essas tentativas podem ter em relação a outros estudos sobre a linguagem. Entre essas definições, é bom citar:

"Pragmática é o estudo das relações entre língua e contexto que são gramaticalizadas ou codificadas na estrutura de uma língua" (Levinson, 2007: 11)

"Pragmática é o estudo de todos os aspectos do significado não capturados em uma teoria semçantica" (id,ib: 14)

"A pragmática é o estudo das relações entre a língua e o contexto que são básicas para uma descrição da compreensão da linguagem." (id, ib.:25)

"Pragmática é o estudo da capacidade dos usuários da língua de emparelha sentenças com os contextos em que elas seriam adequadas" (id, ib. :29)

"A pragmática é o estudo da dêixis (pelo menos em parte), da implicatura, da pressuposição, dos atos de fala e dos aspectos da estrutura discursiva" (id, ib.: 32).

Esse conjunto de definições mostra que umas se completam com outras e que oferecem indicação de quais tópicos são centrais nos estudos da pragmática. Mas Levinson aconselha a se tentar delimitar o escopo da disciplina, aceitando que o limite superior da pragmática é fornecido pelas fronteiras da semântica, e o limite inferior pela sociolingüística e, também, pela psicolingüística.

Yule (1996) define Pragmática como "o estudo do significado do falante". Isso quer dizer que essa disciplina tem como objetivo principal a preocupação com o estudo do significado que o usuário da língua quer dar à sua mensagem e, também, da significação que o ouvinte constrói ao interpretar determinada mensagem.

Nesses termos, depreende-se que a Pragmática tem a ver mais com a análise daquilo que as pessoas querem significar ao produzir enunciados do que com que as palavras e as frases dos enunciados podem significar por si próprios. Assim, esse estudo envolve a interpretação do que as pessoas querem dizer, quando inseridas em contextos particulares, e como esses contextos podem influenciar aquilo que é dito; ou seja, a Pragmática leva em consideração como os falantes organizam o que querem dizer, de acordo com a pessoa com quem vão interagir, o lugar onde vão estar, o momento histórico que estão vivendo e sob que circunstâncias estão atuando. São consideradas, também, as inferências que os ouvintes fazem sobre o que é dito, com vistas a captarem as intenções do falante. Isso envolve, ainda, a análise do não-dito como parte daquilo que é comunicado, ou seja, é levada em consideração, também, a investigação do "significado invisível".

Ao estudar a questão do dito e não-dito, a pragmática leva em conta as noções de proximidade e de distância, porque entende que é a proximidade e a distância em relação ao ouvinte que vai determinar quanto o falante necessita comunicar.

Yule (1996) explicita a diferença entre pragmática, sintaxe e semântica, para argumentar que somente a pragmática leva em consideração os seres humanos e suas análises sobre o mundo. Dentro desse princípio, estuda as relações entre as formas lingüísticas e os usuários dessas formas. Para o autor, esse viés de estudo traz vantagens e desvantagens: a vantagem do estudo da língua a partir de noções da pragmática é que nele se pode tratar das intenções dos indivíduos, suas suposições, seus propósitos ou objetivos, e, ainda, dos tipos de ações que praticam quando falam; a desvantagem é que todos os conceitos humanos são extremamente difíceis de serem analisados de modo objetivo.

Para o autor, em suma, a pragmática se propõe a dar conta das pessoas e do que elas têm em mente. Em vista disso, observa as regularidades no uso da língua feito pelos indivíduos, regularidades essas que são conseqüência de os indivíduos serem membros de grupos sociais e, por isso, seguirem padrões de comportamento já esperados dentro dos grupos. Sabe-se que dentro de um grupo social familiar é mais

fácil para os membros serem polidos e dizerem as palavras apropriadas; já num grupo social não-familiar, os indivíduos sentem-se sempre inseguros sobre o que falar e preocupados em não dizerem as palavras erradas. Isso acontece porque pessoas pertencentes a uma mesma comunidade lingüística têm as experiências de mundo mais básicas bem semelhantes e têm conhecimentos lingüísticos partilhados.

Yule informa, ainda, que por um longo período, o estudo da língua ficou centrado em sistemas formais de análise, geralmente originados na matemática e na lógica; a ênfase era dada à descoberta de princípios abstratos que subjazem à organização da língua, ou seja, aos traços potencialmente universais da língua. Estudos sobre o uso da língua no dia-a-dia eram postos de lado e, posteriormente, jogados na cesta de lixo. Muito do que foi parar na cesta de lixo é que é discutido hoje pela pragmática.

Para Green (1996), falar e escrever são atos de fé, e a pragmática é o estudo dos mecanismos que dão suporte a essa fé. Dessa forma, a lingüística pragmática deve atuar em interação com outros campos da ciência, não só a lingüística, a psicologia cognitiva, antropologia cultural e a filosofia, mas, também, a sociologia e a retórica podem contribuir para esse domínio de conhecimento. Assim, dentro da pragmática, devem constar estudos sobre fundamentos de análise da língua em uso, interpretação de expressões indexicais, cujas referências não podem ser determinadas sem se levar em consideração o contexto do enunciado da expressão lingüística, o que não pode deixar e fora a interpretação de expressões indexicais que se referem a tempo, lugar, falante e tópico do enunciado.

Além disso, também, torna-se importante para esse estudo a análise das expressões anafóricas, dos atos de fala, das pressuposições, das relações lógicas na organização dos conteúdos da fala, das atitudes e dos objetivos do falante e dos mecanismos de controle que os falantes usam para manipular e manter as relações sociais, o que inclui as estratégias de polidez e o uso de perguntas, entre outras formas lingüísticas que podem afetar o curso de uma interação.

"*Pramática eres tu*", assim Reyes (1998) inicia a tentativa de definir o que é pragmática. A autora explica que

as palavras significam por si mesmas e, sem dúvida, a comunicação exige muito mais que intercambiar significados pré-estabelecidos. Ela leva o leitor a refletir sobre a diferença que há entre perguntar: “- *O que quer dizer essa palavra?*” e “- *O que você quer dizer com essa palavra?*”. No primeiro caso estamos pedindo uma informação sobre a língua, que se pode encontrar, por exemplo, no dicionário. No segundo caso, estamos colocando um problema de interpretação que tem a ver com a intenção do falante ao usar a palavra: estamos perguntando pelo significado que devemos interpretar nesse contexto particular. Assim, Reyes ensina que a pragmática lingüística estuda essa segunda dimensão do significado, analisando a língua em uso ou, mais especificamente, os processos por meio dos quais os seres humanos produzem e interpretam significados quando usam a língua.

Esse estudo da língua em uso, explica Reyes, é um estudo do significado das palavras em sua relação com falantes e contextos, que trata de explicitar, entre outras coisas, em que consiste a interpretação de um enunciado, qual a função do contexto, que relação há entre significado literal e significado comunicado, por que falamos por figuras, como a função comunicativa afeta a gramática das línguas. Para estudar esses fenômenos é preciso centrar no usuário e observar sistematicamente o que o usuário faz ao usar a linguagem. Como somos nós mesmos que nos comunicamos, e não nossas mensagens, por isso, pode-se dizer, afirma Reyes, que a pragmática trata de nós, os falantes.

Para precisar o objeto de estudo da pragmática, a autora afirma que a pragmática se ocupa de estudar o significado lingüístico, mas não o significado das palavras ilhadas do contexto, nem das orações ilhadas do contexto, mas o significado das palavras (ou orações, ou fragmentos de orações) usadas em atos de comunicação. O significado da língua em uso pode ser chamado de “significado do falante”, e se caracteriza por ser intencional e depender das circunstâncias em que se produz o ato de fala. Além disso, ensina autora, as palavras que usamos quase sempre constituem um esboço, um rascunho aproximado, um guia impreciso e mutante segundo a ocasião, guia que tem a virtude, sem dúvida, de suscitar certas imagens mentais em nossos interlocutores. Se essas imagens coincidem com

aquelas que queríamos provocar, consideramos que a comunicação se processou. Assim, ao estudar os princípios regularem que regem os processos de interpretação lingüística, a pragmática estuda, também, a natureza da língua como instrumento de comunicação. Isso significa considerar que a pragmática estuda aqueles significados que extrapolam o valor de verdade das orações, aqueles significados residuais, não-pré-estabelecidos.

II – A NOÇÃO DE INTENÇÃO E ATO RACIONAL

Tomando de um ponto de vista ampliado, a pragmática pode ser vista como o estudo das ações humanas realizadas intencionalmente. Isso envolve a interpretação de atos realizados com a intenção de alcançar algum propósito. Por isso, os princípios centrais da pragmática devem incluir as noções de crença, intenção e ato.

Pelo fato de a necessidade de construir significados e alcançar objetivos envolver comunicação, a pragmática também contempla o estudo de todos os tipos de comunicação, inclusive o não-convencional, o não-verbal e o não-simbólico. Essa reflexão é exemplificada por Green (1996) do seguinte modo:

Quando um salva-vidas atira uma bola de vôlei na direção de um nadador que está prestes a se afogar no oceano, ele acredita que o nadador quer socorro, e que compreenderá que o ato de atirar a bola na direção dele (nadador) deve ser entendido como um socorro e que ele deverá saber tirar vantagem, usando a bola para flutuar sobre a água.

O exemplo citado pressupõe pelo menos três crenças e uma intenção da parte do salva-vidas, incluindo duas crenças sobre as crenças do nadador e uma sobre os desejos do mesmo nadador. As crenças e intenções mútuas de falante e ouvinte são típicas das conversas espontâneas, dos usos comuns da língua, e esses usos não podem ser entendidos a não ser em referência a essas crenças e intenções. É a crença que faz toda a diferença entre a verdade e a mentira: quando alguém faz uma afirmação falsa e os outros acreditam ser

falsa, esse alguém está mentindo; mas se diz alguma coisa falsa e acreditam ser verdadeiro, está simplesmente cometendo um engano. Também é a crença que delimita a diferença entre informar e relembrar: se um falante diz para o ouvinte: "Os coreanos têm um feriado em que comemoram a invenção do alfabeto deles" e acredita que o ouvinte não tem essa informação, ele tem a intenção de informar; mas se o falante acredita que o ouvinte já é sabedor desse fato, o falante tem a intenção de apenas relembrar.

Em relação a isso, os falantes às vezes, se satisfazem sendo vagos sobre essa crença, deixando que a observação seja tomada pelo ouvinte como uma informação se lê ainda não tem conhecimento do fato, ou como uma lembrança, se lê já é sabedor do acontecimento. Outras vezes, o falante pode explicitar suas posições, com o objetivo, por exemplo, de evitar insultar o ouvinte por ele não saber algo que é de conhecimento público. Nesse caso, o falante opta por usar expressões tais quais: "Você se lembra de que...", ou "Como você já sabe...", as quais indicam que o falante acredita que o ouvinte já é conhecedor do fato.

Green (1996) observa que, no inglês, quando os falantes introduzem o enunciado com expressões como "As you know (Como você já sabe),"I remind you" (Você se lembra), "Of course" (É claro), eles acreditam estar dando uma informação que o ouvinte sabe ser verdadeira; quando iniciam o enunciado com "Actually" (Realmente) ou "In fact" (De fato), os falantes acreditam estarem dando uma informação nova ao ouvinte.

Do mesmo modo, as intenções marcam a diferença entre uma mentira e uma piada ou uma figura de linguagem, entre uma promessa e uma previsão. Se, por exemplo, alguém diz: "João chegará na hora, amanhã", pode significar uma promessa, se o falante tem a intenção de mostrar alguma garantia de que está sendo verdadeiro, mas pode ser uma previsão, se for considerado como uma crença usual.

As crenças e intenções não funcionam sozinhas na comunicação. Um falante com determinada intenção e com um conjunto de crenças tem que agir racionalmente sobre essa intenção, organizando um plano que seja consistente com suas crenças. Esses planos são tipicamente hierárquicos e envolvem outros objetivos e intenções. Isso é explicitado por Green da

seguinte maneira: se um indivíduo tem o objetivo principal de levar alguém a ter uma opinião negativa sobre um amigo comum, deve construir um plano que o leve a comungar com a mesma opinião, e acreditando, com isso, estar sendo racional, no sentido de que um acredita que o outro também acredita na mesma coisa. A seleção de frases a serem ditas nos enunciados são feitas rapidamente e abaixo do nível de consciência, ou do fluxo do discurso.

A tarefa do ouvinte consiste em: 1) entender o que o falante disse, isto é, construir um modelo mental da situação cuja existência é indicada pelo falante; 2) avaliar o modelo e usá-lo na construção de seu próprio modelo de mundo. A primeira tarefa pode ser exemplificada pela interpretação dos atos executados pelo falante, uma afirmação, uma ordem, uma pergunta, um desejo, etc. A segunda tarefa envolve a elaboração de conclusões que vão acrescentar significação ao conhecimento de mundo e ao modelo do falante, como, por exemplo, inferências sobre o que o falante sabe, em que o falante acredita, o que o falante acredita sobre o que o ouvinte sabe, o que o falante acredita sobre o que o ouvinte considera falso, como o falante se sente em relação aos outros, às situações, aos eventos referidos no decorrer da conversação.

Vendo por esse prisma, pragmática pode ser considerada *o estudo da ação deliberada com a intenção de levar o interlocutor a reaccessar o modelo de como as coisas são, incluindo o sistema de valores e o modelo das crenças, atitudes e intenções do falante*. Se se delimitar o estudo ao campo da lingüística pragmática, ou à pragmática do uso da língua, só é necessário estipular que os princípios da pragmática devem levar em conta, sistematicamente, os atos que envolvem expressões lingüísticas.

III – OS ATOS DE FALA

No ato de comunicar umas com as outras, as pessoas não produzem enunciados que contêm apenas palavras e estruturas gramaticais; elas praticam ações através dos enunciados produzidos. Ou seja, dizer é fazer, é agir.

As ações praticadas via enunciados são de modo geral chamadas de atos de fala, e, mais especificamente, de pedido, cumprimento, desculpa, resposta, convite, promessa, e outros.

Esses diferentes tipos de atos de fala estão relacionados à intenção comunicativa do falante, quando produz seu enunciado. O falante normalmente espera que sua intenção comunicativa seja reconhecida por seu ouvinte. Nesse processo, ambos, falante e ouvinte, são auxiliados pelas circunstâncias que circundam o ato comunicativo. Isso é o que é chamado de evento de fala por alguns especialistas da linguagem. É a natureza do evento de fala que vai determinar a interpretação dos enunciados proferidos em determinado ato de fala. Essa explicitação acima é exemplificada por Yule (1996) do seguinte modo:

Se, num dia de inverno, um falante pede uma xícara de chá, acreditando que o chá esteja quente, dá um gole, e diz: Este chá está realmente frio, ele está fazendo uma reclamação. Mas, se, por outro lado, mudarem as circunstâncias, e, num dia de verão, o falante recebe do ouvinte um copo de chá gelado, dá um gole e repete o mesmo enunciado, ele está fazendo um elogio. Se para um mesmo enunciado duas interpretações foram possíveis, isso quer dizer que não se pode fazer a correspondência direta entre uma ação e um ato de fala. Isso significa que há muito mais a se interpretar num ato de fala do que aquilo que está presente no enunciado.

Em qualquer ocasião, a ação praticada em consequência da produção de um determinado enunciado, na verdade, consiste em três atos: O primeiro é o ato fonético, o ato de produzir os sons da fala; ou, expressões lingüísticas, com o objetivo de produzir sons acústicos que o destinatário reconheça como sons da fala, e não outras vocalizações, como arrotos ou espirros. O segundo ato, simultaneamente produzido, é o de produzir um enunciado lingüístico com léxico e gramática de determinada língua e com certa entonação, com o objetivo de que seja reconhecido como pertencente àquela determinada língua. O terceiro ato é feito com vistas a que o enunciado seja reconhecido como um discurso ligado a alguma proposição, ou seja, referindo-se a pessoas, ações, fatos, e de acordo com convenções da língua e da cultura da comunidade que o falante partilha com o ouvinte.

Austin (1962) chamou a esses três atos respectivamente de 1) ato locutório ou ato fonético, ou ato de dizer alguma coisa; 2) ato ilocucionário ou ato fático, ou ato de

significar algo a partir do ato locucionário (afirmar, perguntar, exclamar, etc) e 3) ato perlocucionário ou ato rético, que representa o efeito do ato ilocucionário.

Green (1996) afirma que a execução da atos de fala é feita intencionalmente e com objetivo direcionado, embora a execução de vários atos esteja, sem dúvida, fora do controle da consciência do falante. Para exemplificar, a autora transcreve um pequeno trecho de conversa, que em Português se aproxima do seguinte:

“Nós fomos adotados?” – perguntou James.

“Foi o que eu disse.” – disse Gram.

“Não foi não”, ele retorquiu.

“Bem, foi o que eu quis dizer, e desde que você entendeu, foi o que eu disse”.

(Cyntia Voigt, Dicey’s Song. P. 150, apud Green, 1996)

Quando James diz, “Nós fomos adotados”, ele pratica, simultaneamente, uma quantidade de diferentes atos de fala, todos intencionais e com objetivos definidos. Num nível mais concreto, ele executou um ato fonético, isto é, um ato locucionário, ao articular sons acústicos, esperando que Gram os reconhecesse como sons da fala. Simultaneamente ao ato fonético, James praticou o ato de produzir enunciados lingüísticos através de formas reconhecidamente da língua inglesa e com uma certa entonação, com a intenção de que fossem reconhecidos como tal. Ao mesmo tempo, com o objetivo de ter seus enunciados relacionados a uma proposição, James praticou o ato de referir (ao usar o pronome nós) e o de predicar (ao dizer fomos adotados), entendendo que as formas que usou referiram-se a pessoas, eventos, ações, referentes à língua e à cultura da comunidade que ele partilha com Gram. Finalmente, James, ao praticar esse ato, teve alguma razão e desejou que sua razão fosse reconhecida. Para isso, ele pratica o ato de implicar, quando, ao perguntar a Gram se foram adotados, quer deixar entender que ela está falando obscuramente e que não há nenhuma razão particular para que ela faça isso.

Dessas três dimensões através das quais se pode entender um ato de fala, um dado relevante é a força ilocucionária. Normalmente o ato de fala é limitadamente

interpretado como a força ilocucionária de um enunciado. No entanto, um mesmo ato locucionário pode significar predição, promessa ou advertência, conforme se pode comprovar no exemplo mostrado por Yule (1996):

- a) Vejo você mais tarde (=A)
- b) [Eu afirmo isso] A
- c) [Eu prometo isso] A
- d) [Eu lhe advirto disso] A

em que um mesmo enunciado pode potencialmente ter várias e diferentes forças ilocucionárias (por exemplo, promessa vs advertência). Como o ouvinte vai reconhecer a força ilocucionária pretendida é uma questão que implica expedientes circunstanciais de condições de felicidade, que dizem respeito à qualidade da altura da voz usada para fazer a diferença entre uma advertência ou uma brincadeira, por exemplo, e às condições convencionais sob as quais subjaz a força ilocucionária.

IV – O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO

A conversação entre interlocutores representa esforços no sentido de que as intenções do falante sejam comunicadas. Argumentando sobre esse fato, Grice (1989) afirma que é desnecessário considerar as diferenças de significados observadas pelos estudiosos de lógica entre os operadores lógicos e a reprodução da língua natural. Para esse filósofo, as diferenças são simplesmente diferenças de uso, que surgem do fato de que os tipos de discursos correntes (como a conversação cotidiana), nos quais as expressões de língua natural são usadas, são governados por irrelevantes princípios que correspondem aos operadores na lógica formal. Grice afirma que muito mais do que é dito pode ser veiculado, se os indivíduos assumem que, na conversação, seguem uma norma comportamental chamada de Princípio da Cooperação, elaborado nos seguintes termos:

Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado.

Isso significa que, considerando o significado convencional das palavras – o que se diz – e as implicaturas – o que se quer dizer – ao contrário do que possa parecer, nossos diálogos são esforços reconhecidos; ou seja, cada participante da interação reconhece nos diálogos um propósito comum ou um conjunto de propósitos que orienta na direção da conversa. Esse propósito pode ser fixado no início (uma questão a ser discutida, por exemplo) ou durante o diálogo. Isso implica que falante e ouvinte estão constantemente envolvidos na interpretação do objetivo de um e de outro quando dizem o que dizem do modo como dizem. Quer dizer que os indivíduos agem de acordo com seus propósitos.

Para esse princípio geral, Grice estabeleceu quatro categorias, quatro máximas que representam as regras da conversação:

1. Máxima da Quantidade

- a) Faça sua contribuição tão informativa quanto for requerido para o propósito corrente da conversação.
- b) Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido

2. Máxima da Qualidade

- a) Não diga o que você acredita ser falso
- b) Não diga senão aquilo para o que você possa fornecer evidência

3. Máxima da Relação

- a) Seja relevante

4. Máxima do Modo

- a) Evite obscuridade de expressão
- b) Evite ambigüidade
- c) Seja breve
- d) Seja ordenado

O filósofo observa, ainda, que a violação deliberada de qualquer uma das máximas é um recurso de que o falante dispõe para transmitir informações que estão além do sentido literal das sentenças. Esta situação gera uma implicatura conversacional. No entanto, quando uma implicatura conversacional é gerada, o Princípio da Cooperação não está

sendo contrariado, pois a máxima pode ser ignorada, ou brevemente violada, no caso em que os ouvintes estão sendo enganados. É o caso da mentira, por exemplo, que representa uma clara violação da máxima da qualidade.

Nos casos em que o falante não pode garantir uma máxima sem ignorar outra, o falante, para não deixar o ouvinte confuso, deve explicitar ou implicar que não está agindo em conformidade com a máxima. É o caso dos exemplos a seguir:

Explicitamente:

1. Eu não estou autorizado a dizer mais... (quantidade)
2. Provavelmente não preciso dizer mais nada... (quantidade)
3. Não tenho certeza se isso é verdade, mas ... (qualidade)
4. Não tenho nenhuma evidência disso, mas ... (qualidade)
5. Eu sei que isso é irrelevante, mas ... (relação)

Implicitamente:

1. Como você já sabe... (quantidade)
2. Isto pode ser apenas uma fofoca, mas... (qualidade)
3. Por falar nisso, ... (relação)

A consequência de assumir um comportamento de acordo com o Princípio da Cooperação é que mesmo quando o comportamento lingüístico se mostra em desacordo com as máximas, os ouvintes preferem assumir que o falante está obedecendo ao princípio ao assumirem que ele é tão irracional e imprevisível, ao ponto de não poder participar de uma conversa racional. Assumindo que o falante está agindo racionalmente, e esperando ser entendido desse modo, o ouvinte adota a estratégia de assumir que o comportamento do falante está de acordo com as máximas e de considerar que as proposições devem ser aceitas no sentido de justificar um comportamento em conformidade com o Princípio da Cooperação.

Como falante/ouvinte de uma língua nativa numa sociedade, o falante espera que o ouvinte adote a estratégia de interpretar o comportamento lingüístico. Desse modo, os falantes se consideram livres para explorar isso, e falam achando que seu comportamento está sendo entendido. Eles, os falantes, sabem que suas observações parecem

irrelevantes, os ouvintes vão procurar construir uma seqüência de inferências que as tornam relevantes para o propósito assumido. Esta exploração das máximas é o mecanismo básico através do qual um enunciado é utilizado para veicular mais do que é entendido quando uma máxima parece ser violada.

V – A POLIDEZ

No sentido de atender aos requisitos do Princípio da Cooperação, mais precisamente a máxima do modo, os interlocutores procuram atuar lingüisticamente a partir de um comportamento polido.

Lakoff (1973) explica que a diferença entre um comportamento polido e um rude é que o comportamento polido traz sensação confortável de harmonia à conversação. Vendo por esse prisma, a polidez deve ser prioridade principal de qualquer comportamento interpessoal, inclusive dos atos não-lingüísticos e, também, atos de consideração que complementam significados lingüísticos, além dos atos lingüísticos em enunciados específicos de polidez. Lakoff estabelece três regras formais de polidez, às quais os falantes devem seguir quando desejam ser polidos:

Regra 1: Não imponha

Em determinadas situações há uma diferença reconhecida de poder entre os participantes, nesses casos essa regra deve ser levada em conta. Impor sobre alguém significa impedir a pessoa de agir como quer. Um falante polido prefere mitigar, ou pedir permissão ou desculpar-se ao solicitar que seu destinatário execute alguma ação que ele possa não estar propenso a executar.

Não impor significa não dar nem pedir opinião pessoal, evitar referência pessoal, evitar referência à família, a problemas pessoais, a hábitos, etc. Num nível superficial, isso significa evitar linguagem pesada ou emocional e tópicos de conversação que representem tabus, como amor, sexo, política, religião, dificuldades econômicas, corpo humano, etc.

Regra 2: Ofereça opções

Em situações em que os participantes têm aproximadamente status e poder equivalentes, mas não são socialmente íntimos, oferecer opções parece ser o comportamento mais adequado. Oferecer opções significa expressar-se de tal modo que a opinião ou resposta possa ser ignorada sem ser contradita ou rejeitada. A intenção do falante deve ser implicada, por exemplo, em enunciados estruturados num modo pragmático, ambíguo, de modo a dar a sugestão de que prefere não agredir.

Regra 3: Encoraje sentimentos de camaradagem

Essa regra diz respeito a amigos muito chegados. Mesmo entre participantes considerados íntimos, espera-se que seja evitada uma comunicação muito direta. Pode-se usar uma polidez informal, mostrando atenção e confiança, estando aberto a detalhes da vida do outro, incluindo diminutivos e, em alguns contextos, até apelidos.

A polidez pode ser estabelecida como um conceito, uma idéia de comportamento social polido, que pode ser, também, referido como etiqueta. Numa interação, a polidez pode ser vista como esforços no sentido de se reconhecer a face do outro.

Goffman (1985) conceitua face como valor social positivo que uma pessoa reivindica para si, uma imagem delineada em termos de atributos sociais aprovados, localizada no fluxo dos eventos. São os eventos que vão determinar a resposta emocional que a pessoa vai experimentar: ela se sentirá bem, se os eventos estabelecerem uma face superior ao esperado e se sentirá mal, se suas expectativas não forem preenchidas.

Para assegurar a imagem pública que estabeleceram, as pessoas executam ações, numa orientação defensiva, com o objetivo de salvar a própria face, e, também, numa orientação protetora, com o objetivo de salvar a face dos outros. Goffman distingue dois tipos de trabalho de elaboração de face: o processo de evitação (evitar atos potencialmente ameaçadores à face) e o processo corretivo (utilizar atos reparadores).

Ao tratar das estratégias utilizadas pelos indivíduos para manter o lugar social, o autor fala da arte de manipular a impressão (Goffman, 1985 [1959]). Conceitua o indivíduo que

manipula bem as impressões como um ator disciplinado, que representa um personagem nas dadas situações sociais.. Para representar com sucesso seu papel, o ator não pode cometer atos involuntários como “gafes” ou “mancadas”. Deve ter autocontrole e domínio de rosto e voz.

Complementando as noções propostas por Goffman, Brown e Levinson (1987) definem face como “a imagem própria pública que cada pessoa quer reivindicar para si próprio”. Baseando-se originalmente no modelo de conversação proposto por Grice e admitindo que a comunicação humana é racional, classificam dois modelos de face: face positiva e face negativa. A face positiva relaciona-se ao desejo da pessoa de ser aceita e estimada pelos outros e a face negativa refere-se ao desejo da pessoa de não sofrer imposição pelos outros em sua liberdade de ação. Esses desejos podem ser alcançados por atos como ordem, promessas, ameaças, críticas, contradições, etc. Para minimizar tais ameaças, as pessoas adotam estratégias do discurso em suas interações. Essas estratégias variam desde a não-realização do ato, a especificações das intenções, o uso de ações reparadoras até a realização do ato de maneira indireta. A escolha de qualquer das estratégias de polidez vai estar na dependência de variáveis tais quais poder, distância social e teor de risco. Conforme o teor de risco, isto é, de ameaça à face do falante e/ou do ouvinte, o falante vai optar por uma estratégia de polidez. Se o risco é baixo, o falante poderá realizar o ato diretamente. Se o risco é alto, o falante vai procurar uma estratégia para realizar o ato de modo que a intenção pretendida seja percebida pelo ouvinte através de uma inferência.

Brown e Levinson (1987) chamam a atenção para a utilização de estratégias de polidez dentro de diferentes culturas. Há que se levar em conta os valores atribuídos a poder, distância e, ainda, ao risco de um ato de ameaça à face em relação à qualidade afetiva típica da interação dos membros de uma dada cultura.

VI – A RELEVÂNCIA

A teoria da relevância, apresentada por Sperber e Wilson, em 1986, é inspirada na noção de cooperação de Grice

e propõe um modo diferenciado de explicar o processo de comunicação lingüística. Todos os atos comunicativos lingüísticos, sem exceção, podem ser explicados a partir do fato de que consideramos que nosso interlocutor é sempre relevante, na medida em que cada enunciado lingüístico intencional vem com uma garantia de relevância. Assim, a garantia de relevância permite considerar que, se uma pessoa produz um estímulo verbal deliberado, esse estímulo merece atenção e esforço de interpretação, já que produz efeitos de conhecimento que nos interessam, a curto ou a longo prazo. Desse modo, a busca por "efeitos contextuais" é que vai nortear os esforços de interpretação.

Segundo a teoria da relevância, o que o falante diz é determinado por sua intenção de ser relevante, e a interpretação do ouvinte é guiada exclusivamente pela presunção de que o que foi dito é relevante. É a relevância o ponto chave que põe em conexão o dito e o transmitido por implicação e, por outro circuito, a relação entre o transmitido e o interpretado pelo ouvinte. Nesse processo, o papel da inferência é fundamental. Entender um enunciado não é apenas decodificar códigos, mas fazer inferência. E a inferência é um processo de raciocínio dedutivo: parte-se de certas premissas para se chegar a uma conclusão.

Assim, conforme exemplifica Reyes (1998), a relevância, no exemplo a seguir, pode ser buscada do seguinte modo:

- A. - Vai comprar o dicionário?
- B. - Gastei todo o dinheiro que tinha.

Para interpretar a resposta de B, A procura construir um contexto, que é aproximado daquele que B espera que seja construído. Nesse contexto figuram certos conhecimentos e crenças, tais como: que é necessário ter certa quantia de dinheiro para comprar um dicionário e que B não tem dinheiro. Dessas premissas, B detecta a implicatura "B não vai comprar o dicionário". O contexto construído pelas premissas constitui um subconjunto de crenças e conhecimentos que A possui em relação a B. Esses conhecimentos podem ser de diferentes ordens: científicos, culturais, sociais, religiosos, políticos, econômicos, lingüísticos e, ainda, conhecimentos que surgem no decorrer da situação, além de conhecimentos sobre o interlocutor. Toda essa informação à disposição do falante,

deixa-o à vontade para selecionar o subconjunto de conhecimentos que serve à interpretação daquilo que B disse, na medida em que A sabe que B quer ser relevante. Assim, a única interpretação plausível é a de que B não pode comprar o dicionário., e é a implicatura mais importante do enunciado.

Em caso de enunciados irônicos, ou de enunciados cômicos ou metafóricos, o processamento de busca contextual vai exigir um esforço maior, já que pode veicular uma crítica, por exemplo.

VII – A PRAGMÁTICA E A ANÁLISE DE TEXTOS

Tratando de pesquisas lingüísticas, Wray, Trott e Bloomer (1998), no livro intitulado Projetos em Lingüísticas – Um guia prático para pesquisas sobre linguagem, contemplam um capítulo para a discussão sobre estrutura e significado e, dentro desse capítulo, situam um espaço direcionado para sugestões de pesquisas com a utilização de conceitos da Pragmática.

As autoras explicam que muito de nossa comunicação verbal é veiculada de modo indireto, criando um obstáculo potencial para o ouvinte. Em nossas interações do dia-a-dia, existe mais do que uma troca de palavras: há uma dança social, e nós, enquanto ouvintes, devemos ficar atentos ao ritmo da comunicação. A Pragmática lida com essas mensagens veladas.

A teoria dos atos de fala, por exemplo, nos mostra como um enunciado aparentemente simples pode veicular uma comunicação complexa. A teoria da implicatura conversacional, de Grice, leva em conta a necessidade de falante e ouvinte compactuarem-se no sentido de observar como as mensagens são ditas e interpretadas quando a comunicação ocorre eficientemente. As quatro classes de máximas caracterizam essa cooperação: o ouvinte assume que o falante está dizendo somente aquilo que é relevante ao momento da conversação, falando a verdade e evitando ambigüidade e obscuridade. A teoria da relevância de Sperber e Wilson é baseada na crença de que a atenção e o pensamento humano vota-se automaticamente para a informação que parecer ser a mais relevante.

Considerando, basicamente, essas noções, Wray, Trott e Bloomer sugerem alguns tipos de pesquisas que podem ser desenvolvidas com base na Pragmática, citados a seguir:

1. Examinar evidências de mensagens implícitas num texto teatral e observar o que o dramaturgo está deliberadamente veiculando sobre atitudes e personalidade dos personagens.

2. Escrever dois scripts para a mesma seqüência de eventos, um totalmente explícito e outro expressando a mesma informação através de implicações, partilhando as suposições, etc. Pedir a três pessoas para avaliarem cada uma a partir de evidência e plausibilidade, e descrever a reação em relação aos personagens.

3. Analisar sketches de programa humorístico de TV que se configuram a partir de manipulação pragmática na produção de humor

4. Analisar dados, de mini-séries ou outros episódios afins, por exemplo, para avaliar até que ponto o nível de diretividade (ausência de polidez) reflete o relacionamento entre personagens, independentemente do que é demonstrada por seus comportamentos e do conteúdo de seus enunciados (por exemplo, se duas pessoas que se odeiam usam mais estruturas diretas, ou se duas pessoas com status opostos apresentam mais marcadores de polidez quando estão conversando.

5. Analisar tipos diferentes de piadas, com o objetivo de verificar como as máximas de Grice são violadas.

Overstreet (1999) mostra uma gama de possibilidades de estudos a partir de noções da Pragmática, como a análise de enunciados estendidos e as máximas conversacionais em textos publicitários, cartuns e quadrinhos.

Perez (2000) analisa peças publicitárias, focalizando os índices lingüísticos e extra-lingüísticos mais recorrentes, a partir da teoria da relevância, de Sperber e Wilson, com vistas a explicitar o que atrai e mantém a atenção do leitor e o leva a associar o produto com qualidades agradáveis e, ainda, a produzir outros efeitos adiconais.

Além dessas sugestões, outras podem ser pensadas. Pode-se considerar que qualquer texto que representem interações prestam-se a análises a partir da Pragmática. Desse

modo, textos de quadrinhos, de cinema, de conversação espontânea, de debates e outros semelhantes podem, também, ser analisados por abordagem pragmática.

Referências

- AUSTIN, John. *How to do things with words*. Cambridge. Harvard University Press. 1962.
- BROWN, Penelope & LEVINSON, Stephen. *Politeness – Some universals in language usage*. Cambridge. Cambridge University Press. 1987.
- DASCAL, Marcelo (org). *Fundamentos metodológicos da lingüística. Pragmática*. Campinas. 1982. v.4.
- GREEN, Geórgia H. *Pragmatics and a natural language understanding*. New Jersey. Lawrence Erlbaun Associates Publishers. 1996.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. (trad. Maria Cecília S. Raposo). Petrópolis. Vozes, 1985.
- GRICE, Paul. *Studies in the way of words*. Cambridge. Harvard University Press. 1991.
- LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LINS, Maria da Penha P. Mas, afinal, o que é mesmo pragmática. *Revista Fala Palavra*. Aracruz. nº 2. nov.2002.
- OVERSTEET, Maryam. *Whales, candlelight and stuff like that. General extenders in English discourse*. New York. Oxford University Press. 1999.
- PEREZ, Javier Diaz. Sperber and Wilson's relevance theory and its applicability to advertising discourse: evidence from British press advertisements. *Atlantis: Revista de la asociación española de estudios anglo-americanos*. December, 1. 2000.
- REYES, Graciela. *El abecé de la pragmática*. Madrid. Arco Libros, S L. 1998.
- SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. *Relevance – communication and cognition*. 2^ª edition. Blackwell Publishing. 1995.
- WRAY, Alison; TROTT, Kate; BLOOMER, Aileen. *Projects in linguistics. A practical guide to researching language*. London. Arnold. 1998.
- YULE, George. *Pragmatics*. Oxford University Press. 1996.

A TEORIA DO DIALOGISMO DE BAKHTIN E A POLIFONIA DE DUCROT: PONTOS DE CONTATO

Elaine Cristina Medeiros Frossard - UFES

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo propor uma aproximação entre as teorias de dois estudiosos da linguagem, Mikhail Bakhtin e Oswald Ducrot. Levando em conta que esses autores se situam em postos teóricos distintos, já que a abordagem de um ultrapassa a consideração da forma lingüística, e o trabalho desenvolvido pelo outro prioriza o estudo da língua, busca-se levantar os pontos em que essas teorias, a princípio, tão distintas, se aproximam. Para tanto, foram consideradas a Teoria do Dialogismo, desenvolvida por Bakhtin (1929/1999, 1929/2005, 1979/2003), e algumas noções da Semântica Enunciativa, postuladas por Ducrot (1980, 1984/1987), a fim de evidenciar a possibilidade de um diálogo entre tais teorias. Trata-se de um trabalho interpretativo e qualitativo em que os parâmetros levantados a partir da proposta dos dois autores parecem confirmar a existência de pontos de contato entre o dialogismo bakhtiniano e a teoria polifônica de Ducrot.

Palavras-chave: polifonia; dialogismo; aproximação

Abstract

This paper aims to propose an approach between two language scholars' theories, Mikhail Bakhtin and Oswald Ducrot. Considering that these authors are situated in different theoretical places, since one's approach exceeds the linguistic form, and the work developed by the other one prioritizes the language study, this paper seeks to raise the points in which these theories, at first, so different, get closer. So as to proceed with this study, the Dialogism Theory, developed by Bakhtin (1929/1999, 1929/2005, 1979/2003), and some notions of Semantics of Enunciation, postulated by Ducrot (1980, 1984/1987) have been considered. It is an interpretative and qualitative work in which the parameters raised by the two authors' proposals seem to confirm the

existence of points in common between the Bakhtinian dialogism and Ducrot's polyphonic theory.

Key words: polyphony; dialogism; approach

1. INTRODUÇÃO

O estudo da diversidade de vozes presentes em um discurso tem sido desenvolvido por diversos pesquisadores de áreas, muitas vezes, bastante distintas. A tese que pregava a unicidade do sujeito da enunciação ganhou, em especial nas últimas décadas, muitos contraditores, os quais defendem que não se pode conceber um único sujeito em um discurso, mas uma multiplicidade de vozes é constitutiva de todo e qualquer discurso.

Este trabalho⁷⁴ se propõe a pôr em evidência dois desses estudiosos cujos postulados contribuíram de forma inigualável para o estabelecimento, nos estudos lingüísticos, de uma visão que concebesse a pluralidade enunciativa. Esses teóricos são Mikhail Bakhtin, pensador russo cujos trabalhos só foram divulgados e conhecidos no Ocidente décadas após terem sido escritos, e Oswald Ducrot, lingüista francês que, apesar de ter base estruturalista, estudou os enunciados a partir de um ponto de vista dialógico.

Ambos os autores rejeitam a tese da unicidade do sujeito, já que argumentam a favor de um entrecruzamento de vozes na constituição do discurso, todavia, Bakhtin lançou essa idéia décadas antes de Ducrot, o qual, a saber, buscou respaldo no pensador russo para desenvolver sua teoria polifônica da enunciação.

Leva-se em conta, porém, que, mesmo apresentando uma visão dialógica com relação ao estudo do discurso, Bakhtin e Ducrot trabalham com perspectivas um tanto quanto distintas,

⁷⁴ As reflexões apresentadas neste estudo constituem parte do texto elaborado para fins de exame de qualificação e apresentado ao programa de pós-graduação *stricto sensu* em estudos lingüísticos do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, em 2007

já que um promove um estudo que considera fatores externos à língua, enquanto o outro estuda aspectos estritamente lingüísticos a fim de analisar as diferentes vozes presentes em um mesmo enunciado.

O que este breve estudo busca investigar são os pontos que, em meio a tantas diferenças, acabam por aproximar o dialogismo bakhtiniano e a teoria polifônica de Ducrot, tornando possível um diálogo entre essas teorias e, quem sabe, até o desenvolvimento de pesquisas que levem em consideração um trabalho conjunto entre as mesmas.

Para o desenvolvimento deste estudo, conceitos referentes à Teoria do Dialogismo de Bakhtin (1929/1999, 1929/2005, 1979/2003)⁷⁵ e algumas concepções postuladas por Ducrot (1980, 1984/1987) dentro do quadro da Semântica Enunciativa foram aproveitados.

Constam neste trabalho uma breve exposição da concepção dialógica de linguagem de Bakhtin, além da apresentação de alguns pontos importantes da teoria polifônica de Ducrot. Expõe-se, ainda, o modo como esses autores, mesmo situados em postos teóricos distintos, desenvolvem teorias que abrem espaço para uma possível aproximação, fator, aliás, que motivou o desenvolvimento deste estudo, uma vez que as atuais pesquisas lingüísticas têm privilegiado tanto elementos internos como externos à língua, e um trabalho conjunto entre os postulados bakhtinianos e ducrotianos vem ao encontro dessa direção tomada pelos estudos de linguagem.

⁷⁵ Durante todo este trabalho, são apresentadas duas datas na referência das principais obras que dão sustentação a este estudo. A primeira data refere-se à edição original da obra, e a segunda corresponde à edição consultada e da qual as citações presentes no texto foram retiradas.

2. BAKHTIN E SUA RELAÇÃO COM A LINGÜÍSTICA

A partir do momento em que os postulados de Mikhail Bakhtin⁷⁶ e seu círculo passaram a ser conhecidos por estudiosos da linguagem no Ocidente, os estudos lingüísticos, tal como eram realizados, sofreram grandes modificações. As idéias do pensador russo foram responsáveis pela ampliação de noções há décadas estabelecidas e inalteradas. É certo que muitos conceitos já estavam em processo de transformação, no entanto, o acesso às obras bakhtinianas serviu de respaldo àqueles que já vinham lançando um olhar diferente sobre muitas questões relacionadas ao estudo da linguagem.

A visão inovadora dos trabalhos de Bakhtin pode ser observada desde seus primeiros textos, visto que, desde suas primeiras obras, o autor deixa claro que o modo como entende a língua é bastante distinto da forma como esta vinha sendo concebida nos estudos lingüísticos. Recusando-se, então, a definir a língua como um sistema estruturado, exterior ao indivíduo e perfeitamente analisável isoladamente, como o faziam os seguidores de Saussure, Bakhtin estabeleceu que seus estudos não estavam situados no campo da Lingüística, mas se encontravam no interior de uma nova ciência, a Metalingüística/Translingüística⁷⁷.

O objeto dessa nova ciência era o discurso, *a língua em sua integridade concreta e viva*. E, levando em conta que a concepção de língua de Bakhtin está relacionada à noção de interação verbal, já que *a interação verbal constitui [...] a realidade fundamental da língua* (Bakhtin, 1929/1999, p.123),

⁷⁶ Estudioso russo que desenvolveu seus primeiros textos na década de 1920 e que entendia como princípio fundamental da linguagem o dialogismo. Devido à dificuldade de divulgação de textos na União Soviética no início do século XX, as obras desse autor só foram conhecidas no Ocidente após a década de 60, atingindo grande prestígio da década de 1980 aos dias atuais.

⁷⁷ Entende-se que o termo Translingüística é mais apropriado para referir a um estudo da linguagem que ultrapasse o objetivo da Lingüística Estruturalista. Entretanto, como na maioria das traduções das obras de Bakhtin a designação dada à nova ciência na qual o teórico russo insere seus estudos é Metalingüística, busca-se empregar, neste trabalho, ambos os termos.

pode-se entender que um estudo que conceba a língua como estrutura não é, de fato, apropriado para o desenvolvimento de um trabalho que leve em conta relações dialógicas, relações entre o *eu* e o *outro*. Sendo assim, Bakhtin deixa claro que:

[...] a Lingüística estuda a "linguagem" propriamente dita com sua lógica específica na sua *generalidade*, como algo que *torna possível* a comunicação dialógica, pois ela abstrai conseqüentemente as relações propriamente dialógicas. Essas relações se situam no campo do discurso, pois este é por natureza dialógico e, por isto, tais relações devem ser estudadas pela Metalingüística, que ultrapassa os limites da Lingüística e possui objeto autônomo e metas próprias. (BAKHTIN, 1929/2005, p.183, grifos do autor)

Dessa forma, o autor apresenta a Metalingüística/Translingüística como a ciência apropriada para dar conta de um estudo do discurso, baseado em relações dialógicas.

Com efeito, para Bakhtin, a concepção dialógica de língua, linguagem e, até mesmo de vida, é fator essencial para o desenvolvimento de qualquer estudo no campo da linguagem. Para esse autor, participa-se constantemente de um diálogo; e a interação com o outro é inevitável, já que o *eu* constitui esse outro e é por ele constituído, ou seja, o dialogismo é o princípio básico da existência humana.

Baseado, então, nesse princípio dialógico, o teórico russo desenvolveu uma série de investigações, apresentando uma variedade de definições que tinham como pano de fundo a dialogia. Dentre essas definições, é importante destacar a *polifonia*.

Após uma série de investigações, Bakhtin chegou à conclusão de que todo texto apresenta, de fato, um caráter dialógico. Todo texto resulta, de acordo com o pensador russo, do encontro de várias vozes, embora alguns produzam um efeito de polifonia, enquanto outros parecem ser monofônicos. Segundo Barros (2003, p.6), tanto a monofonia, quanto a polifonia de um texto são "efeitos de sentido decorrentes de

procedimentos discursivos que se utilizam em textos, por definição dialógicos”, ou seja, são efeitos gerados em decorrência das estratégias discursivas acionadas. Assim, os textos caracterizados como polifônicos são aqueles em que as várias vozes que os constituem se explicitam, deixam-se perceber e falam sem que uma dentre elas necessariamente prevaleça. Por outro lado, os textos “monofônicos” são dessa forma caracterizados pelo fato de que as vozes que os compõem não se mostram, mas *se ocultam sob a aparência de uma única voz*. Desse modo, o que Bakhtin defende é que qualquer discurso é permeado por palavras ou idéias de outrem, mas essas outras vozes podem ser assimiladas, citadas ou refutadas em um discurso de forma explícita, como acontece nos romances de Dostoiévski; ou podem ser disfarçadas sob o aspecto de um discurso monológico. (Bakhtin, 1979/2003, p. 199-201)

Exatamente na obra em que trata dos textos polifônicos de Dostoiévski, Bakhtin propõe, pela primeira vez, uma abordagem dialógica do discurso, como podemos observar no seguinte trecho:

Intitulamos este capítulo “O discurso em Dostoiévski” porque temos em vista o discurso, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da Lingüística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. Mas são justamente esses aspectos, abstraídos pela Lingüística, os que têm importância primordial para os nossos fins. Por este motivo as nossas análises subsequentes não são lingüísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na Metalingüística, subentendendo-a como um estudo – ainda não-constituído em disciplinas particulares definidas – daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam – de modo absolutamente legítimo – os limites da Lingüística. As pesquisas metalingüísticas, evidentemente, não podem ignorar a Lingüística e devem aplicar os seus resultados. A Lingüística e a Metalingüística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético – o discurso, mas estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão. Devem completar-se

mutuamente e não fundir-se. Na prática, os limites entre elas são violados com muita frequência. (BAKHTIN, 1929/2005, p.181)

Mais do que sua proposta de uma "análise" dialógica do discurso, chama atenção, nas palavras de Bakhtin, o fato de que, mesmo não inserindo seus estudos no campo da Lingüística propriamente dita, o autor sugere que as pesquisas metalingüísticas/translingüísticas, dentre as quais situa suas análises, não podem ignorar os resultados da Lingüística, ou seja, o teórico russo não descarta os fundamentos lingüísticos, mesmo trabalhando com a linguagem em uso, objeto inimaginável no interior da Lingüística de base estruturalista, que predominava à época.

É interessante essa ressalva de Bakhtin com respeito aos resultados da Lingüística, uma vez que sua análise toma o exterior lingüístico como aspecto a ser considerado nos estudos que têm como matéria-prima a linguagem. Dizendo de outro modo, Bakhtin propõe uma aproximação teórica, pois, mesmo defendendo uma abordagem dialógica do discurso, sugere que se apliquem resultados conseguidos num referencial teórico distinto de seu posto de observação, os resultados da Lingüística.

Ora, o que Bakhtin parece querer explicitar é que se o discurso (ou a língua em sua integridade concreta e viva) não pode ser estudado de forma exclusivamente interna, numa perspectiva unicamente intralingüística, tampouco pode prescindir dela, uma vez que as relações dialógicas

[...] são absolutamente impossíveis sem relações lógicas e concreto-semânticas, mas são irredutíveis a estas e têm especificidade própria.

Para tornarem-se dialógicas, as relações lógicas e concreto-semânticas devem, como já dissemos, materializar-se, ou seja, passar para outro campo da existência, devem tornar-se discurso, ou seja, enunciado e ganhar autor, criador de dado enunciado cuja posição ela expressa. (BAKHTIN, 1929/2005, p. 184)

Bakhtin trabalha, então, com a noção de discurso como campo de manifestação das relações dialógicas, mas também admite a idéia de que, apesar de não poder ser entendido como objeto inteiramente lingüístico, o discurso não é um objeto exclusivamente social.

Entende-se, dessa forma, que Bakhtin tanto leva em conta, para conceber e estudar a linguagem, aspectos contextuais e, portanto, que não estão internamente inseridos na língua, uma vez que, para ele, *as relações dialógicas são extralingüísticas*, como reconhece a legitimidade do estudo propriamente lingüístico cujos resultados devem ser “aproveitados na análise dialógica”. A respeito dessa proposta de estudo de Bakhtin, Brait (2006, p. 13) declara:

O enfrentamento bakhtiniano da linguagem leva em conta, portanto, as particularidades discursivas que apontam para contextos mais amplos, para um extralingüístico aí incluído. O trabalho metodológico, analítico e interpretativo com textos/discursos se dá [...] herdando da Lingüística a possibilidade de esmiuçar campos semânticos, descrever e analisar micro e macroorganizações sintáticas, reconhecer, recuperar e interpretar marcas e articulações enunciativas que caracterizam o(s) discurso(s) e indiciam sua heterogeneidade constitutiva, assim como a dos sujeitos aí instalados.

De qualquer modo, o que não se pode negar, é que, considerando fatores externos ou internos à língua, o que interessa ao teórico russo é a constituição dialógica do discurso. E, é necessário admitir que, instituindo o dialogismo como princípio constitutivo da linguagem, Bakhtin engendrou uma nova maneira de estudar o discurso, abrindo espaço para a consideração da voz alheia, do *outro* que perpassa inevitavelmente o discurso do *eu* e, desse modo, contribuiu de forma imensurável para o encaminhamento de diversos estudos lingüísticos que passaram a levar em conta o caráter dialógico da linguagem.

3. DUCROT E O DIALOGISMO BAKHTINIANO

De acordo com Bakhtin, a Lingüística não poderia desempenhar com êxito a tarefa de estudar a linguagem levando em conta sua constituição dialógica, uma vez que fatores extralingüísticos deveriam ser levados em conta para o desenvolvimento desse estudo. Todavia, contrariando as hipóteses do introdutor do princípio dialógico no campo da linguagem, Oswald Ducrot, inspirado no princípio dialógico de Bakhtin, desenvolveu uma teoria polifônica da enunciação, tomando por base traços lingüísticos do enunciado.

O lingüista francês, que tem raízes epistemológicas fincadas no estruturalismo saussuriano, entendeu que é possível haver mais de um sujeito em um discurso, como asseverava Bakhtin e, mais do que isso, afirmou ser perfeitamente possível estarem presentes em um único enunciado vários sujeitos. Desse modo, Ducrot desenvolveu a noção bakhtiniana de polifonia dentro do campo teórico da Lingüística.

O conceito de polifonia está presente na teoria de Ducrot desde suas primeiras obras, especificamente, desde *Les Mots du Discours* (1980). Nessa época, o teórico distinguia dois tipos de sujeito, o locutor e os enunciadores, sendo que o primeiro era entendido como o responsável pelo que é dito e os últimos como os autores dos atos ilocutórios.

De fato, desde que começou a trabalhar com a noção de atos ilocutórios, a teoria de Ducrot já aponta para uma perspectiva interativa, uma vez que, para ele, os atos ilocutórios são entendidos como atos jurídicos, já que, ao serem produzidos, criam, para o interlocutor, uma obrigação socialmente normatizada. Assim, uma pergunta, por exemplo, obriga a produção de uma resposta, ou, ainda, uma ordem, obriga a execução do que foi ordenado. É, então, notável, nessa concepção de ato jurídico, um direcionamento interativo, visto que sempre há, na produção desse tipo de ato, uma interação entre indivíduos distintos, uma interação entre o produtor e o destinatário do referido ato.

Com o desenvolvimento de seus estudos, porém, Ducrot reformula suas concepções, e desloca o foco de interesse que estava na questão interacional, como tratada na noção de ato jurídico, para um estudo semântico no interior do enunciado, a fim de investigar as vozes aí presentes.

A noção de locutor, então, é ampliada, e duas subdivisões são estabelecidas no interior dessa noção: o locutor enquanto responsável pela enunciação (L) e o locutor enquanto ser do mundo (λ), como melhor explica o próprio autor:

L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade. λ é uma pessoa "completa", que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado – o que não impede que L e λ sejam seres de discurso, constituídos no sentido do enunciado, e cujo estatuto metodológico é, pois, totalmente diferente daquele do sujeito falante [...]. (DUCROT, 1984/1987, p. 188)

A concepção de enunciadores também sofreu alterações no desenvolvimento da teoria polifônica de Ducrot. Esses sujeitos não são mais caracterizados como sendo os autores dos atos ilocutórios, até mesmo porque, nesse momento de suas formulações, Ducrot (1984/1987) entende que os enunciadores não expressam palavras, mas são vozes implícitas que expressam pontos de vista, os quais são organizados pelo locutor. A respeito dessa reformulação de conceitos desenvolvida por Ducrot, Barbisan e Teixeira (2002) declaram:

Na concepção de 1984, o autor diz que as vozes veiculadas através da enunciação expressam pontos de vista que o locutor organiza para identificar-se com os mesmos ou para se opor a eles. Essas vozes não são explicitadas. Sua existência é decorrente da imagem que delas oferece a enunciação produzida por [L]. Os enunciadores são seres considerados com se expressando através da enunciação, sem que para tanto lhe sejam atribuídas palavras precisas. Diz-se que eles *falam*, mas somente no sentido em que a enunciação expressa seu ponto de vista, sua posição, mas não, no sentido material

do termo, suas palavras. Portanto, eles não podem produzir atos ilocutórios. (BARBISAN; TEIXEIRA, 2002, p. 168)

Desse modo, entende-se que Ducrot reformula suas concepções e deixa mais clara a distinção entre locutores e enunciadores, uma vez que atribui a esses últimos a propriedade de veicularem pontos de vista diversos, mas não de produzirem efetivamente palavras.

Parece óbvio que esse desdobramento de interlocutores postulado por Ducrot tornou possível estudar o fenômeno polifônico à luz da Lingüística, entretanto, para isso, o conceito de Lingüística teve que incluir uma visão dialógica da linguagem, ou seja, o trabalho desenvolvido pelo teórico francês trabalha de fato com a língua, não se prendendo a aspectos exteriores, mas considera a alteridade como fator constitutivo da atividade lingüística.

Levando, então, em conta a pluralidade enunciativa, Ducrot lança um novo olhar sobre temas como a pressuposição, o estudo da negação, da ironia, da argumentação, dentre outros. E, pode-se dizer que é analisando tais temas por um aspecto dialógico que Ducrot percebe que ao dar voz a diferentes enunciadores, o locutor pode assumir posições distintas com relação a esses pontos de vista expressos no enunciado. A respeito dessas posições, Barbisan e Teixeira (2002, p.170), baseadas nos postulados ducrotianos, afirmam:

Há três posições possíveis: aquela em que o locutor se identifica com um dos enunciadores, como é o caso da asserção; aquela em que ele o aprova, como no exemplo da pressuposição; finalmente aquela em que há oposição entre locutor e enunciador, como acontece no humor.

Entretanto, o posicionamento assumido por *L* depende, segundo Ducrot, das intenções do locutor, o qual tanto pode organizar perspectivas diferentes a fim de reforçar sua posição, dando, assim, voz a certo ponto de vista a fim de mostrar sua falibilidade, por exemplo; como pode fazer ouvir uma voz que representa certo grupo ou classe social com a qual concorda. Entende-se que, nesse ponto, Ducrot está

muito próximo do dialogismo bakhtiniano, só que de um dialogismo perscrutado “de dentro”, enquanto o de Bakhtin é perscrutado “de fora”. Contudo, fica a questão: é viável distinguir, nos atuais estudos de linguagem, o que é “de dentro” e o que é “de fora”?

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entrelaçamento de aspectos intralingüísticos e extralingüísticos tem sido uma perspectiva freqüente nos atuais estudos de linguagem, visto que, buscando investigar cada vez mais profunda e audaciosamente, a fim de abranger o maior número de sentidos possíveis em um texto, lingüistas e outros estudiosos da linguagem têm lançado um olhar atento tanto para a forma lingüística, quanto para aspectos que, apontados pela própria língua, são externos ao texto, como contexto enunciativo e história, dentre outros.

Estando Bakhtin e Ducrot situados em postos teóricos, à primeira vista, opostos, o presente texto buscou explicitar o fato de que, mesmo priorizando um trabalho que aproveita fatores extralingüísticos, tais como cultura, história, ideologia, contexto social, etc., o pensador russo admite o aproveitamento de aspectos estritamente lingüísticos para o desenvolvimento de um estudo cuja matéria-prima é a linguagem. E, de igual modo, o lingüista francês, apesar de deixar claro que empreende um estudo especificamente centrado na língua, também abre espaço para uma questão impensável nos moldes da Lingüística *stricto sensu*: a polifonia.

O que este breve estudo buscou apresentar, portanto, foi o fato de que a teoria do dialogismo de Bakhtin e a teoria polifônica de Ducrot podem ser trabalhadas de forma conjunta, visto que há, entre elas, pontos de contato que permitem tal aproximação. É certo, porém, que há diferenças notáveis entre as mesmas, contudo é possível identificar traços comuns que as tornam assimiláveis, o que permite a asserção de que ambas podem ser convocadas com proveito para que estudos lingüísticos atinjam um maior grau de explicação.

Referências

1. BAKHTIN, M. M. (1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud et al. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 196p.
2. _____. (1929). **Problemas da poética de Dostoievski**. Tradução de Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 181 – 275.
3. _____. (1979). **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 476 p.
4. BARBISAN, L. B.; TEIXEIRA, M. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. In: **Organon**, Porto Alegre, v. 16, n. 32/33, p. 161-180, 2002.
5. BARROS, D. L. P. de. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, D. L. P. de; FIORIN, J. L.(Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 1-9.
6. BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: _____. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-31.
7. DUCROT, O. et al. **Les mots du discours**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980. 241 p.
8. _____. (1984) **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987. p. 161 – 218.

A EMERGÊNCIA E O CONTROLE DA CONTRADIÇÃO EM REDAÇÕES ESCOLARES

Letícia Marcondes

Resumo

Mostramos, neste texto, que a emergência da contradição na expressão escrita e o esforço posterior feito por quem escreve para explicitá-la e controlá-la permitem autoconhecimento e desenvolvimento expressivo. Defendemos também no texto que as sutilezas de significados que resultam do processo de controle da contradição são marcas de subjetividade e de autoria. Utilizamos, para desenvolver a nossa argumentação, o conceito de domínio nocional da Teoria das operações predicativas e enunciativas.

Palavras-chave: expressão escrita, contradição, autoria, subjetividade, abordagem nocional, Teoria das operações enunciativas.

Résumé

Dans ce texte, nous montrons que l'émergence de la contradiction dans l'expression écrite, ainsi que l'effort postérieur fait par celui qui écrit en vue de l'explicitier et de la contrôler, permettent l'auto-connaissance et le développement expressif. Nous y défendons, également, que les subtilités de sens résultant de ce processus de contrôle de la contradiction sont des marques de subjectivité et d'originalité. Nous utilisons, pour développer notre argumentation le concept de domaine notionnel emprunté à la Théorie des opérations prédicatives et énonciatives.

Mots-clés: expression écrite, rédaction, contradiction, théorie des opérations prédicatives et énonciatives, domaine notionnel.

Introdução

Pensamos que entre a superação e o controle da contradição, por um lado, e a sua anulação, por outro, há duas concepções de metodologia de ensino de língua escrita: a primeira que implica em uma educação de formação na qual a

emergência da contradição na redação é fundamental para o processo pedagógico e a segunda implica em um processo de domesticação da expressão, anula a contradição em prol de um texto higienizado e superficial. À primeira vista, isso pode parecer pouco mas se trata de duas concepções de educação.

Nosso objetivo, nessa pesquisa, foi, por meio de reflexões teóricas e análises de redações escolares, fornecer subsídios para uma gramática de produção de textos. Temos trabalhado com conceitos já amadurecidos em pesquisas anteriores e presentes também em nossas publicações e orientações de dissertações e teses. Trabalharemos com o conceito de "domínio nocional" (Culioli, A. 1985,1990, 1999a, 1999b), oferecendo ao mesmo tempo, no texto, explicação teórico-prática. Subdividimos o domínio nocional em: "ocorrência", "centro organizador", "tipo", "atrator", "fronteira" e "complementar".

Análise teórico-prática

As redações que estudamos foram retiradas de um corpus que tinha como tema central a questão da "ação solidária", ou da "solidariedade". A noção de causalidade nos direcionou no sentido de procurar forças positivas e negativas que trabalham o interior da noção "solidariedade". Mais lingüisticamente, pudemos chamar essas forças de modalidades apreciativas positivas ou negativas (operações quantitativas) que incidem em um domínio nocional (de natureza predominantemente qualitativa) alterando-o, por meio de "estados resultantes". A boa redação foi aquela que trabalhou o domínio nocional (ocorrência, centro, tipo, atrator, fronteira) em várias direções: negativa, positiva, e por caminhos ponderados entre o positivo e o negativo, gerando nuances que enriquecem o texto, mostram o amadurecimento cultural, a acuidade perceptiva, o autoconhecimento (que evidentemente implica no conhecimento das alteridades envolvidas, e negadas, quer dizer, das opiniões contrárias) e, conseqüentemente, mostram, também, a capacidade expressiva. No centro dessas questões, estão também enfocados o sujeito-autor, a sutileza, o estilo. Por outro lado, a redação que defendeu um único caminho (por exemplo que apostou ser a solidariedade uma coisa boa e o egoísmo, ruim)

tendeu a ser uma redação menos rica, menos nuançada que revela muito mais a expressão de estereótipos presentes na cultura de massa (televisão, processos educativos formais, tais como a escola, etc) e processos doutrinários (certo e errado) do que uma real apropriação de conteúdos e formas de expressão que necessariamente devem ser singulares, únicos e revelar, o máximo possível, a originalidade de quem escreve.

A nossa pesquisa dialogou com conceitos muito conhecidos de quem trabalha com o ensino de redação, tais como coesão e coerência, que pertencem à Linguística Textual, mas ela fez esse diálogo para questioná-los. Como já defendemos em nosso texto (Rezende, 2006), pensamos que esses conceitos podem ser os critérios de uma avaliação pontual como são os exames de vestibulares, nos quais os alunos têm um pequeno tempo (duas horas) e um pequeno espaço (20 linhas) para mostrar tudo que aprenderam em 11 anos de escolaridade formal sobre expressão escrita, mas não devem ser jamais os critérios que sustentam o processo pedagógico de aprendizado da escrita. E, se outro fosse o mundo em que vivêssemos, não deveriam ser os critérios nem mesmo de processos avaliativos, isso porque uma avaliação educacional séria não deveria ser pontual, mas expandida no tempo e no espaço e vinculadas a processos de acompanhamento. Essa argumentação se baseia no fato central de que a superação dos paradoxos ou da contradição ou, ainda, a capacidade de deixá-los emergir na expressão e controlá-los são centrais no processo de escrita original e criativo. Os critérios de coesão e coerência são critérios que deveriam aparecer no amadurecimento da expressão escrita como uma conquista e, mesmo assim, sempre provisória.

Análise de redações: o domínio nocional

O conceito de domínio nocional, assim como o de noção, está intimamente ligado ao estado de conhecimento e à atividade de elaboração de experiências de cada indivíduo. Nessa atividade, ocorrem encadeamentos de associações semânticas entre os "feixes" de propriedades - que se organizam umas em relação às outras em função de fatores físicos, culturais e antropológicos.

O que permite distinguir e/ou religar essas propriedades marcadas em diversas relações enunciativas é a criação de um

domínio de referência (idéias gerais acerca das coisas em relação às experiências dos indivíduos), o qual assume o estatuto de lugar híbrido, servindo-se ora do cultural, ora do senso comum ou da experiência de mundo para organizar e autenticar as propriedades de seus constituintes. A construção desse domínio é um recurso da categorização de objetos e de fenômenos do mundo. Por isso que os domínios recebem a denominação de *domínios nocionais*.

A construção de domínios nocionais é uma propriedade essencial da atividade simbólica. Em nossa relação com a língua e com a cultura, percorremos quadros concretos (extensão de uma noção) em busca de um esquema abstrato que coincida com esses quadros concretos e nos dêem as possibilidades de contextualização de uma noção (cenários que possam constituir os vários enunciados provenientes de uma mesma léxis). Para o caso em questão, cujas redações tinham como tema "a solidariedade", a léxis seria o predicado insaturado composto de três lugares: <() ser solidariedade>. O parêntese vazio deve ser preenchido por <tudo aquilo que se definir como sendo a solidariedade>. A léxis é uma forma abstrata que está na origem de um conjunto de enunciados que podem ser gerados a partir dela. Costuma-se dizer que os enunciados gerados de uma mesma léxis se encontram em família parafrástica. Desse modo, ao dizermos <solidariedade>, temos uma certa idéia do que seja <solidariedade>, e das propriedades que se relacionam com essa noção, que em princípio é de natureza predicativa. Precisamos percorrer o domínio nocional de <solidariedade> em busca da construção dos valores referenciais.

Exemplos retirados de redações:

1. A solidariedade nem sempre é um ato de puro altruísmo.
2. A solidariedade pode ser fruto da indignação de algumas pessoas com a situação do mundo à sua volta que desejam a melhoria deste para benefício próprio.
3. Solidariedade é se preocupar com o bem-estar dos que estão ao seu redor.
4. Solidariedade pode ser também apenas ajudar o outro pelo incômodo que sentem quando envolvidos pela miséria.
5. A solidariedade é incompatível com a competição selvagem que hoje o mundo impõe a todos.

6. A solidariedade não pode conviver com tanta estimulação ao individualismo, pois esse ocasiona o rompimento das relações pessoais e a insensibilização perante os problemas da sociedade.
7. A solidariedade é natural em países como o Brasil onde a miséria em algumas regiões é regra e não exceção.
8. A solidariedade surge do contato direto com a exclusão e por isso nos fragiliza.
9. A solidariedade impede de deixar a situação dos brasileiros pior do que está.
10. A solidariedade de grande parte da população impede a grave situação social do Brasil como a falta de moradia, saúde e alimentação de se tornar um caos.
11. Sem a solidariedade, o individualismo e a indiferença prevaleceriam e a vida no país seria insustentável.
12. A solidariedade é um sentimento que move a sociedade brasileira, por meio de ONGs, campanhas sociais como a do "natal sem fome" ou, até mesmo, doações de particulares.
13. Solidariedade é dar uma ajuda e levar esperanças de uma melhora às famílias carentes.
14. A solidariedade diminui a revolta social, que leva as pessoas a cometerem crimes, deixando a sociedade menos violenta.
15. A solidariedade é a boa vontade do povo, mas os problemas sociais não podem ser resolvidos apenas com a solidariedade, e desse modo, o índice de desenvolvimento do país está longe do ideal.
16. A ação solidária faz parte do serviço que o governo deveria fazer.
17. O governo não faz a sua parte para a situação social não se alterar.
18. A solidariedade às vezes é recusada pelo governo que toma a responsabilidade de resolver os problemas sozinho, o que é impossível e apenas piora a situação.
19. A solidariedade só se manifesta, em países com forte tendência ao individualismo como os Estados Unidos, após desastres como os do dia 11 de setembro ou em épocas de guerra.
20. A solidariedade é essencial no Brasil que não é a primeira potência econômica mundial. Se não fosse ela, o país viveria uma catástrofe mundial.

21. A solidariedade do brasileiro deixa de ser uma consciência social para se tornar, mesmo sem esse propósito, uma questão de sobrevivência.
22. A solidariedade existe porque existe uma diferença entre as pessoas.
23. Há a necessidade da existência da solidariedade porque as pessoas são indiferentes e individualistas.
24. A solidariedade existe quando alguém se sente incomodado com a situação de miséria dos outros.
25. A solidariedade é uma palavra bonita.
26. A solidariedade é a razão da vida de algumas pessoas.
27. Ser solidário é não ser indiferente e individualista.
28. A solidariedade cresce na mesma medida em que crescem a desigualdade social, a miséria, o acúmulo de riquezas geradas pela globalização.
29. A solidariedade existe nos momentos de dificuldades onde todos temem um futuro incerto e se sentem portanto iguais em suas fragilidades.
30. A solidariedade é uma maior humanização das atitudes dos cidadãos: o diálogo entre pessoas desconhecidas.
31. A solidariedade diminui o individualismo e a indiferença e aumenta a tensão em relação às diferenças sócio-econômicas.

Ao dizermos <solidariedade> em oposição a <não solidariedade> passamos de uma ocorrência singular de solidariedade para outra. Para poder construir o domínio nocional (classe de ocorrência da noção) de solidariedade, foi preciso passar por operações de quantificação e de qualificação, quer dizer, para chegar à ocorrência predominantemente qualitativa, é preciso passar por um processo de quantificação ligado à predicação de existência (no qual ocorre a extensão da noção): há uma tal solidariedade de um tal modo; há outra, há outra, etc. Esse agregado de ocorrências leva a um modo de apreensão qualitativo de <solidariedade>.

Exemplos retirados das redações de ocorrências da noção <solidariedade> em oposição à noção <não-solidariedade>. Todas as ocorrências listadas acima estão em uma distribuição complementar: quer dizer, ao afirmar A <o que é solidariedade> eu estou construindo A' <o que não é solidariedade>. Por exemplo, ao dizer: <a solidariedade é uma

preocupação com o outro>, eu organizo simultaneamente o complementar: <a solidariedade é uma não<não preocupação> com o outro> , quer dizer, < a solidariedade não é uma despreocupação com o outro> . Mas também, se constiui em A' qualquer ocorrência de 1 a 31, umas em relação às outras. Por exemplo: < solidariedade é se preocupar com os outros> pode ser A' em relação a < solidariedade é incompatível com a competição selvagem> ou vice-versa. Isso porque, em um primeiro momento, eu não tenho condição de dizer o que é A e o que é A', mas posso dizer que todas as ocorrências são A e A' simultaneamente umas em relação às outras. Eu só consigo ordenar o domínio ou discernir quais as ocorrências que estão em um jogo de oposição ou de negação ou, ainda, de alteridade no momento em que eu construir o próprio domínio nocional, o centro organizador (tipo ou centro atrator), os gradientes, etc. A situação aqui é semelhante ao processo de avaliação de redação: precisamos do todo para hierarquizar ou avaliar as partes e vice-versa.

Ocorrência

Por ser um bloco semântico possuidor de propriedades, um todo não divisível, a noção precisa passar por uma operação de fragmentação, de individuação, que a torna suscetível de ser apreendida, discernida (percebida como uma forma singular em relação ao meio), distinguida (determinada) e situada (possuidora de uma espessura espaço-temporal. Culioli (1999b, p.11) postula que: "uma ocorrência é um acontecimento enunciativo que delimita uma porção espaço/tempo especificada pela propriedade P. Inversamente, a propriedade P está inserida em um texto graças a um jogo de determinações que lhe dá um estatuto de ocorrência..." Para que seja possível passar de uma representação mental a uma atividade passível de referência, é necessário que se tenha um pólo que possibilite a construção de uma classe de ocorrências. Em consequência, podemos dizer que um domínio comporta um centro organizador sem o qual não é possível a regulação subjetiva.

Todas as 32 ocorrências listadas acima são fragmentações da noção <solidariedade> e são classe de ocorrências da noção. Essas ocorrências, ao mesmo tempo, fragmentam e unificam, pois é por meio da fragmentação, que

é de natureza quantitativa e qualitativa, que eu posso descobrir qualitativamente a noção, quer dizer, o bloco semântico não divisível, mas é simultaneamente, a existência do bloco semântico não divisível (a essência, a qualidade, a intensão) que me permite estabelecer os quadros concretos (a quantificação ou a extensão de uma noção, ou, ainda, a sua fragmentação).

Centro organizador: tipo e atrator

Cada ocorrência representa propriedades diferenciadas de uma noção, por isso, para que seja possível construir um sistema de referência, é necessário organizar a fragmentação da noção em relação a um centro que representa um objeto real ou típico, o qual desempenha o papel de organizador do domínio - no caso da noção <solidariedade>, o centro tem a propriedade <verdadeiramente solidariedade>. Há duas formas de organização do centro: o "tipo" e o "atrator". O tipo corresponde a uma ocorrência representativa, e o atrator remete a uma representação abstrata e absoluta.

Segundo Culioli (1999b), a construção de uma classe de ocorrências (no nosso caso, uma classe de ocorrências da noção <solidariedade> precisa passar por um processo de identificação e um processo de diferenciação em relação a um tipo, uma ocorrência representativa que possui um estatuto privilegiado, obtido após a filtragem das propriedades que apareceram nas diversas ocorrências de < () ser solidariedade>, a qual permite distinguir o que é <verdadeiramente solidariedade> (p é o caso) daquilo que <eu não posso chamar de solidariedade> (p não é o caso). Podemos expressar um tipo por meio de valores relativos, como: "isso que eu chamo X", "a idéia que eu faço de X", "uma verdade x para mim" (Culioli, 1999b, p.12).

Já o atrator, de acordo com Culioli (1999b), difere do tipo por estar relacionado à construção de uma origem que não possui outra referência a não ser o próprio predicado, ou seja, a ocorrência só é marcada em relação a ela mesma, tornando-se singularizada ao máximo- como no caso das exclamativas com "que", tal como "Que carro!". O atrator não é um valor relativo como o tipo. Por constituir seu próprio

termo de referência, o atrator é uma ocorrência que "se constitui como origem absoluta, e se caracteriza pela impossibilidade de construir um valor último. O atrator não corresponde a um máximo ou um supremo, não é um último ponto: sempre há um ponto além do que se constrói. É um valor definido em relação ao próprio predicado" (Culioli, 1999b. p. 13).

Ao estabelecer um valor absoluto, um grau máximo, o atrator produz uma singularidade que impede o estabelecimento de qualquer tipo de alteridade. No entanto, esse alto grau (o puro, o verdadeiro) também mantém relação com o grau mínimo (o qualquer, o simples,) que, como o valor máximo, constitui bloqueio à alteridade. Segundo Culioli(1999b, p.13): "a permanência qualitativa de uma propriedade pode se fundamentar seja sobre a estabilização, que corresponde ao alcance de seu ponto mais alto, seja sob o fato de que ela se reduz ao que é minimamente constitutivo (elimina-se tudo o que constituiria as variantes singularizantes, é a propriedade em "tudo o que ela tem de mais simples)".

Exemplos de centro atrator é: "Isso é que é solidariedade!", ou, ainda, "Quanta solidariedade!", ou, ainda: " Para ser solidariedade tem de ser solidariedade mesmo e nada mais". Essas exclamativas e essas tautologias definem o centro atrator a partir do qual as ocorrências serão discernidas, mas é evidente que são as ocorrências que permitem o preenchimento empírico do centro atrator, cuja existência é postulada formalmente. O centro atrator pode ser tanto o grau máximo, como o mínimo, pensando na ironia por exemplo. Quando dizemos "Que médico!", tanto pode ser um excelente médico (o primeiro) quanto um péssimo médico (o último). É evidente que há uma distinção entonacionai entre a interpretação para o melhor e para o pior. Acontece, com o atrator, o bloqueio à alteridade, porque ele se constitui em uma singularidade incomparável: ele é muito ruim ou ele é muito bom . É também evidente que, para elaborar o alto grau da noção (para o alto ou para baixo), há necessidade do "tipo" a partir do qual alguma coisa possa ser medida para mais ou para menos. O tipo e o centro atrator permitem a ordenação. As ocorrências a princípio só me oferecem uma série ou uma listagem não ordenada.

Fronteira

Tomando como base o *centro organizador*, é possível estabelecer o que pertence ao interior, com a propriedade "tudo o que se pode chamar de x". Sendo x igual a <solidariedade>, temos para o interior da noção, tomando como base a análise das redações: altruísmo, atenção às diferenças entre as pessoas, não-individualismo, diálogo, preocupação com o outro, não-indiferença, ajuda ao outro, não-competição selvagem, sensibilidade aos problemas sociais, etc, e o que pertence ao exterior do domínio nocional, que possui a propriedade "verdadeiramente não x", "vazio da propriedade x", "totalmente outro que x": individualismo, indiferença, competição, insensibilização aos problemas do outro, egoísmo, não-ajuda ao outro, etc. Caminhando em direção ao exterior, podemos obter valores gradativos como, "menos x", "quase x", "não verdadeiramente x"- há uma gradação no interior do domínio em direção ao exterior, tais como: a solidariedade *nem sempre* é um ato altruísta; solidariedade pode ser *também* ajudar o outro pelo incômodo que as pessoas sentem quando envolvidas pela miséria; a solidariedade não pode conviver com *tanta* estimulação ao individualismo; a solidariedade é *natural* em países como o Brasil, onde a miséria em algumas regiões é regra e não exceção; a solidariedade *só* se manifesta em países com forte tendência ao individualismo como os Estados Unidos após os desastres como os do dia 11 de setembro ou em épocas de guerra; solidariedade é *essencial* no Brasil, que não é a primeira potência econômica mundial; a solidariedade do brasileiro *deixa de ser* uma consciência social para se tornar, mesmo sem esse propósito, uma questão de sobrevivência, etc. No entanto, se falarmos em interior e exterior, devemos considerar também a existência de uma zona intermediária entre as duas anteriores, a qual é denominada "fronteira". Os termos que marcam a fronteira nos exemplos acima estão em itálico, tais como: *nem sempre*, *também*, *tanta*, *natural*, *só*, *essencial*, *deixa de ser*. Penso que talvez as marcas "essencial" e "natural", diferentemente de "deixar de ser", "tanta", "só", "também" e "nem sempre" conduzam a ocorrência muito mais ao interior da noção <solidariedade> do que à sua fronteira.

A fronteira, para Culioli (1990, p.88-9), pode ser "um limiar ou uma zona de alteração, de transformação" que contém não só a propriedade p, mas também essa mesma propriedade alterada, ou seja, tanto a propriedade "não verdadeiramente x" quanto "não verdadeiramente não x". O estabelecimento de uma fronteira entre os domínios evita a tendência em se restringir a análise do sentido aos pólos A e A' (A/não A) e nos ajuda a ampliar nosso universo de valores, possibilitando a contemplação daquilo que se encontra entre A e A'.

Exemplos de fronteira:

1. A solidariedade é um ato de puro altruísmo> em oposição < a solidariedade nem sempre é um ato de puro altruísmo>ou < a solidariedade é uma ato de puro altruísmo> em oposição a < A solidariedade pode ser fruto da indignação de algumas pessoas com a situação do mundo à sua volta, que desejam a melhoria deste para benefício próprio>. Se o que define <solidariedade>, como vimos pelas ocorrências das propriedades atribuídas à <solidariedade>, é: < se constituir em um ato de ajuda ao outro pelo simples fato de querer ajudar o outro>,quer dizer, é uma tautologia que define <solidariedade>; então, não é ato solidário ajudar <para o benefício próprio>. Em outras palavras: <solidariedade> é ajudar o outro, mas não é "qualquer modo" de ajudar o outro; é "um ajudar o outro de um certo modo particular", ou, ainda, está no cerne de <solidariedade> a ação direcionada ao outro, ela não pode recair sobre quem faz a ação, ela é unidirecional.
2. <A solidariedade é uma palavra bonita> em oposição à < a solidariedade é a razão da vida de algumas pessoas>. No senso comum □ fonte importante, junto com outras fontes, de autenticação de propriedades e de elaboração de domínios nocionais □ poderíamos dizer que <palavra> se opõe a <ação>, por exemplo, quando dizemos na fala cotidiana: "falar é fácil , fazer é que são elas". Quando saímos do senso comum e vamos a uma teoria lingüística mais elaborada, não podemos separar as palavras das ações, pois falar é um dos modos de agir entre outros. Mas o universo discursivo das redações escolares tem, sobretudo, o senso comum como fonte de organização dos domínios nocionais, e essas distinção e avaliação das fontes de propriedades a serem autenticadas não têm a menor importância para os nossos propósitos. A

oposição está então: entre <solidariedade ser apenas palavra e não-ação> e <solidariedade ser ação>.

O exemplo mais ilustrativo do valor de fronteira entre A e A' é: < a solidariedade é um ato de puro altruísmo> e < a solidariedade não é (sempre) um ato de puro altruísmo>. Esses dois enunciados em oposição oferecem-nos a fronteira, pois eles nos fazem caminhar do interior da noção dado pelo termo "puro" ao seu exterior dado pelo termo "nem sempre". A fronteira se aproxima do paradoxo ou da contradição, porque uma coisa é e não é simultaneamente. É no momento em que uma redação atinge uma expressão cuja organização do domínio nocional em questão possui uma sutileza, quer dizer A' é muito próximo de A, não é qualquer A', é quase A, a propriedade A está levemente alterada, podemos dizer que a expressão contida na redação sai dos estereótipos passados por caminhos doutrinadores (o certo e o errado).

Dessa forma, se continuarmos tratando da noção <solidariedade>, teremos, no centro organizador, uma propriedade "verdadeiramente solidariedade", em relação à qual estabeleceremos "tudo aquilo que se pode chamar de solidariedade" (interior do domínio). Em relação ao centro, mas caminhando em direção ao exterior, poderemos encontrar "gradientes", como "não tão solidariedade", "quase solidariedade" e no exterior desse domínio estará a propriedade "verdadeiramente não solidariedade", "vazio da propriedade solidariedade". Na fronteira entre o interior e o exterior, ou seja, na passagem de um domínio ao outro, teremos propriedades como "não verdadeiramente solidariedade", mas também "não verdadeiramente não-solidariedade".

Este último caso também pode ser ilustrado pelo exemplo que já oferecemos. Em outras palavras: <não verdadeiramente não-solidariedade> é <ajudar o outro sem ajudar>. Retomemos o raciocínio: 1- solidariedade é igual a ajudar o outro; 2- não solidariedade é não ajudar o outro; 3- mas <não<não-solidariedade>> é novamente ajudar o outro; 4- o passo anterior, quer dizer, (3) chegou ao valor positivo <ajudar o outro>, por meio de (2), quer dizer, chegou ao positivo pelo caminho da negação. Desse modo, <não verdadeiramente não-solidariedade> é, então, <ajudar sem ajudar>, ou ainda <a solidariedade que é ao mesmo tempo

solidariedade mas também é não- solidariedade>, ou ainda: <a solidariedade que tem uma propriedade levemente alterada em relação a <solidariedade>.

Complementar

A construção da fronteira entre o interior e o exterior de um domínio nocional resulta na criação de uma zona complementar ao domínio p , ou seja, de algo que é diferente do domínio p , "o que não se pode chamar de p ". (Culioli, 1985, p.45) considera que, se considerarmos o interior, o complementar será a "fronteira mais o exterior" e, se tomarmos o exterior, o complementar será o interior mais a fronteira. Assim, se tomarmos por base o interior da noção <solidariedade> "verdadeiramente solidariedade", "aquilo que se pode chamar de solidariedade", teremos por complementar tanto a propriedade "não verdadeiramente solidariedade" quanto "verdadeiramente não-solidariedade" "tudo o que não se pode chamar de solidariedade". O nosso ponto exterior da noção, o complementar de "verdadeiramente não-solidariedade" poderá ser tanto " não verdadeiramente não-solidariedade" (ajudar não ajudando, ou ajudar por razões que caem no domínio da não- solidariedade), quanto "verdadeiramente solidariedade" (ajudar o outro por ajudar o outro).

O complementar para Culioli não se reduz ao complementar matemático ou lógico, em que se têm dois valores, sendo um complementar do outro. Não há uma negação já construída que permita estabelecer, definitivamente, o complementar de uma noção. Ele é constantemente "fabricado" pelos enunciadores no momento da enunciação.

Pensamos ter conseguido mostrar, neste texto, a importância pedagógica da emergência da contradição nas redações escolares.

BIBLIOGRAFIA

CULIOLI, A . *Pour une linguistique de l'énonciation*. Opérations et représentations. Tome 1. Paris: Ophrys, 1990.

_____. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Formalisation et opérations de repérage. Tome 2. Paris:Ophrys, 1999 (a).

_____. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Domaine notionnel. Tome 3. Paris: Ophrys, 1999 (b)

Notes du Seminaire de D.E.A.- Poitiers- 1985

REZENDE, L.M. Diversidade experiencial e lingüística e o trabalho do professor de língua portuguesa em sala de aula. *Linguagem e línguas naturais. Diversidades experiencial e lingüística*. (Rezende, L.M. e Blundi, O.M. Org.). Pedro e João Editores- São Carlos (SP), 2006

ⁱ Os exemplos citados são estruturas representativas das constantes do *corpus* (Centro Lexicográfico da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Araraquara), simplificadas, mas que conservam a mesma configuração sintática.

